Vídeo Sapiens: Jornalismo, Audiovisual e Direitos Humanos

Organizadores:
Iluska Coutinho
Gustavo Pereira

EDITORA INSULAR

PPGCOM uffj

Iluska Coutinho
Gustavo Pereira
(Organizadores)

Vídeo Sapiens: Jornalismo, Audiovisual e Direitos Humanos

Florianópolis
2020

Editora Insular – Selo PPGCom UFJF

Vídeo Sapiens:
Jornalismo, Audiovisual e Direitos Humanos

Iluska Coutinho, Gustavo Pereira
(organizadores)

Editor
Nelson Rolim de Moura

Revisão
Iluska Coutinho
Gustavo Pereira

Projeto Gráfico e Capa
Frederico Braida

Editoração eletrônica
Gustavo Pereira

FICHA CATALOGRÁFICA

EDITORA INSULAR

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)

C871v Coutinho, Iluska (org.).

Vídeo sapiens: Jornalismo, Audiovisual e Direitos Humanos / Organizadores: Iluska Coutinho e Gustavo Pereira. -- 1. ed. -- Florianópolis, SC : Editora Insular - Editora UFJF, 2020.
328 p.
E-Book: 3 Mb; PDF.

ISBN 978-65-88401-34-7

1. Audiovisual. 2. Cidadania. 3. Jornalismo. I. Título. II. Assunto. III. Coutinho, Iluska. IV. Pereira, Gustavo.

CDD 070.4:069.3
CDU 070:086

20-30246038

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO
1. Jornalismo; Audiovisual.
2. Jornalismo; Documento audiovisual.

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8 8846

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

COUTINHO, Iluska; PEREIRA, Gustavo. **Vídeo sapiens: Jornalismo, Audiovisual e Direitos Humanos**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular - Editora UFJF, 2020. E-book (PDF; 3 Mb). ISBN 978-65-88401-34-7.

EDITORA INSULAR

Conselho Editorial
Dilvo Ristoff
Eduardo Medirsch
Jail Meirinho
Jéferson Silveira Dantas
Nilson Cesar Fraga
Pablo Ornelas Rosa
Waldir José Rampinelli

Rua Antônio Carlos Ferreira, 537
Agronômica – Florianópolis – SC
editora@insular.com.br
insular.com.br

EDITORA DA UFJF
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
R. Benjamin Constant, 790 - Centro,
Juiz de Fora - MG, CEP 36015-510
www.ufjf.br/editora

SELO PESQUISA EM COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE

Conselho Editorial
Christina Ferraz Musse (UFJF)
Claudia de Albuquerque Thomé (UFJF)
Maria Immacolata Vassallo de Lopes (USP)
Mirian Nogueira Tavares (Universidade do Algarve)
Paulo Roberto Figueira Leal (UFJF)
Sallie Hughes (University of Miami)
Sonia Virginia Moreira (UERJ)
Wedencley Alves Santana (UFJF)

Comissão Editorial
Frederico Braida (UFJF)
Gabriela Borges Martins Caravela (UFJF)
Iluska Maria da Silva Coutinho (UFJF)

Revisão editorial
Carla Ramalho Procópio (UFF)
Gustavo Pereira (UFJF)
Iluska Coutinho (UFJF)
Jemima Bispo (UFJF)
Jhonatan Mata (UFJF)
Lara Linhalis (UFSJ)
Luiz Felipe Novais Falcão (UFJF)
Simone Martins (UFJF)

Projeto gráfico
Frederico Braida

Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Faculdade de Comunicação
Universidade Federal de Juiz de Fora
Campus Universitário, Bairro São Pedro
CEP 36.036-330 – Juiz de Fora – Minas Gerais
www.ufjf.br/ppgcom

Informação e conhecimento são cada vez mais reconhecidos como serviços essenciais, à vida e à redução das desigualdades, também representadas na tela. Na concretização desse livro importa agradecer às instituições públicas de ensino, em particular a Universidade Federal de Juiz de Fora, e às agências de fomento CAPES, CNPq e Fapemig, por contribuir com a geração de conhecimento que seja capaz de iluminar o presente e o porvir.

Sumário

A dor da gente não sai no jornal? Sobre o Jornalismo, e os direitos....9
Alfredo Vizeu

Encontro 1 - Pluralismo, diversidades, cidadania: A apuração de compromissos e utopias do (tele) jornalismo 11
Iluska Coutinho, Lara Linhalis e Jhonatan Mata

Encontro 2 - Desigualdades regionais, desertos de notícias e o cenário da Zona da Mata Mineira: a mídia local brasileira 32
Gustavo Pereira | Cézar Franco dos Santos Martins

Encontro 3 - direito à informação e à representação: a experiência do Brasil em Rede 53
José Tarcísio de Oliveira Filho | Gustavo Pereira

Encontro 4 - Quem é você jornalista? Uma revisão bibliográfica sobre princípios, funções e desafios da profissão no Brasil 73
Paulo Roberto Figueira Leal | Luiz Felipe Falcão

Encontro 5 - A defesa dos Direitos Humanos em tela: uma análise da produção vencedora do 41º Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos..... 95
Jhonatan Mata | Jemima Bispo

Encontro 6 - A divulgação de conteúdos culturais como um direito humano e social: Uma Análise do programa Artivismo 117
Jhonatan Mata | Victor Faria

Encontro 7 - Comunicação Griot e Direitos Humanos: como forma de pensar o discurso de Mano Brown pela "frente democrática" em 2018 137
Gustavo Pereira | Gustavo Luiz, Nicolas Veiga,
Robson Máximo e Carla Ramalho Procópio

Encontro 8 - Divulgação científica no YouTube: possibilidade de democratização do direito à informação científica 154
Jemima Bispo | Cristiane Turnes Montezano,
Guilherme Mattos e Iluska Coutinho

Encontro 9 - Alimentação e informação como direitos humanos: uma análise de cardápios alimentares e comunicacionais infantis 179
Simone Martins | Jhonatan Mata e Tânia Bicalho

Encontro 10 - A construção de um Personagem em três atos e algumas perguntas: os sentidos produzidos sobre jornalismo e direitos humanos nas entrevistas de Jair Bolsonaro no Jornal Nacional.....208
Simone Martins | Iluska Coutinho, Ana Schuchter e
Gustavo Luiz

Encontro 11 - Escola sem partido: considerações sobre a (in) visibilidade do movimento pelo Jornal Nacional.....229
Luiz Ademir Oliveira | Simone Martins

Encontro 12 - Telenovelas, estudos de gênero e direitos da mulher: uma análise sobre os artigos publicados no Intercom Nacional de 2014 a 2019 249
Carla Ramalho Procópio | Bárbara Torisu Lemos

Encontro 13 - Os espaços da prisão: uma análise sobre mídia, o cárcere e a crise da segurança pública 270
Iluska Coutinho | Carla Ramalho Procópio

Encontro 14 - Narrativas da mesma história: crime, política e repercussões de um depoimento na TV Aberta 288
Carla Ramalho Procópio | Bruna Assis Domingos,
Veruska Yasmim Paião Rocha e Gustavo Pereira

Encontro 15 - Caso Michelle Sampaio: a pressão estética nos bastidores do telejornalismo 309
Iluska Coutinho | Clara Xisto, Hugo França e
Luiz Felipe Falcão

Sobre os autores.....309

A dor da gente não sai no jornal? Sobre o Jornalismo, e os direitos

Alfredo Vizeu

O Jornalismo, hoje mais do que nunca, é básico no capitalismo informacional, em sociedades cada vez mais complexas, de difícil compreensão, terra das *fake news*, falsas notícias. Um Jornalismo ético e de qualidade preocupado com a qualidade da informação é básico. Para tanto, a formação superior em Jornalismo é central.

No curso de Jornalismo, os futuros jornalistas estudam e praticam o Jornalismo como um fenômeno social, histórico, econômico e cultural total. Jornalismo, apesar de estar dentro do amplo campo da Comunicação e ser informação não se confunde com ambos. A liberdade de pensar, de escrever, de se expressar é um direito inalienável de qualquer pessoa. Mas, nem tudo é Jornalismo.

É preciso ter claro que fazer Jornalismo não é um dom divino, não é intuitivo e também não é verdade que qualquer um faz. O complexo processo de construção da notícia vai da produção até a circulação, interação com audiências comunicativas e interativas, numa semiose infinita. Cabe ao jornalista o exercício de mediador social, e não há nisso nem uma preocupação com aspectos corporativos e reserva de mercado. O objetivo é garantir uma informação jornalística voltada para o público e para o interesse público.

A publicização de fatos e acontecimentos contribui, de alguma forma, para adequação, conformação e transformação do mundo por homens e mulheres. Esse processo passa, em uma sociedade marcada pela oralidade, como a brasileira, também pela informação que construímos, e acessamos na tela da televisão.

No dia 1° de dezembro de 2020 o JN foi a maior audiência da Globo superando a novela do horário nobre. É o que venho dizendo há algum

tempo, a centralidade do telejornalismo na tevê brasileira como a forma mais fácil de acesso à informação, ao mundo que nos cerca em sociedades cada vez mais complexas. Com certeza não estamos assistindo o telejornal das décadas de 70, 80, 90 e começo deste século. Mas, longe está a morte do telejornal como fenômeno social no Brasil.

Como diz Paulo Freire: para compreender, entender e mudar o Brasil é preciso "molhar-se" pela cultura de seu povo. Uma cultura marcada pelo audiovisual, que além da informação cotidiana pode também dar acesso aos direitos, humanos e sociais.

No Brasil que (é) ditado, vale lembrar que Jornalismo e democracia caminham juntos...Um Jornalismo em que a dor da gente sai no telejornal...

Pluralismo, diversidades, cidadania: A apuração de compromissos e utopias do (tele) jornalismo

Iluska Coutinho, Lara Linhalis e Jhonatan Mata

Um capítulo de abertura de um livro, mesmo que este seja um e-book, pode ser lido ou encarado como um ponto de partida, embora a ideia de linearidade pareça entrar em descompasso com o ambiente digital de circulação de informações e conhecimentos. Por outro lado, entendemos que a ideia de contar estórias, seguir narrativas é uma forma de troca, de diálogo entre nós e outro, mais também intercâmbio de saberes. Assim, é importante assinalar onde começa a trajetória dessas reflexões, tecida aqui como uma história de muitas vozes, uma busca por diversidades e cidadanias, também plurais, e que seriam potencialmente acessadas por meio do (tele) jornalismo.

O interesse pelo Jornalismo e pelo Audiovisual, e suas interfaces, tem articulado estudos desenvolvidos no âmbito do NJA - Núcleo de Jornalismo e Audiovisual, grupo de pesquisa que desenvolve projetos também de extensão e treinamento profissional na Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCOM-UFJF). Em 2018 um tema comum passou a ser trabalhado por pesquisadores de diferentes níveis de formação: como pensar a relação entre Telejornalismo e os Direitos Humanos no ano em que a Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) completava sete décadas de existência? A busca por responder essa questão passou pelo desenvolvimento de investigações que contaram com a participação de bolsistas de iniciação científica; pela realização de diferentes edições do "Ciclo de Estudos em Jornalismo e Audiovisual", projeto de treinamento profissional em diálogo com a perspectiva extensionista; pelo desenvolvimento de materiais em vídeo[1] e por uma

série de discussões e debates coletivos entre estudantes de graduação em Jornalismo e RTVI; mestrandos, doutores, mestres, doutorandos e profissionais da Comunicação. Parte desses resultados são apresentados nesse livro, reconhecendo os limites de transpor para uma dimensão textual, toda a potência transformadora possível em uma questão, que nos levou a várias outras inquietudes, perguntas, assombros.

Um deles está diretamente relacionado à constatação de que 70 anos depois da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos como ideal comum proclamado em 1948 na Assembleia da ONU, seus artigos e, antes, mesmo seu preâmbulo ainda estejam em disputa: nas telas de TV, smartphones, computadores e para além delas, no mundo da vida tal como entendido por Habermas, como elemento último de integração social. Já em 2008, ano em que a DUDH completava seis décadas, Celso Lafer avaliava em ensaio publicado inicialmente em uma coletânea que o reconhecimento da dignidade da pessoa humana seria "um consenso internacional frágil" (LAFER, 2008). A notícia do assassinato de um negro, por espancamento, no estacionamento de um hipermercado em Porto Alegre, uma presença incômoda em múltiplas telas em 20 de novembro de 2020 mostra a brutal atualidade da análise realizada há mais de uma década.

Tributária do projeto da modernidade, a institucionalização do jornalismo tal como o conhecemos, como salvaguarda da democracia, instrumento preferencial de acesso a um mundo que se complexificava no início do século XX, integra um projeto iluminista, assim mesmo, no singular. A própria forma de "disseminação"[2] das notícias na mídia massiva pressupõe uma dada singularização de mensagem e canal, ainda que os retornos antes mais silenciosos tenham ganhado relevo e vocalização, seja na perspectiva da mediação ou mais contemporaneamente nas pesquisas e práticas da interatividade.

No Brasil o poder fiscalizador atribuído aos jornalistas se materializa sobretudo na televisão, mídia cuja centralidade foi confirmada na última pesquisa sobre hábitos de consumo de informação realizada pelo

governo federal (Pesquisa de Mídia Brasileira, 2016). Nessa perspectiva uma das questões que emerge é: qual o papel do telejornalismo para a construção de uma sociedade de direitos humanos, individuais e coletivos? Entendido como um direito de quarta geração, o direito à comunicação seria uma forma de acessar outros direitos, a partir de seu (re) conhecimento pelos telespectadores, no caso do jornalismo audiovisual.

As telas noticiosas poderiam assim ser entendidas como interfaces para uma sociedade que concretize a noção de comunidade, inscrita no ideal comum propagado pela DUDH, direitos cujo exercício caberia também ao jornalismo informar e fiscalizar. Seja pelo negativismo em geral atribuído aos noticiários, mas sobretudo pela não efetivação dos princípios da Declaração Universal em um mundo e país marcados pela desigualdade, os direitos humanos são enquadrados pela sua ausência, pela negação da humanidade há muitos.

A face desigual da sociedade já referida, contudo, salienta nesse caso que o jornalismo não pode ser singular, porque a sociedade é diversa. No acesso aos direitos, à cidadania, à informação, à propagação de sua voz e imagem; à escuta, enfim. Uma sociedade cidadã, democrática, demanda um (tele) jornalismo capaz de mostrar o diverso, de ser plural e mesmo de garantir que a cidadania seja experimentada em sua plenitude por humanos, seres de direitos. Ao longo dos textos apresentados nessa obra, tecidos coletivamente, buscamos apurar em que medida os telejornais, sobretudo, mas também outras materialidades audiovisuais, tem cumprido seu papel de denunciar, mas também de anunciar uma sociedade de múltiplas faces, vozes, cidadanias.

Alguns métodos, olhares e construtos foram balizas nesse percurso. Entre eles ganham destaque os conceitos de pluralismos, diversidades e cidadanias, que servem de título a esse capítulo. A escolha por grafá-los no plural relaciona-se às tentativas de incluir diferentes perspectivas, teóricas inclusive, mas também e principalmente, pela utopia inscrita no

subtítulo. Presentes nos trabalhos de autores do campo da Economia Política da Comunicação, do Jornalismo e também nas práticas e produções de coletivos comprometidos com a democratização da comunicação, tais conceitos estão longe de definições consensuais, o que reforça a opção por grafá-los no plural.

Nas telas, e nas páginas de estudos que apresentam reflexões sobre a comunicação e o jornalismo nelas acessível, evidenciam-se personagens mais ou menos conhecidos, cenários da ação (e em alguns momentos de inação), tramas e conflitos, como propõe a perspectiva teórico-metodológica da dramaturgia do telejornalismo (COUTINHO, 2012). A análise da materialidade audiovisual, método desenvolvido no âmbito do NJA, é outra recorrência nos capítulos, que buscam a partir de questões e objetos de observação distintos analisar as relações entre os noticiários de TV e os direitos humanos.

Assim, em defesa do diverso, e convocando um saber popular que denuncia um lambuzar-se daqueles que "nunca comeram melado", propomos que também o telejornalismo, entendido em uma perspectiva ampliada como jornalismo para telas (EMERIM, 2017), seja grafado no plural, que tenhamos telejornalismos que atuem em defesa dos direitos humanos, em uma busca da concretização do adiado ideal comum inscrito na DUDH, dignidade + seres humanos...humanidade.

A humanidade que podemos ser[3]

"Somos mesmo uma humanidade?". Assim nos interpela Ailton Krenak, em suas Ideias para adiar o fim do mundo (2019). Segundo o doutor honoris causa pela UFJF, "Precisamos ser críticos a essa ideia plasmada de humanidade homogênea na qual há muito tempo o consumo tomou lugar daquilo que antes era cidadania" (KRENAK, 2019, p.23). Krenak acredita que uma ideia de cidadania atrelada ao consumo nos aparta de uma diversidade de modos de existir.

> Não tem gente mais adulada do que um consumidor. (...) Então para que ser cidadão? Para que ter cidadania, alteridade, estar no mundo de uma maneira crítica e consciente, se você pode ser

> um consumidor? Essa ideia dispensa a experiência de viver numa terra cheia de sentido, numa plataforma para diferentes cosmovisões (KRENAK, 2019, p. 24).

Krenak defende que a própria colonização dos povos se sustentava (sustenta-se, ainda?) no pressuposto de que há uma humanidade esclarecida, que deveria trazer à luz uma humanidade obscurecida. De fato, são inúmeras as histórias que lemos em que povos originários, no momento em que se deparam com os primeiros invasores de suas terras, são postos à prova em relação à sua humanidade. A régua, em muitos casos, era possuir ou não uma alma. "Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história" (KRENAK, 2019, p. 11).

Durante muito tempo, acredita Krenak, fomos embalados por essa história e agora, somente no século XXI, estamos nos deparando com ideias de pensadores que partilham outros modos de ser e estar no mundo, originados de diferentes culturas, os quais tensionam essa ideia de humanidade eurocêntrica justamente por terem estado por tanto tempo apartados do mínimo exercício do ser. São povos indígenas, quilombolas, caiçaras, aborígenes, entre outros, "(...) uma camada mais bruta, rústica, orgânica, uma sub-humanidade, uma gente que fica agarrada na terra." (KRENAK, 2019, p. 21, 22).

Uma abstração civilizatória, para Krenak, nos aliena da Terra, este organismo do qual nos divorciamos principalmente a partir dos postulados do que convencionou-se chamar modernidade, um paradigma que, segundo Bruno Latour (1994) desmembrou, de vez, natureza e cultura. Para Krenak (2019), é a partir então deste momento, especialmente, que passamos a imaginar que a Terra é uma coisa e nós, outra.

> A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo uma abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos.

> Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo (KRENAK, 2019, p.22-23).

Ao acessar Boaventura de Sousa Santos (2007), Ailton Krenak crê que uma "ecologia dos saberes" deveria ser a tônica para nossa experiência como comunidade. Ao ser referir ao termo criado pelo sociólogo português - a ecologia de saberes - Krenak aciona uma proposta de descolonização da vida, das instituições e do próprio modo de apreender a realidade (e, por consequência, de produzir conhecimento). Ao tratar da ecologia dos saberes, Santos parte do princípio de que "o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal", e no campo do conhecimento, essa espécie de postulado da modernidade "(...) consiste na concessão à ciência moderna do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, em detrimento de dois conhecimentos alternativos: a filosofia e a teologia" (SANTOS, 2007, p. 3). O autor então faz uma importante observação: essas tensões entre ciência, filosofia e teologia acontecem num certo campo de legitimidade, "todas elas têm lugar deste lado da linha", enfatiza. A visibilidade destes modos de apreender a realidade relegam ao incomensurável e incompreensível outras formas de conhecimento que não compactuam com uma certa epistemologia moderna ocidental.

> Refiro-me aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas do outro lado da linha. Eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso. É inimaginável aplicar-lhes não só a distinção científica entre verdadeiro e falso, mas também as verdades inverificáveis da filosofia e da teologia que constituem o outro conhecimento aceitável deste lado da linha. Do outro lado da linha, não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjectivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objectos ou matéria-prima para a inquirição científica. Assim, a linha visível que separa a ciência dos seus "outros" modernos está assente na linha abissal invisível que separa de um lado,

> ciência, filosofia e teologia e, do outro, conhecimentos tornados incomensuráveis e incompreensíveis por não obedecerem, nem aos critérios científicos de verdade, nem aos dos conhecimentos, reconhecidos como alternativos, da filosofia e da teologia. (SANTOS, 2007, p.3-4).

A fim de explorar a própria diversidade que abriga a ideia de ciência, além de trazer para o campo do legítimo outros modos de conhecer, é que Santos (2007) propõe uma ecologia de saberes. De fato, faz-se urgente esse movimento, considerando que, segundo nos ensina Krenak, "Há centenas de narrativas de povos que estão vivos, contam histórias, cantam, viajam, conversam e nos ensinam mais do que aprendemos nessa humanidade" (KRENAK, 2019, p.31). Krenak sinaliza algo que é central na cosmovisão ameríndia, quando ele diz que há "outras companhias que fazem essa viagem cósmica com a gente" (p.31). Por essa via, o intelectual indígena acessa então o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro e seu "perspectivismo ameríndio", sobre o qual iremos tratar mais à frente, ao dizer que o conceito chama atenção para o fato de que "(...) os humanos não são os únicos seres interessantes e que têm uma perspectiva sobre a existência. Muitos outros também têm" (KRENAK, 2019, p. 32).

Talvez, como acredita Krenak, estejamos acostumados sobremaneira a um tipo de existência. "É importante viver a experiência da nossa própria circulação pelo mundo, não como uma metáfora, mas como fricção, poder contar uns com os outros" (KRENAK, 2019, p.27). E, se assim o é, torna-se necessário também pensar/imaginar novas formas de cidadania, em que outros existentes sejam implicados, para além da humanidade de um clube seleto. Por essa via, para que uma outra cidadania possa ser imaginada, é importante que uma outra comunicação seja inventada. Como então comunicar pela diferença?

A comunicação pelo equívoco

Massimo di Felici (2017) entende que comunicar, hoje, "(...) significa conectar-se às redes e ecologias complexas compostas por dispositivos, interfaces, dados, corpos, circuitos, cabos, inteligências artificiais e substâncias de vários tipos" (DI FELICI e PEREIRA, 2017, p.11). Por outro lado, do modo como explica Evandro Medeiros Laia (2019) "O que vemos na comunicação é, frequentemente, uma abordagem que repete o paradigma da metafísica, separando sujeitos de objetos, e neste caso, a produção humana da tecnologia que a torna possível, que a agencia" (LAIA, 2019, p.131). Esse modo como a comunicação se dá, nesta nossa ambiência (a da humanidade do "clube seleto", expressão de Ailton Krenak), parece-nos a mimetização de uma cosmologia fundante da modernidade, ou seja, "(...) a ideia de que há uma natureza única, imutável, coletiva, e que nós, os homens, criamos acesso a ela por meio de estratégias culturais" (GUIMARÃES e LAIA, 2014, p. 6). Di Felici acredita ainda na possibilidade de fazer precipitar uma certa ideia de comunicação a partir da cosmovisão ameríndia: "É próprio neste aspecto de um comunicar que se apresenta como uma condição habitativa e como uma ecologia conectiva no interior da qual tudo relaciona-se e interage que encontramos a aproximação com a dimensão cosmológica e comunicativa dos povos ameríndios" (DI FELICI e PEREIRA, 2017, p.11). Tarefa que Guimarães e Laia (2014) vem se debruçando, a partir de uma comunicação pelo equívoco, como veremos mais à frente.

É especialmente a partir do estudo dos povos amazônicos que Eduardo Viveiros de Castro (2002; 2015) fez surgir o "perspectivismo ameríndio". Esse conceito abriga a crença, partilhada por algumas cosmovisões ameríndias, de que o mundo é habitado por diferentes tipos de seres (humanos e não-humanos) que são sujeitos, ou seja, têm capacidade de agência sobre o mundo, são pessoas (mesmo que pessoas não-humanas), agem com base em intencionalidade e reflexividade. O perspectivismo traz também a ideia de que cada um desses seres se vê como humano, vendo todos os outros, então, como não-humanos.

Nesse sentido, a partir deste conceito, é possível acessar uma ideia de humanidade relacional (só sou humano em relação a…) e também uma ideia de humanidade moral, partilhada por uma grande quantidade de existentes, os quais se diferenciariam então pelo corpo (pela "natureza").

Por habitarmos então pontos de vista diferentes, não falamos as mesmas coisas, o que dizemos é sempre multirreferencial. Assim, segundo este modo de existir, não seriam as culturas acessos diferentes à mesma natureza, e sim a cultura como um a priori, e as naturezas como dependentes deste ponto de vista ocupado pelo indivíduo. O tipo de história a seguir elucida bem a teoria do perspectivismo, e, por consequência, a concepção de equívoco acionada por Viveiros de Castro.

> Aqui tenho em mente o tipo de mito em que, por exemplo, o protagonista humano se perde nas profundezas da floresta e chega a uma aldeia estranha. Ali os moradores o convidam para beber uma refrescante cuia de 'cerveja de mandioca', que ele aceita com entusiasmo e, para seu horror, seu anfitrião coloca à sua frente uma cuia cheia de sangue humano[4] (VIVEIROS DE CASTRO, 2004, p.9, tradução dos autores).

É importante perceber que, neste relato, após ser capturado por outro ponto de vista, o humano passa a ver os animais como pares, ou seja, como humanos também. Somente quando toma a bebida é que ele percebe o equívoco. "O que o interlocutor chama de cerveja de mandioca, na verdade, para ele, é sangue humano. O mesmo nome, em realidades distintas, serve para designar coisas completamente diferentes" (GUIMARÃES e LAIA, 2014, p.8-9). Aí está o equívoco, "dispositivo de objetivação", "condição-limite de toda relação social", fundamento da comunicação entre antropólogos e nativos, na visão de Viveiros de Castro (2015).

> Um equívoco não é um erro, um logro ou uma falsidade, mas o fundamento mesmo da relação que o implica, e que é sempre uma relação com a exterioridade. Um erro ou um engano só podem se determinar como tais dentro de um mesmo 'jogo de linguagem', ao passo que o equívoco é o que se passa no

> intervalo, o espaço em branco entre jogos de linguagens diferentes. O engano e o erro supõem premissas já constituídas, e constituídas como homogêneas, ao passo que o equívoco não apenas 'supõe' a heterogeneidade das premissas em jogo - ele as põe como heterogêneas, e as pressupõe como premissas (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 92).

O que propõem Guimarães e Laia (2014) é que a partir dessa ideia se inaugure uma comunicação pelo equívoco. Por essa via, não seria o entendimento, o consenso e a ordem, mas sim a incompreensão que marcaria o processo comunicativo. Nesse sentido, uma boa tradução de mundos, engendrada num processo comunicativo, seria aquela que daria visibilidade a esses equívocos: o equívoco, então, atuaria como o meio de comunicação por excelência entre variadas posições de perspectivas. Viveiros de Castro (2004) defende então que "Para traduzir é preciso presumir que uma equivocação sempre existe, e é isso que comunica as diferenças ao invés de silenciar o outro presumindo uma univocidade (...) entre o que o Outro e nós estamos dizendo" (p. 8). Justamente quando esse descompasso é ignorado é que surgem as disjunções comunicativas, os desentendimentos: a comunicação a todo o custo produziria inevitavelmente a não-comunicação. É o que defende Laia:

> Esta seria uma comunicação na qual a diferença não é reduzida à identidade, ou seja, uma ontologia plana que respeite os modos diversos e por vezes intraduzíveis de existência, e ao mesmo, tempo, em rede, já que a entrada, saída ou movimento de um ator transforma toda a configuração deste ambiente sociotécnico. A comunicação pelo equívoco não é a comunicação por repertório: aqui é o que se diferencia que comunica, e não o que tem identidade, o que cria repertório (LAIA, 2019, p.145).

Viveiros de Castro (2015) sinaliza, ainda, que, se o equívoco não é um erro ou ainda uma mentira, "(...) mas a forma mesma da positividade relacional da diferença, seu oposto não é a verdade, mas o unívoco, enquanto pretensão à existência de um sentido único e transcendente"

(p.93). Essa pretensão, da qual fala Viveiros de Castro, é também a presunção de uma ideia de comunicação que se baseia na ordenação e redução da diferença.

Donna Haraway (2000) acredita que tanto as biologias modernas quanto as ciências da comunicação são edificadas a partir do que ela chama de operação comum: "a tradução do mundo em termos de um problema de codificação, isto é, a busca de uma linguagem comum na qual toda a resistência ao controle instrumental desaparece" (HARAWAY, 2000, p.64). E nesse esforço coletivizante (WAGNER, 2010), toda heterogeneidade passa a ser submetida a um investimento do campo da neurose.

Essa pretensão de conhecimento a todo custo, da comunicação perfeita (o unívoco, de Viveiros de Castro) está fora do campo do possível no âmbito de uma comunicação transespecífica (entre espécies diferentes de seres) engendrada por aqueles que, em certas cosmologias ameríndias, são autorizados a cruzar perspectivas e traduzir mundos, como os xamãs indígenas. Davi Kopenawa explica que "apenas os xamãs são capazes de contemplar os xapiri[5], pois, tornados outros com a yãkoana6, podem também vê-los com olhos de espírito" (KOPENAWA, 2015, p. 118). O antropólogo Renzo Taddei (2020), a partir da leitura de "A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami" (KOPENAWA, 2015) faz a seguinte inferência, considerando o fato de que, segundo algumas cosmovisões ameríndias, todos os seres são passíveis de um ponto vista, sendo todos igualmente verdadeiros e diferentes entre si: há um limite no que pode ser conhecido, assim, é impossível que o xamã conheça tudo, de modo que cada ato de conhecimento deva ser um ato de cuidado (TADDEI, 2020).

Uma cosmovisão ameríndia, de acordo com Viveiros de Castro (2015) nos provoca a pensar um análogo do que chamamos aqui, no ocidente-humanista, de epistemologia, na qual o acesso ao cosmos comum se dá não a partir da figura do cientista, mas pelo xamã. "Contra todo senso comum ocidental, aqui não é sujeito que cria um ponto de vista, a partir

de seu lugar essencial, imutável, mas justamente o contrário" (GUIMARÃES E LAIA, 2014, p. 7). O xamanismo ameríndio, segundo Viveiros de Castro (2015), é compreendido como "a habilidade manifesta por certos indivíduos de cruzar deliberadamente as barreiras corporais entre as espécies e adotar a perspectiva de subjetividades 'estrangeiras', de modo a administrar as relações entre estas e os humanos" (2015, p.49). Nesse sentido, o xamã é um existente que se empenha em traduzir mundos ocupando um lugar-limite, a partir do qual ele olha para esses mundos. Ele tem dupla cidadania. Viveiros de Castro diz ainda que o xamanismo é uma arte política, uma diplomacia. A partir desta potente comunicação pela diferença, Guimarães (2016; 2019) imaginou a provocação "Jornalismo de Perspectivas": um experimento conceitual baseado no deslocamento trans-específico dos xamãs, ou seja, no modo como os xamãs fazem dialogar diferentes corpos e, por isso, diferentes perspectivas, tornando-se outros.

Existe uma passagem do livro Paletó e eu (2018), da antropóloga Aparecida Villaça, que é bastante elucidativa desse movimento de tornar-se outro: ela conta de uma indígena wari´que atuava como uma xamã e que um certo dia foi ao encontro do marido na floresta, porque ele havia matado muitos macacos-prego. Quando essa indígena viu as presas, mordeu o pescoço de uma delas e bebeu seu sangue. Ela cuspiu depois, e o que saiu da sua boca não foi sangue, foi chicha de milho. E aí Aparecida explica que para os Wari' o que a gente vê como sangue, a onça vê como chicha de milho. A mulher xamã, ali, então, tendo se identificado com onça, passou a ter dois corpos simultâneos (humano e animal) "(...) e fazia um tipo muito particular de tradução. Em vez de substituir uma palavra por outra, como o fazem os nossos tradutores, transformava, em seu corpo, uma coisa em outra" (VILLAÇA, 2018, p.93). Nesse sentido, como esse "tipo muito particular de tradução", pode atuar como inspiração para uma tradução engendrada por um jornalismo possível? Há alguns pressupostos que nos parecem férteis para imaginar um Jornalismo de Perspectivas, na companhia de

Guimarães (2016; 2019), todos eles derivações do perspectivismo ameríndio, por visibilizar um modo de existir em que a humanidade é compartilhada e relacional. Más há um em especial que gostaríamos de trazer aqui e que se relaciona com uma ideia de ética do zelo, entendida aqui como um análogo de moral numa cosmovisão ameríndia.

Taddei (2020b) usa o contexto da pandemia do novo Coronavírus para acenar sobre esta ética: com a alta taxa de transmissão do vírus, qualquer deslocamento nosso pode ser uma decisão de vida e morte para outra pessoa. Nesse sentido, quando cuido de mim, cuido do outro, justamente porque a existência do outro depende da minha existência. Essa ideia aparece no perspectivismo ameríndio e está presente também nos relatos de Ailton Krenak (2019) e Davi Kopenawa (2015), especialmente, sempre em forma de histórias que ainda estamos aprendendo a levar a sério. A ética do zelo é, sobretudo, uma prerrogativa para a possibilidade de sucesso das traduções xamânicas, e, por conseguinte, estamos apostando, de um jornalismo que se disponha a traduzir pela diferença, a se comunicar pelo equívoco.

Que tipo de postura e que tipo de narrativas, nós, jornalistas, podemos desenvolver em que a ética do zelo seja incorporada como valor primordial do trabalho? Em que medida nossa deontologia profissional dá conta desta ética e quais tensionamentos ela provoca com o que temos disponível? Obviamente há riscos incalculáveis neste exercício, o de se comunicar pelo equívoco: você pode ser capturado por outra perspectiva, como na história contada por Viveiros de Castro (2004), e até mesmo não voltar para a perspectiva de origem. Qual o limite dessa transformação para não perder a comunicabilidade com a “aldeia” - um análogo de público, para os jornalistas?

Sonhos que podemos ter?

As próprias concepções de público, acessível a partir das aldeias que integram desde as perspectivas dos povos originários à imagem-conceito de aldeia global, televisiva, assim como as próprias promessas do

jornalismo são também tributárias do projeto inconcluso de modernidade. A constatação de que "jamais fomos modernos" (LATOUR, 1994) pode nesse sentido ser compreendida em um viés propositivo, no sentido de que haveria ainda um porvir, horizonte a ser traduzido e buscado, também por meio da pesquisa e do ensino do Jornalismo, potencializado pelos diálogos e informações acessados no Brasil sobretudo por meio de telas, via telejornalismo.

Diálogos que nesse subtítulo colocam em contato Ailton Krenak e os Engenheiros do Hawai, da reflexão ancestral ao pop rock, a questão se transforma em virtualidade. Entender quem pensamos ser, processos de reconhecimento que em uma sociedade midiatizada como a brasileira passam também pelo telejornalismo, também implicaria assumir um devir mais plural, diverso e cidadão, como sugere o título desse capítulo. É também por meio de encontros, como os que ocorrem nas páginas a seguir, que temos sonhado em um jornalismo que nos transforme, em uma informação entendida como potência de alcançar humanidades que incluam pluralismos, diversidades, cidadanias...termos e sonhos plurais que são cada vez mais atravessados pelo audiovisual.

Tateando a obra "As estratégias Sensíveis", de Muniz Sodré (2006) levamos em consideração que o audiovisual contemporâneo, mesmo que veiculado em espaços pré-estabelecidos com suas respectivas estratégias discursivas, opera com a relação entre duas subjetividades, ou seja, os interlocutores. Sodré resume, com uma interrogação, o que seriam as "estratégias sensíveis" (2006, p.9): "Quem é, para mim, este outro com quem eu falo e vice-versa?".

O questionamento, que não é elucidado apenas com a racionalidade linguística ou lógicas argumentativas da comunicação, encabeça a "estratégia", já que configura jogos de vinculação dos atos discursivos às relações de localização e afetação dos sujeitos no interior da linguagem. Esta suposta "indefinição de fronteiras" reaviva questões já analisadas na obra "O amador no audiovisual" (MATA, 2019). Num dos trechos do livro, Mata tece uma analogia entre o amante-amador da premiada obra

literária "O Amante", de Marguerite Duras e o amador presente em diversas narrativas audiovisuais da atualidade, representante ativo de "humanidades heterogêneas" que muito nos importam.

> Entregando-nos aos perigos, inconstâncias, mas também à importância das generalizações, temos, em ambos, uma "espécie" de narrador experimental, habitante de histórias fragmentadas, mudanças de pontos de vista. Um "narrador-primeira-pessoa", que caminha pela trama - de Saigon ou do "planeta-vídeo" de forma intensa, quase alegórica, realçando afetos ou rancores com pegadas discursivas profundas e, ao mesmo tempo, desenraizados do "campo especializado". (...) Há outra "assinatura" compartilhada, conformada como um diferencial do produto, que, segundo nossa hipótese, corresponde justamente a uma "não-estratégia" dos modos de atuar, produzir conteúdos e formatos em áudio e vídeo e/ou representar os acontecimentos (MATA, 2020, p. 65).

Na publicação, contemplada com edital público da Editora UFJF, o autor explica que, a partir da inserção de processos e recursos vistos como amadores num ambiente profissional, os valores simbólicos e afetos ganham destaque, já que "não temos mais um corpo posto a trabalhar e uma alma independente de paixões, mas uma alma posta a trabalhar" (MATA, 2020, p. 65). E é justamente esse "trabalho da alma", construção que soa romântica, mas por nós pode ser vislumbrada como "a produção de si" que pretendemos mapear nas análises diversas aqui apresentadas.

Video sapiens: o sensível orgulho de se assumir demasiado humano

Assumimos nesta obra uma noção de "cultura visual" muito próxima daquela conceituada pelo professor de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás Raimundo Martins (2012, p.70). O pesquisador a coloca num campo emergente, transdisciplinar e trans metodológico, sob um prisma que discute e trata som e imagem para além de seu valor estético. Dessa forma, buscamos "compreender o papel da imagem na vida das culturas" (MARTINS, 2012, p.26), inserindo nossos objetos

numa espécie de “combo audiovisual contemporâneo”. Essa mistura, aqui vista por nós como “estratégia sensível” (Sodré, 2006) cria uma nova racionalidade inerente às tecnologias da informação. Uma nova cidade humana, que implode a oposição logos/pathos (razão e paixão). E mostra a urgência de outra posição interpretativa que atue para além da interação entre forças mecânicas e valorize os dispositivos de afeto como a simpatia, a antipatia, o amor. Sodré cita Giberto Freyre e sua tentativa de análise da sociedade brasileira para além do poder do Estado e privilegiando afetos, formas e até odores em seus estudos. Bebendo da mesma vontade analítica de Freyre e incorporando-a às aspirações de Darcy Ribeiro, nosso livro também compartilha com este educador a necessidade de olhar no olho de brasileiros de todo tipo, dos gabinetes de Brasília às tribos dos índios do Xingu, ainda que muitas de nossas conversas e olhares sejam mediados por textos - audiovisuais ou não. Com Ribeiro, obtivemos um de nossos poucos convencimentos: aquele que diz que somos o lugar da própria utopia, “Éden-limbo”, seja em idílicas fantasias de um jardim tropical ou em representações perversas de unidades nacionais, que nos fazem repensar o mundo como projeto, sobretudo nos telejornais, inventando comunismos bonitos e feios de bons e maus selvagens, sonhando com vidas possíveis, mais gostosas de vivenciar

> Qual é a trava que não permitiu e não permite ainda, a tantos missionários, ver a beleza da existência humana das comunidades indígenas que eles destroem cruelmente, em nome de uma quimera que sua própria sociedade não realizou jamais? Isso é tanto mais espantoso quando se verificam os vínculos de difusão de notícias sobre as sociedades indígenas ainda não estratificadas em classes, com o ascender do pensamento utópico na Europa. Foram as notícias delas que inspiraram Thomas Morus, escandearam Erasmo e Campanella, alentaram Rousseau a inverter o entendimento europeu do mundo. Com base nelas é que se arrancou o Paraíso Perdido do passado, para projetá-lo, mirífico, no futuro (RIBEIRO, 2010 p. 52).

O termo Video Sapiens, que intitula nossa obra, tenta condensar toda uma sorte de diálogos e conflitos que reconhecemos existir ao trabalhar importantes relações entre o jornalismo, o audiovisual e os direitos humanos. Sintetizar, num título, questões que abarcam panoramas diversos em tempo e espaço é tarefa árdua, a ser complementada em momento oposto, o das análises. Implica agrupar cenários que vão da quase centenária junção do ver com o ouvir do cinema falado, passando ao *technicolor* até nos entregar às experiências imersivas em alta definição de som e imagem e a indefinição de fronteiras entre produtores e consumidores de audiovisual, amalgamados em personas conceituais contemporâneas como *prosumers, pro-am's* e *influencers*. Exige caminhar das alvas placas da Acta Diurna de um Júlio César anterior a Cristo, parar para agradecer a Gutenberg pelos tipos móveis e desembocar no telejornalismo do presente, mergulhado em múltiplas telas, "tipos" e tipificações perigosos, novas-velhas dramaturgias e melindrosas pós-verdades. Em paralelo, precisamos analisar o jornalismo e o audiovisual, que nos são tão caros, a partir de uma perspectiva do "homo sapiens", ou "homem sábio", espécie caracterizada pelo cérebro altamente desenvolvido, que o capacita ao raciocínio abstrato e à resolução de problemas complexos. Sociais por natureza, hábeis criadores e utilizadores de ferramentas, chegamos paradoxalmente ao século XXI com questões ainda mal resolvidas e desníveis de acesso em relação aos nossos próprios direitos- ou aos "direitos humanos". "Video Sapiens" se configura, nesse contexto, não como uma encontrada peça de um quebra-cabeças antigo ou mapa conceitual e teórico recuperado de algum baú recém-aberto. Em nossos textos, que vão da arte à nutrição sabendo-as complementares, a preocupação maior se concentrou em lançar luz para espaços incompletos, peças assumidamente não acopláveis e jogos obsoletos de poder e de narrativas. Uma iluminação do equívoco que atravessa os bem-tramados tecidos discursivos que sempre o tentam encobrir. E mesmo um chamamento para a criação de novos mapas teóricos e

metodológicos, com o reconhecimento, mas sem amarras ou ilusões em relação às reflexões que nos trouxeram até aqui.

Os encontros indicados no sumário colocam em um primeiro diálogo, as produções realizadas para essa obra e sua apresentação, seja por um integrante do NJA, ou por parceiros de pesquisa. Afinal, se como propõe Vinícius de Moraes, "a vida é a arte do encontro", a proposta é que nossas reflexões também realizem espaços e trocas, encontros.

Referências

COUTINHO, Iluska. Dramaturgia do telejornalismo: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-MG. Rio de Janeiro: Mauad-X, 2012.

DI FELICE, Massimo; PEREIRA, Eliete S. (Orgs.). Redes ecológicas e comunicativas indígenas: as contribuições dos povos originários à teoria da comunicação. São Paulo: Paulus - Coleção Comunicação, 2017.

DURAS, Marguerite. O Amante. Tradução de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: O Globo: São Paulo, 2003.

EMERIM, Carlida. Telejornalismo ou jornalismo para telas: a proposta de um campo de estudos. Estudos de Jornalismo e Mídia. v. 14 n. 2. 2017. Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2017v14n2p113. Acesso em 30/06/2019.

GUIMARÃES, Lara Linhalis. Uma invenção de jornalismo: ninjas, xamãs e outras perspectivas. 177f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

_____. Jornalistas e xamãs: a performance na cosmologia ameríndia e a invenção de um jornalismo diferenciante. In: Anais [...] XXVIII Encontro Anual da Compós, Anais, Porto Alegre, 2019.

GUIMARÃES, Lara Linhalis; LAIA, Evandro Medeiros. Comunicação pelo equívoco: anotações para uma teoria antropológico-comunicacional. In: Moisés de Lemos Martins & Madalena Oliveira (ed.) Comunicação ibero-americana: os desafios da Internacionalização. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 2014.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da

(org). Antropologia do Ciborgue: As vertigens do pós-humano. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.
KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
LAFER, Celso. História da declaração. 2008. Disponível em https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/historia-da-declaracao-por-celso-lafer/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-19481/. Acesso: 20/11/2019.
LAIA, Evandro Medeiros. Comunicação pelo Equívoco: anotações para uma teoria plana e em rede. In: PRADO, Jan Alyne; SATUF, Ivan (orgs.). Comunicação em ambiente digital. Covilhã, Portugal: UBI/Labcom, 2019.
LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
MATA, Jhonatan. O amador no audiovisual: a incorporação de conteúdos gerados por cidadãos comuns às produções jornalísticas da TV brasileira. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2020.
RIBEIRO, Darcy. A América Latina existe? Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora UnB, 2010.
SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 79, nov. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004>. Acesso em: 15 nov 2020.
SODRÉ, Muniz. As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.
TADDEI, Renzo. “Traduções - Ep 1: Renzo Taddei” (Live). Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=N7JcLO511lE&t=4197s. Acesso em 14 maio 2020.
TADDEI, Renzo. “Kopenawa e o trabalho dos xamã” (Live). Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=r4ZFYqapUqY. Acesso em 15 jul 2020.
VILAÇA, Aparecida. Paletó e eu: memórias de meu pai indígena. São Paulo: Todavia, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
_____. Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation. Tipití. Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America, 2, 2004. Disponível em http://digitalcommons.trinity.edu/tipiti/vol2/iss1/1. Acesso em 20.05.2013.
_____. Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Cosac e Naify, 2015.
WAGNER, Roy. A invenção da cultura. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

Notas

1Esses materiais podem ser acessados no canal do NJA na plaraforma YouTube. Disponível em https://www.youtube.com/channel/UCR5f-t2TaZsEGxvaWhFLH0A/featured

2 A concepção de que um centro irradiador distribuiria informações e modelos de ação e conduta também se reflete na corrente de estudos da Comunicação para o desenvolvimento (Communication for development), que no Brasil inspirou a sub-área de Comunicação Rural, que se ancorava em seus primórdios na perspectiva do difusionismo.

3 Referência ao título de um dos capítulos do livro “Ideias para adiar o fim do mundo”, de Ailton Krenak (2019). A expressão utilizada no livro é “A humanidade que pensamos ser”.

4 Here I have in mind the type of myth where, for example, the human protagonist becomes lost deep in the forest and arrives at a strange village. There the inhabitants invite him to drink and refreshing gourd of “manioc beer”, which he accepts enthusiastically and, to his horrified surprise, his host place in front of him a gourd brimming with human blood (VIVEIROS DE CASTRO, 2004, p. 9).

5 Espécie de seres os quais teriam como análogos o que entendemos como espíritos da floresta.

6 Pó produzido a partir da casca da árvore *yakoana hi*.

Seção 1
Da comunicação como direito humano

Escalas para garantir direitos: acesso à informação local em foco

Gustavo Pereira

O texto busca trabalhar a questão do direito à informação a partir da compreensão sobre a informação local no Brasil, bem como sua grande extensão territorial, o que possibilita diferentes narrativas, identidades e representações.
Garantido como direito fundamental, a informação/comunicação é um modo ao qual os cidadãos são apresentados às realidades que estão ao seu redor, seja ela de nível micro, ou local, até o macro, que compreende o nacional ou mesmo o global.
E para defender o direito à informação e à comunicação como um direito fundamental exposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 1948, o texto busca delimitar os conceitos de território e de escala, já que é a partir deles em que seria possível o entendimento sobre as regiões de "quase deserto" e de "deserto" de informação, que são as localidades em que esse direito à comunicação muitas das vezes acaba se resumindo ao âmbito regional ou nacional, perdendo-se o caráter local ou representativo para os cidadãos, que acabam absorvendo conteúdos que não dizem respeito às suas especificidades e identidades.
Para isso, o autor retoma a história da mídia, defendendo que ela surge essencialmente em âmbito local, pela questão do alcance, e que mesmo após ampliar as suas escalas, retorna ao local devido a interesses mercadológicos e também identitários.
Além disso, traça um paralelo com a mídia local e regional dos Estados Unidos da América, que está muito mais ligada ao impresso enquanto que no Brasil é predominantemente audiovisual.
E ao falar sobre os desertos ou quase desertos de notícias, o autor utiliza-se de dados do Atlas da Notícia para reduzir escalas e trazer uma análise mais detalhada sobre a importância da mídia local como um direito humano, e para isso utiliza como recorte a região da Zona da Mata mineira, e mais especificamente Juiz de Fora, cidade em que há diversos meios de comunicação presentes, enquanto que outras cidades não possuem nenhum veículo de comunicação que possam reportar suas realidades, que em geral são estão na zona de cobertura de Juiz de Fora, como ocorre no caso das emissoras de televisão Rede Globo, que transmite o MGTV e o SBT, com o Alterosa em Alerta.

Desigualdades regionais, desertos de notícias e o cenário da Zona da Mata Mineira: a mídia local brasileira

Cézar Franco dos Santos Martins

A indústria de mídia brasileira apresenta uma grande concentração. Esse mercado é dominado por quatro grupos – Rede Globo, Bandeirantes, Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e Record – que juntos, possuem mais de 50% da audiência quando consideramos todos os meios – TV, rádio, mídia impressa e plataforma online1.

A televisão é maior meio de informação no Brasil. Segundo dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua/IBGE), 97,4% dos domicílios brasileiros possuíam aparelho de TV2. Ao considerarmos a televisão, os quatro grupos de comunicação citados anteriormente obtêm 71,1% da audiência. Na mídia impressa e em plataforma online, os mesmos grupos possuem juntos 50,42% e 58,58% de audiência respectivamente. No caso das rádios, a audiência é mais distribuída, resultando em 20,7% para os principais grupos - isso acontece pela forma dinâmica e mais local desse meio no Brasil.

Além da alta concentração da indústria que é elucidada com os dados apresentados anteriormente, há de se considerar também o quadro de mídia atual, que ainda é predominantemente comercial e possui produções centralizadas, principalmente na região Sudeste do país, que recebe 25,3% dos investimentos em publicidade, direcionados, principalmente à TV (61,8%)3. Temos, portanto, um cenário de predomínio de grupos e, também, de produção. Uma das consequências que isso pode acarretar é: uma parcela significativa da população brasileira – pouco mais de 37 milhões de pessoas - fica “refém” de uma programação que não a representa. Isso porque, pouco mais de 3 mil municípios não possuem uma comunicação local4.

No Brasil, a discussão a respeito da democratização da mídia se deu no início da década de 1990. Em 1991, foi formada a Frente Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)5, movimento organizado com o intuito de acompanhar no Legislativo a promulgação de leis que envolvem a comunicação e, também, contribuir para que ajustes sejam feitos para o avanço dessas questões. O movimento trabalha em defesa dos princípios fundamentais do direito à comunicação - que passou a ser reconhecido como um direito humano fundamental por parte de organismos como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A comunicação é reconhecida como um direito humano fundamental desde 1948, com a origem da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Portanto, todo cidadão tem não só o direito à liberdade de expressão como também o de procurar e receber informações. Isso é sinalizado também no artigo 5° da Constituição Federal, a partir do inciso XXXIII. Assim como em dezembro de 2009, no decreto nº 7.0376, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), em sua diretriz 22 apresenta a garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação6 visando a consolidação de uma cultura em Direitos Humanos.

Sabendo que esse direito é essencial para que se tenha uma sociedade democrática, vale-se pensar também na presença da mídia, que é a responsável por levar as informações aos cidadãos e tem um papel efetivo nesse direito fundamental no presente contexto. Fora isso, é a mídia que vai pautar os debates na sociedade e, o ideal, é apresentar um fluxo de informação que privilegia a pluralidade.

Além disso, é preciso também refletir sobre o incômodo que é morar em cidades do interior de um país como o Brasil que possui grandes diversidades e ter que assistir apenas noticiários de fatos que aconteceram nas metrópoles e nas grandes cidades nacionais ou internacionais (PERUZZO, 2003). Esses, também são assuntos de interesse, mas, além deles, as pessoas gostam de ter conhecimento e

discutir a respeito dos fatos que ocorrem ao seu redor e que podem alterar suas vidas mais diretamente.

As localidades geográficas são, de um modo geral, um empecilho para que milhares de brasileiros sejam atendidos e possam também usufruir de conteúdos gerados pela grande rede midiática. Para desenvolver sobre a temática em questão, portanto, é considerável abordar conceitos do campo da comunicação e da geografia. O objetivo do artigo é estabelecer uma reflexão a partir do panorama geral sobre o cenário do Brasil e, por fim, aprofundar em uma parcela do espaço do vasto território brasileiro: na Zona da Mata Mineira – região intermediária7 do estado de Minas Gerais.

Servem de embasamento para a análise, alguns bancos de dados abertos, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) – fontes essenciais para a obtenção de informações a respeito dos municípios brasileiros. Além dos dois, o Atlas da Notícia também serve como base para verificar os "quase desertos de notícias" e "desertos de notícias" – conceitos elaborados por Penelope Muse Abernathy8 – existentes no território brasileiro. São considerados como quase desertos de notícias, os municípios que possuem um ou dois veículos de comunicação local; os desertos de notícias, são aqueles que não possuem nenhuma mídia local.

Território, escala e mídia

O território pode ser entendido como uma área demarcada geograficamente, mas também, pode ser visto não apenas como um "palco", e sim como algo ativo, diante das ações dos atores que nele se encontra e dos conteúdos que incorpora. "A cada nova divisão internacional do trabalho no planeta o território ganha novos usos e desvaloriza os antigos" (SILVEIRA, 2011, p.156). No período atual, ao virarmos para o território brasileiro, vemos que o mesmo incorpora conteúdos de ciência, técnica, informação e dinheiro e, dessa forma, faz com que as regiões sejam re-hierarquizadas (SILVEIRA, 2011).

Nos estudos sobre território, Milton Santos e María Laura Silveira identificaram as “novas desigualdades territoriais”. Ao abordarem a ideia das diferenças no Brasil, trataram de três conceitos de espaço: os espaços luminosos e espaços opacos; os espaços que mandam e os que obedecem; os espaços da rapidez e os da lentidão (p. 259-265). Países como o Brasil, que possuem uma grande extensão territorial faz com que o processo de criação de fluidez seja ainda mais seletivo e não-igualitário, de acordo com os autores.

Dos conceitos trabalhados para diferenciação dos espaços, um que vale destaque inicialmente é o dos espaços luminosos e espaços opacos. Segundo Santos e Silveira (2003), enquanto há espaços com mais densidades técnicas e informacionais, que faz com que atraia ainda mais atividades com conteúdo capital, tecnológico e organizacional, existem os “subespaços” onde essas características não se encontram, resultando nesse contraponto entre “luminosidade” e “opacidade”. Atendar sobre a comunicação tendo em mente esses dois opostos, trata-se de levar em conta que, fora os meios e serviços de telecomunicações, os veículos midiáticos e suas produções também podem se concentrar nesses espaços luminosos, havendo, dessa forma, uma desigualdade regional na indústria midiática.

Os espaços de rapidez que de modo material e físico pode se referir ao maior número de vias (e qualificadas), de mais veículos privados (e modernos), de mais transportes públicos (com mais disponibilidades), nos permite observar também sob uma ótica da comunicação. Esses espaços mais “velozes” nada mais são que aqueles que possuem mais tecnologias disponíveis e mais facilidade de acesso para as pessoas, de um modo geral, que neles estão. Dessa maneira, faz com que parte desses espaços de rapidez sejam aqueles também que “mandam”; enquanto os espaços de lentidão, por não serem capazes de estruturar uma produção, acabam sendo, por consequência, os que “obedecem”.

Tendo em mente essas diferenciações (e desigualdades) territoriais e, levando em conta a atuação da mídia, é importante pontuar também

que as informações acontecem em diferentes escalas. Se tratando de um país como o Brasil, as distinções das escalas se tornam ainda mais necessárias. Com isso, Milton Santos (2007) lista quatro categorias de jornais: o jornal nacional; o jornal estadual; o jornal regional; e o periódico local.

> Essas categorias são, na ordem decrescente, de jornais cada vez menos políticos, no sentindo mais amplo de expressão, e cada vez mais interessados pelos problemas locais. [...] Subindo na escala verifica-se que cada categoria de jornal exerce uma função específica, dentro de determinada área, função que não pode ser preenchida por jornal de categoria superior (SANTOS, 2007).

Considera-se aqui, portanto, a escala geográfica, que, diferentemente da escala cartográfica "tem a ver não com a fração da divisão de uma superfície representada em um documento cartográfico, mas sim com a própria extensão ou magnitude do espaço que se está levando em conta" (SOUZA, 2013, p. 180 apud AGUIAR, 2016, p. 44). No entanto, conceituar o termo "escala", ainda é uma tarefa árdua. Isso porque dentro da geografia humana, segundo Herod (2003), a escala é tipicamente vista de duas formas: uma como algo real e material que realmente existe e se resulta de processos sociais ou luta política; e outra como uma forma de enquadramento da nossa compreensão do mundo - apenas um dispositivo mental para categorizar e ordenar o mundo.

Há uma série de argumentações a respeito de como se pensa e representa as escalas geográficas em geral, e o local e o global em particular (HEROD, 2003). No artigo Scale: The local and the Global, Herod sinaliza a visão binária existente entre essas duas escalas - consideradas em muitos casos como dois extremos, com o local sendo entendido através do seu contraste com o global e vice-versa. Contudo, o autor ressalta que o local e o global não são entidades fixas.

> Iniciativas locais podem ser difundidas para o mundo e adotadas em múltiplos lugares no espaço, enquanto os processos globais envolvem sempre a localização (por exemplo, no processo de globalização, o McDonald's adapta seus produtos aos gostos

> locais, servindo cerveja na França, abacaxi fritos no Havaí e hambúrgueres vegetarianos na Índia) (HEROD, 2003, p. 224).

Uma metáfora ideal na visão de Herod - na qual evidencia que cada escala se completa através da outra – é a com as bonecas russas Matryoshka9. Nesse tipo de representação, cada boneca - ou seja, cada escala - é separada, distinta e pode ser considerada por si só, mas a peça como um todo só é completa e só pode ser compreendida em sua totalidade com cada boneca/escala que é uma maior que a outra. As bonecas se encaixam em um único sentido, logo, uma boneca maior não caberá dentro de uma menor. Portanto, essa metáfora oferece um entendimento de "envolvente/envolvida" e "contendo/contida" (HEROD, 2003).

Trazendo isso para a comunicação, podemos pensar na notícia como um produto. As informações em escala global e nacional, por exemplo, são normalmente aquelas nos grandes centros e metrópoles. Os acontecimentos nesses lugares são considerados as pautas de jornais que fazem cobertura em grande escala – esses acontecimentos não deixam de certa forma de serem locais também. Uma temática global ou nacional pode ser apresentada em escala local quando aborda elementos particulares de um determinado lugar. Da mesma forma que um pequeno município ou uma região imediata10 – que não é foco da mídia em escalas maiores – pode aparecer num jornal de escala global ou nacional dependendo do acontecimento – no caso, dependeria de uma série de valores-notícia.

Sabendo da importância dos meios de comunicação para sociedade, é fundamental que os mesmos estejam presentes de forma que consigam atender cada uma das escalas na qual se propõe a cobrir. As notícias veiculadas na mídia se dão a partir delas. Isso acontece uma vez que as escalas possuem níveis com “recortes espaciais” que determinam esse trabalho jornalístico. Sonia Aguiar (2016), no livro Territórios do Jornalismo: Geografias da mídia local e regional no Brasil, apresenta um

quadro no qual mostra esses recortes juntamente com exemplos que envolvem a comunicação.

Na escala "local", por exemplo, é possível que haja o hiperlocal (rua e quadra); o microlocal (quarteirão e bairro); o mesolocal (centro urbano, município e cidade); e o macrolocal (metrópole). Quando se trata da "regional", tem-se microrregião (aglomerado de pequenas cidades); mesorregião (aglomerado de cidades em torno de uma cidade-polo); Estado (unidade da federação); e macrorregião (divisão político-administrativa). Então, além da escala, esses recortes são necessários para determinar a atuação da mídia no espaço no qual se propõe a cobrir. Ou seja, vai desde um jornal mural – se tratando de um hiperlocal -, até a "grande imprensa" das capitais.

A comunicação local e regional

Apesar das atuais possibilidades de se ter informações de diversos acontecimentos pelo mundo, é de interesse do público saber o que acontece nas proximidades, daí a importância de transmitir fatos e eventos locais além daqueles globais. Por meio do jornalismo local ou regional os cidadãos podem ter conhecimento dos fatos que ocorrem no seu entorno, além de se inteirarem de problemas do município ou da região que os afetam diretamente. Assim, o jornalismo nessa escala, cumpre um dos principais objetivos, que é mostrar com precisão a vida de determinadas regiões e cidades, cumprindo, portanto, uma importante função social.

É a partir desse tipo de mídia que a população que não reside nos grandes centros do país tem a possibilidade de se informar dos acontecimentos que ocorrem próximos a elas. No Brasil, quando houve o desenvolvimento das comunicações e, como consequência, o surgimento das redes nacionais, as grandes empresas de televisão, principalmente, passaram a priorizar os fatos nos grandes centros urbanos e disseminá-los para todo o país.

A mídia, segundo Cicilia Peruzzo (2005), nasce local, haja vista que, a televisão – assim como o jornal e o rádio –, ao surgir atingia apenas um raio de abrangência não muito extenso. No entanto, em 1960, com o surgimento do videoteipe11, a televisão começa a ter um potencial para alcances que não fossem somente locais, mas também nacional e internacional – que se tornaram prioritários.

A partir da evolução na qual as grandes mídias passam a disseminar as mensagens para todo território nacional, o jornalismo local e regional passa a não ser valorizado devidamente. "Com o desenvolvimento da globalização da economia e das comunicações, num primeiro momento, chegou-se a pressupor o fim da comunicação local, para em seguida se constatar o contrário: a revalorização das mesmas [...]" (PERUZZO, 2005, p.70). Desse modo, então, na década de 1990, as empresas de comunicação começam a se mobilizar para um aumento na produção de um jornalismo local e regional.

De acordo com Peruzzo (2003), o interesse que as grandes empresas de comunicação passam a ter pela regionalização da produção e ver no local um segmento de audiência no fim do século XX, atende a um interesse mercadológico. Ou seja, uma das pretensões das grandes mídias em se regionalizar parcialmente ou criar veículos locais foi obter a verba publicitária dos anunciantes de cada lugar, explorando assim, o mercado publicitário local e/ou regional. Outro fator para essa regionalização, é apontado por Sérgio Mattos (2013):

> A partir de 1995, com a chegada da TV por assinatura, da Internet e da telefonia celular, a TV aberta passou a registrar quedas acentuadas, tanto na receita como na audiência. E a solução apontada para essa situação é: valorizar e respeitar a diversidade cultural do país; estimular a atração de audiência nos horários nobres, praticar comerciais que respeitem a diversidade; incrementar a transmissão digital; enfatizar a cobertura jornalística local, a diversidade cultural e a interatividade com o público (MATTOS, 2013, p. 90).

Apesar do interesse financeiro por parte das empresas, o "olhar" para mídia local e regional passa a ser importante para a população brasileira. Um assunto que pode ser de interesse nacional pode apresentar desdobramentos particulares em determinadas localidades do país.

O interesse pelo regional aconteceu não apenas com a televisão, mas também em outros meios, como jornais e, mais tarde, nos portais online. O G1, por exemplo, das Organizações Globo, foi criado em setembro de 2006, mas só quatro anos depois passou a disponibilizar o "G1 Regiões" para noticiar os eventos em diversas partes do país. No segundo semestre de 2013, o G1 já contava com sites individuais para todos os estados e o Distrito Federal. O portal R7, da Record, adicionou a parte de "Cidades" em seu menu principal, onde passou a apresentar as notícias de cidades (sem especificar a região) e acrescentou também sites específicos com informações dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Distrito Federal (PINTO, 2017).

Com essas alterações, a imprensa do interior (que se refere aqui as cidades de médio e pequeno porte) passa a ter um valor ainda mais significativo, tendo em vista que possibilitam "os municípios darem vez e voz às suas comunidades, já que à 'grande imprensa' interessa apenas os acontecimentos regionais de ampla repercussão, ou seja, aqueles que podem atrair olhares de todo o país ou até do exterior" (ASSIS, 2013, p. 10).

Na visão de Beatriz Dornelles (2010), depois do advento da internet e a utilização da mesma por parte da população como ferramenta de informação, se passa a ter uma demanda ainda maior por notícias locais. Os acessos as informações globais se tornam cada vez mais acessíveis, logo, surge a necessidade de ter acesso também aos acontecimentos da cidade e região. Com isso, os periódicos produzidos no interior passam a ser fundamentais para cumprir essa demanda. A autora salienta, no entanto, que deve haver uma reflexão por parte desses jornais locais sobre a delimitação geográfica que possuem, de maneira que transmitam informações que venham a ter consequências sobre a

população local, sem ampliar essa escala e acabar por competir com a imprensa nacional e com os jornais online.

> [...] a circulação estrategicamente localizada de um jornal do interior em determinada região restringe, naturalmente, o seu âmbito de ação, pois está irremediavelmente amarrada a questões como o espaço geográfico, que é também o lugar de produção e de cobertura dos acontecimentos; ao espaço de circulação do impresso; aos conteúdos locais; à informação disponível; ao interesse do público local e, especialmente, à economia da região por onde circula. Desta forma, é determinante o papel que a geografia desempenha na definição de informação local. Ela pode ser entendida mais pelo espaço geográfico do que pelas características de seu conteúdo (DORNELLES, 2010, p. 238).

É importante que se tenha uma comunicação local, mas é essencial que essa mídia seja isenta e explore todas as questões que envolvem as áreas de cobertura. Peruzzo (2005) alerta para como é feito o trabalho dessas mídias. Por conta de laços com políticos locais, pode ser que haja tratamentos tendencioso das informações e omissão de fatos. Mesmo não se tratando de um problema apenas da imprensa regional, nela ficam ainda mais evidentes casos assim.

Para que não haja comprometimento com a informação de qualidade, o jornalismo local não pode ser "pautado" pelas assessorias de comunicação de políticos, por exemplo. Isso seria um veículo local que apenas reproduz os releases divulgados pelos assessores e não questionam questões públicas que são fundamentais para a população. Além disso, dão preferência as fontes oficiais – de forma tendenciosa – e espaços significativos a eventos que presumam uma "boa" aplicação do dinheiro público por parte dos políticos que ocupam os cargos eletivos.

Em contrapartida, quando é feito com qualidade, acaba se caracterizando como um jornalismo "mais humano e mais verdadeiramente social, ao pôr em contato e ao relacionar os que informam ou opinam, escrevem editoriais e dão conselhos, com um

público que não é apenas receptor, mas é também enormemente ativo [...]" (AREAL apud CAMPONEZ, 2012, p.39). O autor considera que a informação local é mais pluralista, tendo em conta a oportunidade de representar a sociedade mais diretamente. No entanto, parte da população brasileira carece dessa representação.

Os desertos e quase desertos de notícias no Brasil

Quando Abernathy (2016) desenvolveu o conceito de desertos e quase desertos de notícias na Universidade da Carolina do Norte nos Estados Unidos, teve como objetivo verificar a presença de jornais impressos, especialmente de jornais comunitários. Diferentemente do Brasil, onde o rádio e a TV são os meios que possuem mais facilidade de acesso, nos Estados Unidos são os impressos - responsáveis por informar os cidadãos também em uma escala mais local.

A Escola de Mídia e Jornalismo da Universidade da Carolina do Norte coletou e pesquisou dados de 2004 a 2016 em mais de 9.500 jornais locais. De acordo com Abernathy (2016), os jornais comunitários são os responsáveis por fornecer até 85% das "notícias que alimentam a democracia" nos níveis estadual e local. Logo, esses possuem um papel fundamental na democracia americana para informar os cidadãos numa escala diferente dos grandes jornais como The New York Times, The Wall Street Journal e USA Today.

No Brasil, o Atlas da Notícia utilizou o conceito para mapear as cidades e verificar em quantas há veículos de comunicação local. O território brasileiro possui 5.570 municípios. Desses, 3.487 são considerados pelo Atlas como desertos de notícias. Ou seja, 62% das cidades brasileiras e pouco mais de 37 milhões de pessoas, não tem um veículo de comunicação sequer para obter informações locais, seja através de jornal, site, emissora de rádio ou TV. Além disso, há 1.074 municípios (19%) que são quase desertos de notícias - possui somente um ou dois veículos de comunicação – e correm riscos de também se tornarem desertos em algum momento.

Com isso, mais de 60% dos municípios brasileiros não têm acesso a uma produção própria de notícias, e acabam dependendo – além dos grandes grupos de comunicação – das informações do veículo mais próximo geograficamente - seja em telejornal, através também das afiliadas, em impressos ou plataformas online (nesse caso, as pessoas que conseguem ter acesso a internet). Com a carência de notícias próprias, a população fica sem saber sobre os serviços e problemas que acontecem em sua localidade e não há uma "voz" para cobrar os governantes que ali atuam. Sobre os casos dos quase desertos de notícias, a pouca ou nenhuma concorrência, faz com que a iniciativa local se torne mais vulnerável a interferências políticas ou empresariais (PROJOR, 2018).

Além dos assuntos que são do interesse somente de determinadas locais, as temáticas que são de interesse nacional – e geram impactos na vida de todos os brasileiros -, podem ter desdobramentos distinto e particulares dependendo da localidade. Assim, é importante que cada lugar receba informações direcionadas, o que faz reforçar o papel da comunicação local.

Ainda que não seja possível afirmar que ter um jornalismo local resulte melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDHM) – e o contrário também –, dá para observar que, num panorama geral, as regiões mais afetadas, que são Norte e Nordeste, são justamente as duas únicas do país que possuem municípios (32) com IDHM muito baixo. Fora isso, são também as mais atingidas pelo IDHM baixo.

A Zona da Mata Mineira e o telejornalismo regional

Apesar dos municípios mais afetados se localizarem nas regiões Norte e Nordeste do país, é possível dizer também que existe na região Sudeste municípios que sofrem com escassez de informações. Minas Gerais é o estado brasileiro com o maior número de municípios. Ao todo, são 853. Os dados do Atlas da Notícia apontam que 83,3% desses municípios são desertos de notícias (317) ou quase desertos de notícias (394).

Quando reduzimos um pouco mais a escala e abordamos a região intermediária da Zona da Mata, minimizamos esse universo para 142 municípios – resultando em 2.175.188 habitantes, segundo o IBGE. A Zona da Mata Mineira apresenta 36 municípios considerados desertos de notícias e 84 quase desertos de notícias. Desses 84, o Atlas da Notícia aponta que 73 contam com apenas um veículo de comunicação. Ou seja, o risco de se tornar um deserto é ainda maior.

Diante desse cenário, podemos deduzir que esses municípios carecem de informações local. Uma forma de conseguir suprir essa ausência seria através do jornalismo regional. Mas há de se questionar se de fato o regional consegue ser suficiente para representar a população dos municípios que se propõe a cobrir – ainda mais quando levamos em conta a televisão, que se constitui como a principal fonte de informação dos cidadãos brasileiros e, há indagações se consegue ser caracterizada como um meio de comunicação local.

No artigo A distribuição geográfica das estações locais de TV no Brasil, Octavio Penna Pieranti (2018), ao apresentar o cenário do país nas estações locais de TV, observou a existência das desigualdades regionais e verificou que somente pouco mais da metade da população brasileira tem acesso a pelo menos um canal com programação local. Isso reforça o indicativo da dependência por conteúdo que vem dos telejornais considerados regionais.

A cidade polo da Zona da Mata é Juiz de Fora, e é nela que se concentra a sede dos dois principais telejornais responsáveis por fazer a cobertura da região em questão e também de municípios do Campo das Vertentes: o MG – da TV Integração, afiliada da Rede Globo – e o Alterosa em Alerta – da TV Alterosa, afiliada do SBT. Os telejornais fazem a cobertura de 108 municípios em comum. O MG cobre 121 municípios; já o Alterosa em Alerta é responsável pela cobertura de 133 municípios.

Mesmo que o sinal de ambas emissoras chegue até parte dos 142 municípios, se esbarra no problema citado anteriormente: a dificuldade para representar de forma significativa a maioria deles. Em

levantamento realizado em 2019, utilizando-se da semana composta12, foi possível observar que algumas matérias que são produzidas pelas equipes na cidade-sede até conseguem ser de interesse também de outros municípios que recebem o sinal – quando tratam de temas mais amplos, sem que tenha um direcionamento específico para determinada cidade -, entretanto, essa parcela representa menos da metade – 41,7% no MG e 38,1% no Alterosa em Alerta.

A maioria das referências aos municípios da Zona da Mata nos dois telejornais acontecem através de notas cobertas e notas secas, em alguns casos, inclusive, sendo específicas a determinadas cidades. No entanto, acaba não sendo suficiente para atender todos os telespectadores que têm acesso ao jornal.

Das 38 notas cobertas do MG em cinco edições da semana composta, 11 foram consideradas apenas de interesse para os cidadãos juiz-foranos; 13 consideras regionais; e as outras 14 direcionadas para os municípios de: Barbacena (três vezes), Viçosa e Ubá (duas vezes cada), Paula Candido, Canaã, Teixeiras, Porto Firme, São Miguel do Anta, Araponga, Cajuri (em uma mesma informação), São João Del-Rei, Divinópolis, Muriaé, Matias Barbosa e Maripá de Minas. Já as notas secas, das dez que foram realizadas no período, duas foram de caráter regional e duas também destinadas especificamente a população de Juiz de Fora; as outras foram de interesse para população dos municípios de Viçosa, Cataguases, Barbacena, Ubá, Carandaí, Guidoval e Muriaé.

No caso do Alterosa em Alerta, das 14 notas cobertas, três foram de interesse para toda a população que recebe o sinal da emissora, e três também apenas para os cidadãos juiz-foranos. Oito foram destinadas aos municípios de: Viçosa, Cataguases, Barbacena, Ubá, Carandaí, Guidoval e Muriaé. Nas cinco notas secas, uma foi de interesse regional, e o restante atendeu: Barbacena (duas vezes), Cataguases e Canaã.

Para que as equipes dos telejornais produzam matérias em outros locais que não Juiz de Fora, é necessário um conjunto maior de valores-notícias. Das matérias produzidas pela equipe das afiliadas no período

da análise, apenas três foram realizadas em municípios que não fosse Juiz de Fora. Uma pelo MG, em Além Paraíba, e duas pela equipe do Alterosa em Alerta, em Tombos e, também, em Além Paraíba.

Foram veiculados no MG 26 VTs - 12 produzidos pela própria equipe da Integração e 14 vindo de outras equipes da Globo. Se quando consideramos os produzidos pela equipe da Integração Zona da Mata, 58,3% foram de interesse apenas dos juiz-foranos, quando é levado em conta todos, o interesse de somente para a população de Juiz de Fora cai para 26,9%. Contudo, as matérias produzidas por outras equipes atingem um raio de abrangência maior de interesse do que somente aos municípios da Zona da Mata, ou seja, vai além da escala de região intermediária - algumas, inclusive, sendo veiculadas também no Jornal Hoje no mesmo dia - e, portanto, também não contribuem de forma efetiva para uma representação próxima. No Alterosa em Alerta, dos 25 VTs, mais da metade (13) foram de interesse apenas aos cidadãos de Juiz de Fora.

Diferentemente do Alterosa em Alerta, o MG ainda conta com "vivos". Das 21 entradas que foram realizadas, 66,6% foram de interesse local. Os "vivos" realizados pelo MGTV aconteceram em três cidades: Juiz de Fora (16 entradas), Barbacena (quatro entradas) e São João Del-Rei (uma entrada). Vale ressaltar que não significa necessariamente que as informações divulgadas nos "vivos" tenham sido de interesse apenas dos municípios que o repórter se encontra - assim como acontece com os VTs.

É importante destacar que as informações apresentadas foram resultadas de uma avaliação sobre a cobertura aos municípios da Zona da Mata Mineira. Ou seja, não teve como prioridade avaliar o processo de produção dos telejornais, mas averiguar o desafio que é representar de forma efetiva os municípios que recebem o sinal das emissoras e que, em sua maioria não tem uma mídia local.

Não tem como exigir dos profissionais de ambos os telejornais – principalmente da Alterosa que conta com uma equipe ainda mais

reduzida - que façam uma ampla cobertura de todos os municípios. Não há material humano e nem tempo destinado suficiente para isso. Mas é importante verificar o atendimento que é dado a população considerando toda a área de cobertura, afinal, muitas pessoas dependem desses telejornais para saber de forma precisa sobre acontecimentos próximos a elas.

Além da falta de veículos de comunicação local ou um número reduzido, há de se destacar que grande parte da população desses municípios também não tem um acesso significativo a internet. Apesar do acesso ser comum, fácil e rápido em alguns lugares do país, isso não reflete com a realidade total. Ainda há uma segregação e um desequilíbrio que faz com que muitos brasileiros sejam prejudicados – independente da região do Brasil.

De acordo com dados divulgados pela Anatel, o Brasil fechou em fevereiro 2020 com 226,6 milhões aparelhos celulares e uma densidade de 107,12cel/100hab13, mas isso não reflete de forma positiva em todas as partes do Brasil. Na Zona da Mata, as duas cidades com mais números de habitantes são Juiz de Fora e Ubá, que possuem, respectivamente, uma densidade de 146 cel/100hab. e 82,4 cel/100hab. Quando se trata de banda larga fixa, Juiz de Fora tem 85,4 acessos/hab e Ubá, 44 acessos/hab.

Em contrapartida, quando consideramos as duas menores da região intermediária - Pedro Teixeira e Antônio Prado de Minas – as densidades são de 69,9cel/100hab e 61,5cel/100hab. Além disso, o acesso à banda larga fixa nos dois municípios tem uma média de 15,8 acessos/100hab (Pedro Teixeira) e 6,2 acessos/100hab (Antônio Prado de Minas) da população.

Considerações Finais

Nessa última década, os avanços tecnológicos foram significativos e isso tem uma influência direta no campo da comunicação. Não tem como negar que a veiculação de informações está cada dia mais rápida e faz

também com que as interações aumentem. No entanto, não podemos generalizar e pensar que esses avanços acontecem em todos os locais do país. Ainda há uma segregação e um isolamento de 40 milhões de brasileiros que residem em municípios que vivem numa outra realidade. O acesso à internet ainda não está à disposição de todos os brasileiros, além disso, muitos são aqueles que para se informar dependem dos conteúdos veiculados nos jornais impresso, nas rádios e na televisão – esse último sendo o meio mais informativo para a população brasileira. Mas pelo fato de uma parcela viver num "deserto" ou "quase desertos de notícias" só conseguem ter informações em escalas mais amplas.

Quando abordamos a geografia, há a possibilidade de enxergar essas questões com mais precisão, e os conceitos desenvolvidos por Milton Santos e María Laura Silveira (2003) podem ser aplicados dentro da comunicação para refletir sobre essas desigualdades regionais. Temos um cenário marcado pela concentração de mídia e que privilegia determinados espaços. Numa perspectiva nacional, as regiões Sudeste e Sul do país são as mais privilegiadas, no entanto, quando reduzimos a escala e "adentramos" até mesmo em uma das duas regiões, é possível aplicar os mesmos conceitos que apresentam os contrapontos dos espaços. Portanto, as desigualdades persistem, e de maneira mais precisa por utilizar-se de uma escala mais restrita.

É justamente quando consideramos uma parcela do espaço mais limitada que os municípios menores encontram a possibilidade de ter algum tipo de cobertura. Mas é comum esbarrar nos casos registrados aqui: não ter veículos no entorno e, quando tem, acaba sendo priorizada somente a cidade-sede, que vira a "metrópole" num universo menor.

Dessa forma, se faz necessário o trabalho sobre a ausência de uma comunicação local para uma parcela dos brasileiros; e buscar cada vez com mais precisão, as consequências disso, haja vista que pode contribuir para que muitos municípios enfrentem ainda mais dificuldades para um desenvolvimento político e econômico. A presença da mídia local tem o poder de influenciar no comportamento de um

governo – fazendo com que seja menos corrupto e mais responsivo – e, também, fazer com que os eleitores se informem sobre os políticos locais e aumentem sua participação, principalmente, no que tange a política municipal.

Sabendo-se disso, é necessário olhar para os milhares de municípios brasileiros e para a mídia local e regional. Em diversas situações, é esse tipo de mídia que vai fornecer à parte da população informações e, muitas vezes, reivindicar seus direitos, conseguindo assim ter um papel de fato representativo.

Referências

ABERNATHY, Penelope M. The Rise of a New Media Baron and the Emerging Threat of News Media Deserts. The University of North Carolina Press: Center for Innovation and Sus-tainability in Local Media, 2016.

_____. The Expanding News Desert. The University of North Carolina Press: Center for Innovation and Sustainability in Local Media, 2018.

AGUIAR, Sônia. Verbete Colonialidades da comunicação. Enciclopédia Intercom de Comunicação, v. 1, p. 228, 2010.

_____. Do local ao regional: uma questão de escalas. In: AGUIAR, S. Territórios do jornalismo: geografias da mídia local e regional no Brasil. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes/Editora PUC-Rio, 2016, p. 40-65.

ASSIS, Francisco. Por uma geografia da produção jornalística: a imprensa do interior. Intercom 2013 - XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus. 2013.

DORNELLES, Beatriz. O localismo nos jornais do interior. Famecos, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 237-243, set./dez. 2010.

HEROD, Andrew. Scale: the local and the Global. In.: HOLLOWAY, S.; RICE, S. P.; VALENTINE, G. Key Concepts in Geography. London, Sage Publications, 2003, p. 229-247.

IBGE – PNAD Contínua 2016. Características Gerais dosMoradores2012-2016 e Características Gerais dos Domicílios 2016.IBGE, 2017. emagenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/a7d023687b221aafb0364f56cad94367.pdf.

MATTOS, Sérgio Augusto Soares. A diversidade e o regionalismo na Televisão. In: A revolução digital e os desafios da comunicação. Cruz das Almas (BA): UFRB, 2013. Cap. 3, p. 81-100.
MOM BRASIL – Monitoramento de Propriedade de Mídia, Brasil. Repórteres Sem Fronteiras/Intervozes, 2017. Acesso em 3 ago. 2019. Disponível em brazil.mom-rsf.org/br/.
PERUZZO, Cicília M.K. Mídia local e suas interfaces coma mídia comunitária. Anuário Unesco-Umesp de Comunicação Regional. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco-Umesp, 2003. p. 52-78.
_____. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. Comunicação & Sociedade, n. 43. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, 2005, p. 67-84.
PIERANTI, Octavio Penna. A distribuição geográfica das estações locais de TV no Brasil. Revista Famecos, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 1-19, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2018: ID30181. DOI: http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2018.3.30181.
PINTO, Pâmela Araújo. Mídia regional: nem menor, nem maior, um elemento integrante do sistema midiático do Brasil. Ciberlegenda, Rio de Janeiro, n. 29, p. 95-107, nov. 2013.
PROJOR. Atlas da Notícia –Desertos e quase desertos, uma ocorrência nacional. versão 2.0. Nov., 2018.Disponível ematlas.jor.br/graficos/atlas_relatorio_v2.pdf.
SANTOS, Milton & SILVEIRA, María L. As diferenciações do território. In: O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.
SANTOS, Milton. Classificação funcional dos jornais brasileiros: as regiões jornalísticas. Revista da Rede Alcar, ano 7, n. 83, 1 nov. 2007.
SILVEIRA, María Laura. O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI - a história de um livro. Acta Geográfica (UFRR), v. Ed esp, p. 151-163, 2011.

Notas

1Media Ownership Monitor (MOM) - Ferramenta para mapeamentos sobre os proprietários dos meios de comunicação relevantes de um país. Disponível em: brazil.mom-rsf.org/br/

2PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). Características Gerais dos Moradores 2012-2016 e Características Gerais dos Domicílios 2016.

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/a7d023687b221aafb0364f56cad94367.pdf
3Disponível em: https://www.cenp.com.br/cenp-meios?id=4
4Produzido em 2017, a proposta inicial do Atlas foi mapear veículos que produzem notícias, principalmente jornalismo local, no território brasileiro. Disponível em: atlas.jor.br/.
5 Disponível em: http://fndc.org.br/.
6 Disponível em: https://www.ohchr.org/Documents/Issues/NHRA/ProgrammaNacionalDireitosHumanos2010.pdf
7Atual nomenclatura do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para mesorregião.
8 Ex-executiva dos jornais The Wall Street Journal e do The New York Times, atualmente chair da Cátedra Knight em Jornalismo e Economia da Mídia Digital na Universidade da Carolina do Norte.
9Brinquedo tradicional da Rússia. Constitui-se de uma série de bonecas, feitas geralmente de madeira, colocadas umas dentro das outras, da maior até a menor.
10 Atual nomenclatura do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para microrregião.
11 Fita de material plástico que possui cobertura de partículas magnéticas. Utilizada para o registo de imagens televisivas que passou a permitir a gravação prévia de programas destinados a transmissões posteriores.
12 Levantamento realizado pelo autor durante os meses de fevereiro e março de 2019.
13 Disponível em: https://www.teleco.com.br/ncel.asp.

Tempo e espaço audiovisual: sobre jornalismo e conceitos

José Tarcísio de Oliveira Filho

O deslocamento da relação entre tempo e espaço tem marcado as problematizações dos estudos da Comunicação, contribuindo também para a firmação do campo de conhecimento diante da intensificação das mediações tecnológicas nos processos comunicativos. No entanto, a facilidade de locomoção, no tempo e/ou no espaço, não significa o fim da produção local e regional. Pelo contrário, diante da globalização e de relações cada vez mais fluídas e instantâneas, surge a demanda de firmar o nosso local no mundo, através das vivências físicas ou mesmo simbólicas. Nesse sentido, o telejornalismo ocupa um papel central pela possibilidade de construir e representar realidades, além de constituir-se como espaço de repercussão dos acontecimentos sociais.

Todavia, há jogos de poderes políticos e econômicos que desestabilizam essas competências. No contexto brasileiro, questiona-se como o telejornalismo pode auxiliar o reconhecimento do nosso lugar no mundo (e na nação) se os telejornais nacionais são produzidos e exibidos a partir de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília? É justamente na imersão desse problema que se encontra a originalidade da discussão desenvolvida neste capítulo por Gustavo Pereira ao abordar o Brasil em Rede, um telejornal com proposta nacional que foi produzido e exibido por uma emissora regional, a Rede Minas, de Minas Gerais.

A reflexão proposta pelo autor desestabiliza muitos estudos sobre a produção jornalística regional, impactando, consequentemente, no jornalismo nacional – que na academia muito se tem pesquisado de forma empírica, mas pouco discutido conceitualmente. A inserção do nacional no local rompe a relação hierárquica entre as diferentes escalas de atuação jornalística, complexificando as fronteiras que envolvem a produção, recepção e interação nos telejornais. Também emerge enquanto importante fator de identificação e reconhecimento do lugar do sujeito no mundo: a afirmação de suas identidades, de como se insere em uma coletividade e como esse reconhecimento contribui para um sentido mais amplo de identidades nacionais. A valorização das diversidades, das disputas e da diferença, é precursora da afirmação do ser brasileiro – que engloba, antes, e no contexto de Minas Gerais, o ser mineiro. As discussões sobre desterritorialização da comunicação, cultura e mediações, promovidas por Jesús Martín-Barbero, Edson Dalmonte e Néstor Canclini, concedem fôlego teórico e

crítico ao autor neste percurso reflexivo. Conjuntamente, é interessante a perspectiva de redefinição do local e ressignificação da cultura, atrelada à diversidade de repertórios culturais acionada pelos indivíduos por meio de suas experiências no(s) mundo(s), seja físico, simbólico e (por que não?) originário dos processos comunicativos.

O pano de fundo da discussão é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que apesar de superar sete décadas desde sua primeira publicação em 1948, ainda permanece atual – permeando as principais legislações brasileiras e reinvindicações da sociedade organizada que não se sente contemplada em suas vivências cotidianas. Muito tem-se discutido em fóruns temáticos, como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, vias para amplificar a pluralidade e a diversidade dos meios de comunicação no país. Não apenas em termos do acesso à informação, mas como no direito à comunicação. Com o sepultamento final do caráter público da TV Brasil em 2019, após fusão com a estatal NBR, talvez estejam nas iniciativas locais e regionais uma esperança de alternativas em contraposição aos modelos hegemônicos de mídia. Mesmo que algumas delas não consigam se estabelecer de forma definitiva, esses espaços se tornam privilegiados para experimentações e produções de narrativas inclusivas e originais.

O caso do Brasil em Rede suscita diferentes caminhos para repercussões teóricas e propostas práticas, sejam laboratoriais ou profissionais: a inversão (e o diálogo) entre os fluxos informativos envolvendo global-local (e vice e versa), a potencialidade do telejornalismo na valorização dos localismos em países de grandes dimensões territoriais e culturais, além da abordagem das plataformas digitais enquanto aliadas das produções regionais, mas com a sensibilidade de demarcar suas limitações num país onde uma em cada quatro pessoas não tem acesso à internet, segundo dados do IBGE de 2018.

É preciso, ainda, contextualizar a pesquisa com a trajetória do autor sobre o tema. O debate envolvendo o telejornalismo em sua interface com o global-nacional-regional-local tem sido difundido por Gustavo Pereira em eventos científicos e em grupos de trabalhos de redes nacionais de pesquisa, como a Rede de Pesquisadores em Telejornalismo (TeleJor), compartilhando suas descobertas científicas e agregando novas contribuições. Essa lapidação tem amparado a qualidade da pesquisa, cujas reflexões também adquirem valor histórico-documental pela experiência inovadora do Brasil em Rede para o campo da Comunicação e para as construções identitárias do Brasil pelas telas dos mineiros e cores das mineiridades, incluindo, de forma concomitante, outros povos e localidades.

O direito à informação e à representação: a experiência do Brasil em Rede

Gustavo Pereira

Territorialização e (re) desterritorialização midiática

Dentre os direitos estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), está o artigo 2º, que diz que "Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição" (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948) e o artigo 19º, que afirma que "Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras" (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

Além disso, são Direitos Humanos a instrução e a participação da vida cultural e científica da comunidade, sendo que todos esses estão ligados à Comunicação, que segundo a Constituição Federal de 1988, em seu capítulo V, artigo 221, estabelece:

> I-preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; II-promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; III-regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; IV-respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Nesse panorama, devemos observar que o Brasil é fruto de um processo de colonização portuguesa de caráter exploratório, e ao longo do tempo se tornou um território cada vez mais miscigenado e diverso culturalmente falando, primeiro pelo contato entre portugueses e povos indígenas, depois com a vinda de escravos africanos, e tempos depois diferentes outros povos passaram a enxergar no Brasil um potencial de trabalho, principalmente devido ao seu território de dimensões continentais, também migrando para o país.

Entretanto, a questão da diversidade muitas vezes acaba relegada pela mídia devido a centralização dos meios de comunicação no eixo Rio-São Paulo-Brasília, o que acabou criando uma identidade nacional muito ligada aos dois estados do Sudeste do país e à capital federal no Centro-Oeste, e nesse sentido destaca-se principalmente a televisão, que desde sua criação foi essencial para perpetuar a importância do Rio de Janeiro e de São Paulo, e assim produzirem uma metonímia acerca do padrão cultural brasileiro.

Apesar dos crescentes avanços das mídias digitais, proporcionados pela web, a televisão ainda ocupa um papel fundamental na transmissão de informações e também de entretenimento dos brasileiros. Atualmente a TV está presente em cerca de 97,2 % dos lares brasileiros, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) 2016, enquanto dados da PNAD TIC Contínua 2017, revelam que 74, 9% dos brasileiros tem acesso à Internet em casa.

A partir da TV e de sua larga propagação em território nacional foi criada uma identidade nacional televisiva, em que o Brasil acabou sendo internalizado nos âmbitos local/regional e nacional e externalizado no âmbito global como uma cultura muito atrelada ao estereótipo do que é ser carioca e paulista.

A importância da televisão para a construção da identidade nacional se torna ainda maior devido à grande taxa de analfabetismo ou analfabetismo funcional presente na população brasileira, cerca de 7% segundos dados do IBGE de 2017 em pessoas com 15 anos ou mais,

reforçando a importância dos meios de comunicação baseados na oralidade.

Com isso, a televisão adquire uma adesão ainda maior no Brasil devido a potencialidade da imagem, que vai além do áudio, e consegue materializar essa identidade nacional a partir do eixo Rio-São Paulo, principalmente por que nesses dois estados que se encontram muitos dos meios de comunicação de maior difusão no Brasil, o que acabam por criar uma realidade brasileira muito próxima dessa geografia, inclusive incorporando sotaque, jeito de ser e viver e traços culturais como sendo dominantes e representantes do Brasil não apenas para os brasileiros, como também para o mundo.

Em seu livro "Ofício de Cartógrafo", Martín-Barbero ao tratar da intersecção cultura e comunicação aponta para uma desterritorialização da comunicação, fruto de uma reconfiguração das fronteiras geográficas, culturais e comunicativas, responsáveis por construir uma nova configuração do campo comunicativo.

Ao propor uma nova configuração do campo da comunicação no contexto da América Latina, Martín-Barbero (2004) trabalha com a questão da globalização e da questão transnacional para apresentar uma "trama nova de territórios e de atores, de contradições e conflitos" (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 217), o que produziria um movimento de transdisciplinaridade do campo da comunicação, pensando em um espaço de redefinição no público e reconstrução da democracia; um fluxo que vai do nível macro para o micro e vice-versa; e um espaço estratégico de criação e apropriação cultural, "de ativação da competência e da experiência criativa das pessoas, de reconhecimento das diferenças, ou seja, do que culturalmente são e fazem os outros, as outras classes, as outras etnias, os outros povos, as outras gerações" (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 227).

Para Martín-Barbero (2004), a retomada dos estudos sobre comunicação e cultura produziu um movimento de re-territorialização da comunicação, em um movimento que atravessa e desloca a cultura,

criando uma heterogeneidade simbólica e inabarcabilidade da cidade, com transformações na definição de território e de identidade.

Além disso, essa nova trama comunicativa da cultura acaba sendo responsável também, a partir do fim do século XX, por dois cenários: o primeiro relacionado às contradições da integração regional e o da desestruturação do espaço nacional, que acaba por produzir um embate entre conectados x excluídos, que são aqueles que possuem ou não Internet, e portanto, acabam inseridos ou não no processo de globalização como ele foi pensado; e o segundo diz respeito à desintegração social e política do nacional, o que produz uma aumento nas desigualdades sociais e com isso as elites passam a dominar de maneira ainda mais forte os aparatos midiáticos que também são responsáveis por produzirem os discursos acerca de uma cultura hegemônica. "As condições de desigualdade entre nações, regiões e Estados continuam, e inclusive se agravam, mas já não podem ser pensadas à margem da aparição de redes e alianças que reorganizam tanto as estruturas estatais como os regimes nacionais" (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 272).

Ao trazer as ideias de Gilberto Freyre, Dalmonte (2009) aponta para uma ótica mundializada, desterritorializada, fruto de uma hibridização cultural que se inicia com o fenômeno da globalização e é potencializada com a Internet e o ambiente em rede, em que é possível ter acesso a conteúdos para além das barreiras e fronteiras locais, regionais e nacionais.

> A perspectiva de uma cultura mundializada (ORTIZ, 1994), ou seja, desterritorializada, subentende a capacidade do cidadão de se adaptar, se "territorializar" nesse ambiente onde tudo muda, tudo se ressemantiza. Trata-se de um processo de hibridização cultural. Menos que superação, é na verdade um campo de cruzamentos férteis, gerador de fluxos que põem em interação as instâncias produtora e receptora (DALMONTE, 2009, p. 140).

Nesse sentido, o campo da comunicação passaria a ocupar um papel de destaque na sociedade, constituindo-se como um novo espaço público,

o midiático, capaz de traduzir essa nova realidade global, sem perder de vista as identidades regionais e locais, que estariam atreladas a esse processo de globalização, principalmente se pensarmos que a Internet, talvez um dos principais meios de se propagar a globalização da comunicação, ainda é muito restrito no Brasil, não alcançando muitas partes do país, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

Martín-Barbero (1997) afirma que rádio e TV são fundamentais para a criação de uma nova dinâmica cultural no contexto da América Latina, já que o rádio foi responsável pela nacionalização do idioma e a televisão pela unificação cultural e linguística para todo país, observando, entretanto, que tal movimento, apesar de ter como objetivo o fim dos sotaques, não conseguiu descontruir a cultura e os sotaques locais/regionais.

E a partir da globalização e transnacionalização, a questão da identidade e da representação vem à tona devido à sua ressignificação "porque a identidade não se choca apenas com a aberta homogeneização trazida pelo transnacional, mas também com aquela, disfarçada, do nacional, com a negação, a deformação e a desativação da pluralidade cultural constitutiva desses países" (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 283) e ainda há um choque com o local, ou seja, com uma cultura ainda muito arraigada no âmbito do micro, que ocorrem justamente após uma perda de espaço das classes subalternas na TV e no discurso de homogeneização cultural, em que essas classes passam a buscar vozes no que Martín-Barbero chama de bairro ou local, criando uma nova identidade do popular.

Ao tratar da TV a partir das mediações, Martín-Barbero propõe três lugares de mediação que vão tornar a televisão o principal meio de comunicação da América Latina: cotidianidade familiar, com o meio de comunicação buscando a proximidade e a simulação do contato para com o telespectador; temporalidade social, com a TV criando seu próprio tempo e sua própria realidade; competência cultural, com a televisão sendo essencial para criar uma noção de cultura nacional. Soma-se a isso a larga difusão, já que pelo modo de sua propagação consegue alcançar

quase a totalidade do território, e a elevada taxa de analfabetismo nos países latino-americanos, principalmente falando de Brasil, que torna o audiovisual, e mais especificamente a televisão, como principal meio de comunicação de massa.

No entanto, juntamente com o processo de globalização, outro meio de comunicação começa a ganhar projeção, a Internet, que vem de forma casada com o ideal de um ambiente sem fronteiras e de uma cultura globalizada e que produz dois movimentos: o primeiro seria a própria linguagem da Internet e sua potencialidade de unir, mesclar e não se limitar a nenhum tipo de formato, o que lhe possibilitaria ser um novo meio de comunicação desse ambiente mundializado, e o segundo seria o de migração ou migração parcial dos meios de comunicação de massa para a Internet, se apoderando dessa nova mídia para ampliarem o seu poder e alcançarem não apenas seus públicos, como também outros públicos.

Ao trazer o conceito de Telejornalismo Online, Cajazeira (2015) explica que a Internet tem se tornado cada vez mais um espaço para se assistir TV fora da tela, já que com o arquivamento de informações não é preciso mais que o público siga a lógica da grade de programação e com isso tem acesso aos conteúdos de acordo com a sua demanda. “A internet mudou o comportamento dos indivíduos em várias esferas, entre elas, a hora e o local de consumo de notícias. De certa forma, dá-se o “poder de escolha” ao usuário que, nesse novo modelo, passa a não ser mais refém da programação fixa do canal de TV” (CAJAZEIRA, 2015, p. 198).

Além disso, o ambiente online (web) acaba também ressignificando as noções de território e de pertencimento, já que agora um conteúdo produzido e pensado a nível micro, ou seja, hiperlocal ou local, se torna mundial a partir do momento em que alguém pelo globo busca esse material e consegue compreendê-lo e decodifica-lo, o que acaba tornando qualquer conteúdo mundializado do ponto de vista do acesso.

Local-global: análise do Brasil em Rede

O geógrafo Haesbaert (1999) trabalha com a questão da globalização associada a uma fragmentação ou regionalização, e nesse sentido, o processo de globalização acabou por apenas redefinir as escalas da diversidade territorial, à qual está ligada a regionalização e à própria mídia, que tem buscado ao mesmo tempo globalizar seu conteúdo e torná-lo cada vez mais local, criando laços com seu espectador. "A relevância da questão regional não está ligada apenas à realidade concreta que mostra uma nova força das singularidades, um revigorar dos localismos/regionalismos e das desigualdades espaciais. A mídia também alimenta uma revalorização do "regional", ainda que ele seja entendido de maneiras as mais diversas" (HAESBAERT, 1999, p. 16).

Já Canclini (2007), afirma que a globalização mudou as noções de cultura e identidade, e que agora cultura não é apenas uma instância simbólica, mas deve-se levar em conta vários outros fatores como o fenômeno da migração e as trocas culturais proporcionadas pela potencialidade de um mundo sem fronteiras, ainda que com ressalvas. "Hoje milhões de pessoas vão de um lado para o outro frequentemente, vivem de forma mais ou menos duradoura em cidades diferentes daquela em que nasceram e modificam seu estilo de vida ao mudar de contexto" (CANCLINI, 2007, p. 44).

E é justamente a partir dessa redefinição do local e ressignificação da cultura, que podemos pensar nos diferentes repertórios culturais possíveis para cada indivíduo, que são frutos do seu território em contato com outras geografias (cidades, estados, nações).

Pensando nos direitos à representação e à informação, além do que está exposto na Constituição Federal, um dos direitos dos cidadãos consiste na questão da informação local, regional e nacional, já que cada esfera possui sua importância e relevância na construção de identidades.

Nesse sentido, a mineiridade uma possibilidade, dentre as inúmeras possíveis no Brasil, de representação para além do eixo Rio-São Paulo, já que o "ser mineiro" é algo que está diretamente relacionado a um

sentimento de pertença e de laços muito forte que faz com que aquele ao qual cria algum vínculo com o estado de Minas Gerais, seja por nascer ou por viver parte de sua vida no estado, acaba carregando ele por toda sua vida, mesmo que não esteja mais vivendo no estado.

Tal peculiaridade se apresenta como interessante na investigação pois assim como não existe apenas uma cultura ou identidade brasileira, são muitas Minas Gerais e várias formas de ser mineiro, mas que acabam se conectando em um sentimento único da chamada "mineiridade".

Reis (2007) destaca que o ser mineiro é uma construção antes de tudo histórica, criada principalmente a partir de uma elite política, mas que ao longo do tempo foi se tornando algo para além de uma identidade e de um sentimento de pertencimento, mas ganhou contornos universais em que a identidade regional do mineiro passa a ser uma questão ideológica.

Outro ponto de vista considerado sobre a mineiridade é de Rocha (2003), que afirma ter duas "mineiridades": a primeira que é aquela construída a partir das questões locais/regionais, culturais e provenientes de um sentimento de identificação, representação e laços; e a segunda é uma mineiridade construída pela mídia, de forma estereotipada, em que ocorreu principalmente através do humor.

A autora (2003) destaca ainda que a mineiridade é um movimento que parte do local para o global e que ainda se fundamenta muito a partir dos modos aos quais os mineiros se identificam e são identificados pelos meios de comunicação, mas que ainda os torna uma identidade a parte das outras tantas identidades apreendidas e aprendidas pelos mineiros, sejam eles de nascimento ou "de coração".

Nesse sentido, a mineiridade acaba perpassando também o tempo e o território, já que por ser uma característica de pertencimento muito forte, mesmo que a representação seja por meio da mídia, principalmente da televisão e, portanto, estereotipada, há uma relação de identidade muito forte, ancorada nesse sentimento de ser mineiro, ainda que por traços identitários que não são exatamente individuais.

Retomando Haesbaert (1999), chegamos a duas escalas geográficas para se discutir esses fluxos da questão do global-local, que estão ligadas a um processo de "desequalização" e de diferenciação, sendo a primeira com "o global associado com processos de totalização, de generalização/universalização, e o local com processos de fragmentação, de particularização/singularização, como se o global fosse o *locus* da homogeneização e o local o da heterogeneização" (HAESBAERT, 1999, p. 25) e a segunda de uma junção entre os termos, resultando na palavra "glocalização", que tem em sua essência a relação de fluxo que perpassa tanto o local como o global, na medida em que os dois são dependentes entre si e se complementam.

No sentido global-local são impostas condições para a realização do processo de globalização e homogeneização cultural e no sentido local-global produz-se um movimento de heterogeneização e diversidade, como no caso das diásporas imigrantes ou a ressignificação de um hábito local a partir de outra cultura, casos da cultura chinesa e japonesa, como destaca Haesbaert (1999).

E é justamente a partir dessa dinâmica local-global que surge o Brasil em Rede. O programa foi lançado em dezembro de 2017 e ficou no ar até o dia 03 de janeiro de 2019, se destacando por sua proposta de ser um telejornal nacional em uma emissora de alcance regional que é a Rede Minas.

Para isso, o jornalístico buscou contar com parcerias de emissoras de todas as regiões do país, não se limitando ao estado de Minas Gerais, apesar de possuir um olhar a partir do mineiro em grande parte dos conteúdos produzidos.

Essas parcerias são importantes na garantia dos direitos humanos no que diz respeito à informação e à representação, já que a busca por apresentar novas identidades amplia as formas de representação do pluralismo e diversidade presentes no Brasil.

Para tal investigação, utilizaremos como metodologia a Análise da Materialidade Audiovisual, desenvolvida por Iluska Coutinho (2016), e

que tem como objetivo a análise do audiovisual como uma unidade "texto + som + imagem + tempo + edição" (COUTINHO, 2016, p. 10), observando suas particularidades e complexidades.

Como propõe a autora, criamos os eixos de análise de acordo com o problema a ser investigado e baseados na pesquisa bibliográfica realizada anteriormente. A partir disso chegamos a três eixos: O primeiro é Identidade e Representação: Que identidade é criada pelo telejornal, mineira ou brasileira? O mineiro é representado na narrativa? Como o telejornal consegue alcançar outros públicos que não Minas Gerais?; O segundo Territorialização/Desterritorialização: Ao se propor sair de seu território/lugar de fala, o Brasil em Rede consegue produzir narrativas fora de Minas Gerais? Qual a importância do território Minas Gerais para a construção da narrativa? Ocorre uma flutuação de cobertura no telejornal?; E o terceiro eixo é o conflito Local x Global: A partir da Internet, como os conteúdos se globalizam? Qual a importância do local na construção das narrativas? Como o local/regional se relaciona com o nacional/global?

Nesse sentido foram escolhidas duas edições do Brasil em Rede para análise, a primeira no dia 20 de novembro de 2018 1, dia da Consciência Negra e que remete a um passado também marcante para o estado de Minas Gerais, e o dia 28 de novembro de 2018 2, uma semana após a Consciência Negra e que não há nenhuma data especial, o que poderia prejudicar e enviesar a investigação. Essa investigação também é importante na observância de possíveis novos modos de representação do brasileiro.

O Brasil em Rede foi um telejornal que era exibido de segunda à sábado, a partir das 20 horas e 15 minutos, com duração de 30 minutos e que contava com a apresentação de Raquel Capanema e Luciano Correia, e em sua apresentação no site da Rede Minas se define como:

> Primeiro telejornal de notícias nacionais produzidas em MG com cobertura dos fatos de maior impacto em todo o Brasil. Direto da nova e moderna newsroom, conteúdos diferenciados e com credibilidade sobre economia, política, saúde, prestação de

> serviços e cultura. Colaborativo, conta com a parceria de emissoras de todas as regiões do país. Jornalismo com mais tecnologia e comunicação pública fortalecida (SITE DA REDE MINAS, 2018).

A partir da centralidade da televisão como principal meio de comunicação dos brasileiros, a potencialidade se ter um programa jornalístico nacional em uma emissora regional se faz pertinente a partir da possibilidade de retransmissão em outras emissoras de caráter público, e com isso acabam também contribuindo com a produção do Brasil em Rede, trazendo informações de "territórios" que não costumam ter espaço na mídia hegemônica e comercial, e criando uma rede de conteúdos com maior diversidade de locais e pontos de vista.

Outro ponto que revela a importância do Brasil em Rede é a alta concentração dos telejornais no eixo Rio-São Paulo, estendendo ainda para Brasília (capital federal) na mídia tradicional e comercial, já que o jornalístico se apresenta justamente com um outro olhar, o mineiro, influenciando não apenas a agenda dos conteúdos jornalísticos, como também em uma maior diversidade de fontes, visões de mundo e de territórios.

Além disso, o Brasil em Rede conta com emissoras parceiras, que ocorrem pelo fato do programa ser produzido em uma emissora pública, que diferentemente de emissoras comerciais, não funcionam em uma hierarquia entre a emissora de rede e as chamadas praças, mas pelo contrário, permitem que conteúdos sejam produzidos de emissoras do campo público de todo o Brasil, possibilitando maior pluralismo e diversidade.

Neste panorama, a TV assume certo protagonismo também na Internet, com a utilização da Web como repositório e como espaço de maior propagação dos seus conteúdos e ainda como um local de interação entre as emissoras e seu público, seja por meio de curtidas, comentários e compartilhamentos em redes sociais, ou mesmo por votações e opiniões dadas na Internet que ganham notoriedade na televisão. Nesse

sentido, o Brasil em Rede se apropria do ambiente online principalmente para difundir ainda mais o seu conteúdo, buscando ir além das barreiras geográficas do espectro radioelétrico e produzindo um telejornal nacional que com a Internet tem a possibilidade de ser visualizado em todo território brasileiro, e até mesmo mundial, dada a ressalva de que apenas os "conectados" de Canclini (2007) obterão acesso ao conteúdo disponível na rede.

Passando para os eixos de análise pré-estabelecidos, no eixo Identidade e Representação, observamos que a proposta do telejornal nacional acaba criando uma identidade que vai além da mineira, já que Minas Gerais aparece na agenda noticiosa apenas devido a algum fato fora do comum, assim como outros estados, e as matérias em geral conseguem trazer uma identidade mais diversa e com traços das várias localidades que produzem conteúdo para o Brasil em Rede.

Sobre a representação do mineiro na narrativa, ela ocorre apenas quando a matéria é de caráter nacional e há uma aproximação do mineiro por meio da construção da matéria, com fontes mineiras, o que pode ocorrer por escolha da edição ou devido à falta de cobertura da temática por alguma outra emissora parceira, caso da matéria intitulada "Fraude e Fatura", em que 8 milhões de pessoas no Brasil foram vítimas de alguma fraude em 2018, em que tanto a passagem do repórter como as sonoras dos cidadãos que sofreram algum tipo de golpe e a fala do especialista em tecnologia ocorrem em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais e sede da Rede Minas.

Sobre a proposta de expansão de conteúdos para além de Minas Gerais, o Brasil em Rede conta muito com suas emissoras parceiras, que trabalham de forma integrada de forma a ofertar um conteúdo mais diverso possível, inclusive territorialmente falando. Apenas nas duas edições analisadas é possível observar conteúdos produzidos nos estados de São Paulo, Amazonas, Pará, Roraima, Tocantins e Rio Grande do Sul, além do próprio estado de Minas Gerais. Com isso, o conteúdo acaba se tornando mais representativo, não apenas para os mineiros,

que também conseguem ter sua identidade ali representada, como também para outras localidades brasileiras, gerando uma nova construção de identidade e forma de representação do brasileiro a partir do olhar mineiro e também de outras localidades.

Já no eixo Territorialização/Desterritorialização, a proposta do telejornal é fundamental para compreendermos como ocorrem fluxos do micro para o macro e vice-versa, na medida em que temos matérias com um caráter muito local, com uma demarcação de sotaques e locais significativos para esses locais, que acabam ganhando um alcance nacional e até mesmo global, indo além do estado de Minas Gerais e inclusive sendo mais recorrente nos conteúdos de emissoras parceiras, e de um outro lado, encontram-se muitas matérias que possuem caráter nacional em que há uma preocupação de trazer para o âmbito local, seja por meio da aproximação da informação para a realidade do local em questão ou por meio das próprias fontes utilizadas, que estão em apenas um local (cidade) e são questionadas sobre questões nacionais sem o caráter de povo fala, mas sim com espaço de voz, ainda que na condição de vítima, caso da matéria 'Vivências Agroecológicas", produzida nos estado de Roraima e que discorre sobre uma parceria entre a Universidade e os produtores rurais que tem trazido benefícios para a população local.

Sobre a importância do território de Minas Gerais, local onde o telejornal é produzido, foi possível observar que é o "espaço de segurança" do Brasil em Rede, onde parte das matérias é produzida com mais tempo e espaço, e também onde o público já está mais familiarizado com a narrativa dos telejornais da Rede Minas e, portanto, acaba sendo mais utilizado quando ocorre a busca por aproximação da cobertura de um conteúdo nacional para um âmbito mais local/regional.

Ainda no segundo eixo, observou-se que há uma grande flutuação territorial da cobertura realizada pelo telejornal, já que as emissoras parceiras possuem autonomia para realizarem sua própria produção, sem uma norma muito marcada quanto ao formato, linguagem e

também sotaque a ser utilizado e isso resulta em uma produção mais plural e diversa, já que o telejornal consegue desde pautas muito locais, mas que podem ser um ponto de partida para sua realização em outras localidades, caso da matéria sobre "Vivências Agroecológicas" que ocorre no estado de Roraima, passando por matérias de caráter nacional, por exemplo um conteúdo intitulado "Justiça Racial", que revela uma temática discutida por todo Brasil, até o âmbito global, com o giro de notícias internacional.

No terceiro e último eixo de análise, que se estabelece a partir do conflito Local x Global, o primeiro ponto observado é a utilização de plataformas online, disponíveis na Internet, como o YouTube e através do próprio site da Rede Minas que não apenas transmitem o conteúdo, como possibilitam também que esse mesmo telejornal possa ser acesso em qualquer momento e em qualquer lugar do mundo.

Trazendo a perspectiva do fluxo, o Brasil em Rede produz um movimento importante na construção de uma narrativa que busca alcançar um público cada vez maior, não se limitando a seu espaço físico e territorial, mas expandindo sua cobertura por meios das parcerias.

Outra questão analisada foi a importância do local na construção das narrativas, que se fez essencial na produção de um telejornal que perpassa as barreiras do local ou dos locais e alcança o âmbito nacional com um conteúdo que busca ser diverso em localidades e também culturalmente falando. Nesse sentido, o Brasil em Rede, juntamente com a potencialidade da Internet, acaba conseguindo ressignificar seus conteúdos, que agora não falam apenas para os mineiros, mas sim para todo mundo. E ao mesmo tempo, traz informações de todo mundo e diversas localidades brasileiras para os mineiros, que ainda assistem o conteúdo pela televisão, e estão localizados no raio de alcance do espectro radioelétrico da Rede Minas como emissora de TV.

A partir de então, Local/Regional acabam se relacionando diretamente com os âmbitos Nacional/Global, tanto do ponto de vista do conteúdo, que apesar de ser nacional ainda tem na produção local sua

fundamentação, como do ponto de vista do território, já que é possível conhecer outras realidades e histórias que estão inseridas em um contexto diversificado. Por fim, do ponto de vista da identidade e forma de representação, a experiência do Brasil em Rede produz uma narrativa que remete ao pluralismo e à diversidade do Brasil, apontando para a existência de várias realidades do cidadão brasileiro e dos muitos "Brasil" existentes.

Considerações finais

A partir de sua proposta inicial, observa-se que o Brasil em Rede desenvolve um movimento contrário àquele que normalmente busca-se fazer, que é informar do nacional/global para o local/regional. E é justamente aí que o conceito de mineiridade se faz importante na compreensão de se ter um telejornal nacional em uma emissora regional.

E esse movimento é relevante por possibilitar outros olhares na representação do Brasil, ainda que seja na perspectiva a partir de uma ótica mineira, mas que por meio das parcerias traz uma maior diversidade para as narrativas jornalísticas do Brasil em Rede.

Atualmente no Brasil grande parte dos telejornais de rede, que são aqueles de alcance nacional, são produzidos no eixo Rio-São Paulo-Brasília, e com isso, as outras muitas localidades e particularidades do brasileiro acabam sendo omitidas.

Neste sentido, a proposta do Brasil em Rede surge como uma opção de trazer um conteúdo nacional a partir de um outro olhar, o mineiro, normalmente de Belo Horizonte que é a sede da Rede Minas, o que produziria uma outra narrativa e um discurso diferente acerca da realidade e mesmo da agenda noticiosa do telejornal.

Na perspectiva da Territorialização/Desterritorialização, o Brasil em Rede ocupa um papel de mediador de outras realidades que vão além do eixo Rio-São Paulo-Brasília, e a partir disso acabam flutuando tanto em características que valorizam o local e o território, como também

buscam produzir conteúdos nacionais e que tem como objetivo ir do nacional para os vários locais.

Além disso, a incorporação das emissoras parceiras na narrativa do telejornal auxilia na produção de outros olhares para além do mineiro, mas que também ocupam um papel periférico no ponto de vista dos espaços em que estão localizadas as emissoras da mídia hegemônica.

Outra questão que se coloca na proposta do Brasil em Rede é que para o telejornal alcançar o seu objetivo de ser de fato nacional, ele precisa estar além da tela da televisão, por conta da limitação de alcance de sinal de uma emissora regional, e com isso, a Internet ocupa esse espaço de não apenas nacionalizar, como também globalizar a narrativa do Brasil em Rede, já que na rede abre-se a possibilidade de qualquer pessoa ter acesso ao material, e assim a identidade mineira ali transmitida acaba sendo ainda mais propagada, produzindo também a potencialidade de uma nova construção sobre o que é ser mineiro, essa vindo de dentro para fora, ou seja, com o mineiro falando sobre a mineiridade.

A partir disso, as várias ferramentas que o ambiente da Internet oferece se faz essencial para o cumprimento do objetivo do programa. E por isso é possível acessar o conteúdo do Brasil em Rede tanto pelo YouTube, quanto pelo site da Rede Minas, já que a emissora realiza a transmissão de toda a sua programação 24 horas por dia.

Entretanto, uma barreira para que alguém consiga assistir ao telejornal seria justamente não estar conectado, o que pode produzir um efeito de fragmentação do público a ser alcançado, ainda que esse público inicial, que estaria no espectro radioelétrico regional, seja muito menor do que aquele potencializado com a web.

Tal aspecto, da não-conexão, deve ser destacado na medida em que esses conteúdos não chegam a uma parcela significativa dos brasileiros, que por vezes tem sua identidade representada pelo telejornal, mas acaba não tendo acesso a esse conteúdo, e assim não conseguem ter um contato com esse outro olhar.

Além disso, essa parcela da população que não está conectada acaba não tendo seu direito à informação e representação garantidos, já que um pré-requisito para isso seria estar presente no ambiente web e poder acessar os conteúdos do Brasil em Rede.

Contudo, o fim abrupto do Brasil em Rede nos possibilitou apenas uma experiência pioneira de um telejornal nacional em uma emissora regional, e por meio das potencialidades que o Brasil em Rede nos ofereceu em questão de inovação e de mudança no fluxo que costuma ir do local para o nacional para um fluxo que se estabelece entre locais (emissoras parceiras) – nacional - local (Rede Minas), mas que se apresenta como global pela disponibilidade dos conteúdos no ambiente online.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

CAZAJEIRA, Paulo Eduardo. A participação no Jornalismo em TV: do analógico ao digital. Telejornal e praça pública: 65 anos de telejornalismo, (p. 181-206) Coleção Jornalismo Audiovisual. V.4. Florianópolis, Insular, 2015.

CANCLINI, Néstor García. Diferentes, desiguais, desconectados: mapas de interculturalidade. Tradução Luiz Sérgio Henriques. 2ª edição, Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2007.

COUTINHO, Iluska. O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: A análise da materialidade audiovisual como método possível. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2016, São Paulo, SP. Anais eletrônicos[...] São Paulo, USP, 2016. Disponível em: http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3118-1.pdf. Acesso em: 01/05/2020.

DALMONTE, Edson Fernando. Mídia: fonte & palanque do pensamento culturalista de Gilberto Freyre/ Edson Fernando Dalmonte. Salvador. EDUFBA, 2009.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações

Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 30/04/2020.
HAESBAERT, Rogério. Região, Diversidade Territorial e Globalização. Volume 1, número 1, Niterói. Revista Geografia- Revista do Programa de Pós-Graduação da UFF, 1999.
MARTÍN-BARBERO, Jesús. Ofício de Cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura. Tradução Fidelina González. São Paulo, Editora Loyola, 2004.
MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1997.
REIS, Liana Maria. Mineiridade: identidade regional e ideologia. Cadernos de História, Belo Horizonte, v.9, n. 11, p. 89-97, 1º sem. 2007.
ROCHA, Simone Maria. Identidade regional, produção e recepção: a "mineiridade" na televisão. In: Congresso Nacional de Pós-graduação em Comunicação – Compós, 12. Anais [...] Recife, PE, 2003. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1026.PDF Acesso em: 08/04/2020.

Um debate para compreender o mundo e o jornalismo

Paulo Roberto Figueira Leal

O texto de Luiz Felipe Novais Falcão é portador de debate essencial para a compreensão do momento em que vivemos. Numa era marcada pelas peremptórias (e não necessariamente confirmadas) afirmações de desaparecimento das instituições mediadoras tradicionais – partidos políticos e mídia, por exemplo –, é urgente matizar a questão para além dos chavões do senso comum. É exatamente o que faz Luiz Felipe, ao abordar a questão a partir de múltiplas perspectivas.

No capítulo, revisitam-se discussões sobre os dispositivos legais que regulamentam o exercício do jornalismo, sumariza-se o debate acadêmico sobre o tema, efetiva-se a reflexão sobre os desafios que a nova ambiência da comunicação digital aporta para os meios de comunicação, a imprensa e os profissionais do jornalismo. E acertadamente o autor encaminha esses diálogos para iluminar a realidade brasileira contemporânea: afinal, "jornalista, quem é você e qual seu papel no Brasil de hoje?".

Não se espera resposta simples, nem unívoca, nem incontestável à questão. Boas perguntas são mais relevantes do que respostas apressadas e desmesuradamente pretensiosas. Boa reflexão e boa ciência demandam a capacidade de formular perguntas de fato relevantes, já não respondidas de antemão, e que ensejem pesquisas empíricas futuras capazes de fazer avançar o conhecimento. É exatamente o que faz Luiz Felipe em seu trabalho.

Num tempo em que as ameaças e agressões físicas e psicológicas aos profissionais de imprensa se avolumam no Brasil e no mundo – como nos lembra o próprio autor, numa seção do capítulo –, o exame do problema proposto constitui mais do que mero exercício acadêmico: trata-se de reflexão com conseqüências práticas em relação à vida, à liberdade e às condições adequadas do exercício da atividade jornalística. É esta a dimensão da relevância do que se propõe aqui.

Exatamente quando o Brasil e o mundo vivem o horror dos milhares de mortos pela Covid19, num tempo em que a cada informação veiculada se apresentam tantos óbitos aqui, tantos contaminados ali, recorrentemente é preciso se lembrar do que se trata efetivamente: não são meros números, mas vidas de pessoas reais, cujas dores impactam fisicamente e afetivamente não só as próprias vítimas, mas também outras tantas pessoas a elas vinculadas.

Similarmente, Luiz Felipe acerta ao trazer ao debate não apenas os questionamentos teóricos do contexto da comunicação nos dias atuais. Colocam-se sob holofotes os sujeitos concretos por trás dos processos comunicacionais – os profissionais da área. Além dos valores humanísticos expressos na escolha, há ganho científico aqui: sem essa percepção da dimensão humana da questão, seria perdida boa parte da capacidade explicativa da pesquisa – lacuna de que, felizmente, não padece o texto ora apresentado.

Quem é você jornalista? Uma revisão bibliográfica sobre princípios, funções e desafios da profissão no Brasil

Luiz Felipe Falcão

Longe de querer definir um lugar de fala engessado e incômodo aos jornalistas, este trabalho pretende levantar uma reflexão sobre qual é o papel do profissional que atua nas mais distintas redações. Jornalistas que, no Brasil, diante do contexto em que estamos imersos precisam entender seu lugar de fala e os desafios profissionais. A partir de uma revisão bibliográfica sobre as funções do jornalismo, principalmente do telejornalismo, queremos entender que espaço os jornalistas ocupam na promoção e garantia dos direitos a uma população com muitos acessos básicos negados. Soma-se a esse contexto uma investida crescente, inclusive institucionalizada, contra a categoria e diante disso buscamos entender e saber quais caminhos percorrer para legitimar e cumprir este papel que deveria ser desempenhado pelos profissionais jornalistas?

O que os dispositivos legais estabelecem sobre o jornalista?

Quando buscamos saber qual o papel do jornalista, antes de dar início a qualquer debate teórico, não podemos nos furtar a buscar saber o que dizem as leis, os regulamentos e códigos de ética que definem o papel do profissional que diariamente busca fatos, apura e os transmite ao público.

Desde 1978, encontros consultivos chancelados pela UNESCO, vêm debatendo e estabelecendo critérios que possam servir de norte para orientar os profissionais da notícia no seu exercício profissional. São dez os princípios1 que determinam aquilo que define a ética do jornalista em todo mundo. O primeiro deles é aquele que garante o direito de as pessoas retificarem informações. É condição primária que cada pessoa

tenha a dimensão da realidade por meio da informação precisa. O que leva os jornalistas ao segundo princípio. Ele versa sobre a responsabilidade do profissional em garantir acesso à informação verdadeira e autêntica de maneira objetiva.

Na sequência, está o princípio da responsabilidade social do jornalista. Ele não está isento de responsabilidade sobre aquilo que publica. E nessa mesma esteira está a integridade do jornalista profissional que tem o direito de recusar trabalho caso haja confronto com suas crenças e convicções. Da mesma forma o impede de aceitar suborno, promoções de interesses privados que prejudiquem o bem-estar geral além, é claro, de se conter de plágio.

Não podemos deixar de mencionar que entres os princípios internacionais está o de o público ter acesso e participação, inclusive com o direito de resposta. Cabe ao jornalista profissional também zelar pelo respeito à privacidade e dignidade humana assim também como o respeito ao interesse público, aos valores universais (democracia, direitos humanos, progresso social e liberação nacional) e à diversidade de culturas.

Por fim os princípios internacionais estabelecem a responsabilidade do jornalista para abster-se de incitar guerras, corridas armamentistas e todas as formas de violências e opressões. Cabe ainda aos profissionais da notícia contribuir para eliminar a ignorância e o desentendimento entre os povos. Ainda entre os princípios está aquele que estabelece que o esforço do jornalista está em promover a descolonização e a democratização do campo de informação e comunicação.

Apenas com estes dez princípios, poderíamos discorrer uma análise bastante significativa sobre quais os rumos e por que trilhos o jornalismo no Brasil vem percorrendo no exercício da profissional. Muito embora cada deles pareça obvio ou mesmo que haja consenso entre os profissionais, alguns dos princípios são deixados de lado, com alguma frequência, em função das relações trabalhistas, das circunstancias a que o profissional está submetido no que diz respeito a interesses comerciais

e políticos e ainda por questões de caráter de quem assume o ofício de informar. É uma longa discussão para a qual não faltariam exemplos. Ao observarmos a lei de brasileira de impressa identificamos a presença dos princípios internacionais.

A lei número 5.250 de 09 de fevereiro de 19672, ao longo de setenta e sete artigos divididos em seis artigos, dispõe sobre a liberdade de manifestação do pensamento e da informação, sobre o registro de empresas jornalísticas, sobre os abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação, sobre o direito de resposta e ainda sobre as responsabilidades penais no exercício da profissão.

Entre os artigos que dão conta da conduta dos jornalistas destacamos aquele que prevê o não anonimato no exercício de manifestação de pensamento e informação resguardado o sigilo das fontes, o que considera crime a propaganda de guerra, a subversão da ordem e a disseminação de raça ou classe. Chamamos a atenção ainda para o que a lei considera como conduta criminosa: publicar ou divulgar notícias falsas ou fatos verdadeiros truncados ou deturpados que provoquem a perturbação de ordem pública, desconfiança no sistema bancário ou abalo de crédito de instituição financeira ou de qualquer empresa, pessoa física ou jurídica e ainda ao crédito da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município.

Da mesma forma é considerado crime a obtenção de favor, dinheiro ou outra vantagem para não fazer ou impedir que se faça publicação, transmissão ou distribuição de notícias. Assim como fazer apologia ao desrespeito às leis e aos autores de crimes.

Cabe ainda ressaltar que a lei de imprensa não trata como abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e de informação a opinião desfavorável da crítica literária, artística, científica ou desportiva. Não vê abuso também na reprodução, integral ou resumida de relatórios, pareceres, decisões ou atos proferidos pelos órgãos competentes das Casas Legislativas; divulgação de despachos e sentenças e de tudo quanto for ordenado ou comunicado pelo judiciário.

O entendimento da lei se estende ao poder executivo e seus agentes. A crítica às leis e a demonstração de sua inconveniência assim como a crítica inspirada pelo interesse público e a exposição de doutrina ou ideia também não configuram abusos.

Não muito distante dos princípios internacionais e da Lei de imprensa, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros3, aprovado pelo Congresso, traz aquilo que consideramos no Brasil como sendo o comportamento ideal dos profissionais da notícia.

O documento logo em seu primeiro artigo trata a informação como condição fundamental para a vida em sociedade. Por essa razão, segue com os demais artigos afirmando que a divulgação das informações precisa atender ao interesse social e coletivo. Da mesma forma o código lida com a obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação e a aplicação de censura ou autocensura: um delito contra a sociedade.

Quanto a conduta profissional o código é claro ao estabelecer que o compromisso do jornalista é com a verdade, com trabalho pautado pela apuração com resguardo, quando necessário, da origem e a identidade de suas fontes de informação.

Entre os deveres, o documenta enumera a divulgação dos fatos que sejam de interesse público; a luta pela liberdade de pensamento e expressão; a defesa do livre exercício da profissão; oposição ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, e ainda a defesa dos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

É dever do jornalista também lutar contra a corrupção, em especial quando exercida com o objetivo de controlar a informação; respeitar o direito à privacidade do cidadão.

Já entre as práticas e condutas não desejáveis o documento estabelece destacamos a que afirma que o jornalista não deve submeter-se a diretrizes contrárias à divulgação correta da informação. Apontamos ainda a que impede o profissional de concordar com a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais, de sexo e de orientação sexual.

Mas tudo isso que acabamos de explicitar de maneira bastante sintética não dá conta da dimensão do que de fato o jornalismo representa. Os aspectos acima descritos são aqueles ligados à institucionalidade, ao que a legislação e a ética determinam. Entretanto ser jornalista não é só questão de apurar, redigir, gravar e informar dentro do que a lei estabelece. As funções do jornalismo ultrapassam essas definições quando levamos em consideração as relações sociais mediadas e também as narrativas por ele construídas.

O que a academia estabelece como sendo o papel do jornalista?

O jornalismo tem uma função simbólica. A realidade das rotinas de produção jornalística coloca o profissional para lidar com a produção de discursos como bem explica Alfredo Vizeu (2002) em seu texto, Telejornalismo, audiência e ética. O pesquisador defende que os jornalistas acionam língua, códigos e regras do campo da linguagem durante essa produção narrativa. O profissional não é, segundo o autor, um "mero reprodutor de fatos" e ressalta que não apenas as regras definem seu exercício profissional.

Vizeu concebe a notícia como um dos elementos empregados na construção da realidade e recorre a Gaye Tuchman para expressar seu pensamento de que o produto noticioso é um fenômeno social compartilhado. Vizeu explica que a notícia é construto dinâmico que define e redefine, constitui e reconstitui os fenômenos sociais. Ela atua no processo de definição do fato ao dar forma para o acontecimento. Entendemos que a mídia não é mais só o espaço de reprodução do real, mas, mais do que isso, o "lugar" a quem o próprio real se remete para apontar o processo de suas próprias produção e legitimação (VIZEU, 2002, p. 2).

Assim sendo o autor enxerga o jornalista como aquele que não apenas executa a ação de comunicar o conhecimento da realidade. O jornalista produz e reproduz este conhecimento. O autor avança na discussão ao

situar a produção noticiosa também no comportamento do profissional. "Sua postura ética é de fundamental importância para a manutenção e o aperfeiçoamento da sociedade democrática" (VIZEU, 2002, p. 5).

Vizeu aciona ainda o Filósofo Bourdieu (1997) ao dizer do dilema diário a que uma redação está submetida diante do tratamento da informação enquanto bem público sem perder de vista a notícia como um "produto atraente".

> O campo jornalístico está permanentemente à prova dos vereditos do mercado, através da sanção, direta, da clientela ou, indireta, do índice de audiência. Para Bourdieu, os jornalistas são, sem dúvida, propensos a adotar o "critério do índice de audiência" na produção ("fazer simples", "fazer curto", etc.) e o que importa é se a informação vende bem (VIZEU, 2002, p. 9).

Essas questões precisam estar bem claras para cada um dos profissionais de comunicação ao desempenharem suas funções e, exatamente por essa razão, iniciamos este texto trazendo os aspectos da legalidade e da ética da profissão.

Ao defender a formação profissional do Jornalista, Beatriz Becker (2012) diz que a preparação dos estudantes de jornalismo deve proporcionar o acesso a competências e habilidades que transcendam apenas a preparação para o mercado profissional.

> Deve-se estimular apropriações da mídia em ressonância com os interesses dos cidadãos, de modo que não sejam usados ou programados por ela e pela própria imprensa como consumidores passivos das representações de mundo ofertadas pelos meios, mantendo hábitos, valores e escolhas sem questioná-los, para que possam interpretar a notícia atribuindo-lhes significação e sentidos próprios, além de produzir relatos sobre a realidade e as experiências sociais cotidianas em outras direções (BECKER, 2012, p. 233).

A autora comunga da ideia de que o conhecimento e a notícia não são meros reflexos da realidade. É tradução e reconstrução. Para Becker a notícia é parte da elaboração do conhecimento que, por sua vez, se dá pela mediação da linguagem e "hoje os processos de comunicação

midiáticos concretizam e direcionam de forma expressiva nossa percepção de mundo" (BECKER, 2012, p. 235).

Ao falarmos de mediação consideramos, assim como Becker, que o processo é parte significativa da arquitetura do conhecimento e da percepção da sociedade. Os jornalistas precisam ser capazes de entender o tamanho e a complexidade da mediação que realizam e as implicações que esse construto narrativo acarretam.

Henriette Ferreira Gomes, ao escrever sobre a mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento afirma que

> O processo de construção do conhecimento se dá por meio de um movimento complexo, no qual os sujeitos interagem entre si, mas também com as informações, processando-as para, a partir de seus enquadramentos, de suas possibilidades cognitivas, se apropriarem dos conteúdos acessados. Desse modo, o processo de construção do conhecimento, dependente, também, da interação com o acervo simbólico transmitido através de suportes e ambientes que se ocupam da preservação e do acesso aos conteúdos informacionais que subsidiam o desenvolvimento das práticas do conhecer (GOMES, 2011, p. 3).

E essa mediação assume uma dimensão ainda mais expressiva a partir do uso das tecnologias. Aqui, nesse trabalho, nos interessam principalmente as tecnologias audiovisuais sobre as quais falaremos mais à frente. Recorremos novamente a Alfredo Vizeu quando o autor destaca o telejornalismo como forma de conhecimento crítico, de interpretação da realidade e ainda lugar de referência. Vizeu vai tratar da mediação estabelecida por jornalistas em ambiente televisivo como uma mídia que "não só transmite, mas prepara e apresenta uma realidade dentro das normas e das regras do campo jornalístico contribuindo dessa forma para a percepção do mundo da vida" (VIZEU, 2009, p. 78).

Ao acionar pesquisas sobre a recepção de telejornalismo Vizeu amplia o espaço de referência do telejornalismo para um lugar também educativo, pedagógico. Entendemos então, que o jornalista além de reportar a notícia, enquadrar os fatos e construir narrativas, é

corresponsável pela interpretação e construção da realidade e, num grau acima, assume um papel muitas vezes de contribuição para a formação do conhecimento e da cultura daquele público que vive a experiência audiovisual cotidianamente.

> É uma forma de conhecimento crítico que tem como preocupação interpretar a realidade social. As informações essenciais não podem ser suprimidas. As notícias devem trazer detalhes básicos para que possam ser compreendidas. As várias faces de um acontecimento devem ser apresentadas. Na construção da notícia é preciso estar sempre atento para que aspectos da realidade não sejam ocultados nem silenciados. Os textos têm que buscar uma objetividade possível, tomando-se cuidado em não alterar textos e documentos (VIZEU, 2009, p. 79).

Daí a razão de o jornalista não poder ser ingênuo. Ainda de acordo com o autor, é do profissional também a responsabilidade de dar ferramentas para a compreensão do mundo, de mediar o conhecimento dos mais diferentes assuntos, campos e temas e o público.

Iluska Coutinho e Christina Musse (2010) corroboram com este pensamento e acrescentam que, no Brasil, os telejornais "contribuem para a construção de sua própria identidade como cidadãos de um país" (COUTINHO & MUSSE, 2010, p. 2) As pesquisadoras afirmam de maneira assertiva que o telejornal no Brasil e, portanto, os jornalistas no desempenho de suas funções contribuem para a reorganização do social, estabelecendo novas formas de pertencimento, novos laços a partir das narrativas audiovisuais.

Na esteira dessa responsabilidade com o ambiente em que estamos inseridos não podemos desconsideram a relação que o jornalista tem com a democracia.

Ao falar de jornalismo público, Gil Batista (2011) destaca a relação dual entre as empresas de comunicação. O compromisso com a informação e as relações com o poder do mercado que comprometem muitas vezes o fim primeiro do jornalista e abrem brecha para a discussão sobre a relevância do trabalho da imprensa. Os profissionais da notícia estão no

meio desse processo vivendo ainda sob a ameaça do "rolo compressor" das redações e uma crescente demanda por dar conta de tecnologias, audiências e tendo que administrar as novas formas como o público se comporta.

A reboque dessa relação, o autor enfatiza ainda a relação midiática com a política e, necessariamente, com a construção democrática. Batista acredita que da mesma maneira que os profissionais lidam com as pressões comerciais, os embates com os interesses políticos ampliam a discussão sobre o fazer noticioso.

> Paralelamente, persiste como evidente a ideia de que a política contemporânea é, necessariamente, mediada – como afirmámos de início. Apenas os media permitem atingir um público amplo. E, mesmo as actividades políticas que não envolvem o público directamente – decisões de gabinete – acabam por ser influenciadas pelo próprio risco que a visibilidade mediática lhes pode trazer (BATISTA, 2011, p. 63).

Fazendo referência a Schudson, Batista ressalta o papel da notícia e, evidentemente do jornalista, de informar o público, de investigar a ação dos poderes e seus dirigentes, de analisar o contexto sócio-político e cultural interpretando de maneira coerente e compreensível as nuances mais sutis das relações que se estabelecem na sociedade. Acrescenta ainda um quarto elemento enquanto função do jornalista que é "a transmissão de histórias de interesse humano, provindas da diversidade de pontos de vista e modos de vida que compõem o mundo – concedendo aqui espaço às vozes menos favorecidas pelas restantes instâncias sociais" (BATISTA, 2011, p. 76). O autor segue a enumeração sublinhando a responsabilidade do jornalista enquanto gerador de espaço público principalmente em tempos de crescimento no uso da internet como suporte de comunicação e finalmente como agente de mobilização. Nesse aspecto o pesquisador demostra especial preocupação com a prática do jornalista porque, na visão de Batista, esta função se explica de maneira nebulosa quando o profissional toma partido e funciona como porta-voz e advogado de perspectivas ou

programas políticos, e mobilizando as pessoas no sentido da ação em acordo com esses programas. Batista conclui as perspectivas da função do jornalista lançando luz sobre a relação do profissional com a democracia em si.

> O jornalismo será decisivo para esclarecer déficits de racionalidade e identificar a existência de ideias ou posições políticas importantes não representadas nas análises de peritos ou no mero debate público. No decurso deste papel, cabe aos jornalistas traduzirem a linguagem dos peritos em termos acessíveis à sua apreciação pelas massas no espaço público. Com o cumprimento desta função, isto é, com a publicitação e a justificação dos processos de tomada de decisão, o jornalismo cumpre simultaneamente o objectivo de envolver os cidadãos com o desígnio de exercer vigilância crítica sobre peritos e decisores, funcionando igualmente como instrumento de responsabilização institucional das instâncias de poder – uma função em relação estreita com os ideais deliberativos (BATISTA, 2011, p.76).

Todos esses elementos que trouxemos até aqui dão conta de ajudar a definir o que se espera de um profissional, das potencialidades do seu trabalho e ainda explicam parte de uma crise de credibilidades e ataques que a profissão de jornalistas vem sofrendo.

Uma vez que a intermediação nos processos de construção social exerce papel determinante e a narrativa construída do fazer jornalístico o coloca como o guardião da verdade, interpretação segura realidade e suporte para a democracia é inegável que os desvios de conduta coloquem estas construções narrativas em questionamento, dúvida. Surgem narrativas outras de um lugar de fala que, por vezes, não seria tão confiável.

Narrativas estas ampliadas pelo acesso da sociedade a espaços para produção e circulação de conteúdos sem o intermédio da figura do jornalista. Fenômeno social que ao longo dos últimos sete anos vêm ganhando contornos bem relevantes enquanto mobilização social no Brasil. Momentos como o das manifestações de 2013, quando parte

significativa da população foi as ruas em protesto contra uma série de insatisfações políticas, os períodos pré e pós *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e ainda a escalada do uso das redes sociais digitais para propagação de conteúdos falsos (*fake news*) e na sequência a campanha e eleição do atual presidente Jair Bolsonaro. Sendo este, em nossa opinião, o expoente que representa uma parcela significativa da sociedade brasileira que desmerece, descredencia, deslegitima e desqualifica o trabalho do jornalista numa disputa por narrativas e poder simbólico que colocam a democracia em ataque e exige dos profissionais da notícia formas de repensar seu trabalho, reforçar as condutas éticas e encontrar a narrativa da razão de ser jornalista e seu papel social na contemporaneidade.

Informação, circulação de conteúdos e novas tecnologias. Onde está o jornalista?

A relação entre sociedade, tecnologias da informação e os dispositivos eletrônicos que dão circulação a um volume generoso de informações num tempo cada vez mais acelerado potencializam uma relação histórica descrita por Anibal Ford (1999). O autor ao analisar a crise conjuntural por que passamos na contemporaneidade afirma que:

> Embora hoje os choques cognitivos e as transformações na percepção pareçam problemas novos, fundamentalmente devido a comunicação audiovisual e aos desenvolvimentos eletrônicos, ou às reformas a estes contrapostas, e também a intercomunicação ou interação urbanas, os conflitos, a emergência do corpo, a percepção visual, a comunicação não verbal e o cognitivo não escritural provocaram discussões de longa data na história cultural (FORD, 1999, p. 92).

O que podemos perceber na relação dos públicos com o jornalismo é que as novas tecnologias potencializam as relações de disputas narrativas. As redes sociais digitais permitiram uma evolução do sistema midiático como propõe Canavilhas (2013). O pesquisador pontua que desde o surgimento das novas mídias somada a relação entre diferentes

elementos já existentes, o ecossistema midiático evoluiu. Novas interfaces "com aplicações centradas no receptor – como os blogs e as redes sociais – alteraram a polaridade do ecossistema. (...) O público ganhou duas novas funções passando também a produzir e distribuir informações" (CANAVILHAS, 2013, p.55). Isso trouxe uma percepção de não seria mais necessário depender das mídias tradicionais para circulação de informações.

Alterou-se ainda a condição de tempo e espaço na recepção das informações. A maneira como conteúdos chegam aos públicos condiciona o interesse e o entendimento que se tem delas. Levando em consideração também a mobilidade de dispositivos que ampliam não só o campo para a distribuição e circulação da informação como também os fluxos e o tempo para o consumo de um volume significativo de informação.

> Há cada vez mais vozes e discursos disseminados na rede. Se antes tais informações, para serem publicizadas, precisavam passar pela edição dos meios de comunicação de massa, hoje, uma série de ferramentas digitais tornou possível a disseminação das mensagens pelos sujeitos comuns. Sendo assim, transformamos nossas experiências cotidianas em produtos midiáticos, passíveis de armazenamento e recuperação e ainda disponíveis a qualquer hora e lugar (MANTOVANI & DANTAS, 2011, p. 1).

A produção de conteúdo feito por pessoas não profissionais dos meios de comunicação se tornou uma realidade na medida em que os dispositivos eletrônicos evoluíram. Novos sentidos passam a ser produzidos e provocam tensionamentos com a comunicação contemporânea.

André Lemos define essa relação como "Liberação do polo emissor" (LEMOS, 2010, p. 1) e se aplica aquelas pessoas que, com o acesso mais fácil e a custos mais baixos, conseguem as ferramentas para a produção de informações, imagens e conteúdo audiovisual e têm ainda o espaço

para a publicação desse conteúdo na internet, um número cada vez mais numeroso.

As telas, para além da TV, se tornam protagonistas para a circulação de conteúdos audiovisuais produzidos por pessoas comuns, que mesmo sem o compromisso com as implicações que a profissão de jornalista impõe ao divulgar fatos e produzir notícias se valem da linguagem e do modo com que os jornalistas operam o audiovisual.

> A centralidade da comunicação na atualidade é operada em três dimensões que atravessam processos econômicos, políticos e culturais: a expressiva participação das audiências por meio das telas de televisão, de computadores, de celulares e de outros dispositivos técnicos na construção da informação e das relações sociais; a transmidialidade; a possibilidade de um conteúdo midiático circular e ser acessado em diferentes suportes; e a hibridização de linguagens resultantes da convergência (BECKER, 2012, p. 234).

São os jornalistas as referências iniciais de produção noticiosa para o público. As pessoas, no Brasil, cresceram acompanhando noticiários, lendo jornal, consumindo informação em diferentes suportes. Esse consumo trouxe familiaridade com as formas narrativas, a gramática do telejornalismo e, de certo modo, o acesso aos meios de produção de informação trouxe a reboque a sensação de que o domínio das ferramentas e a experimentação prática faria do cidadão não jornalista também detentor do domínio da produção da notícia.

> Os estudos da produção de sentidos e das relações entre as práticas daqueles que produzem sons, imagens e narrativas e as de quem os recebe contribuem para o entendimento da TV como mediação tecnológica e cultural, compreendendo a tecnicidade como um novo regime de visualidade e de significação da experiência (BECKER, 2014, p. 4).

É inegável, portanto, a afirmação de que a internet e a possibilidade, cada dia maior, de produção e distribuição de informações trazem novos elementos na disputa por reconhecimento e fazem desse universo digital hiperconectado “um espaço de apropriação de novos atores sociais e

políticos, que se ancoram, muitas vezes, em discursos de ataque à mídia tradicional" (FALCÃO & PEREIRA, 2019).

Acionamos aqui uma exposição de Ramón Salaverría (2019) feita durante a edição de número 42 do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, em Belém (PA). Durante sua fala o autor destacou que a mesma tecnologia que resolve problemas, dinamiza processos no âmbito da comunicação traz a reboque um outro número generoso de transtornos. Entre eles a crise de credibilidade no jornalismo. Mas a que interesses servem as narrativas de sucateamento e precarização do trabalho dos jornalistas? Salaverría acredita que pessoas e instituições ávidas pelo poder e capital simbólico seriam os protagonistas nessa narrativa.

> As redes não são um espaço de deliberação livre, capaz de substituir sistemas de representação democrática. De fato, esse é um truque que está sendo usado por todos os tipos de populistas para desacreditar instituições democráticas e sociais consolidadas: o parlamento, a universidade, a mídia. Os poderosos pretendem desacreditar e, finalmente, substituir essas instituições por novas fontes de autoridade supostamente emanadas diretamente da cidadania (SALAVERRIA, 2019, p. 4).

Como resultado dessa investida crescente contra a mídia no Brasil, temos o exemplo mais recente no comportamento do presidente da república. Jair Bolsonaro, ao desferir sucessivos ataques à parte da imprensa tradicional, demonstra interesse claro em provocar o desequilíbrio nas relações que ancoram a democracia para legitimar um imaginário, uma narrativa por ele proposta na perspectiva de assegurar o poder conquistado nas urnas.

As estratégias utilizadas desde a campanha utilizam a divulgação de informações distorcidas e boataria por meio de redes sociais digitais, plataformas de bate-papo e, inclusive de reinterpretações e elaboração de novos sentidos a materiais jornalísticos da mídia tradicional. A campanha de Bolsonaro nas plataformas sociais digitais reforçou as

narrativas da disputa em que o opositor, a imprensa, representaria um inimigo.

Porque ter o jornalismo como inimigo?

A estratégia de questionar a idoneidade e a função social do jornalismo e lançar mão das mídias sociais digitais para isso pode ser explicada por princípios explicitados por Willian Dutton (2009). Ele estabelece e classifica a internet como sendo o Quinto Estado. Para o autor, o espaço aberto pela internet trouxe a potencialidade de fiscalizar, além dos três poderes constituídos, a mídia também.

Ora se o uso da internet pode representar mais cidadania ao passo que todos aqueles que têm acesso a ela podem ser produtores e reprodutores de informação e podem monitorar o trabalho da imprensa e acompanhar a mídia, por qual razão desmerecê-la? Por que colocar em xeque seu trabalho?

Retomamos a exposição de Ramon Salavérria (2019) que demostra a ameaça que um jornalismo pautado pelas funções descritas ao longo deste texto traz a governos e instituições que brigam pela hegemonia de suas narrativas.

> É algo desejado e promovido por certos poderes que veem na mídia e nos jornalistas profissionais um inimigo mais temível do que os usuários de mídias sociais, mais facilmente manipuláveis (...) Quando certos líderes desqualificam a mídia e volta as massas contra as empresas jornalísticas, o fazem desde uma estratégica perfeitamente calculada. É claro que a mídia tradicional tem problemas com a sua falta de independência, mas a erosão da mídia tem sido uma excelente notícia para os manipuladores. Agora eles podem agir com maior impunidade, pois sabem que aqueles que deveriam monitorá-los desde a mídia perderam o vigor profissional e a influência que tinham no passado (SALAVÉRRIA, 2019, p. 6).

Na edição de 2019 do Relatório de Violência e Liberdade de imprensa4, feito anualmente pela Federação Nacional dos Jornalistas, os números mostram que a violência contra a imprensa aumentou. Sozinho, Jair

Bolsonaro foi responsável por 121 agressões a veículos de comunicação e jornalistas.

> A ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República afetou significativamente a liberdade de imprensa no Brasil. Em 2019, o número de casos de ataques a veículos de comunicação e a jornalistas chegou a 208, um aumento de 54,07% em relação ao ano anterior, quando foram registradas 135 ocorrências. Em um ano de governo, o presidente Jair Bolsonaro, sozinho, foi o responsável por 121 casos (58,17% do total) de ataques a veículos de comunicação e a jornalistas. Foram 114 ofensivas genéricas e generalizadas, além de sete casos de agressões diretas a jornalistas, totalizando 121 ocorrências. A maioria dos ataques de Bolsonaro foi feita em divulgações oficiais da Presidência da República (discursos e entrevistas do presidente, transcritos no site do Palácio do Planalto) ou no Twitter oficial de Bolsonaro. Foram 116 casos, já denunciados pela FENAJ em divulgação específica. A esses, somaram-se outros cinco casos de agressões feitas em entrevistas/conversas com jornalistas que não foram reproduzidas no site do Palácio do Planalto. A postura do presidente da República, ou melhor, a falta dela mostra que, de fato, a liberdade de imprensa está ameaçada no Brasil. O chefe de governo promove, por meio de suas declarações, sistemática descredibilização da imprensa e dos jornalistas. Com isso, institucionaliza a violência contra a imprensa e seus profissionais como prática de governo. Bolsonaro também utiliza o poder do seu cargo para tomar medidas que visam enfraquecer financeiramente as empresas de comunicação e a organização dos trabalhadores jornalistas (FENAJ, 2020 p. 1).

Uma vez se estabelecendo enquanto prática rotineira do representante do país, os ataques sistemáticos à imprensa, são banalizados e servem de combustível para incitar aqueles que, assim como Jair Bolsonaro, defendem práticas autoritárias e, cada vez mais, dão vazão às emoções que disparam a mobilização em torno do imaginário político que, hoje, governa o Brasil.

E aí, jornalista, quem é você e qual seu papel no Brasil de hoje?

É compreendendo essa perspectiva de desafios sem perder de vista as funções primeiras e a ética que os jornalistas, ao exercerem a sua tarefa devem estar atentos. Embora os ataques sejam frequentes, embora os governos e instituições - na disputa por poder e capital simbólicos - desmereçam o trabalho jornalístico, embora algumas narrativas romantizem a liberdade da internet, embora as tecnologias empurrem os profissionais a novas rotinas, acúmulos de função e embora tenhamos que aprender a conviver com novas formas de relacionamento com os públicos cabe destacar que a ressignificação do principalmente do audiovisual feita pelo público para as muitas telas disponíveis não é sistemática, não é pautada pelos princípios jornalístico. Além disso, a massa de informações e conteúdos lançados nas redes mesmo travestidos da linguagem audiovisual estabelecida no Brasil, ainda é dos jornalistas a tarefa de noticiar.

> "Comunicação direta, sem mediações, como uma mera performance técnica. Isso apela para sonhos de liberdade individual, mas é ilusório. A Rede pode dar acesso a uma massa de informações, mas ninguém é um cidadão do mundo, querendo saber tudo, sobre tudo, no mundo inteiro. Quanto mais informação há, maior é a necessidade de intermediários- jornalistas, arquivistas, editores, etc- que filtrem, organizem, priorizem. Ninguém quer assumir o papel de editor chefe a cada manhã. A igualdade de acesso à informação não cria igualdade de uso da informação. Confundir uma coisa com a outra é tecno-ideologia" (WOLTON, 1999b).

Caminhamos para as nossas considerações finais com uma perspectiva trazida por Marcos Palacios (2003). Diante dos desafios e de um futuro em transformação é preciso que os jornalistas se mantenham observadores e estudando os fenômenos que o campo da comunicação abarca.

> Mais do que investir em especulações ou numa futurologia de cunho pouco confiável, no que diz respeito ao jornalismo de

> amanhã, importa estarmos atentos, acompanhando as experimentações e transformações que efetivamente estão a ocorrer, buscando sistematizar o estudo da evolução do formato online e produzindo documentação que, eventualmente, venha a ser útil para o registro da História do Jornalismo nos dias que correm (PALACIOS, 2003, p. 13).

Ancorados nessa percepção, acreditamos que a profissão precisa caminhar de fato atenta ao futuro e certa dos seus princípios. Diante da crescente onda de informações publicadas por não jornalistas, diante das investidas contra a profissão, diante das apropriações de linguagens audiovisuais ressignificadas e ainda diante das pressões sociais, econômicas e políticas o jornalista precisa firmar pé na ética, nas funções atribuídas a si e naquilo que o coloca como participante ativo na construção da democracia. De todas as reflexões aqui trazidas, percebemos que as adaptações às tecnologias não são novidade. Elas causam turbulências que a plasticidade dos profissionais é capaz de contornar desde que não deixem de lado aquilo que os legitima enquanto responsáveis pela apuração, pela reflexão, redação e construção de um país atento, vigilante e democrático. Mesmo sob ataque, e arranhada pelo exercício de adaptação ao tempo e à tecnologia, a confiança da sociedade nos jornalistas se pauta pela retidão aos princípios que fundamentam a profissão. Quem é você, Jornalista?

Referências

BECKER, Beatriz. Mídia e jornalismo como formas de conhecimento: uma metodologia para leitura crítica das narrativas jornalísticas audiovisuais. Matrizes, v. 5, n. 2, p. 231-250, 2012.

BECKER, Beatriz. Televisão e novas mídias: repensando o papel das audiências nos telejornais. In: E-Compós. 2014.

CANAVILHAS, João. Jornalismo Transmídia: um desafio ao velho ecossistema midiático. In RENÓ, Denis. CAMPALANS, Carolina. RUIZ, Sandra. GOSCIOLA, Vicente. Periodismo Transmedia: miradas múltiples. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2013

COUTINHO, Iluska; MUSSE, Christina. Telejornalismo, narrativa e identidade: a construção dos desejos do Brasil no Jornal Nacional. Revista Alterjor, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2010.
DUTTON, Willian H. Through the Network (of Networks) – the Fifth Estate. Journal Prometheus- Critical Studies in Innovation, Volume 27, 2009- Issue 1. Disponible in: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1134502>, Acesso em: 19/02/2019.
FALCÃO, Luiz Felipe; PEREIRA, Gustavo. E a Comunicação Pública, candidato??? Jornalismo nas mídias sociais digitais nas eleições 2018. In: FERNANDES, Carla Montuori. Comunicação política, eleições 2018 e campanha permanente. Cia do Ebook, 2019.
FENAJ. Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil. Fenaj: Brasília, 2020. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/01/relatorio_fenaj_2019.pdf. Acesso em: 17/01/2020.
FERREIRA, Gil Baptista. Jornalismo Público e Deliberação: Funções e limites do jornalismo nas democracias contemporâneas. Estudos em comunicação, n. 9, p. 61-79, 2011.
FORD, Aníbal. Navegações: comunicação, cultura e crise. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1999
GOMES, Henriette Ferreira. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. 2008.
PALACIOS, Marcos. Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo on-line: o lugar da memória. Modelos do Jornalismo Digital. Salvador: Editora Calandra, p. 14-33, 2003.
SALAVERRIA, Ramon. Fluxos Comunicacionais e Crise da democracia. INTERCOM 2019 - 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belém (PA), Brasil — 2-7 Set., 2019.
VIZEU, Alfredo. Telejornalismo, audiência e ética. Biblioteca On-line de Ciência da Comunicação, 2002.
VIZEU, Alfredo. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia, n. 40, p. 77-83, 2009.
WOLTON, Dominique. Entrevista a Catherine Mallaval, Liberation, 20/21March 1999b, in: http://amsterdam.nettime.org.

Notas

1 Princípios Internacionais da Ética profissional no Jornalismo. Disponível na página da Associação Brasileira de Imprensa: http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/principios-internacionais-da-etica-profissional-no-jornalismo/ - acesso em 25/02/2020.

2 Disponível no site da Câmara dos Deputados: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5250-9-fevereiro-1967-359026-norma-pl.html acesso em 26/02/2020.

3 Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Disponível em: http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/ acesso: 01/03/2020.

4 Disponível em https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/01/relatorio_fenaj_2019.pdf. Acesso em 16/01/2020.

Jornalismo, entre risco e direitos

Jhonatan Mata

Abordar a questão dos direitos humanos no Brasil é, em maior ou menor grau, colocar em xeque o próprio artigo III da Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde se postula que: "Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal". Numa trajetória de pesquisa destemida, Jemima Bispo pontua, ao longo de seu texto, que o Brasil é perigoso para quem defende os direitos humanos. Na lista dos defensores mortos, toda a sorte de gente, épocas e de causas legítimas pelas quais lutavam: Chico Mendes, ambientalista militante da reforma agrária, morto no banho por tiros de escopeta em 1988, no Acre, a mando de grileiros. Dorothy Stang, missionária norte-americana responsável pela criação do primeiro programa de desenvolvimento sustentado da Amazônia, morta com seis tiros numa emboscada de madeireiros no Pará, em 2005. E mais recentemente, em 2018, temos o assassinato da vereadora Marielle Franco, no Rio de Janeiro, feminista que combatia abusos de autoridade policiais às comunidades do Rio de Janeiro, cuja morte ainda está sob investigação.

Nesta lista, ganha destaque o nome de Vladimir Herzog, jornalista preso pela ditadura civil-militar, torturado e morto em outubro de 1975 nas dependências do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), em São Paulo. Tomando como base-recorte de pesquisa a reportagem "Defensores sob ameaça", veiculada no programa Caminhos da Reportagem, da TV Brasil. (vencedor da 41ª edição do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos –PVH-, na categoria vídeo, em 2018), a pesquisadora questiona o papel do telejornalismo enquanto local estratégico de debate e elucidação acerca dos direitos humanos e suas especificidades no país. Além das muitas retaliações e mortes de outros defensores dos direitos humanos, como pescadores, povos indígenas, quilombolas e defensores públicos, que ganharam menor projeção midiática, Bispo trabalha em sua análise com os níveis de engajamento do jornalismo audiovisual no sentido de sanar o senso comum, também comprovado em pesquisas, de que a declaração universal protege mais os criminosos do que as vítimas dos ataques aos direitos humanos.
Na cobertura episódica do tema pela reportagem vencedora, visto sob o viés metodológico da análise da materialidade audiovisual, a autora mapeia, a partir de três eixos (direito violado, pluralidade de indivíduos e diversidade) os limites e potencialidades do telejornal em atuar como esfera pública mediatizada, nos moldes do que propõe Dominique Wolton para o gênero/formato. Violações de

artigos múltiplos, pouca participação audiovisual da iniciativa privada nas narrativas e uma triste diversidade geográfica dos crimes e ameaças são alguns dos sintomas apontados por Jemima Bispo em seu caminhar pelo recorte eleito. O artigo traz, ainda, estudo sobre a roda de conversa realizada com todos os envolvidos nas produções vencedoras do Prêmio Herzog, ampliando o caráter didático da reportagem e também do próprio artigo produzido.

Neste momento, fica clara a triste constatação, por parte dos produtores, de que empreender debates sobre os direitos humanos no Brasil também é uma tarefa melindrosa, uma vez que o cenário de ameaça e morte também amedronta aqueles que são convocados a atuar como fontes. Entretanto, os envolvimentos múltiplos e exposições – faciais inclusive- de jornalistas e entrevistados que deram origem às produções audiovisuais premiadas apontam para uma chama de esperança, ainda que distante: aquela que ilumina, num horizonte possível, para a denúncia apesar da retaliação. Para o aprofundamento do debate, mesmo diante da profundidade da dor – exposta pelo telejornal ou tornada invisível pelo tempo ou por discursos e atos cerceadores.

Jornalismo e democracia na TV: uma análise da produção vencedora do 41º Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos

Jemima Bispo

No dia 10 de dezembro de 2018 foi celebrado mais um aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, marcando os 70 anos desde sua aprovação pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948. Naquela ocasião, o mundo sofria o mal-estar provocado pelo fim da II Guerra Mundial, que terminou oficialmente em setembro de 1945. Foram 85 milhões de mortes contabilizadas, motivo que suscitou a necessidade da internacionalização dos direitos humanos e da elaboração de tratados e convenções capazes de mitigar as ameaças contra a vida e a dignidade humana.

A assinatura da Declaração foi, portanto, um marco na história da luta pela efetivação dos direitos humanos em todo o mundo, contribuindo sobremaneira para que importantes mudanças políticas acontecessem. Contendo 30 artigos, tornou-se o documento mais traduzido no mundo. Os anos evidenciam avanços e retrocessos. Isso porque, apesar de todos os cidadãos serem titulares dos direitos descritos no documento, verifica-se que a simples condição humana, do ponto de vista biológico, não tem sido suficiente para garantir o acesso a tais prerrogativas. Pelas ruas do país, ainda é possível ouvir a expressão: “Direitos Humanos para humanos direitos”, o que reflete o discurso sobre o tema como apologia à proteção de bandidos.

E este é um debate histórico. Na visão do sociólogo Sérgio Adorno, coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, e Maira Zapater, professora de Direito Penal da Fundação Getúlio Vargas e doutora em Direitos Humanos pela USP, em entrevista à

jornalista da BBC News Juliana Gragnani1, essa associação se consolidou após o fim da ditadura. Adorno (2018) diz que, durante a transição, houve uma verdadeira explosão de conflitos no Brasil, homicídios associados a quadrilhas que disputavam territórios no controle do crime organizado onde habitavam trabalhadores de baixa renda e a polícia. Segundo ele, foi sendo gerada a percepção de que a democracia não era suficiente para conter a violência. “Com isso, aqueles que eram herdeiros da hipótese de que havia segurança na ditadura mobilizaram de maneira eficaz a suposição de que direitos humanos eram para bandidos, e não para cidadãos" (Adorno, 2018).

Para além da constatação histórica, o cenário também pode ser explicado em números. De acordo com uma pesquisa do Instituto Ipsos2, realizada no começo de abril de 2018, 66% dos brasileiros acreditam que os direitos humanos protegem mais os criminosos do que as vítimas. Na região Norte, por exemplo, essa percepção alcança 79%. O mesmo levantamento aponta que 54% dos brasileiros concordam com a frase "os direitos humanos não defendem pessoas como eu".

Como forma de diminuir essas percepções e trazer à tona a discussão de novas questões, o Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH) passou a publicar, a partir de dezembro do último ano, textos informativos sobre cada um de seus artigos3. O objetivo é apresentar os avanços nesse âmbito, marcando ainda o aniversário de 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Aproveitando o ensejo e considerando os estudos realizados no Núcleo de Jornalismo e Audiovisual da Universidade Federal de Juiz de Fora que, desde 2010, reúne professores, estudantes e pesquisadores na busca pela investigação, estudo, experimentação e análise de materiais audiovisuais e outras narrativas jornalísticas, a ideia deste trabalho é jogar luz no tema Direitos Humanos, sob a égide dos seguintes questionamentos: de que forma o jornalismo brasileiro, em especial, o telejornalismo, tem atuado frente ao assunto? Nas telas, os debates emergem com profundidade, de modo a honrar com o compromisso de

contribuir com os processos de democratização ao veicular reportagens que, mesmo implicitamente, envolvam princípios que defendam os direitos humanos?

Parte-se do pressuposto de que o campo midiático, sobretudo o jornalismo, exerce um lugar estratégico na configuração das sociedades contemporâneas, contribuindo para a reflexão sobre o exercício dos direitos humanos, ainda que em tese. Portanto, questões de gênero; a causa das mulheres; o trabalho escravo; a exploração de crianças; perseguição por motivos políticos, étnicos, culturais ou religiosos deveriam ser alvos de alerta e foco de atenção da mídia, porque constituem crimes contra os direitos humanos e a cidadania universal, direitos internacionalmente assegurados.

Sob outro aspecto, é possível observar que os movimentos sociais muitas vezes têm demandas que exigem transformação nos padrões culturais da sociedade, e o jornalismo, por sua visibilidade ampliada, é um forte aliado na divulgação dessas novas exigências. Nesse ponto, percebem-se os esforços para que o foco da notícia seja orientado para o interesse do cidadão, dos grupos que lutam por direitos humanos e não apenas para os interesses dos detentores do poder econômico.

Portanto, nota-se o espaço do jornal tornado realmente público, dando visibilidade a temas e propostas nascidos da sociedade. TRAQUINA (2001) chama a atenção para esse jornalismo ativo, que vem inclusive designando profissionais para estarem permanentemente em contato com os grupos sociais mais organizados.

A afirmação de Celso Lafer (1991, p. 241) de que “todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão”, nos parece ir ao encontro do que acredita-se ser o exercício pleno de uma democracia em que os cidadãos tenham o direito de manifestar suas opiniões acerca de questões particulares e

públicas, com autonomia e independência, expressando suas vontades e interesses.

Já na opinião de Gentilli (2005, p. 129), “o direito à informação deve ser pensado na perspectiva de um direito para todos” e, também, “na perspectiva de fornecer informações em quantidade e qualidade para o melhor julgamento possível de cada um” (GENTILLI, 2005, p.129). Sem o exercício do direito à informação a cidadania sofreria prejuízos, pois os cidadãos não obteriam aquelas informações essenciais no dia a dia, inclusive para cumprir os seus deveres.

Medeiros (2011) é dos estudiosos de Direitos Humanos que enxerga a espetacularização como uma fórmula da indústria jornalística, que prioriza o espetáculo em detrimento da qualidade da informação e que pode violar os direitos humanos. Principalmente quando a violência e a construção do espetáculo sobrepõem o fato jornalístico ao expor em demasia um determinado assunto. O autor destaca ainda a utilização das mesmas fontes para a construção de uma matéria ou a omissão da diversidade de fontes disponíveis, o que também infringiria os princípios dos direitos humanos.

É justamente esse o ponto que nos cabe advertir quanto à importância do telejornalismo, um espaço público fundamental para a concretização da democracia e dos direitos humanos. Como afirmam Ladeira, Porcello e Vizeu, 2006, os telejornais despontam como principal meio de informação da significativa maioria da população brasileira, convertendo-se em praça pública, assumindo ainda, no Brasil, o papel de esfera pública mediatizada tal como conceituada por Wolton. Nesse cenário, portanto, a informação é a base para que direitos sejam garantidos, para a efetivação do processo democrático e da cidadania.

Com o telejornalismo entendido como mediador, solucionador de problemas para o indivíduo em sociedade, Vizeu (2005) destaca que, em razão dos conteúdos dos telejornais que devem atender critérios como de relevância, novidade e notoriedade, “os jornalistas, como sujeitos de enunciação, se convertem em mediadores creditados, autorizados,

entre a cidadania e o poder, construindo assim uma parte da realidade social" (VIZEU, 2005, p. 89).

Antes da apresentação da análise, é importante esclarecer de qual posição partimos, a saber: lançamos o olhar sobre os esforços do Instituto Vladimir Herzog, criada para homenagear o jornalista Vladimir Herzog, torturado e assassinado por agentes do governo militar em outubro de 1975. Há mais de dez anos, a instituição se dedica a ações de promoção e defesa dos direitos humanos. Uma dessas iniciativas é o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, detalhado nas próximas linhas, que presta homenagem e reconhece o trabalho de jornalistas, repórteres fotográficos e artistas do traço que, por meio de seu trabalho cotidiano, defendem a Democracia, a Cidadania e os Direitos Humanos.

Prêmio Vladimir Herzog: em busca de um objeto empírico

A partir dessa conjectura, pretende-se analisar a reportagem "Defensores sob ameaça", veiculada no programa Caminhos da Reportagem, da TV Brasil. O trabalho foi o vencedor da 41ª edição do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos (PVH), na categoria vídeo, em 2018. O objetivo inicial é responder ao problema de pesquisa: em que medida a reportagem contribuiu com os debates sobre direitos humanos? Para fins do presente artigo, não nos debruçamos sobre objetivo de analisar um telejornal específico, mas consideramos o Prêmio Vladimir Herzog como uma oferta de produtos audiovisuais que dialogam com o tema proposto.

Já em sua primeira edição, em outubro de 1979, o prêmio estimulou a luta pela democracia: ajudou a chegada da Anistia, em agosto deste mesmo ano, e a mobilização pelas eleições diretas para Presidente da República, que só ocorreu em 1989. Desde então, além de reverenciar a memória do jornalista Vladimir Herzog, preso pela ditadura civil-militar, torturado e morto em outubro de 1975 nas dependências do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de

Defesa Interna (DOI-CODI), em São Paulo, o prêmio reconhece o trabalho de jornalistas que colaboram na defesa e promoção da Democracia, da Cidadania e dos Direitos Humanos e Sociais.

A criação da iniciativa foi uma das resoluções aprovadas no Congresso Brasileiro de Anistia realizado em Belo Horizonte, em 1978, articulado e promovido pelo Comitê Brasileiro de Anistia (CBA). O prêmio tem abrangência nacional e, em 2019, recebeu inscrições em seis categorias: produção jornalística em texto (reportagens em texto publicadas em veículos impressos ou eletrônicos), produção jornalística em áudio (reportagens ou documentários em áudio), produção jornalística em vídeo (reportagens ou documentários em vídeo), produção jornalística em multimídia (reportagens multimídia publicadas na internet), fotografia (foto ou série fotográfica publicada em veículos impressos ou eletrônicos) e arte (ilustrações, charges, cartuns, caricaturas e quadrinhos publicados em veículos impressos ou eletrônicos).

Atualmente, são 22 pontos explicitados no regulamento que orientam os participantes de todo o país na produção dos conteúdos a serem avaliados. Entre eles, destacamos as Disposições Finais para comprovar a hipótese de que a produção desponta como promessa para o cumprimento da função do telejornalismo de debater questões voltadas aos direitos humanos. Isso porque, acredita-se que desde a concepção da pauta, os produtores que concorrem ao prêmio são estimulados a tratar o tema com profundidade, considerando os critérios propostos pelo próprio regulamento. Um dos pontos dispõe sobre a obrigatoriedade de os trabalhos versarem sobre o tema Democracia e Direitos Humanos e que não tenham sido produzidos originalmente para campanhas políticas ou veiculados como informe publicitário.

Análise da Materialidade Audiovisual: caminhos possíveis para a investigação

A amostra a ser investigada, a saber, a reportagem vencedora na última edição do PVH, foi obtida via repositório de compartilhamento on-line,

no site do Prêmio Vladimir Herzog. Exibida no programa Caminhos da Reportagem, da TV Brasil, no dia 31 de março de 2018, às 21h45 e possui 57 minutos e 29 segundos. A produção discorre sobre como o Brasil é um país perigoso para as pessoas que defendem os direitos humanos, apontando que, em 2017, 67 pessoas foram assassinadas, de acordo com a organização internacional Front Line Defenders4. A partir da apresentação dos dados, a matéria relembra a morte da vereadora do PSOL, Marielle Franco, em março de 2018, no Rio de Janeiro, fato que escancarou a violência contra os defensores de direitos humanos em todo o país. Marielle foi a quinta vereadora mais votada nas eleições em 2016 e foi executada com quatro tiros. Nascida na comunidade da Maré, carregava em seu mandato as lutas das mulheres, do movimento negro, da comunidade LGBT e da família de policiais mortos. Era assumidamente contra a intervenção militar no Rio de Janeiro e morreu denunciando o genocídio da população negra.

O caso de Marielle Franco é o pontapé para apresentação de outros tantos que ocorrem de forma amiudada no país. Assim, do Rio de Janeiro, a reportagem ruma para a região Norte do país, onde verifica-se a maioria das mortes de defensores, caracterizada como uma área de intensos conflitos e disputas agrárias. Historicamente, o local é marcado por mortes de defensores de direitos, como a da sindicalista Margarida Alves, em agosto de 1983; do ambientalista e líder seringueiro Chico Mendes, em dezembro de 1988; da missionária norte-americana Dorothy Stang, em fevereiro de 2005, Valdemir Resplandes, o “Muleta”, em janeiro de 2018.

À luta pela terra soma-se a defesa das comunidades indígenas e de seus territórios. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ações de madeireiras, garimpos e loteamentos ilegais são as principais ameaças para as terras indígenas. A matéria apresenta a terra indígena Karipuna, localizada em Porto Velho, em Rondônia, considerada uma das que sofre com a crescente pressão sobre a floresta e as invasões recorrentes, gerando um clima de insegurança entre a população.

Para além da floresta, a reportagem apresenta o mesmo problema vivenciado na cidade de Cajueiro, em São Luís do Maranhão, onde a comunidade vive um embate com a construtora de um porto, que coagiu os proprietários da região a fazerem negociações a custos baixos. Aqueles que ainda resistem, como pescadores e pequenos extrativistas, recebem ameaças constantes.

No Rio de Janeiro, na Baía de Guanabara, a equipe mostra como a construção de grandes empresas altera a qualidade de vida dos moradores do entorno. Um exemplo é a instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, que gerou protesto entre a Associação Homens e Mulheres do Mar, por reduzir drasticamente as áreas de pesca e afetar os modos de vida da população da região de Magé. Em 2000, após denúncias de crimes ambientais, dois pescadores foram assassinados: Paulo César Santos Souza e Márcio Amaro. Em 2012, outros dois membros da Associação de Pescadores apareceram mortos por afogamento: Almir Nogueira de Amorim e Luiz Teles Penetra.

A reportagem apresenta as fotos das vítimas como forma de reavivar os rostos dos importantes personagens, mostrando ainda todas as limitações e desafios de pescadores militantes e defensores dos direitos humanos que ainda resistem. Caso do pescador Alexandre Anderson, que, após seis atentados, foi retirado do local. Segundo a reportagem, atualmente, ele está inserido no programa de proteção às pessoas defensoras de direitos humanos, seguindo todo um protocolo de segurança, que compreende locomoção apenas com escolta policial, monitoramento telefônico e controle do uso de redes sociais. Atualmente, as denúncias estão investigadas pelo Ministério Público e a Petrobrás, em nota, afirmou à produção da reportagem que repudiasse tipo de violência aos pescadores.

De acordo com a matéria, em setembro de 2017, o Comitê Brasileiro de Defensores(as) de Direitos Humanos publicou uma carta listando 15 mortes anunciadas no país. Luciano Moreira, coordenador do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos foi uma das

pessoas listadas. Em julho de 2017, ele foi vítima de uma tentativa de homicídio no acampamento Zilda Xavier, em Planaltina (DF), onde milita para que as pessoas acampadas tenham direito legal sobre as terras que ocupam.

De volta à região Sudeste, em São Paulo, o Caminhos da Reportagem aborda a questão das pessoas em situação de rua. Estima-se que entre 20 e 25 mil pessoas vivam nessas condições na capital paulista. Nesse cenário, o padre Júlio Lancellotti dedica-se na proteção e defesa dos direitos dessas pessoas, coordenando a Pastoral de Rua de São Paulo. Recentemente, ele recebeu ameaças e difamações nas redes sociais, sobretudo, no Facebook. Diante da gravidade das postagens, o Ministério Público de São Paulo abriu, em março de 2018, uma investigação para identificar e responsabilizar os usuários envolvidos que publicaram e/ou compartilharam os ataques via redes sociais. Na matéria, há entrevistas de assistidos e voluntários que acompanham o trabalho do clérigo, que ratificam a importância das ações e iniciativas realizadas. Finalizando a reportagem, ele enfatiza que, diante de todas as dificuldades enfrentadas pelos poucos defensores de direitos ao redor do país, o caminho é enfrentar e confiar na proteção divina.

A breve descrição da reportagem nos facultou alguns indícios para o avanço da investigação. A partir dela, lançamos mão da Análise da Materialidade Audiovisual, metodologia utilizada no campo das pesquisas Núcleo de Jornalismo e Audiovisual da Universidade Federal de Juiz de Fora. Iluska Coutinho, proponente da metodologia, toma como objeto de avaliação a unidade texto + som + imagem + tempo + edição. Para ela, as interpretações de edições de programas jornalísticos ou de parte deles, de uma cobertura particular ou de séries de produtos de jornalismo audiovisual, em uma eventual perspectiva comparativa, não devem realizar operações de decomposição/ leitura, que descaracterizariam a forma de enunciação/ produção de sentido do telejornalismo.

> Apresentamos a análise da materialidade audiovisual como proposta de uma metodologia para chamar de nossa, que busca

> aproximar-se das especificidades do fazer, investigar e narrar o telejornalismo. Os procedimentos aqui descritos, utilizados pelo grupo de pesquisadores reunidos no Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais, buscam explicitar aspectos da narrativa telejornalística, preservadas as marcas da materialidade audiovisual que as constituem, tendo como princípio não a decomposição de texto/som/imagem (COUTINHO, 2016, p. 14).

Segundo Coutinho (2016), longe de constituir-se um método acima de qualquer suspeita, a proposta é que a análise da materialidade audiovisual seja tensionada como procedimento, em seus limites e potencialidades, a cada pesquisa realizada, e narrativa sobre ela, ou ainda, a cada edição de evento. Nesses espaços, assim como na circulação de produtos de jornalismo audiovisual, além dos resultados, também é importante reconhecer quais as promessas e laços assumidos pelas narrativas.

Assim, os procedimentos metodológicos envolveriam inicialmente a identificação do objeto empírico a ser investigado, o estabelecimento de eixos e itens de avaliação tendo em vista as questões de pesquisa, o referencial teórico utilizado e ainda, mas não menos importante, os elementos para-textuais5 que se inscrevem em uma determinada materialidade audiovisual. A partir daí o objetivo é estabelecer a amostra a ser investigada, avançar para obtenção/digitalização/armazenamento do material audiovisual a ser investigado e, então, realizar a análise.

A partir da contextualização concisa da metodologia utilizada, pretende-se analisar a reportagem vencedora da última edição do PVH, intitulada: “Defensores sob ameaça”, de Marcelo Castilho e Mariana Fabre, sob a perspectiva de investigar, de forma qualitativa, em que medida é possível sustentar a existência de uma narrativa jornalística que leva em conta a preocupação quanto aos temas relacionados aos Direitos Humanos, ao Pluralismo e à Diversidade, sendo esses os três eixos considerados para a análise.

No primeiro caso, denominado Eixo 01 – Direito violado, propõe-se analisar quais artigos da DUDH são violados em cada tema apresentado

na reportagem. A ficha de avaliação contemplou dois pontos: Tema abordado e Direito violado. Os temas principais foram divididos em: Tema 01- Assassinato da vereadora Marielle Franco, no qual foram apontados descumprimentos nos artigos II, III, XII, XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Tema 02 - Morte de ativistas (indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais sem-terra, ocupantes, posseiros e assentados) no norte do Brasil, devido aos conflitos e disputas agrárias, no qual foram evidenciadas violações nos artigos II, III, XVII e XXII. Tema 03 - Ameaças aos moradores (pescadores, extrativistas e suas respectivas famílias) que vivem no entorno de grandes empresas portuárias, a partir dasquais foram apontadas violações nos artigos III, XVII e XXII da DUDH. Tema 04 –Atentados e assassinatos de militantes do Movimento de Luta pela Terra, que apontam violações nos artigos III, XVII e XXII. Tema 05 - Ameaças e difamações via redes sociais ao padre da Paróquia São Miguel Arcanjo, coordenador da Pastoral de Rua, em São Paulo, contendo descumprimento dos artigos III, XII e XXII.

Observa-se que em cada caso houve a violação de no mínimo três artigos contidos na Declaração, sendo que o mais recorrente foi o artigo III: "Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal". Essa constatação evidencia a solicitude da reportagem em apontar os riscos iminentes que os defensores dos direitos humanos sofrem no Brasil, corroborando com a ideia de que realmente o país é um dos mais perigosos para quem defende direitos humanos.

No Eixo 02 – Pluralidade de indivíduos, o intuito foi verificar como a produção telejornalística apresenta as pessoas ou grupos que representam as minorias, identificadas aqui como aquelas que tiveram seus direitos transgredidos. Neste aspecto, observou-se quais foram as fontes utilizadas ao longo da reportagem, dividindo-as na ficha de análise segundo as categorias: Entidade Representativa de Classe (membros do Conselho Indigenista Missionário, Movimento de Luta pela Terra, Sindicato dos Pescadores de São Luís do Maranhão, Movimentos das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos), Especialista

(representante da Anistia Internacional Brasil, Escritório Brasil Humans Righ Watch, Alto Comissariado ONU para os Direitos Humanos, IBAMA, Coordenação Colegiada da Justiça Global, defensor público, procurador federal dos Direitos dos Cidadãos, promotor de Justiça), Governo (Marcelo Freixo, deputado federal (PSOL-RJ) e Talíria Petrone, vereador de Niterói (PSOL-RJ), Iniciativa Privada (responsáveis por empresas privadas) e Sociedade Civil (família das vítimas, os próprios defensores dos direitos humanos que sofreram algum tipo de ameaça ou difamação, membros das comunidades, lideranças indígenas, população em situação de rua, voluntários etc).

Foram identificadas 38 fontes que tiveram direito à fala. No caso da categoria Iniciativa Privada, nenhuma fonte foi ouvida. Em nota, apenas a assessoria da Petrobrás se manifestou, contestando a alegação dos pescadores sobre os crimes ambientais na Baía de Guanabara e as ameaças feitas por capangas da empresa contra os moradores do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Por último, no Eixo 03 – Diversidade, objetiva-se identificar se a narrativa abarca a diversidade étnica, racial, religiosa, sexual e se está presente em diferentes regiões do país, uma vez que a diversidade constitui parte do patrimônio cultural, sendo fundamental que seja refletida nos meios de comunicação, muito em particular nos meios audiovisuais.

Assim, constatou-se que a reportagem traz denúncias de ameaças de pessoas defensoras dos direitos humanos em diversos pontos do país, como Rio de Janeiro (RJ), Belém e Anapu (PA), Alagoa Grande (PB), Xapuri (AC), terras indígenas Karipuna (RO), Brasília (DF), São Luís (MA) e São Paulo (SP). Ainda é possível encontrar evidências da diversidade cultural por meio das falas dos entrevistados, que apresentam sotaques regionais. Além disso, as imagens apresentam cenários típicos das regiões tratadas, ajudando o telespectador a associar o local onde se dá cada novo tema abordado. Há, por exemplo, a imagem da Baía de Guanabara cobrindo a fala do pescador carioca, Alexandre Anderson, logo após o encerramento do caso dos embates entre a comunidade

pesqueira de Cajueiro e a construtora de um porto, em São Luís do Maranhão. Portanto, as paisagens que antecedem as informações despontam como indícios de que houve um deslocamento, um novo assunto surgindo quando os cenários mudam. Constata-se também a presença de letterings no canto superior da tela mostrando a cidade e o estado onde determinado fato retratado reportagem foi produzido.

Como forma de agregar novos apontamentos para a análise da materialidade audiovisual, um elemento para-textual importante utilizado foi a análise da 7ª edição da Roda de Conversa do 41º Prêmio Vladimir Herzog, um momento que reuniu os vencedores da edição, de todas as categorias, para um diálogo sobre as motivações em trabalhar os temas direitos humanos, as rotinas de produção, as dificuldades e desafios ao longo do desenvolvimento dos trabalhos. O vídeo foi produzido pela TV PUC São Paulo, disponível no sítio do prêmio. Na ocasião, os jornalistas da TV Brasil Mariana Fabre e Marcelo Castilho, produtores da reportagem "Defensores sob ameaça", expuseram toda o desenvolvimento do trabalho, explicando ainda que o objetivo era fazer uma reportagem com um viés didático, explicando o que são os direitos humanos, o que fazem os defensores e qual a importância do trabalho deles para garantir os direitos que são essenciais para todos. Segundo a jornalista, houve um trabalho exaustivo para analisar relatórios, buscar informações em ONGs, entidades nacionais e internacionais que atuam na proteção desses defensores, na tentativa de identificar os locais onde as ameaças e assassinatos são mais recorrentes ao redor do país.

Ela afirma que a própria pauta, quando foi apresentada aos órgãos de proteção aos defensores, gerou a conscientização sobre uma nova maneira de proteção. A necessidade de repensar as políticas de proteção ficou evidente para essas organizações devido ao fato de que um dos defensores, Valdemir Resplandes, liderança da luta pela reforma agrária em Anapu, no Pará, entrevistado em 2016 pela equipe do programa Caminhos da Reportagem, ter sido assassinado em janeiro deste ano, mesmo já tendo relatado as ameaças. Ou seja, apesar da reportagem ter

conseguido jogar luz no tema e trazer à tona o cenário de ameaça e morte na região, não foi possível evitar o assassinato de Valdemar. Por isso, o ponto chave da reportagem foi mostrar que essa escalada continua vigorando e que o país ainda é um dos mais perigosos para os defensores de direitos.

> Conseguimos nacionalizar o problema, que acontece no país todo, apesar de os índices mostrarem que a maioria dos casos ocorrem no Norte. Foi importante contar com a estrutura da EBC e das equipes afiliadas. Gravamos em Brasília, no Rio de Janeiro, em São Paulo, São Luís do Maranhão, identificando alguns casos e mostrando que, infelizmente, isso acontece em todos os lugares (FABRE, 2018).

Sobre o processo de produção, a jornalista explica que, como se trata de um programa com duração de cerca de uma hora, o tempo gasto para finalização foi de cerca de três meses, desde a avaliação e aprovação da pauta, passando pelas apurações, até a edição. O trabalho foi possível graças à organização entre as afiliadas da EBC, além da colaboração de outras organizações, como o Greenpeace e o CIMI, que cederam imagens.

De acordo com os produtores, ao ligarem para os defensores ou para os órgãos de proteção, havia um certo receio em atender, conceder informações e contar como é efetivamente a situação vivenciada nesse cenário, por medo de represálias ou novas ameaças. Por outro lado, segundo os produtores, na medida em que a proposta e promessa da reportagem foram apresentadas, houve uma aceitação positiva, uma receptividade visível, entendendo que o resultado traria a conscientização dos órgãos competentes e inibição de possíveis ataques. Aqui, retomamos a ideia de Traquina (2001) de que a ideologia jornalística ainda hoje está impregnada pelos valores da teoria do espelho, que reforçam o papel dos jornalistas como o de simples mediadores imparciais entre o público e o real, que retratam o acontecimento.

Por fim, destaca-se o uso de artes e infográficos que validam a proposição da jornalista Mariana Fabre sobre a função didática da reportagem.

Tais elementos que compõe as ilustrações computadorizadas são utilizados para facilitar a compreensão do telespectador, em momentos que apresentam os índices de morte no campo, mapas para indicar as regiões onde os fatos sucedem, o trajeto feito pelo carro que levava a vereadora Marielle Franco, as imagens da tela do Facebook com destaque para os comentários ofensivos ao padre Júlio, entre outros.

Considerações finais

A análise preliminar da reportagem "Defensores sob ameaça", vencedora da 41ª edição do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, aponta caminhos importantes para reflexão sobre o papel do jornalismo na promoção de temas relativos aos direitos humanos, dando acesso e visibilidade a essas informações.

Apoiando-se no pensamento de Traquina (2001), Lafer (1991), Gentilli (2005), Vizeu (2005) entre outros estudiosos, apresenta as narrativas jornalísticas como o lugar onde ocorrem as mediações sociais, partindo da compreensão de que o jornalismo é um dos elementos para a constituição da realidade como fenômeno social compartilhado. A análise aponta que os direitos humanos são abordados de maneira episódica pelos jornais, a partir de pautas que emergem como fatos que o jornalismo se propõe a narrar, geralmente sem aprofundar ou contextualizar a temática.

Avaliamos, portanto, que, do ponto de vista jornalístico - e considerando o direito à informação como um requisito para o exercício da cidadania -, a reportagem pode contribuir sobremaneira para a promoção da cultura dos direitos humanos, na medida em que faz uma abordagem específica e aprofundada sobre os casos de violações no contexto brasileiro, dar voz aos defensores ameaçados, rememora o trabalho e a luta daqueles que morreram, abordando os direitos humanos como

tema, não apenas a partir da cobertura episódica de fatos. Essas considerações apontam para a contribuição da reportagem para o aprofundamento do debate sobre o tema na sociedade, uma vez que o jornalismo produz sentido e faz com que os saberes circulem.

Acredita-se ainda que, tendencialmente, "Defensores sob ameaça" seja um tipo de produção jornalística mais plural, inclusiva no sentido de revelar-se mais permeável às causas relativas aos direitos humanos, estando ainda em total consonância com os propósitos do Prêmio Vladimir Herzog.

Sobre a questão dos modos como a apresentação dos personagens envolvidos foi tratada audiovisualmente, para além dos benefícios da discussão acerca do tema e da produção, percebem-se os esforços da reportagem em rememorar as ações efetivas e o trabalho dos defensores. Assim, mostra, por exemplo, as falas e a postura da vereadora carioca Marielle Franco no plenário da Câmara, nas ruas ou em reuniões de movimentos sociais, abarcadas pelos depoimentos das pessoas que conviveram com Marielle. Em outros pontos, desvela imagens de outros defensores de direitos humanos, seja por meio de fotografias em que aparecem atuando em prol de alguma causa social ou mesmo por meio de vídeos gravados.

O desenvolvimento do presente trabalho foi importante para não se perder de vista a premissa de que o jornalismo, por definição, é uma atividade que, a despeito de limitações e coerções, tem a ver com a liberdade de expressão e a diversidade, estando em contato privilegiado com a condição humana, a partir de uma relação com a realidade social.

Referências

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

CERQUEIRA, Laerte e VIZEU, Alfredo. Os saberes da Pedagogia da Autonomia no Telejornalismo. In: Epistemologias do telejornalismo brasileiro. Cárlida Emerim, Iluska Coutinho e Cristiane Finger (orgs.). Coleção Jornalismo Audiovisual; V.7. Florianópolis: Insular. 2018.

COUTINHO, Iluska. O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: A análise da materialidade audiovisual como método possível. Anais [...] do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo - SP – 05 a 09/09/2016. Disponível em: http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3118-1.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2018.
_____. Compreender a estrutura e experimentar o audiovisual: da dramaturgia do telejornalismo à análise da materialidade, in Epistemologias do telejornalismo brasileiro. CárlidaEmerim, Iluska Coutinho e Cristiane Finger (orgs.). Coleção Jornalismo Audiovisual; V.7. Florianópolis: Insular. 2018.
FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
_____. Pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
GARRET, A. A entrevista, seus princípios e métodos. Rio de Janeiro: Agir, 1981.
GENTILLI, Victor. Democracia de massas: jornalismo e cidadania: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.
GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. Trad. de Raul Fiker. São Paulo: Edunesp, 1991.
GOMIS, Lorenzo. Teoria del periodismo: cómo se forma el presente. México: Paidós, 1991.
LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1991.
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Lumen, 2011.
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos em metodologia científica. 6. ed. 7. reimpr. São Paulo, Atlas, 2009.
MEDEIROS, Magno. Jornalismo, Direitos Humanos e a Violência Tecnorracionalista. In: MAIA, Juarez Ferraz de (org.). Gêneros e Formatos do Jornalismo. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011. p.55-63.
MEDITSCH, Eduardo. O conhecimento do jornalismo. Florianópolis: EDUFSC, 1992.

OLIVEIRA, M. M. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis: Vozes, 2007.
PEREIRA JR, A.E.V.; PORCELLO, F.A.C & MOTA, C.L. (orgs). Telejornalismo: a nova praça pública. Florianópolis: Insular, 2006.
TRAQUINA, Nelson. O estudo do Jornalismo no século XX. São Leopoldo: Unisinos,2001.
_____. Teorias do Jornalismo. Florianópolis: Insular, Ed. 2, 2005.
TUCHMANN, Gaye. La producción de la noticia: estudo sobre laconstrucción de larealidad. Barcelona: Gili, 1983.
VERÓN, Eliseo. Il est là, jelevois, il me parle. Revue Communications. Nº 38. Paris: Seuil, p. 99-120, 1983.
VILLEY, Michel. O direito e os direitos humanos. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
VIZEU, Alfredo. O lado oculto do telejornalismo. Florianópolis: Editora Calandra, 2005.
_____. As marcas enunciativas do discurso jornalístico: algumas considerações. In: 1º Encontro da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), 2003, Brasília. CD'Rom.
_____, CORREIA, João Carlos. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In: VIZEU, Alfredo. A sociedade do telejornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007.
WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Lisboa, Presença, 1987. 1º ed.
Traquina, Nelson. O Estudo do Jornalismo no Século XX. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2002.
WOLTON, Dominique. Elogio ao grande público. São Paulo: Ática, 1996. (Temas, v.52).

Notas

1 O que são direitos humanos e por que há quem acredite que seu propósito é a defesa de 'bandidos'? Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43465988. Acesso em 02 de novembro de 2018.

2 O Instituto Ipsos é a terceira maior empresa de pesquisa e de inteligência de mercado do mundo. Fundada na França em 1975, a Ipsos conta hoje com 16.000 funcionários e está presente em 87 países, incluindo o Brasil.

3 Os textos estão disponíveis no sítio das Nações Unidas, no endereço eletrônico: http://abre.ai/artigos_dudh.

4 A Front Line Defenders foi fundada em Dublin, em 2001, com o objetivo específico de proteger a defensores e defensoras de direitos humanos (DDH) em risco, pessoas que trabalham, de maneira não violenta, por qualquer um ou todos os direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

5 Segundo Iluska, o paratexto é um conceito descrito por Gérard Genette (2009), e refere-se ao material que acompanha o texto, e que contribui para sua leitura/ interpretação. Este se dividiria em dois grandes subconjuntos, peritexto e epitexto, sendo o primeiro anterior à obra e o segundo referido a materiais que circulam fora dela. No caso de um livro, por exemplo, capa, orelha e eventualmente blogs, resenhas, seriam elementos para-textuais. Em relação a uma materialidade audiovisual dados como chamadas, vinhetas, a programação do canal, a escalada de abertura e mesmo o texto do apresentador poderiam constituir-se em para-textos, a depender da unidade, objeto empírico em análise.

Seção 2
Direitos humanos em tela

Conceitos e práticas para ecoar: jornalismo e arte que inspiram

Jhonatan Mata

Na dança dos muitos conceitos que os definem, ativismo e arte acertam o passo quando a "manifestação", palavra que os une, ressoa em alto e bom som. Com um olhar cuidadoso sobre uma manifestação audiovisual específica- o programa Artivismo- o pesquisador Victor Faria se embrenha pela mata densa do neologismo-título para perceber os potenciais da produção em transformar a realidade do público que a consome. Produzido pelo coletivo independente Movimento Cria, o programa, veiculado na TVT (TV dos trabalhadores de São Bernardo do Campo, SP) e na Rede Minas, emissora pública regional do Estado é visto sob a ótica do pluralismo e da diversidade, já que trata de cultura, direito previsto no artigo 27 da Declaração Universal do Direitos Humanos, que é o alicerce propositivo deste livro. Nascida num período de pandemia, em que a arte (sob a forma de lives musicais, recitais de poesia via redes sociais, passeios virtuais por museus do planeta e outras inúmeras manifestações em rede) atua como bálsamo discursivo para o enfrentamento da própria ideia de morte, a análise aqui apresentada esbarra no eterno embate do jornalismo cultural no Brasil: fugir do rótulo de souvenir erudito oferecido a uma classe privilegiada social e economicamente enquanto se livra, neste trajeto, das amarras discursivas que o colocam, paradoxalmente, num lugar de mero entretenimento da massa. Neste percurso, o autor passeia por temas que envolvem as tendências do jornalismo cultural no país, implicações políticas desta área, para culminar na análise do artivismo via televisão, meio privilegiado no recorte. E é justamente na TV, meio que poderia fortalecer o jornalismo pautado nas artes- já que opera com as instâncias de imagem e som- que o pesquisador se depara com um espaço reduzido das matérias culturais nas grades de programação. A limitação aqui pode ser vislumbrada tanto em relação ao número de produções sobre arte quanto às narrativas oferecidas, quase sempre atreladas à "maciez" das soft news de divulgação de shows e espetáculos, fechando os telejornais. Partindo para a televisão pública, o autor encontra espaços onde o jornalismo cultural opera em maior frequência. O programa "Artivismo" é um deles. E tem nos convites à participação da audiência, inclusive como produtora de conteúdos, um de seus grandes trunfos, já que nessa imersão reside o poder ativista da produção audiovisual. Aqui, uma rede colaborativa atua, produzindo vídeos cujas temáticas centrais abarcam os

movimentos sociais, estudantis, ações comunitárias, mas não se limitam a estes, já que a diversidade é a rosa dos rumos da proposta. Os próprios modos de fazer jornalismo são revirados e res-significados, sobretudo pela presença dos "provocadores" no lugar de âncoras e apresentadores.

O texto é leitura mais que recomendada em uma contemporaneidade em que cartazes diversos clamam por soluções diversas, ainda que antigas. Onde negros ainda não conseguem respirar, real e metaforicamente. Onde estátuas de escravocratas são decapitadas enquanto ritos da Ku Klux Klan são reproduzidos irresponsavelmente. E onde a própria noção de coletividade foi superexposta, mas nem sempre posta em prática nos enfrentamentos múltiplos que o ano de 2020 impôs ao planeta com a pandemia. Propostas centradas na representatividade de fatias diversas de cidadãos, olhares menos estereotipados sobre a violência no telejornal e sabores sociais manifestados através de clipes, poesias, ilustrações, dentre outras formas artísticas estão presentes no recorte. E podem auxiliar o leitor a traçar suas estratégias individualizadas de chamamento a um público imaginado ou mesmo na leitura crítica dos audiovisuais diversos que consome.

Numa era de convergência midiática, em que o "o amador no audiovisual" (MATA, 2020) pode atuar como laço potente entre públicos e emissoras, a experiência do Artivismo, mapeada por Victor Faria, pode servir como base para que setores de comunicação públicos ou privados atuem no sentido de amplificar os ecos de suas produções. E, desse modo, empresas e público acabam ganhando, por meio de uma comunicação plural que se ancora no respeito aos direitos, afetos e manifestações humanos, dos quais a arte é bastião e o ativismo mantenedor, fiel guardião.

A divulgação de conteúdos culturais como um Direito: Uma Análise do programa Artivismo

Victor Faria

Qual o papel da comunicação na divulgação de conteúdos culturais? Mais do que apresentar músicas e filmes, a inserção de temas culturais/artísticos nos meios de comunicação pode estabelecer debates sociais importantes. Os veículos se popularizam, perdem audiência, ganham notoriedade, se adaptam à época. Mas independente do meio ou da temporalidade, a busca por forma de adquirir processos e transmitir informação sempre se constituiu em mola propulsora capaz de criar pensamentos, por isso muitos tratam a comunicação como um poder da sociedade. Assim é necessário estar atento a produtos midiáticos que tragam novas ideias, e estabeleçam discursos plurais e diversos, para que os pensamentos fortificados sejam vários e representem muitos. E porque não identificar e valorizar programas que utilizam a cultura e a arte para abordar as pautas sociais. Mas existem programas televisivos brasileiros com essas características?

O Direito Cultural é um Direito Humano, identificado no Artigo 27 da Declaração Universal do Direitos Humanos, ao postular que "todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de desfrutar das artes e de participar do processo científico e de seus benefícios" (DUDH, 1948). Levando em consideração esse direito, seria importante que os canais de comunicação possibilitassem acesso, à conteúdos culturais diversos, ao maior número de pessoas, transmitindo informação através da cultura.

No Brasil, as emissoras comerciais e hegemônicas são as que alcançam maior audiência, guiadas majoritariamente por intenções econômicas. Em contrapartida, para representar os interesses da sociedade tem-se as

emissoras públicas, canais de comunicação financiados com o dinheiro público. Esses canais de comunicação têm intrínsecos ao seu caráter diversos conceitos como, independência, autonomia, pluralismo, diversidade, além de características como a colaboração e a inovação. Inserido em uma interseção de promessas que abrange todos esses aspectos, encontra-se o programa Artivismo. Conteúdo audiovisual produzido pelo coletivo independente Movimento Cria1, o programa é veiculado na TVT2 (TV dos trabalhadores de São Bernardo do Campo, SP) e na Rede Minas3, emissora pública regional do Estado. Além disso, também é disponibilizado no canal da Rede TVT4 no youtube, plataforma utilizada para conseguir acesso ao conteúdo durante essa pesquisa.

O "Artivismo" é um programa que carrega no nome um conceito-promessa. Mas além do próprio conceito, as suas intenções o vinculam a outros tantos aspectos. O programa se estabelece sobre um tripé baseado em arte, política e ativismo social. Além disso, propõem construir um produto inovador a partir de conteúdos enviados de forma colaborativa pela audiência.

O objetivo do trabalho será compreender-se a produção cultural/artística divulgada através do programa Artivismo, contribui na perspectiva do Direito Cultural como Direito Humano. Ou seja, a ideia é analisar como a produção de um conteúdo audiovisual, que visa debater questões sociais e políticas, através de manifestações artísticas, consegue colaborar para a valorização da cultura enquanto um Direito Humano.

Foram analisadas 16 edições do programa, exibidas entre os meses de fevereiro e setembro de 2018. O critério de seleção das edições tomou como recorte empírico no período em análise os dois programas de cada mês que tivessem alcançado maiores visualizações no canal da TVT no youtube. Com isso, contemplamos as produções que obtiveram maior repercussão junto à audiência.

Para realizar a análise quali-quantitativa do programa foi utilizada a Análise da Materialidade Audiovisual, metodologia desenvolvida pela professora Iluska Coutinho, no Núcleo de Jornalismo e Audiovisual (CNPq-UFJF). O método foi eleito, sobretudo, por se mostrar capaz de associar o fazer científico das especificidades dos produtos audiovisuais, em suas etapas de feitio e circulação. Em seus conjuntos discursivos que criam uma determinada "unidade" formada a partir da junção de texto, som, imagem, tempo e edição

Jornalismo cultural x Entretenimento

Para Eliane Basso o desenvolvimento do Jornalismo Cultural se deu "a partir da ideia da produção voltada para a cultura erudita tendendo a mostrar a cultura como algo 'superior', sofisticado e formal" (BASSO, 2006, p. 7). Assim a produção dos conteúdos era voltada para uma minoria considerada então dona do conhecimento. Segundo Gadine (2004), citado por Lopez e Freire, assim como em qualquer outro campo noticioso, no jornalismo cultural pretende-se, em certa instância, pautar assuntos culturais capazes de provocar reflexões e agregar conhecimento ao ser humano, a partir de uma produção singular. O Jornalismo Cultural é considerado por Faro um segmento que ainda "produz reflexão em torno de tendências da arte e do pensamento contemporâneo, [...] com sustentação material de razoável consistência" (FARO, 2006, p. 145). Daniel Piza (2004) destaca que o Jornalismo Cultural progrediu junto às complexidades urbanas, trazendo junto consigo a marca da crítica e as implicações políticas de sua produção. Junto à crítica, outro gênero ganha destaque nos segmentos culturais nos veículos midiáticos brasileiros: a agenda.

O Jornalismo Cultural é realizado a partir de tendências específicas. Como discorre Faro (2006) sua prática é marcada pela forte presença do autoral, opinativo e analítico. Indo além das coberturas noticiosas de outros segmentos do jornalismo, a produção do jornalismo cultural diferencia-se principalmente do tradicional jornalismo diário, assumindo

movimentos ideológico e estético-conceituais. No entanto, o próprio Faro (2009) avalia que existe uma linha muito tênue nas temáticas circundadas nas produções feitas no Jornalismo Cultural. O autor acredita que além da hipótese marcar esse lugar como aquele dos movimentos estético-conceituais, há uma outra hipótese que o aproxima do entretenimento.

> Na primeira hipótese, o jornalismo cultural conservaria em suas características fundamentais uma dinâmica estabelecida a partir de demandas estético-conceituais ou ético-políticas que dizem respeito ao ordenamento institucional e às formulações acadêmicas produzidas na sociedade. Na segunda, seus condicionamentos seriam os da cultura de massa: uma produção mercantil voltada para o simples entretenimento, desprovida daquele compromisso com a conversação crítica de seu público (FARO, 2006, p. 147).

Faro alerta que dentro desse segmento, assim como no jornalismo em geral, as pautas também são escolhidas, muitas vezes, a partir de interesses meramente empresariais, e consequentemente econômicos (FARO, 2006, p. 148). O autor acredita que a face do espetacular inerente ao que ele chama de ícones do Jornalismo Cultural, o que inclui o cinema, teatro, literatura, entre outros produtos, contribui para a produção de pautas com intenções empresariais.

Assuntos ligados ao entretenimento cada vez mais tomam o espaço do que seria considerado "jornalismo cultural" dentro das mídias tradicionais. Daniel Piza (2004) acrescenta que as temáticas tratadas dentro dos espaços culturais do jornalismo começaram a inserir outros assuntos após os anos 90. O Jornalismo cultural passa a ter conteúdos para além das conhecidas sete artes, abrangendo o design, a moda e a gastronomia. Piza ainda reitera as características de entretenimento intrínsecas atualmente neste segmento, e que as temáticas que geram o interesse do público, acabam se tornando mais frequentes nos veículos de comunicação que de alguma forma tentam discorrer sobre cultura, "os assuntos preferidos, por extensão, são o cinema americano, a TV

brasileira e a música pop, que dominam as tabelas do consumo cultural" (PIZA, 2004, p. 54).

A presença do jornalismo cultural na televisão

No jornalismo impresso, em certa medida, ainda há espaço para o jornalismo cultural. Segundo Ana Carolina Temer e Mônica Nunes (2014), em alguns jornais impressos pode-se considerar até crescente o número de pautas culturais. Mas, na televisão, as perspectivas são diferentes. Ao refazer um retrospecto histórico as autoras atentam para o fato de que a cultura sempre foi colocada como um tema elitizado. Por isso, enquanto os aparelhos televisivos eram regalias apenas da camada mais rica da população a cultura era mais pautada. Porém, com a popularização das TVs, essa editoria foi considerada pouco lucrativa pelas emissoras televisivas (TEMER, NUNES, 2014). Segundo Temer e Nunes, "o assunto cultural foi, aos poucos, dando lugar a programas de conteúdos mais populares e, eventualmente, até grotescos" (TEMER, NUNES, 2014, p. 203). No entanto, deve-se levar em consideração que a camada da população que não tinha acesso ao que era televisionado, majoritariamente, também, não tinha acesso a grande parte das obras culturais. A televisão poderia servir como ponte, para apresentar essa temática para essa parcela da sociedade. Entretanto, não foi assim que se configurou o jornalismo cultural nas emissoras comerciais.

Ao olhar para a grade de programação das principais emissoras abertas atualmente como a Globo, Bandeirantes, SBT e Record, percebe-se que não há muitas opções de conteúdo cultural. Nas edições diárias dos telejornais, majoritariamente, matérias relacionadas a temáticas e acontecimentos factuais são prioridades, até por uma questão de critério de noticiabilidade. Temer e Nunes (2014) destacam que as matérias culturais aparecem nos telejornais esporadicamente, geralmente nas edições diurnas, sempre com um tom bem leve, para divulgar shows e espetáculos, servindo para o fechamento do jornalístico. As autoras ainda criticam a forma como é atribuída a

presença do jornalismo cultural nos telejornais. Isto porque, ao invés de atuar a partir de um serviço ou para refletir sobre herança cultural, majoritariamente abordam assuntos com o intuito de atrair a audiência. Para as pesquisadoras, “no telejornalismo a cultura engloba aquilo que convencionamos chamar de “comportamento humano”, curiosidades da vida das celebridades reais e de ocasião, e informações pontuais sobre atividade culturais” (TEMER E NUNES, 2014, p. 215).

Diferente das emissoras comerciais, na grade de programação de algumas televisões que objetivam exercer uma comunicação pública, existem algumas opções de conteúdo com enfoque no jornalismo cultural. Para Stevanim (2010), “no caso específico das televisões públicas, a adoção de abordagens mais dinâmicas e plurais de cultura pode tornar-se um diferencial de qualidade da programação”. (STEVANIM, 2010, p. 5).

Como identificado em pesquisas anteriores (FARIA; COUTINHO, 2018), em maio de 2018 na grade da TV Brasil cerca de 15% da programação possuía relação com a cultura, trazendo temáticas que englobam música, teatro, entre outras artes. Já na Rede Minas programas com foco na área cultural representam 30% da programação. Pode-se constatar que só nessas duas emissoras públicas analisadas, já é perceptível uma vasta variedade de programas com intuitos e aspectos culturais, seja alguns com propósitos mais jornalísticos e outros alinhados mais ao entretenimento.

No entanto, o cenário da comunicação pública no Brasil encontra-se em um momento delicado, já que a Medida Provisória 744, aprovada em 2016 pelo Governo Michel Temer colocou em xeque o caráter público da EBC. Transformada em 02 /03/2017 na Lei Ordinária 13417/2017, a MP extinguiu o Conselho Curador. Nesse momento, a EBC deixou de ter autonomia na tomada de decisões, não podendo interferir na produção, programação e distribuição do conteúdo do sistema público de radiodifusão e agências. Novos problemas surgiram em 2019, quando Jair Messias Bolsonaro assumiu a Presidência da República, já que ele

passou a utilizar a TV Brasil como uma espécie de “TV do Governo”. Até mesmo a Rede Minas vem sofrendo cortes e problemas nos últimos tempos5.

O conteúdo colaborativo: uma comunicação mais democrática?

A proposta de um conteúdo colaborativo é a de envolver e mobilizar o cidadão-espectador a participar e apresentar um outro olhar para temáticas abordadas no âmbito da comunicação. Não só por conta do advento da internet, mas certamente incluindo esse cenário, a colaboração dos usuários para com os conteúdos que circulam na rede se tornaram mais presentes, podendo se manifestar através de comentários, compartilhamentos e a partir de infinitas possibilidades e meios que impulsionam a interatividade. Consequentemente, as emissoras empreendem a criação de criar ferramentas de aproximação com o espectador, adicionando assim em suas programações, a colaboração do público. O que inclui algumas propostas que apresentam narrativas inovadoras. Isso só é possível devido ao processo de convergência midiática. Henry Jenkins afirma que:

> Por convergência refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes midiáticos, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando (JENKINS, 2009, p. 27).

Silva e Menezes (2013) alertam que nesse cenário, no qual a audiência apresenta novas demandas, diferentes daquelas que, até então, eram tradicionalmente exibidas, as emissoras passam a buscar e testar novos formatos, se remodelando para conviver com novos meios, onde cada um, com as suas especificidades, possa operar ou não de forma

convergente (SILVA; MENEZES 2013, p. 275). Silva e Menezes ainda concluem que:

> A migração de um modelo unidirecional para o multidirecional, onde a interatividade potencializa a participação efetiva do público, por meio de intervenções em diferentes níveis no processo de comunicação representa hoje, o grande desafio para os gestores e produtores de conteúdo televisivos, como também, para os telespectadores (SILVA & MENEZES, 2013, p. 285).

Canitto (2009) é outro autor a observar que um dos pontos que ganha notoriedade quando adentramos o conceito de convergência midiática é a sua interferência nos modelos de criação. O autor também levanta uma questão importante para a elaboração deste trabalho. Para ele, a palavra "democratização" ajuda a entender o conceito de colaborativo, já que na atualidade a possiblidade de um indivíduo produzir o seu próprio conteúdo pode depender apenas da sua própria disponibilidade. Canitto lembra que nos anos 80 aconteceu o Movimento do Vídeo Popular, unificado como ABVP (Associação Brasileira de Vídeo Popular). Um movimento que possibilitou que grupos espalhados pelo Brasil produzissem vídeos que causaram, na época, impacto estético e cultural. A internet, de certa maneira, também traz impactos similares, já que possibilita que produções alternativas ganhe potencialidade nesse ciberespaço.

Ainda que exista questionamentos e tenha que se repensar em novas lógicas processuais para essa dimensão do colaborativo, a participação popular por essa perspectiva torna-se interessante, justamente por trazer um olhar mais individualizado, que não tenha que necessariamente ser uma voz da maioria, podendo representar um ângulo diferenciado sobre um acontecimento, ou emoção vivida no instante de um fato ocorrido.

Silva e Menezes (2013) lembram que assim como qualquer outro meio de comunicação, ainda que não se perpetue pelo viés econômico, as emissoras públicas também precisam, de certa maneira, da audiência, até mesmo para "justificar a sua existência e permanência no mercado"

(SILVA & MENEZES, 2013, p. 276). Concordando com as ideias levantadas anteriormente por Canitto, Silva e Menezes acreditam que os novos modos de fazer TV também vão ao encontro da democratização da informação no serviço público. Para as autoras tal fator contribui para que às comunidades adentrem a "sociedade da informação" de uma forma configurada como ativa e participativa.

Mas ainda que essa questão do colaborativo seja dominante, o autor acredita que sempre existirá na TV a figura do editor para delimitar os conteúdos, inclusive o que é de autoria externa.

> O poder de decisão continua centrado em uma figura única, ou equipe, que estabelece o que deve ser feito e como deve ser feito, ou define sobre o que se encaixa nos padrões pré-estabelecidos. Não há discussão, não há consenso. Mesmo sendo colaborativo, o discurso continua tendo uma central de organização. Colaborativa é a imagem e não a obra que ela compõe (CANITTO, 2009, p. 218).

Podemos refletir sobre a citação de Canitto a partir de diferentes perspectivas. Certamente ao juntar várias produções colaborativas na edição de um programa resulta-se em uma outra produção, um mosaico que inclui vários trabalhos, que juntos podem "dizer" ao público coisas que não diriam separados. Até a forma como são organizados esses trabalhos configuram uma edição, podendo passar diferentes narrativas ao telespectador.

O caso do programa objeto de estudo deste trabalho é um exemplo. O caráter independente do Movimento Cria está estampado ainda na descrição do "Artivismo". Isso também influencia na montagem e configuração do programa.

Desmembrando o neologismo: Análise da Materialidade Audiovisual do programa "Artivismo"

Um conceito que soma arte, política e ativismo. Essa é a definição do neologismo artivismo. O artista ativista se reconhece como um ser com responsabilidades e vocações sociais.

Para Alexandre Vilas Boas (2015) os termos que envolvem o artivismo, no qual se inserem os conceitos de “arte” e “politica” possuem grande autonomia quando atuam separadamente, mas juntos representam “novas significações narrativas e complexidades processuais que fazem com que o artista tenha que adotar procedimentos e matérias nem sempre tão comuns ou usuais” (VILAS BOAS, 2015, p. 37).

Chaia (2007) determina artivismo como uma ação da contemporaneidade que se configura quando ações políticas são estabelecidas com apoios estéticos, indo além da ideia da produção de atividades artísticas que buscam nuances políticos. Vilas Boas (2015) determina o artivista, ou seja, quem produz a ação artivista como a pessoa que usa as diversas mídias e as tecnologias para promover trabalhos artísticos que tenham interferência diretas na sociedade, no entanto, lembra que para exercer esse papel não é preciso ser fundamentalmente um artista de formação. “É característico desse tipo de arte política a participação direta, configurando formatos de situações que vai do artista crítico até o engajado ou militante” (CHAIA, 2007, p. 10). As ações ativistas, em ambientes reais ou virtuais são majoritariamente criadas em grupos, até mesmo pelas caraterísticas sociais inseridas nos mais variados movimentos que emergem na sociedade. Somado a isso, Chaia destaca que o artivismo se distingue justamente “pelo uso de métodos colaborativos de execução do trabalho e de disseminação dos resultados obtidos” (CHAIA, 2007, p.10).

Carregando o conceito no nome, o programa “Artivismo” é produzido pelo Movimento Cria (MovCria), um coletivo que se apresenta como uma rede de comunicação comunitária e independente. Formado por vários ativistas do Brasil, o movimento declara luta por uma mídia livre, plural, crítica e autônoma, promovendo, assim, reflexões sobre os direitos do cidadão através de uma produção cultural, jornalística e artística de rádio e TV. A ideia em que se estabelece o programa se configura a partir do tripé: arte independente, questões sociais e política. A proposta do “Artivismo” é uma produção de construção

coletiva que só é possível quando a audiência assume a postura participativa. Tal participação se efetiva através do envio de vídeos que representam o caráter social, artístico e político do programa, ou seja, com abordagens que tragam temas como, atividades de movimentos sociais, ações comunitárias, estudantis ou produções artísticas. A equipe do programa determina que os vídeos enviados devem ter no máximo quatro minutos de duração, e precisam estar no formato, HD 1080P.

O programa propõe a exibição de um conteúdo inovador com diferentes tipos de quadros, porém sem nenhum apresentador. Ao invés da existência da figura responsável por criar ganchos e ancorar o programa, existem os "provocadores", elementos utilizados para causar reflexões. O "Artivismo" entrou no ar pela TVT6, no dia 5 de fevereiro de 2018, e em seguida também passou a fazer parte da grade de programação da Rede Minas. Emissora que exibi o programa de segunda a sexta em dois horários, às 07:30 e às 19:00.

A Rede Minas, que pertence à Empresa Mineira de Comunicação foi criada em 1984 por Tancredo Neves, então governador de Minas Gerais. Com sede em Belo Horizonte ela se apresenta com uma emissora pública e educativa que sintetiza a identidade social e cultural mineira.

Contribuindo para a facilidade de acesso público ao material, as edições do "Artivismo", que possui cerca de 15 minutos de conteúdo são disponibilizadas também no canal da TVT no youtube, plataforma utilizada para assistir ao programa durante a elaboração deste trabalho, já que a Rede Minas não tem canal aberto em Juiz de Fora. A partir da análise da materialidade audiovisual, proposta desenvolvida no Núcleo de Jornalismo Audiovisual, orientado pela professora Iluska Coutinho, foram investigados os dois programas mais assistidos por mês na plataforma de vídeo da web, entre fevereiro e setembro de 2018, considerando os programas que foram postados no canal da TVT no youtube. A proposta dessa metodologia é avaliar o conjunto formado pela unidade texto+som+imagem+tempo+edição. Servindo para avaliar produtos midiáticos na esfera do audiovisual, tal método, considerado

quali-quantitativo, tem como intuito garantir cientificidade aos trabalhos desenvolvidos nessa área, indo além das operações de percepção/leitura, descrição e julgamento.

Durante o processo da Análise da Materialidade Audiovisual, dois pontos quantitativos foram investigados. Em um primeiro momento dividimos os vídeos em quatro (4) tipos de formatos: entrevista/depoimento, videoclipe/poesia, animação e personagem/câmera. Considerou-se personagem/câmera àqueles vídeos em que o próprio produtor do conteúdo fala diretamente para câmera, ou seja, não há uma interlocução com entrevistas. Seria, por exemplo, a linguagem utilizada pelos próprios *youtubers*.

Nos 16 programas analisados foram identificados 53 vídeos. Desses, 27 possuem um caráter de entrevista ou depoimento. 16 são inserções de videoclipes ou vídeos com poesia social. Apenas uma animação foi identificada e nove vídeos foram enquadrados dentro da categoria chamada de personagem/ câmera. Isso mostra que embora o caráter de depoimento ou entrevista se sobressaia em quantidade, outros dois modelos de inserções também são frequentes e permitem maior dinâmica ao programa.

Também averiguamos em termos quantitativos, quais foram as temáticas mais frequentes nessas edições. Assim, a proposta era investigar quais dos nove temas estiveram presentes nos vídeos exibidos em cada edição analisada, lembrando que um vídeo pode tratar de várias temáticas ao mesmo tempo. Os nove temas foram os seguintes: racismo, gênero, violência, arte, classe social/desigualdade social, economia, política, educação e espaço urbano.

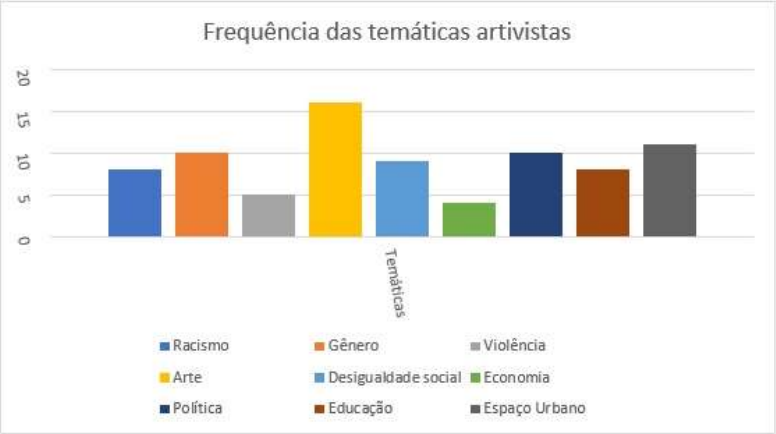

Gráfico 1: Resultado quantitativo das temáticas tratadas no Artivismo
Fonte: Elaboração Própria (2020)

Como é possível perceber no gráfico, a diversidade é uma marca do Artivismo. Em todos os vídeos exibidos há pelo menos um nuance do tripé em que se baseia o programa (arte, política e ativismo social). A preocupação com essas temáticas está refletida nos resultados, arte (16), espaço urbano (11), política (10), gênero e desigualdade social (9) são os temas que aparecem com mais frequência, enquanto economia é um tema que aparece menos nas edições do Artivismo.

Considerando os resultados obtidos é possível entender como acontece o processo do programa que apresenta uma produção colaborativa, com proposta de inovação de linguagem, e ainda com princípios artísticos, sociais e políticos.

Os veículos de comunicação que apresentam ideias contra-hegemônicas encontraram, majoritariamente, o seu lugar de fala no ambiente digital, não se fazendo presente com muita frequência na televisão, nem mesmo em espaços públicos de comunicação. Representando esse lugar ausente, o "Artivismo" traz conceitos e se apresenta com uma proposta que se diverge em muitos aspectos da televisão hegemônica. Por isso, é essencial entender os resultados desse trabalho com intuito de buscar

melhorias para essa e outras produções com propostas similares, no que tange tanto às temáticas tratadas, quanto as escolhas de narrativas e linguagens audiovisuais.

A proposta inovadora do programa pode ser percebida logo nas vinhetas exibidas nas 16 edições analisadas. Uma das vinhetas traz uma voz em off questionando se está tudo preparado para começar o programa "Tá ótimo! Tá baixo? O retorno também tá bom na minha voz? Tá gravando já?". Outra vinheta apresenta imagens de ruas da comunidade, e uma outra mostra imagens com críticas políticas e sociais intrínsecas.

Ao analisar 16 edições do programa é possível perceber que, no "Artivismo", o telespectador recebe as informações aos poucos, podendo construir um pensamento mais crítico sobre as temáticas debatidas. O conteúdo não chega ao telespectador/ usuário de forma clara e objetiva. Ao contrário, subjetividade é um dos pontos principais do programa.

Com relação às temáticas, o programa cumpre totalmente com o tripé proposto, que inclui arte, política e sociedade. É possível perceber a presença desses temas em entrevistas, depoimentos, videoclipes, nas poesias sociais dos slams e até na ideia em que o próprio produtor do conteúdo é o personagem, como por exemplo, no vídeo em que uma mulher explica a diferença entre os termos femismo, feminismo e machismo, no que parece ser um vídeo próprio do youtube.

Percebe-se que "violência" é um tema que aparece com menos frequência, sendo uma temática tratada em apenas em 5 das 16 edições analisadas. Isso pode ser reflexo da própria intenção do programa, já que a violência é um assunto muito tratado nos telejornais tradicionais. Quando aparece no "Artivismo" ela costuma estar está vinculada à questão do racismo, ou da desigualdade social, algumas vezes também como consequência desses dois assuntos. Esse é o caminho para tratar de violência sendo artivista, e não se igualando às propostas, majoritariamente, sensacionalistas da "grande imprensa", em que o

tema é abordado em programas e telejornais de algumas emissoras comerciais.

Levando em consideração os produtores de conteúdo, em muitos vídeos não é possível identificar quem seria o produtor/colaborador que teria enviado o conteúdo. Algumas vezes, fica subentendido que quando não há crédito a produção seria do próprio Movimento Cria, até pelas características similares desses vídeos, com a utilização frequente zoom in e zoom out e o GC azul na parte inferior da tela. Porém, não há uma clareza sobre quem são os produtores desses vídeos.

Nota-se que muitos dos vídeos são produções feitas para canais específicos no youtube, para que depois sejam enviados para o programa, o que materializa um processo de convergência midiática. Ainda é possível perceber que nos programas analisados há muita repetição de produtores de conteúdo. “Imagina na Copa”, “Imagina você”, “Cenas da Cidade”, e os canais “ReVisão” e “Vidão” são colaborações que aparecem diversas vezes no programa.

A Análise da Materialidade Audiovisual do “Artivismo” aponta muitos pontos edificantes do programa, mostrando porque é tão importante a exibição e distribuição desse tipo de produto audiovisual em uma rede de televisão ou outros espaços.

Levando em consideração que o Direito à Cultura é um Direito Humano, reforçamos que é importante e necessário que os canais de comunicação insiram produtos deste segmento em suas programações. Seja no telejornal ou em programas específicos, os conteúdos culturais abordados precisam ir além do entretenimento. Ou com ele traçar diálogos férteis. Tendo um caráter jornalístico capaz de informar e promover debates sociais, uma vez que, “ toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam”7, como consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Uma boa forma de “tomar parte” da cultura é justamente através da comunicação. Por isso é tão importante que os meios comunicativos

invistam nesse segmento. Ainda é interessante considerar que a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948) alega que "é dever do homem exercer, manter e estimular a cultura por todos os meios ao seu alcance, porque a cultura é a mais elevada expressão social e histórica do espírito", e exatamente isso que o "Artivismo" representa.

Considerando todo conteúdo teórico e a Análise da Materialidade Audiovisual realizada, podemos dizer que o Artivismo ajuda a cobrir uma lacuna existente atualmente nos canais de comunicação audiovisual brasileiros. Esse é um programa que preza pelo colaborativo, ponto que converge, em certa medida, com a democratização, já que a produção do programa permite que diferentes produtores de conteúdo enviem os seus vídeos, resultando em diferentes olhares sociais sendo manifestados através de clipes, poesias, ilustrações, entre outras formas artísticas.

Ao divulgar esse conteúdo, que apresenta uma arte e que também informa, o programa permite que outras pessoas tenham acesso a um ponto de vista singular. Além disso, o programa valoriza ideais como o pluralismo e a diversidade, pontos essenciais ao caráter público da comunicação. Através do tripé que envolve arte, política e sociedade, o "Artivismo" se revela um produto que se preocupa com a representatividade, permitindo que as minorias tenham um lugar de fala, mostrando seus ideais e divulgando obras artísticas que são reflexo de suas dores, angústias, medos, conquistas, ou qualquer outra sensação que se torne uma inspiração.

Sabendo que os meios de comunicação podem afetar diretamente a sua audiência, é possível dizer que esse tipo de produção pode colaborar para a transformação social. Mais do que permitir acesso a essa cultura com viés social e político, o programa pode apresentar através de uma manifestação artística uma outra realidade ao usuário/telespectador. Também permite que muitos se vejam em situações representadas nas telas, ou até mesmo como um potencial colaborador do programa, em

casos em que a pessoa também produza algum conteúdo que esteja alinhado com as propostas e regras desse produto audiovisual.
Desde de setembro de 2018 não há mais atualização de edições do "Artivismo" nas plataformas digitais em que ele era disponibilizado. No entanto, pode-se dizer que o programa contribuiu, em certa medida, para que um Direito fosse cumprido, utilizando da comunicação para exercer um papel social importante e necessário.

Referências

BUCCI, Eugênio; FIORINI, Ana Maria; CHIARETTI, Marco. Indicadores de Qualidade nas Emissoras Públicas - Uma Avaliação Contemporânea. Série Debates CI. Brasília: Unesco v. 10, 2012.
CANNITO, Newton. A televisão na era digital: interatividade, convergência e novos modelos de negócio. São Paulo: Summus, 2010.
CHAIA, Miguel. Artivismo: Política e Arte Hoje. São Paulo: Aurora, 2007.
COUTINHO, Iluska. O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: A análise da materialidade audiovisual como método possível. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo - SP – 05 a 09/09/2016
FARIA, Victor; COUTINHO, Iluska. Um programa conceito: Artivismo. In: INTERCOM. XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Belo Horizonte: 2018.
FARIA, Victor; COUTINHO, Iluska, Entre a TV e o youtube: O pluralismo e a diversidade no Jornal Minas. In: INTERCOM. 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Joinville: 2018.
FARO, José. Nem tudo que é reluz é ouro: contribuição para uma reflexão teórica sobre o jornalismo cultural. Comunicação e Sociedade. Braga: CECS, 2006, v.28, n.46, p. 143-163.
FARO, José. Dimensão e prática do jornalismo cultural. Revista Fronteira – Estudos Midiáticos. São Leopoldo: Unisinos, jan/abr 2009, v.11, n.1, p. 54 - 62.
INTERCOM, XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2006, São Paulo. Jornalismo Cultural: uma análise sobre o campo. Disponível em:

http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/99945753851980735137884571481134101142.pdf. Acesso em: 29/09/2018.
INTERVOZES. Direito à comunicação. In: Observatório do direito à comunicação. Disponível em: http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?page_id=28545. Acesso em: 07/05/2018.
JENKINS, Henry. Cultura da Convergência. São Paulo: Aleph, 2009.
LOPES, Débora; FREIRE, Marcelo. O jornalismo cultural além da crítica: um estudo das reportagens na revista Raiz. 2004. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/lopez-debora-freire-marcelo-jornalismo-cultural.pdf. Acesso: 30/09/2018.
MANUAL DE JORNALISMO DA EBC. Disponível em: http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf. Acesso em: 05/05/2018.
PIZA, Daniel. Jornalismo Cultural. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.
SILVA, Edna; MENEZES, Gizeli. Os desafios da Televisão Pública em tempos de convergência. Análise do programa Estúdio Móvel da TV Brasil. IN: COUTINHO, Iluka (org.). A informação na TV Pública. Florianópolis: Insular, 2013, p. 273-288.
TEMER, Ana Carolina, NUNES, Mônica. Conteúdos culturais do telejornalismo e a presença das mulheres jornalistas. Rumores, n.16, v.8, Jul-Dez, 2014.
VILAS BOAS, Alexandre. ARTIVISMO: Arte + Política + Ativismo - Sistemas Híbridos em Ação. São Paulo: Unesp, 2015, p.37-79. 2015, 312 f. Dissertação (Mestrado em Arte), Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2015.

Notas

1 Disponível em: http://revistacontemporartes.com.br/2018/05/12/movimento-cria/
2 Disponível em: http://www.tvt.org.br/
3 Disponível em: http://redeminas.tv/
4 Disponível em: https://www.youtube.com/user/redetvt.
5 Disponível: https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/ap%C3%B3s-exonera%C3%A7%C3%B5es-rede-minas-corre-risco-de-n%C3%A3o-ir-ao-ar-1.683313.
6 Inaugurada no dia 23 de agosto de 2010, a TV dos Trabalhadores se apresenta como uma TV educativa outorgada à Fundação Sociedade Comunicação Cultura e Trabalho, entidade cultural sem fins lucrativos.
7 Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/todas-as-noticias/2018/dezembro/artigo-27deg-direito-a-culturA

Olhares para um jornalismo atravessado por marcas coloniais

Gustavo Pereira

Oferecendo importantes perspectivas para pensar a comunicação, o artigo "Comunicação Griot e Direitos Humanos" apresenta uma série reflexões em torno das rotinas produtivas do jornalismo, dos movimentos político-sociais e seus representantes, com ênfase no modo como esses dois agentes se relacionam e percebem sua audiência/público. Referenciando a produção intelectual de autores negros, o trabalho oferece para as análises algumas reflexões sobre nossas estruturas sociais, especialmente marcadas pela colonização. Assim, ao longo do trabalho, também somos apresentados a análises que referenciam cultura e religiosidade, elementos que permeiam nossas estruturas sociais; assim, os autores incluem uma série de exemplos e referências carregados de significados, que são desvendados ao longo do texto.

Ao trazer a referência do Griot, os autores explicitam o conceito desenvolvido por A. Hampâté Bâ, da tradição Bambara, que é utilizado (entre outros significados) para identificar os sujeitos agentes de comunicação. Nesse sentido, os autores propõem uma aproximação dos conceitos de Griot e jornalismos e representados nas figuras dos jornalistas da Rede Globo, mais especificamente do portal G1. No texto, os autores estabelecem as relações de semelhanças entre os dois grupos, levando em conta a relação desses conceitos com os elementos família, verdade, jornalismo e, também, Direitos Humanos.

Centralizando a discussão sobre uma matéria em que é exibida a fala de Mano Brown, no período eleitoral de 2018, os autores lançam um olhar sobre as distintas interpretações dos agentes envolvidos e impactados pela fala de Brown, representados em grupos que se relacionam com o contexto Griot. Com isso, além de propor reflexões sobre o acontecimento, acompanhado de uma sequência de implicações políticas daquele contexto, os autores também nos levam a refletir sobre o quanto é tímida a presença e o uso da produção intelectual africana e afro-brasileira para pensar a comunicação e também os desafios sociais de uma forma geral.

Comunicação Griot e direitos humanos como forma de pensar o discurso de Mano Brown pela "frente democrática" em 2018

Gustavo Luiz Ribeiro, Nicolas Veiga, Robson Máximo e Carla Ramalho Procópio

Filósofas como Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro e autores como Joice Berth e Renato Nogueira apontam que a falta de aplicação da Lei 11.645/081 que torna obrigatória o ensino da história e cultura africana/afro-brasileira para estudantes do ensino fundamental e médio, tende a limitar a bagagem teórica para a formulação do pensamento negro. Tal fenômeno é parte do processo de epistemicídio das populações preta e indígena do país. Consequentemente, as pessoas que ingressam o ensino superior com pouco exercício desse direito, não costumam utilizar e/ou acessar a matriz negra de conhecimento para pensar os recortes e padrões sugeridos pelas instituições, sejam elas das esferas políticas, jurídicas ou acadêmicas. Assim, esse silenciamento sistemático, além de desconsiderar vivências, saberes, corpos e modos de vida que não fazem parte da hegemonia cultural (GRAMSCI, 2007), acaba por contribuir para o que Kilomba (2016 apud Moraes, 2019) aponta como uma hierarquização de discursos, sendo os discursos autorizados como lugares da razão e os não autorizados como sendo os detentores de distorções.

Com a proposta de aplicar o conceito de Griots (HAMPÂTÉ BÂ, 2010) aos contextos jornalísticos, consideramos importante sublinhar que, nele, a subjetividade ganha percepção singular e central, de modo a articular e incorporar as religiões, as artes, as afetividades, as metáforas, os paralelismos e a representatividade no processo comunicacional.

> Pode parecer caótica àqueles que não lhe descortinam o segredo e desconcertar a mentalidade cartesiana acostumada a separar tudo em categorias bem definidas. Dentro da tradição oral, na verdade, o espiritual e o material não estão dissociados (HAMPÂTÉ BÂ, 2010, p. 169).

Assim, os conceitos de Griots desenvolvidos no trabalho de A. Hampâté Bâ (2010) serão utilizados para compreender o fenômeno da divulgação envolvendo o discurso do rapper e compositor brasileiro Mano Brown pela "frente democrática" em 2018, por três agentes diferentes: O jornal G1, Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL).

Ademais, entendemos que trabalhar temas e autores negros faz parte de um posicionamento político, que não deve ser lido como uma tentativa de hierarquização de conhecimentos; mas como uma busca constante de resgate dos saberes silenciados/roubados desses grupos. Assim, consideramos colaborar com o presente artigo, para uma movimentação de diálogo contínuo com a promoção e aprimoramento dos artigos XVIII, XIX, XXII, XXVI e XXVIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos2 (DUDH), que se referem ao direito à informação, a liberdade de pensamento, religião, expressão e cultura.

Aspectos da Comunicação Griot

Griots (ou Dieli) para a tradição Bambara são, resumidamente, animadores públicos e agentes de comunicação. No entanto, as complexidades desses agentes não se esgotam em um único termo, pois para se tornar Griot é exigido um preparo cultural significativo. Para este trabalho, destacaremos três nuances iniciais distintas dessa comunicação baseadas no texto "Tradição Viva", contido no livro Metodologia e pré-história da África I (KI ZERBO, 2010): Griot/Jornalismo, Verdade Familiar e Complexidades Griot.

Griot/Jornalismo

Com a proposta de trazer à tona uma das funções sociais do Jornalismo, de levar informações para que os cidadãos possam ser livres e se

autogovernarem (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003), consideramos fundamental a inclusão de conceitos como a pluralidade, que sejam capazes de respeitar singularidades e também alteridades. No entanto, para que esse jornalismo de fato se apresente de forma plural, são necessários recortes específicos. Esse paradoxo aparente evitaria a criação de situações que desconsideram heterogeneidades complexas de raça, gênero e outros marcadores sociais. Nesse sentido, propomos a aproximação dos estudos de matrizes negras sobre comunicação e identidade, das premissas editorias de veículos jornalísticos. Para tal, utilizaremos o conceito de para-texto presente na proposta metodológica da Análise da Materialidade Audiovisual (COUTINHO, 2016) que são os elementos textuais que aparecem de forma a acrescentar informações em uma matéria audiovisual, se comportando como elementos secundários/complementares.

Nesse sentido, propomos uma aproximação dos elementos modelo, organização e premissas editoriais da Rede Globo, ao que classifica Hambâté Bâ (2010) como três "categorias Griots":

> [...] os griots músicos, que tocam qualquer instrumento (monocórdio, guitarra, cora, tantã, etc.). Normalmente são excelentes cantores, preservadores, transmissores da música antiga e, além disso, compositores. [...] Os griots 'embaixadores' e cortesãos, responsáveis pela mediação entre as grandes famílias em caso de desavenças. Estão sempre ligados a uma família nobre ou real, às vezes a uma única pessoa. [...] Os griots genealogistas, historiadores ou poetas (ou os três ao mesmo tempo), que em geral são igualmente contadores de história e grandes viajantes, não necessariamente ligados a uma família (HAMPÂTÉ BA, 2010, p. 193).

A primeira associação possível entre os Griots e os profissionais da rede Globo é o fato da empresa privada originalmente pertencer a Família Marinho3 e associados. Em nossa análise, essa característica estaria relacionada à qualidade dos Griots embaixadores e cortesãos; nesse sentido, compreendemos a emissora como uma grande família. Dessa forma, a "família" Globo, seria representada pelo seu Griot

(G1/Jornalismo) para interpretar uma desavença entre: o Griot Mano Brown, que representa a periferia, ou "família" periférica; o Griot Fernando Haddad, na figura de familiar do grupo político da frente democrática; e o Griot Jair Bolsonaro, que representava o Partido Social Liberal (PSL) à época. Essas quatro personagens ligadas nessa situação, possuem suas próprias dinâmicas de legitimação discursivas dentro de suas famílias, reforçadas por rituais e modos de existência/expressão.

No caso de Brown, podemos observar tal legitimidade por meio de sua trajetória artística como rapper/compositor/cantor no grupo brasileiro de rap Racionais MC's, fundado em 1988. Negros e moradores de periferia, os integrantes do grupo conquistaram mais de sete premiações nacionais e internacionais4 por meio de canções que retratam o cotidiano, silenciamento e opressões vividas pelos jovens negros periféricos, sobretudo na cidade de São Paulo. No trecho da letra da música "Capitulo 4, Versículo 3", escrita pelo compositor, fica evidente o pertencimento de Brown ao que corresponde, em termos de representação social5, ao jovem negro de periferia:

> Se eu fosse aquele cara que se humilha no sinal/ Por menos de um real / Minha chance era pouca/ Mas se eu fosse aquele moleque de touca/ Que engatilha e enfia o cano/ Dentro da sua boca, de quebrada, sem roupa:/Você e sua mina, um-dois nem me viu/ Já sumiu na neblina! /Mas não, permaneço vivo/Prossigo a mística/Vinte e sete anos contrariando as estatísticas/ Seu comercial de TV não me engana/ Eu não preciso de status e nem fama/ Seu carro e sua grana já não me seduz/ E nem a sua (sic) puta de olhos azuis/ Eu sou apenas um rapaz latino americano/Apoiado por mais de cinquenta mil manos/ Efeito colateral que o sistema fez/ Racionais capitulo quatro e versículo três.

Consideramos sintomático observar que na música cantada por Brown, descontente com o modus operandi sobretudo em relação às representações na TV comercial (representada aqui pela TV Globo), o que marca esse rompimento é a negação daquilo que seria valorizado pela mídia e, consequentemente, pela sociedade, enquanto padrão de

comportamentos e desejos de consumo. No entanto, seus versos também acabam por objetificar a mulher branca, evocando um estereótipo presente na sociedade da mulher rica, branca, de ascendência europeia, frequentemente representada como o padrão ideal de beleza pela mídia.

Nesse sentido, consideramos importante marcar que o verso de Brown evidencia uma colonização presente em nossa cultura, portanto, em nossos pensamentos e também produções artísticas. Assim, na tentativa de distanciamento de um certo aspecto estrutural da sociedade, acabamos por repetir essas relações de forma sistemática. Valentim Y. Mudimbe (2013) chama esse fenômeno de "eurocentrismo ideológico" - o que, de acordo com o autor, pode ser combatido de curto a médio prazo; e também de "eurocentrismo epistemológico", o que seria transformado em longo prazo, caso haja uma atuação interseccional dos movimentos sociais. Sendo assim, ressaltamos que para uma maior discussão e aprofundamento nas questões acima citadas, seria necessária uma inclusão de estudiosas e estudiosos de gênero e outros campos das Humanidades. Destacamos ainda que, neste trabalho, o trecho apenas aponta para uma dinâmica social relevante para compreendermos como se comportam as opressões nas dinâmicas sociais, e que não compactuamos com a objetificação nela observada.

Em relação à "família" Globo, identificamos na seção III dos "Princípios editoriais do Grupo Globo" elementos para compreender a posição da empresa frente ao seu Jornalismo. Entendemos que é por meio dos princípios editorais que a empresa Globo direciona aos seus empregados e associados, modos de agir e de comunicar determinadas que estariam em concordância com sua dinâmica. Assim, destacamos algumas ideias que seus Griots devem considerar:

> O Grupo Globo será sempre independente, apartidário, laico e praticará um jornalismo que busque a isenção, a correção e a agilidade, como estabelecido aqui de forma minuciosa. Não será, portanto, nem a favor nem contra governos, igrejas, clubes, grupos econômicos, partidos. Mas defenderá intransigentemente o respeito a valores sem os quais uma

> sociedade não pode se desenvolver plenamente: a democracia, as liberdades individuais, a livre iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza. (PORTAL G1, 2011, recurso online).

Assim, os aspectos defendidos pela empresa significam (objetiva e subjetivamente) formas de lidar com certos princípios dentro da lógica capitalista na qual se insere.

Verdade Familiar

Além de família, outro conceito destacado nessa discussão é a definição de "verdade", amplamente discutida no campo das humanidades como um todo. Em uma tentativa de compreender o que seria essa verdade sobretudo do ponto de vista discursivo, presente nas produções jornalísticas, propomos o olhar para a etimologia palavra por meio dos estudos de Coutinho (2013). Ao entender relação ao modo como a verdade foi representada nas línguas, a autora discute as origens do vocábulo *truth*, passando pelas definições de origem grega e latina, chegando a definição aristotélica, que configura uma das bases para o entendimento do significado da palavra pela perspectiva ocidental.

> O conceito de verdade estaria ligado a cinco variáveis ou pressupostos que condicionam as relações intrínsecas a sua própria compreensão. Assim, a verdade pode ser vista como: 1) correspondência ou concordância; 2) revelação ou eficácia; 3) conformidade a uma regra ou verificabilidade; 4) coerência; 5) utilidade ou propriedade física (COUTINHO, 2013, p. 133).

No entanto, entendemos que cada um dos pressupostos listados por Aristóteles, sozinhos, não podem ser suficientes para uma definição definitiva sobre o termo, uma vez que tais pressupostos também se inserem na discussão dos estudos do discurso, pois revelam uma dimensão da interpretação, produção de sentidos e de enunciação, fundamentais para a discussão que este trabalho propõe. Para Bakhtin (1997) por exemplo, as palavras possuem uma conclusibilidade abstrata,

e por isso carecem de qualquer relação com o enunciado do outro, com a palavra do outro. Nesse sentido, "aceitar" ou então apreender uma ideia de verdade dependerá também do modo como a recebemos, do contexto comunicativo no qual ela é formada.

Neste artigo, que se propõe a utilizar os conceitos relacionados aos Griots, apresentamos a ideia de verdade como uma potência, uma busca que se alicerça nos aspectos subjetivos que formam a ideia de família. Por isso, de acordo com a proposta Griot, aqui ela se traduziria na ideia de "verdade familiar". Ao trazer esse termo para o contexto jornalístico, passamos a compreender a objetividade nos jornalismos não como uma perfeição inalcançável, mas sim, como um caminho que, de tão humano, pode assumir uma intenção prévia e um objetivo final sem abrir mão de certos métodos constituídos dentro das práticas jornalísticas. Consideramos assim, que Griot-jornalismos são, por definição, representantes de mais de uma família. Nesse sentido, os jornalistas – representantes de si, das organizações nas quais atuam e também dos grupos sociais aos quais estão inseridos, poderiam ser compreendidos por essa perspectiva Griot. No entanto, ressaltamos que a legitimidade dessa personagem enquanto Griot acontece por critérios particulares de cada família. Para nós, no entanto, é evidente que uma família pode eleger Griots que atuem em famílias por vezes conflitantes entre si.

Complexidades Griots no objeto de análise

Para analisar as complexidades presentes na situação comunicacional em questão, consideramos importante incluir as relações de desigualdade entre branquitude e negritude no Brasil do século XXI. Desde o processo do tráfico transatlântico para a costa do país, até a segunda década desse século, situações gerais estruturadas a partir da violência colonizadora, contribuem para a escassez de corpos pretos em posições de poder e/ou protagonismo político. De acordo com a matéria veiculada pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC)6, a ausência de negros nas esferas decisórias leva à falta de políticas públicas específicas.

Já em reportagem da rede britânica BBC7, identificamos que nas eleições 2018 as candidaturas de negros crescem, mas partidos continuam com maioria de brancos.

Nessa perspectiva, entendemos o segundo turno das eleições presidenciais de 2018 no Brasil como um período fortemente marcado pela polarização política, sustentada na própria narrativa dos candidatos (Jair Bolsonaro e Fernando Haddad). Ambos se posicionavam como adversários dentro do espectro político europeu criado na revolução francesa e modificado até os dias de hoje: Haddad como representante da esquerda (e variações) e Bolsonaro como representante da direita (e variações). Um dos principais marcadores sociais de ambos, assim como o do então presidente da república em vigor até aquele momento, Michel Temer, era a do homem branco cisgênero. Com exceção do ex-presidente Nilo Peçanha (1909-1910) e da ex-presidenta Dilma Rousseff (2010-2016), todos os ex-presidentes da república tiveram essas características em comum.

Considerando as gestões pós-redemocratização do país em 1985, é possível dizer que houve uma alternância de poder entre direitas e esquerdas. Porém, a situação da negritude do Brasil encontrou e encontra barreiras: institucionais, estruturais, afetivas e espirituais independente de quem ocupa o posto de chefe do poder executivo - esse fenômeno pode ser compreendido como uma das manifestações de racismo. A filósofa Sueli Carneiro (ANO) compreende a distinção entre o modo como as esquerdas e direitas lidam com a população preta. A diferença, segundo a filósofa, seria de que a primeira se mostra mais aberta ao diálogo do que a segunda. Porém, isso não funciona como garantia de processos antirracistas para o campo das esquerdas. Assim, consideramos a existência de uma lacuna político-partidária, que torna ausente a consideração e compreensão da dinâmica racial nesses contextos, e que, ao mesmo tempo, não concretiza uma conversa sobre as possibilidades plurais de posicionamentos a partir de matrizes pretas de pensamento.

Em relação a presença de Mano Brown, consideramos importante destacar que a periferia brasileira como uma família possuidora de Verdade Familiar, entende-se que Fernando Haddad convocou Mano Brown para participar do seu palanque com o intuito de se reaproximar dessa ampla e heterogênea população. Essa compreensão do então candidato Haddad, encontra respaldo nas palavras de Braúlio Loureiro (2017), no artigo "O ativismo de Rappers e o 'progresso intelectual de massa': uma leitura gramsciana do rap no Brasil":

> Nesse cenário, por sua nítida capacidade de mobilização no âmbito dos bairros periféricos, aproximam-se cada vez mais do hip-hop empresas, ONGs, partidos políticos e gestores públicos. Alguns rappers e coletivos circunscrevem suas práticas ao campo institucionalizado, atuando nos limites dos objetivos de órgãos e partidos aos quais se ligaram. Outros se mantiveram desvinculados de qualquer organismo exterior, sob o argumento da preservação do caráter autônomo da ação. E outros buscaram, ainda, formas de inserção que conciliam obtenção de recursos e manutenção de alguma liberdade (LOUREIRO, 2017, p. 422).

Nesse sentido, consideramos que a presença de Mano Brown na frente democrática faz referência ao encontro de Griots de duas (ou mais) famílias nobres diferentes. Em nossa perspectiva, Brown apresentaria um desconforto para comunicar-se com essa outra família que surge no segundo turno das eleições presidências de 2018, a Frente Democrática.

Análise da repercussão do discurso de Mano Brown no portal G1

Por meio da Análise da Materialidade Audiovisual (2016), realizamos a observação do conjunto de som, imagem, tempo e a matéria digitada no site, para compreendermos o descontentamento do músico. A complexidade estabelecida nesse cenário envolve: Brown (Griot A) e sua família Hip hop (Família A); Carlos Brito, jornalista autor da matéria

(Griot B) e sua família, o G1 (Família B); e nós que escrevemos sobre esse fato (Griot C) a partir de uma perspectiva acadêmica (Família C).

Na página da matéria, a posição do título e o tamanho do mesmo: “Haddad participa de comício no Centro do Rio, marcado pelo discurso crítico de Mano Brown” seguido do olho de abertura: “Artista criticou comunicação do PT com a população. ‘Falar bem do PT para a torcida do PT é fácil. Tem uma multidão que não está aqui que deveria ser conquistada’ ", funcionam visualmente como moldura do vídeo anexado logo abaixo dos mesmos. Pensando ainda no formato “redes sociais”, a posição do texto jornalístico abaixo do material audiovisual funciona como um grande comentário, popularmente chamado de “textão”. A disposição desses elementos é vista por nós (Griot C) como uma forma de hierarquização de informações. Em relação aos elementos do título e olho de abertura: apesar do nome de Haddad aparecer, o verbo “participa” sugere uma passividade do então candidato em relação a atitude da personagem Mano Brown. Seria essa, portanto uma desavença, ou relação conflituosa percebida pelo Griot B (jornalista), na sua perspectiva.

O vídeo possui duração de 5 minutos e 27 segundos, e apresenta a capa com a imagem de Mano Brown apontando o dedo para cima, que em momentos de baixa velocidade da internet, não aparece. Durante os primeiros 10 segundos de vídeo é possível ver a seguinte cena: um centro iluminado com o cantor e compositor Caetano Veloso; o candidato à presidência Fernando Haddad (PT) e sua esposa, Ana Estela Haddad; a candidata à vice-presidente pelo PT, Manuela D’Ávila e Guilherme Boulos (PSOL), todos, pessoas brancas e sentados. Em segundo plano, em cantos mais escuros da tela, há diversas personagens, sentadas e de pé, de etnias variadas. Mano Brown está sentado à esquerda de Boulos com a distância de uma cadeira e é imperceptível nesse primeiro frame por estar atrás de uma outra pessoa.

O texto seguinte ao vídeo é uma pirâmide invertida de uso e ensinamento comum pela Família C. O, lide da matéria, que seriam as

informações principais, confirma a intenção do título e acrescenta a data e momento do acontecimento: 23/10/2018, durante a noite.

Ao privilegiarmos a análise audiovisual, optamos por não relatar todos os aspectos de análise do conteúdo textual. Destacamos somente a inserção de duas fotografias durante o mesmo: uma foto de Haddad discursando, que ilustra o recorte da fala do mesmo sobre a ação do músico; e outra que é uma foto onde podemos observar um cartaz com a representação da socióloga e política brasileira Marielle Franco, em destaque. Essa imagem ilustra o final da reportagem que aborda as participações do cantor e compositor Chico Buarque, Manuella D'Ávila e Guilherme Boulos.

Em nossa análise, ressaltamos que as sensações apreendidas durante as leituras, análises e discussões deste texto reportagem estão diretamente relacionados com nossas percepções enquanto Griot C, que se orientam por meio de teorias, estudiosos e demais autores para a construção deste trabalho. Assim, para respaldar as conexões entre as "famílias" que nos constituem, na medida que os velhos sábios das comunidades em suas audiências secretas deveriam olhar as coisas pela janela certa, sendo essa uma incumbência dos griots cumprirem o que os sábios decidem e ordenam, sendo treinados para portarem as notícias, ou serem difamadores, detendo o poder de curarem ou deixarem a sociedade doente, de acordo com suas palavras, como destaca Hampaté Bâ.

Considerações finais

Considerando a proposta deste trabalho em analisar a repercussão do acontecimento protagonizado por Mano Brown pela perspectiva Griot, acreditamos que é importante oferecer perspectivas que problematizem como os atores envolvidos estão relacionados ao cenário político que se desenrolou nas eleições presidenciais de 2018.

Em relação ao então candidato pelo PSL, Jair Bolsonaro, que não conhecia o trabalho de Brown como artista e chegou a publicar em suas

redes sociais antes da reprodução do vídeo: “Quem é mano Brown? ”; depois de explicações dos seus apoiadores reproduziu o discurso na sua conta com os dizeres: “Concordo com Mano Brown! ”. Consideramos, nesse sentido, que a concordância de Bolsonaro foi estratégica e com o objetivo de deslegitimar Haddad. Ele ignorou os contextos de Brown para engavetar forçosamente o seu discurso aos moldes do que havia feito com o apoio crítico de Cid Gomes ao candidato do PT. Essa situação configurou Brown como uma figura inoportuna e traidora entre apoiadores da frente democrática que também não consideravam a trajetória negra do Griot. As implicações desse fenômeno dialogam ainda com a fala de Sueli Carneiro, já apresentada, em que identifica as movimentações da “esquerda e direita” em posturas racistas.

Consideramos que o ato de modificar o sentido, reduzir e generalizar o discurso de uma pessoa preta em espaços como as redes sociais faz referência as práticas adotadas desde o período do tráfico transatlântico de humanos como mão de obra escravizada. Isso porque existem práticas da branquitude que negam a complexidade humana das pessoas pretas de formas sofisticadas em situações diversas como: nos saberes científicos, religiosos e artísticos. Essa tríade quando infectada por racismo produz efeitos e sentidos na compreensão popular do mundo e são manifestadas em atitudes como essa do então presidenciável.

Em relação a Fernando Haddad, consideramos que o processo estratégico do candidato do PT descritos neste trabalho não se desvincula das narrativas racistas. Chamar Brown como Griot de periferia apenas no momento de alianças políticas às vésperas do segundo turno desconsideram a necessidade de diálogo constante entre esses atores. O episódio repercutiu nas redes sociais, em que apoiadores diversos se manifestaram com o entendimento de que a fala de Mano Brown veio em uma hora ruim. No entanto, pela perspectiva Griot, entendemos que que aquela era uma situação de conflito, em que pois as Verdades Familiares dos três eram distintas. Em relação ao

posicionamento do G1, identificamos a tentativa de apenas se "ater aos fatos", sem colocar em jogo a sua Verdade Familiar.

Neste trabalho, tratamos Mano Brown como um Griot da família periférica e da negritude. Contudo, o músico reforçou em entrevistas para canais de redes sociais e de TV que só representa a si mesmo. Em seus posicionamentos, Brown entende que há mais diversidade na "quebrada" (família periférica) do que se possa imaginar, isso o leva a entender a que ao se colocar como porta-voz dessa população, acabaria por reforçar e reproduzir uma falsa ideia de homogeneidade intelectual. Por meio do contato com as falas de Brown, consideramos que ele ofereceu um apoio marcadamente crítico para Haddad nas eleições de 2018.

Nesse sentido, consideramos que o incômodo negro com a concepção atual do espectro político se aplica na forma como os concebemos e no conteúdo apresentado pelas suas variações. Ao nos aproximarmos das teorias negras, percebemos que a lógica "esquerda-centro-direita" foi construída em um contexto de branquitude, e identificamos estranhezas no modo como as pessoas negras se inserem nesse cenário, evidenciando o quanto ainda estamos invisibilizados nas formas de estar no mundo.

A comunicação Griot, nesse sentido, surge para tentar acompanhar essas novas perspectivas de estar no mundo. Acreditamos ainda que ela contribui para a tarefa de noticiar fenômenos complexos entre as populações marginalizadas, se considerar uma relação transparente em relação a Verdade Familiar das personagens envolvidas nas narrativas, da Verdade Familiar de quem está contando a história e ao mesmo tempo, contextualizar essas formas negras de pensar o mundo. Assim, acreditamos que essa seria uma forma de reduzir os problemas de representação de movimentos negros, que por vezes não se identificam com determinados enquadramentos políticos.

Nesse sentido, concluímos que a aproximação dos jornalismos com as matrizes de pensamentos negras, como a comunicação Griot, possuem

potencial para melhorar o engajamento do público negro aos debates sobre comunicação e sobre a aplicação dos Direitos Humanos em sociedade. Além disso, consideramos que o estudo de teóricas e teóricos negros sobretudo nos cursos de Jornalismo e Comunicação, podem gerar novas formas de olhar para as rotinas produtivas, estudos acadêmicos e audiência.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CAMPAY, Segundo. Guajira guantanamera. Gracias Compay. Havana, The Definitive Collection, 2000.

CANAL ADEMIR QUINTINO. PRONTO, EU FALEI #9 - MANO BROWN. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JvrCy3dfeVY. Acesso em: 27 abr. 2020.

COUTINHO, Iluska. O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: A análise da materialidade audiovisual como método possível. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo, SP, 2016. Disponível em: http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3118-1.pdf. Acesso em: 20 mar. 2019.

EXAME. Crítica de Mano Brown ao PT ganha respostas de Bolsonaro e Haddad. Disponível em: https://exame.abril.com.br/brasil/critica-de-mano-brown-ao-pt-ganha-respostas-de-bolsonaro-e-haddad/. Acesso em: 27 abr. 2020.

FOLHA.UOL. Transformar professores no problema da educação é errado, diz Fernando Holiday. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/transformar-os-professores-no-problema-da-educacao-e-errado-diz-fernando-holiday.shtml. Acesso em: 27 abr. 2020.

FRANCO, Marielle. Tem saída? Ensaios críticos sobre o Brasil: A emergência da vida para superar o anestesiamento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Zouk, 2017. p. 89-95.

G1.GLOBO. Princípios Editoriais do Grupo Globo. Disponível em: http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html. Acesso em: 27 abr. 2020.
GRAMSCI, Antonio. Hegemonia e Cultura. 3ª ed: UFPR, 2007.
KILOMBA, Grada. O projeto desejo: enquanto falo; enquanto escrevo; enquanto caminho. 2016. Videoinstalação exposta na 32ª bienal Internacional de Arte de São Paulo. In. MORAES, Fabiana. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral.
KI-ZERBO, J. et al. História geral da África I: metodologia e pré-história da África. 2010. Brasília-DF: UNESCO.
KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. Os elementos do jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir. Ed Geração editorial, 2003.
LOUREIRO, Bráulio. O ativismo de rappers e o "progresso intelectual de massa": uma leitura gramsciana do rap no Brasil, São Paulo, 2017.
MAIA H. J. S., SILVA M. A. EDUCAÇÃO E SANITARISMO NO BRASIL, UM PROJETO EUGENISTA REALIZADO. Revista Latino-Americana de História, 5, nº. 15, 110-131, Julho, 2016.
MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. Trad.Pedrinho A. Guareschi. 9. Ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
MUDIMBE, V.Y. A Invenção da África: Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento. Edição 2013. Luanda - Angola: Edições Mulemba.
MBEMBE, A. Crítica da Razão Negra. 2014. Local de publicação: Antígona Editores Refractários.
NITAHARA, Akemi. Ausência de negros nas esferas decisórias leva à falta de políticas públicas específicas. Disponível em: https://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/01/ausencia-de-negros-nas-esferas-decisorias-leva-a-falta-de-politicas-publicas/ Acesso em: 25 abr. 2020.
RACIONAIS MC'S. Capitulo 4 versículo 3. Sobrevivendo no Inferno. São Paulo, Cosa Nostra, 1997.
SCHREIBER, Mariana. Eleições 2018: Candidaturas de negros crescem, mas partidos continuam com maioria de brancos. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45289523/ Acesso em: 23 abr. 2020.
UNICEF. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 27 abr. 2020.

Notas

1 Lei disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm.

2 Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/.

3 História do Grupo Globo disponível em: https://robertomarinho.globo.com/hgg/

4 Premiações de Racionais MC's. Disponível em: http://www.racionaisoficial.com.br/timeline/?cat=41

5 Entendemos o conceito de representação social neste artigo a partir da definição de Moscovici (2016).

6 Reportagem veiculada em 17/01/2013. Disponível em: http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-01-19/ausencia-de-negros-nas-esferas-decisorias-leva-falta-de-politicas-publicas-especificas

7 Reportagem veiculada no dia 29/08/2018, disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45289523

Audiovisual como estratégia de conhecimento do mundo e da ciência

Jemima Bispo

A ciência é uma forma de conhecer e ver o mundo. Ela segue regras, métodos, técnicas específicas como forma de ser compreendida, aplicada por diversas sujeitos e, então, ganha legitimidade entre a sociedade. Trabalha ainda na aproximação entre teoria e prática, podendo confirmar ou desacreditar um fato, a fim de encontrar soluções para determinados problemas. Mas, mediante tantas especificidades, como ampliar as possibilidades de divulgação científica, considerando o papel fundamental da mesma para o fortalecimento da construção da democracia e cidadania na sociedade contemporânea?

Esse foi o questionamento inicial que mobilizou Cristiane Turnes, Guilherme Mattos e Iluska Coutinho a produzirem o trabalho: "Divulgação científica no YouTube: possibilidade de democratização do direito à informação científica".

A partir da constatação das funcionalidades do YouTube, o artigo promove um estudo para compreender como o formato e a linguagem "YouTuber", a saber, aqueles oriundos dos criadores de conteúdo audiovisual online para a plataforma, poderiam ser utilizados para a disseminação da informação e divulgação científica. Para os pesquisadores, a iniciativa poderia promover a ampliação da informação e do debate da ciência e, para isso, analisam o "Nostalgia Ciência", quadro pertencente ao canal "Nostalgia", e também os vídeos entrevista do canal "Núcleo de Jornalismo e Audiovisual", do grupo de pesquisa de mesmo nome da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

À luz da metodologia da Análise da Materialidade Audiovisual, proposta por Iluska Coutinho ao longo das pesquisas realizadas no Núcleo de Jornalismo e Audiovisual, os autores inferiram que o hibridismo da plataforma de vídeo apresenta um modelo interessante para a divulgação científica na internet. Isso porque reúne características da TV aberta, como a qualidade técnica e as estruturas visuais, e os elementos da linguagem narrativa YouTuber, como o dinamismo, o bom humor e vivacidade do interlocutor e a fala informal.

Assim, por meio da análise de três vídeos exibidos no programa "Nostalgia Ciência" e ainda de entrevistas veiculadas no canal do NJA, ambos ofertados via YouTube e apresentados por pesquisadores que se colocam na posição de YouTubers, os autores desvendam observações necessárias para quem também busca caminhos para expandir o acesso e a divulgação de informações científicas para além do ambiente acadêmico.

É uma leitura imprescindível para se entender como o formato e a linguagem preconizados pelos YouTubers podem auxiliar no processo de democratização do direito à informação científica, aproximando o usuário do pesquisador e proporcionando novos alcances e conhecimentos antes inimagináveis. A pesquisa, mesmo longe de ser esgotada na proposta do artigo, evidencia que a ciência pode chegar a diversos públicos, permitindo um contato inicial com assuntos importantes para a formação do cidadão, especialmente o público jovem. Traz ainda a esperança sobre a prática da ciência e multiplica os espaços de fala ocupados pelos pesquisadores, questões fundamentais para o incentivo de uma nova cultura científica.

Divulgação científica no YouTube: possibilidade de democratização do direito à informação científica

Cristiane Turnes Montezano, Iluska Coutinho e Guilherme Mattos

Em 2005 o YouTube adotou o slogan Broadcast yourself (algo como "Transmitir-se")1, frase que esteve agregada ao logotipo da marca até 2012, quando ela foi retirada, ficando apenas o logo YouTube como conhecemos atualmente. Apesar disso, o "Transmitir-se" ainda define bem o conceito do material encontrado no site de compartilhamento de vídeos. Esse novo conceito de produção de material audiovisual proposto pela plataforma se popularizou rapidamente dando origem, inclusive, a um formato de vídeo para chamar de seu, o YouTuber. Diante dos novos potenciais que esse formato apresenta, e do fato de que ele a sua maneira parece ter transformado o modo dos mais jovens se comunicarem, criando novos patamares e conceitos para o audiovisual na internet, acreditamos na importância de compreender esse formato e analisar suas potencialidades para transmissão de diversos conteúdos, especialmente para propagação de divulgação científica e de caráter informativo/educativo. Tipos de conteúdos que têm crescido na plataforma.

Ainda enxergamos a plataforma como um veículo possível da expansão do conhecimento científico para além dos espaços acadêmicos. A disseminação da divulgação científica é extremamente importante, tanto de ponto de vista de tornar o conhecimento público, como de pensá-la enquanto direito. O artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos2, dedicada à cultura, arte e ciência, garante a

participação de todos no processo científico e em seus benefícios, além da proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de produções científicas. O artigo assinala a importância social e a necessidade da participação das pessoas nos três âmbitos.

Pensando nisso, definimos como nosso objetivo principal compreender como o formato e a linguagem *YouTuber*, juntamente com a plataforma em que está inserida, podem ser usados para disseminação da informação e divulgação científica. Para isso tomamos como objeto empírico um quadro de um canal específico hospedado no YouTube, o "Nostalgia Ciência" do "Canal Nostalgia". Traremos para análise metade dos vídeos disponibilizados até o momento da definição do recorte de análise da pesquisa, que foi realizado no dia 20 de setembro de 2018. Ele é constituído por seis itens (6), iremos analisar três (3). O canal em análise possui mais de 12,9 milhões de seguidores, estando entre os trinta (30) canais brasileiros com mais inscritos no site de vídeos (em dados coletados em 14 de abril de 2020 estava em vigésimo nono lugar3).

E também o canal no YouTube "Núcleo de Jornalismo e Audiovisual" (NJA) - do grupo de pesquisa da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora - por ter como objetivo principal a divulgação dos estudos realizados pelo grupo, tendo no espaço uma ligação direta entre o produtor da pesquisa e a população.

Por estarmos analisando uma plataforma considerada recente e um formato atual, buscamos um método de análise que consiga proporcionar uma melhor observação do objeto. Para tanto, utilizaremos como base no nosso procedimento de análise a Análise da Materialidade Audiovisual, conceito desenvolvido no âmbito do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual (CNPq-UFJF) por Coutinho (2016), como possível metodologia de análise de objetos audiovisuais. A proposta é pensar na produção de modo geral "texto + som + imagem + tempo + edição", haja vista que a recepção se dá pelo todo e não de maneira fragmentada. Desse modo acreditamos que será possível realizar um

exame capaz de atender as singularidades observadas no ambiente em que se encontra o objeto.

A importância do Youtube e o formato Youtuber

A internet, desde seu início, é vista como a possibilidade de um espaço de democratização da informação, quase a personificação da aldeia global4, conceito criado por Herbert Marshall McLuhan, que acreditava nas novas tecnologias como encurtadoras das distâncias e na volta da sociedade ao sistema de aldeia em que tudo é interligado (McLuhan, 1968). Independentemente de ter ou não chegado a tal status, a internet com certeza se tornou um lugar efetivo de circulação e oferta de informação extremamente fluido e ainda apresentou novos formatos. Quanto aos códigos e formas de oferta de conteúdo, uma se mostrou de alguma maneira dominante em especial nos últimos anos: a produção em vídeo. Segundo a Pesquisa TIC Domicílios, levantamento sobre internet e tecnologia de maior importância no Brasil, produzida pelo Centro de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br)5 e divulgada em 24 de julho desse ano, houve um crescimento de 22% no consumo de vídeos na internet entre 2012 e 2017. No início do levantamento, o índice do consumo desse material era 49% e subiu para 71% no ano final. Esse resultado levou o ato de visualizar e assistir vídeos a se tornar, junto com o consumo de áudio, a prática multimídia mais realizada por brasileiros na internet.

E a grande referência desse tipo de circulação e oferta na internet é o YouTube, site de compartilhamento de vídeo. Segundo o ranking de sites Alexa6 o YouTube era, até dia 14 de abril de 2020, a segunda página mais acessada do país, só ficando atrás do Google.com, principal plataforma de busca da internet e proprietária da plataforma desde 2006.

O site redefiniu os limites entre consumidor (receptor) e produtor (emissor) ao ser um site que possui em sua essência a cultura participativa, o que muito provavelmente foi a característica responsável pela sua popularização. Dessa forma, remodelou o entretenimento e o

conteúdo audiovisual no contexto da cultura popular contemporânea, mudando a relação com a propriedade, pois a expressão autônoma criada pelos usuários extrapolou a dinâmica recorrente nas mídias anteriores de um modo que ainda não tinha sido experimentado ao transformar definitivamente a nossa maneira de absorver conteúdo. Tendo uma forte influência na contribuição do surgimento de uma esfera de cultura pública mais inclusiva e com mais conhecimento (BURGESS e GREEN, 2009).

> O que há de revolucionário no Youtube é que ele representa, nos termos de Levy, "Uma apropriação normal, calma e embasada do discurso", um site em que a mídia de massa é citada e recombinada, em que a mídia caseira ganha acesso público e várias subculturas produzem e compartilham mídia (BURGESS e GREEN, 2009, p.144).

O espaço YouTube, apesar de muito contemporâneo e ainda pouco explorado em um breve período de tempo, se tornou uma das plataformas mais acessadas da internet, promovendo o advento dos *YouTubers*, blogueiros da nova geração que produzem seus conteúdos em vídeos para o site e possuem grande apelo, em especial, entre o público jovem. O YouTube recriou e transformou o modo de comunicar, conduzindo-o a novos patamares, criando um formato para chamar de seu. Com algumas peculiaridades e particularidades que o espaço agrega ao conteúdo ali compartilhado, feito para o site e não meros usos crossmedias7 (reprodução de material de outra mídia, adaptação). Ser *YouTuber* se tornou uma espécie de profissão agregada ao status de celebridade e influenciadores, como mostrou a pesquisa encomendada pelo Google e realizada pelo Instituto Provokers8, apontando as personalidades mais influentes no Brasil em 20179. Entre os dez primeiros lugares cinco foram ocupados por eles, incluindo a primeira posição do ranking.

O locutor dirige-se diretamente ao seu interlocutor, mas vai, por vezes, um pouco além, ao utilizar gírias ligadas ao público jovem, em especial as do meio digital. Dessa forma pessoaliza o contato, ao mesmo tempo

em que busca se definir como participante dessa “tribo”, desse ambiente de estrutura de “aldeia global”. Traz também sua linguagem, e até o mesmo tom, utilizados mais próximos de uma conversa cotidiana. O vocabulário coloquial e a abordagem direta e persistente o diferencia bastante, por exemplo, da televisão. O conteúdo da mídia tradicional não convida explicitamente ao diálogo ou à participação intercriativa (BURGESS e GREEN, 2009, p.79), o que leva seu espectador a identificá-lo e colocá-lo na posição de uma espécie de amigo, fazendo de quem o assiste uma espécie de confidente. Nesse modelo, mesmo que não seja uma constante, essa mensagem é reforçada pelo cenário que é normalmente o quarto do *YouTuber*, salientando o que Burgess e Green (2009) denominam como “cultura do quarto".

O vínculo ainda é intensificado por outras ferramentas disponibilizadas pela plataforma, como o convite ao engajamento do receptor através da inscrição nos canais dos *YouTubers* para ser avisado quando há novos conteúdos postados, algo que recorda a assinatura em revista ou jornais, só que gratuita nesse caso. Este artifício, aperfeiçoado com a criação de um sinalizador, um ícone de “sininho” que, se ativado, notifica com maior frequência o usuário sobre os vídeos adicionados, permite que ele tenha mais opções de configuração do recebimento das notificações, como a periodicidade delas e em quais redes sociais elas devem aparecer, incluindo automaticamente aquilo na sua agenda. Dessa forma, é dado mais controle ao usuário acerca até mesmo de como ele receberá a informação de novos conteúdos para assistir, ao mesmo tempo em que a imediação se acerca de uma relação entre amigos. Isso porque os “lembretes”, chegando através da rede, remetem a algo que o “usuário web” já está familiarizado. Assim, os avisos de novas postagens promovem uma retroalimentação dos aparatos do ambiente virtual, que têm cada vez mais facetas adicionadas em seu uso. Ainda há a “Comunidade” do canal, espaço especialmente destinado a seus inscritos, em que o interlocutor interage diretamente com o conteúdo do canal, inclusive ajudando em decisões quanto ao que será produzido,

optando pelos temas para futuros vídeos por meio de votações abertas. Dinâmica que também pode ocorrer no espaço de comentários, em que o consumidor pode interagir, manifestando sua opinião sobre o conteúdo ou respondendo perguntas ou posicionamentos feitos pelos *vlogueiros*, que durante o vídeo os "lembram" dessa possibilidade.

A comunicação pública da ciência no formato *youtuber*

Porém, como esse modelo e esse espaço podem se tornar contribuidores contemporâneos da disseminação da informação e divulgação científica e por que a transmissão deste tipo de informação é tão importante? Cristiane de Magalhães Porto (2009) reflete, em seu livro: "Difusão e cultura científica alguns recortes", a respeito da relevância dos conhecimentos científicos não apenas como conteúdo didático, mas como repertórios que fazem parte da constituição de cidadania dos indivíduos, sendo um agente de sua socialização, ou seja, de inclusão.

> É preciso esclarecer que a cultura científica visa contribuir de forma dual. Primeiro, para um melhor conhecimento não só dos conteúdos como também das condições históricas, sociais e culturais da produção do conhecimento científico. E, também, dá ênfase à integração do conhecimento científico e tecnológico e das competências a eles associados nos repertórios de recursos cognitivos e críticos necessários à participação na sociedade e ao exercício ativo da cidadania (PORTO, 2009, p. 99).

A autora aborda assim sobre as dificuldades enfrentadas para um bom comprimento dessa missão, tarefa que a divulgação científica teria. O professor Wilson da Costa Bueno (2010), um dos grandes estudiosos do tema, discorreu em seus estudos a respeito da imensa dificuldade que essa aparentemente simples ação foi demonstrando ao longo do tempo. Ele observa que, apesar de avanços, um dos principais obstáculos são os termos e jargões técnicos que acompanham a área.

> A difusão de informações científicas e tecnológicas [...] obrigatoriamente requer a decodificação ou recodificação do discurso especializado, com a utilização de recursos (metáforas,

> ilustrações ou infográficos etc) que podem penalizar a precisão das informações (BUENO, 2010).

E mesmo que a decodificação não resulte no melhor processo, ela é necessária, visto que, segundo Bueno (2010), o objetivo da divulgação da ciência é de certo modo popularizá-la diante da população, incentivando também o senso crítico sobre ela.

Sendo assim, podemos acreditar que o modelo *YouTuber* com adaptações pode se encaixar em aspectos importantes para ajudar nesse processo de alfabetização científica, ao proporcionar maior alcance dos conhecimentos ali disseminados, ao mesmo tempo em que favorece a proximidade entre o interlocutor e espectador, o que beneficia o debate democrático de questões e um maior envolvimento dele na construção do conhecimento científico.

> A divulgação científica nas redes digitais constitui um caminho possível para o fomento de uma comunicação da ciência, utilizando o potencial do ambiente digital como meio de integração, socialização e trocas de experiência, informação e conhecimento (REALE, 2016).

Ademais, esse formato diferenciado da plataforma possibilita desconstruir a ciência e temas relacionados, desejos tão almejados para promoção de uma mudança na percepção pública acerca dela, obtendo de modo eficiente a difusão e despertar do interesse e olhar crítico, dessa forma democratizando a ciência.

Dessa maneira, como defende Porto (2009), o público participaria do debate sobre a ciência, contribuindo com opiniões, valores, expectativas e preocupações, estimulando os modelos de comunicação democráticos.

Quadro nostalgia ciência: um caminho de informação no Youtube

O material empírico em análise nessa pesquisa são vídeos do canal disponibilizados no YouTube. Analisamos três dos seis vídeos disponíveis

até o último recorte temporal da pesquisa, em 20 de setembro de 2018. Os audiovisuais que compõem esse recorte se mostram interessantes para estudo porque, além de serem recentes, trazem uma proposta diferenciada por oferecer um material informativo em um formato muito popular atualmente, que acumula cada vez mais espectadores, especialmente o público jovem, o formato "*youtuber*".

O Canal Nostalgia possui números bem expressivos entre os *YouTubers* brasileiros, de acordo com os dados do site internacional Social Blade (que compila dados das principais plataformas da internet, incluindo o YouTube, e por meio de gráficos acompanha o crescimento dos perfis encontrados nos mesmos). Ele é o 29º colocado da plataforma, considerando o número de inscritos no país. No dia 4 de abril de 2020 registrava 12,9 inscritos e acumulava 1.123.250.964 de visualizações ao todo; o que lhe rendeu do site de avaliação Social Blade a nota B+10. A nota total é uma representação visual do site com base no ranking em contraposição ao banco de dados completo do canal, ou seja, levando em consideração não só os números de inscritos e visualizações, mas a frequência do crescimento desses dados.

Nosso objetivo principal é compreender como o formato e a linguagem *YouTuber*, juntamente com a plataforma em que estão inseridos, podem ser usados para disseminação da informação e divulgação científica por meio desse espaço público de comunicação, a partir do quadro "Nostalgia Ciência" do "Canal Nostalgia". Para tal levaremos em consideração o formato *YouTuber* e tudo que o envolve, da linguagem a edição e produção; a importância do uso das novas tecnologias para disseminação da informação e divulgação científica.

O nosso objeto está localizado no YouTube e, como tal, é produto de todas as transformações e singularidades que este espaço de comunicação possui. É preciso observá-lo a partir dessa perspectiva, considerando a narrativa particular que é utilizada nesse meio. Diante da escassez de modelos de análise que oferecessem uma referência para melhor observar essa estrutura, propomos uma análise dos vídeos tendo

como base a Análise da Materialidade Audiovisual, conceito desenvolvido no âmbito do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual (CNPq-UFJF) por Iluska Coutinho, como possível metodologia de análise de objetos audiovisuais. A proposta é pensar na produção de modo geral "texto + som + imagem + tempo + edição", haja vista que a experiência audiovisual ocorre pelo todo e não de maneira fragmentada.

> Apresentamos a análise da materialidade audiovisual como proposta de uma metodologia para chamar de nossa, que busca aproximar-se das especificidades do fazer, investigar e narrar o telejornalismo. Os procedimentos aqui descritos, [...] buscam explicitar aspectos da narrativa telejornalística, preservadas as marcas da materialidade audiovisual que as constituem, tendo como princípio não a decomposição de texto/som/imagem (COUTINHO, 2016).

Sobre o objeto, o quadro Nostalgia Ciência, formato e conteúdo mais recente criado no canal, salientamos que é o ponto mais fora da curva do modelo iniciado em 2011. Seus vídeos estão separados em uma *playlist* e se aproxima do formato de um programa, possuindo mais elementos capazes de sugerir uma identidade própria. Há uma abertura em animação, o cenário é todo pensado para o tipo de conteúdo veiculado a cada episódio, há inclusive um figurino que remete à temática proposta. Há a apresentação do tema e do *YouTuber*: "Eu sou Felipe Castanhari e seja bem-vindo ao Nostalgia Ciência", que fala com o intuito de convidar o espectador a conhecer esse novo conteúdo que o canal está disponibilizando. É interessante destacar que durante a apresentação o narrador é creditado, algo que não ocorre nos outros vídeos no canal e que não é muito comum no universo *YouTuber*, que normalmente possuem poucas inserções gráficas. Após isso, é mostrada a vinheta desse novo "programa", que é o logo animado criado com o nome "Nostalgia Ciência", com uma trilha sonora instrumental específica. A partir do segundo vídeo, ela é sucedida por uma apresentação secundária que segue o padrão já encontrado nas outras produções do canal: "Olá meus queridos amigos, tudo bem com vocês?

Eu sou Felipe Castanhari e está começando o Nostalgia Ciência". Há também a logomarca do canal, que é uma letra "N" estilizada, sempre presente no canto direito inferior do vídeo. É possível perceber que as artes e animações inseridas ao longo dos vídeos têm um estilo próprio e foram criadas especialmente para o programa, assim como efeitos sonoros. Percebe-se então uma preocupação não só com o conteúdo (pelo o uso de consultoria de um profissional), mas também ao estabelecer um conceito visual, ou melhor, uma identidade visual própria para o programa. Incluindo também thumbnail11 (capa das miniaturas dos vídeos) visivelmente mais personalizadas. Essa estruturação personalizada do quadro ainda pode ser observada pela espécie de bordão que é repetido no final de cada vídeo: "Mantenham-se sempre curiosos". Sendo assim, também é interessante destacar o uso de créditos no final do vídeo (algo comum de se ver em programas de televisão), mas não no modelo *YouTuber*.

Castanhari busca destacar que o diferencial está em como o conteúdo é explanado nas produções, seguindo o ritmo leve, descontraído e com tons de humor visto em todo o canal, mesmo que aqui se note que o humor toma contornos diferentes, bem mais sutil em comparação a outros conteúdos do canal. Assim, temos uma estrutura visual e de edição com a qualidade e alguns elementos muito próximos do que é encontrado em TV aberta, só que no YouTube, e por isso com uma linguagem e ritmo próximos do que é visto em vídeos de *YouTubers*. Como tal, carregam outros traços dessa "fórmula", como o convite ao engajamento por meio das curtidas no vídeo, seu compartilhamento, inscrição no canal, relação interpessoal entre público e produtor, chamada para assistir a outros vídeos do canal e a inserção de cards12.

Análise do vídeo: Qual a origem da lua?

O vídeo possui 3.751.996 visualizações, com 658 mil curtidas, 7,2 mil não curtidas e 33.583 comentários. Com duração de 13 minutos e 54 segundos, foi publicado em 13 de julho de 2017 com a seguinte

descrição: “Olhamos para o céu e sempre vemos a nossa Lua, mas nem sempre ela esteve lá... Como será que ela surgiu?”.

A abertura do vídeo ocorre com em animação. Posteriormente, Castanhari introduz o tema falando a respeito da distância entre a Lua e a Terra e o constante aumento desse distanciamento, refletindo que, para entendê-lo, é preciso primeiro conhecer a origem da Lua. Aqui já são mostradas algumas animações inseridas na tela, sobre os gestos feitos pelo interlocutor e alguns dados falados aparecem por escrito. A vinheta é introduzida e no retorno ao vídeo o interlocutor explica o porquê da criação do novo programa, ratificando com algumas informações o seu apreço por ciência e, mais uma vez, é utilizado a sua experiência pessoal para aproximá-lo do espectador e naturalizar as escolhas realizadas na produção dos conteúdos. Ao mesmo tempo, isso também aumenta os laços entre o emissor e receptor, ao mostrar que é uma área que gosta e se identifica. Reforçando a mensagem que permeia todo canal, que o conteúdo criado é o que ele gostaria de ver.

Pode-se acrescentar a essa construção de credibilidade a informação de que o material conta com o auxílio de profissionais na área. Castanhari diz que juntou “esforços com alguns dos maiores cientistas da área”, ou seja, as informações ali emitidas passaram pela consultoria de especialistas com amplo conhecimento de ciência. Após isso, ele comenta sobre importância pessoal que o projeto tem para ele e pede o engajamento dos internautas, enaltecendo a importância do “feedback” a partir da inscrição, curtida e compartilhamento das informações do canal para a manutenção de seus diversos conteúdos.

Após isso, o narrador *YouTuber* volta ao assunto central da produção. Ele inicia falando acerca do privilégio que temos de vivermos em uma época em que a ciência é bem evoluída, comparando com a ciência antigamente. Ele conta lendas sobre o surgimento da Lua, tudo é ilustrado por animações estilizadas e que dão identidade visual ao programa, ao mesmo tempo em que tornam o vídeo mas fluido e interessante. A animação encaixa muito bem com o tom lúdico das

estórias narradas. Ele busca explicar o surgimento do Sol e do Sistema Solar, contado em formato de história. Podemos fazer uma comparação mais uma vez com o jornalismo, que também usa da dramaturgia para "contar" as notícias que nada mais são que histórias, conforme explicitado por COUTINHO (Dramaturgia do telejornalismo: a narrativa da informação em rede, 2012). Castanhari usa desse mesmo recurso para explicar todo a criação da Terra, o mesmo é feito para explicar algumas teorias quanto à formação da Lua. Toda essa narrativa é ilustrada por animação e artes produzidas especialmente para o programa, assim informações e termos são explicados numa linguagem simples.

Análise do vídeo: Nostalgia Ciência - A Terra é plana? Com Leon e Nilce

A produção possui 5.667.705 visualizações, 940 mil curtidas, 17 mil não curtidas e 58.808 comentários. Foi publicada em 8 de novembro de 2017 e tem a duração de 23 minutos e 22 segundos. É descrita como: "Seria a terra na verdade PLANA? Existe uma conspiração mundial para fazer você acreditar que a terra é redonda? Entenda!"

Repetindo a estrutura do vídeo anterior, quando a introdução trata sobre a teoria de que a Terra é plana, chamada teoria do Terraplanismo. Há a informação de que essa produção também foi patrocinada pelo site de preparação para a prova do Enem: "Trilha do Enem". É interessante ressaltar que o tema foi escolhido porque essa teoria ganhou muitos adeptos nos últimos anos, inclusive no Brasil13, e, na época em que o vídeo foi postado, tinha acabado de ocorrer a primeira conferência de "terraplanistas", realizada nos Estados Unidos, o que levou essa discussão para a internet. O vídeo foi feito com o objetivo de esclarecer as pessoas sobre o assunto. Outro detalhe interessante é que o vídeo possui convidados. Tratam-se de Leon e Nilce, também *YouTubers* que administram e apresentam o canal "Coisa de nerd"14 e que produzem vídeos sobre games, tecnologia e ciência. Essa prática de convidar outros

YouTubers para vídeos é comum e tem crescido cada vez mais dentro desse seguimento. Chamada de "*Colabs*" (colaborações), significa uma estratégia de marketing que ajuda no impulsionamento do engajamento dos internautas ao unir os seguidores dos dois "YouTubers" no mesmo vídeo, além de possibilitar que os seguidores de um conheçam o outro *YouTuber* e a partir daí possa vir a segui-lo também. Essas colaborações são realizadas normalmente com *YouTubers* que produzem conteúdos semelhantes ou correlacionados.

O vídeo apresenta a teoria do Terraplanismo, explicando em que ela se baseia para depois contrapor a teoria a partir de evidências e leis físicas que contradizem as crenças dos terraplanistas, seguindo com a inserção de animações e artes. A produção é bem dinâmica, tendo as informações intercaladas entre o apresentador e seus convidados de maneira natural. Ao final do vídeo, Castanhari convida seus seguidores a conhecerem o canal de Leon e Nilce.

Análise do vídeo: Como tornar Marte habitável? Com Iberê

A produção possui 2.660.240 visualizações, com 397 mil marcações de gostei, 4,2 mil de não gostei e 14.177 comentários. Publicada em 4 de junho de 2018, tem duração de 18 minutos e 44 segundos. A descrição é resumida assim: "Será que é possível tornar MARTE em um planeta habitável? Como iremos fazer isso? Descubra aqui, no Nostalgia Ciência!"

Esse vídeo tem algumas mudanças em relação aos outros. Ele não possui a abertura animada com os ursos polares como nos outros, já iniciando com a apresentação do tema. Outra diferença é quanto ao figurino. Nesse vídeo, Castanhari está usando uma camisa social azul e um casaco preto. A roupa busca passar sobriedade, o que se encaixa com a proposta desse programa e mantém a diferenciação quanto aos outros quadros do canal, mas é o único vídeo em que ele não está utilizando o figurino visto em todos os vídeos anteriores, assim como o cenário também tem algumas alterações, uma nova iluminação e novos objetos de decoração.

Esse vídeo também é um *colab* entre *YouTubers*, o convidado dessa produção é o Iberê Thenório, dono do canal "Manual do Mundo"15 que trata também de assuntos relacionados a ciência. Esse é um canal com relativo sucesso na internet, muito por conta das experiências científicas realizadas nos vídeos.

Inicialmente, é realizado um histórico sobre as informações coletadas pelas cientistas sobre o planeta e das várias missões já realizadas por agências espaciais. São apresentadas as características que levariam Marte a ser a melhor opção de planeta do nosso Sistema Solar para ser habitada por nós. É então realizada uma lista de quais seriam as medidas que deveriam ser tomadas para tornar Marte habitável. Animações, artes e ilustrações são bastante usadas para exemplificar as questões que são levantadas ao longo do vídeo. Ao fim a produção, há uma mensagem de conscientização para que as pessoas busquem preservar o planeta Terra, já que, apesar de haver pesquisas como mostrado durante o vídeo, ainda há muitos obstáculos para vivermos em Marte. E se isso vier a ocorrer, que seja para conhecer o outro planeta, não porque a Terra não seja mais um lugar habitável. Como na outra produção em que houve *colab*, Castanhari convida seus seguidores a conhecerem o canal do Iberê.

Núcleo de Jornalismo e Audiovisual: a ciência da universidade no Youtube

Na busca por analisar de modo complementar as produções de divulgação científica advindas dos ambientes em que ela é produzida, ou seja, com a intenção de também buscar refletir sobre a experiência dentro da academia com os que desenvolvem as pesquisas também como produtores de matérias de divulgação, observamos ainda o canal no YouTube do grupo de pesquisa Núcleo de Jornalismo e Audiovisual, o NJA, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Em sua aba "Sobre" o canal é descrito como:

> "Este canal propõe ser um espaço de experimentação de produção de novas narrativas audiovisuais do Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Além disso, o espaço visa a divulgação das atividades de pesquisa e extensão realizadas no âmbito da graduação e do mestrado em Comunicação da UFJF" (NJA, 2015).

O canal tem como principal objetivo tentar quebrar a barreira da universidade e levar pesquisa e informação para a população que costumeiramente não teria acesso a tais conteúdos. Transformar artigos acadêmicos e demais discussões do grupo em conteúdo audiovisual é a maneira encontrada para popularizar a linguagem e o pensamento científico. Mais do que fazer uma ponte, busca-se cumprir os deveres do Jornalismo, que é de informar a todos os tipos de públicos acerca de acontecimentos relevantes para a sociedade. Essas informações servem não somente como prestação de contas do investimento público nas áreas de comunicação, ciências humanas e ciências aplicadas, como também é um importante meio para tornar as pessoas mais próximas do saber científico (NJA, 2015).

Para nosso recorte de análise, iremos trabalhar com os vídeos de entrevistas com pesquisadores da área de Comunicação, que discutem suas pesquisas em um formato de bate papo. Estão disponibilizados no canal três edições que seguem esse modelo. Elas são divididas em três partes, em vídeos com média de sete minutos. Cada edição se encontra na aba "*playlist*", que reúne e organiza as partes.

Os vídeos possuem uma pequena vinheta presente no início de todas as partes, que se iniciam com uma TV num fundo branco. É possível escutar o correspondente a essa ação e depois pequenos trechos de programas aparecem na TV. Pode-se ainda ouvir: "Olá", "o que está" e se inicia uma trilha com batidas. Após isso, surgem algumas palavras chave com fundos coloridos. As palavras em destaque são: "Diversidade", escrita em preto em fundo sólido branco, e as outras são escritas em branco em fundos nas seguintes cores: "Pluralismo" em amarelo, "Direitos" em azul claro, "Humanos" em azul escuro, "Cidadania" em verde, "Colaborativo"

em rosa, “Resistência” em vermelho, “Direito à Comunicação” em azul. A trilha e batidas acompanham a inserção das palavras dando a sensação de destaque e anúncio para cada uma delas. O áudio entra em fade out16 e pode-se ouvir um som que se assemelha ao “ruído” produzido em uma manifestação com pessoas falando (não é possível discernir o que), batendo em objetos e buzinando. Surge então uma lente de câmera refletindo todas as cores usadas anteriormente e também o cinza, então o logo do grupo, que são as letras NJA na cor branca, surge saindo da lente da câmera com as cores já mencionadas ao fundo.

A entrevistadora Lara Linhalis, presente em todas as edições, aparece em primeiro plano (close- enquadramento do peito para cima) com seu crédito aparecendo centralizado ao lado direito da tela. Após uma pequena apresentação e introdução ao entrevistado e tema tratado, a tela se divide, mostrando a apresentadora e entrevistado (a) em close. O plano então é aberto ficando em plano americano mostrando Linhalis e o (a) entrevistado (a) sentados (as) lado a lado na primeira fileira de um anfiteatro em poltronas pretas, a primeira à esquerda e o segundo (a) à direita do vídeo. Linhalis inicia a entrevista quando o (a) entrevistado (a) inicia a resposta à primeira pergunta. Ele é colocado (a) em primeiro plano e seu crédito surge no canto esquerdo da tela embaixo. A partir daí esses quatro enquadramentos são intercalados. Ao fim de cada parte, a vinheta se repete e, no início da segunda e primeira parte, apenas a parte final da vinheta, a partir do surgimento da lente de câmera aparece.

Essas dinâmicas se repetem nas três edições com algumas pequenas alterações: na inserção da vinheta, na posição do entrevistado e na posição e descrição do crédito do mesmo. É interessante destacar que os vídeos possuem legendas que contribuem para a acessibilidade do material.

A primeira edição publicada em 14 de maio de 2018, teve sua *playlist* nomeada de: “As rotinas produtivas Contemporâneas em TV- Ana Paula Goulart”. Sendo dividida nas partes: “O papel do jornalista no contexto

contemporâneo. - Entrevista - PARTE 1", "Novos agentes na construção da narrativa telejornalística - Entrevista - PARTE 2" e "Jornalismo participativo: Outros aspectos na narrativa jornalística - Entrevista - PARTE 3".

A edição se inicia seguindo a narrativa já descrita com a vinheta, escolhas técnicas de enquadramento, inserção de créditos e posicionamentos de câmera e ambiente descritos anteriormente.

Linhalis abre o vídeo após a vinheta, de modo convidativo e informa: "Oi! A gente está aqui hoje com a Ana Goulart de Andrade. A Ana é pesquisadora do jornalismo audiovisual e do telejornalismo especificamente. Ela é doutoranda da PUC-Rio, tem uma trajetória longa na TV aberta". Após a pequena apresentação, a entrevistadora resume um pouco do que se trata a pesquisa de Goulart acerca das novas formas do fazer jornalismo atualmente e já inicia as perguntas, que buscam sempre localizar o trabalho do jornalista com a realidade contemporânea em que o público em geral também se faz produtor, e dessa forma, perpassa pelo lugar do público dentro desse espaço. Essa construção acaba promovendo uma ponte e diálogo com espectadores em geral. Percebe-se uma preocupação em explicar conceitos e ideias mais pertencentes à área, para que todos possam compreender como, por exemplo, o uso do termo "gatekeeper" (parte 3), assim que o termo é mencionado na entrevista seu significado é explicado: "o 'gatekeeper' é o editor e selecionador do material que será apresentado". Também são feitas analogias para melhor compreensão e aproximação do público, como por exemplo quando Goulart explica que pensa a produção jornalística como um muro construído por vários tijolos e para ela o público seria um desses tijolos.

Na parte 2 do vídeo, percebe-se a ideia de dinâmica de aproximação e de mostrar em tela parte de bastidores, diminuindo intervenções de edições próprias dos formatos vistos no YouTube. Há uma intervenção/pergunta presente no vídeo que gera um pequeno debate de ideias, sinalizada por um *emoji* de uma boneca colocada na cadeira

entre Linhalis e Goulart e, no centro acima do vídeo, a voz que se escuta é creditada como Iluska Coutinho (professora e pesquisadora) e sua fala aparece legendada no vídeo. Ainda é possível ouvir o câmera perguntar "vamos voltar?" Ou que Linhalis responde "não estava gravando não?".

Considerações finais

A pesquisa buscou compreender como o formato e a linguagem *YouTuber*, juntamente com a plataforma em que estão inseridos, podem ser usados para disseminação da divulgação científica através desse espaço público de comunicação a partir do quadro "Nostalgia Ciência" do canal de YouTube "Nostalgia". Para tal, foi realizada uma análise sobre a plataforma e suas ferramentas, além de como se deu o surgimento do modelo *vloger*, mais tarde denominado *YouTuber*, que despontou como modelo principal dos vídeos criados pelos usuários do serviço. Deste modo, buscamos apontar aspectos e características que constituem o formato *YouTuber*, assim como seu uso.

Como forma de pensar a experiência de ampliar a divulgação científica para além do ambiente acadêmico, analisamos o canal "Núcleo de Audiovisual e Jornalismo", do grupo de pesquisa NJA, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

O Nostalgia Ciência busca um caminho de encontro entre a produção de um conteúdo de divulgação científica, de um modo didático e dinâmico, com os elementos de linguagem veiculados ao modelo "*YouTuber*" e que sempre estiveram presentes no material do canal. Há mudanças sutis no comportamento em vídeo do apresentador e também produtor Felipe Castanhari, que apenas suaviza o humor utilizado por ele, mantém o bom humor, mas nesse quadro é mais colocado e medido. A grande mudança ocorre no visual e na edição desses vídeos. A ideia de passar profissionalismo é percebida em todo o material desenvolvido. Há todo o desenvolvimento de uma identidade visual. Nesse sentido, o projeto conta com abertura, vinheta, crédito do apresentador e seus convidados e créditos finais. Apesar de Castanhari utilizar o termo "programa" para

se referir aos quadros criados no canal, esse talvez seja o que realmente assemelhe ao modelo de programa veiculado na TV aberta. Aqui, a edição e imagem mais amadora, tão características do modelo *YouTuber*, são deixadas de lado para dar em lugar a um produto que se preocupa com a estética e qualidade da imagem.

Há também a roteirização do conteúdo e planejamento de texto e gráfico, abandonando o modelo técnico de *vlog* de edição rápida. Porém, a forma como o interlocutor transmite o conteúdo não sofre tantas alterações. A atuação rápida em frente à câmera, a linguagem coloquial, o dinamismo, a comunicação interpessoal e, por consequência, o convite natural à reação do internauta, que também marcaram a caracterização do gênero, permanecem. E esses elementos são bastante valorizados, o próprio criador busca sempre evidenciá-los em seu discurso a cada mudança do canal e novo conteúdo.

Ou seja, a essência do canal sempre será uma busca, destacando assim a ideia de fazer uma produção em que haja informação e troca de conhecimento, porém de forma leve, descontraída, como frisado por Castanhari: "a grande questão é em como ela (a história) é contada"17, é interessante notar que essa também seja, de certo modo, uma preocupação do Jornalismo. Em linhas gerais, percebemos um certo hibridismo no produto, que apresenta características da TV aberta quanto à técnica de edição, qualidade e composição estética da imagem e componentes, estruturas visuais, atrelada à linguagem narrativa *YouTuber*.

Ao mesmo tempo, ele acaba traçando uma identidade própria, apresentando um modelo interessante para a divulgação científica na internet pois, além disso, acumula bons índices de engajamento dos internautas, com números altos de visualizações, curtidas e comentários. Os vídeos com menor interação em cada item de engajamento possuem mais de 2 milhões e 600 mil visualizações, 14 mil comentários e mais de 300 curtidas. E o vídeo com maiores números:

“A Terra é plana? Com Leon e Nilce” possui 5.667.705 visualizações, 940 mil curtidas e 58.808 comentários.

Podemos então inferir que o dinamismo, vivacidade do interlocutor, comunicação interpessoal cara a cara proporcionada pelo YouTube, assim como o convite à reação e ao engajamento do espectador, reforçada pelas ferramentas do site, podem ser absorvidos para a produção de um material atrativo de caráter mais informativo e de divulgação científica. E que esse conteúdo realizado de maneira mais profissional, absorvendo também fórmulas já estabelecidas na mídia tradicional, pode ser outro interessante caminho. O resultado da fusão da linguagem já estabelecida e conhecida entre o público alvo do site e técnicas de construção narrativa e de edição do jornalismo podem gerar produtos audiovisuais com bom engajamento e espaço de debate. Porém, nosso conhecimento acerca dos formatos desenvolvidos dentro da web ainda é muito reduzido, temos várias lacunas a respeito das novas mídias e estruturas possibilitadas por elas, assim como suas potencialidades a serem estudadas. Parafraseando o próprio Castanhari em seu canal, devemos nos manter sempre curiosos quanto a esse espaço e os aspectos que ele envolve.

Quanto ao canal “Núcleo de Jornalismo e Audiovisual”, é interessante perceber a inserção, mesmo que bem mais tímida, de uma dinâmica que se aproxima da desenvolvida no YouTube. Ainda que o formato seja de uma entrevista em um anfiteatro e que muitos conceitos sejam mais destinados às profissões do jornalismo, podemos ver algumas quebras que se distanciam um pouco do formato puro do telejornalismo. Isso é evidenciado por meio do uso das expressões de linguagem mais informais como “tá” e “né”, em que intervenções externas são mantidas no material final sem edição, por exemplo. O modelo mais próximo de um bate papo, além de trazer mais informalidade, também auxilia na ponte entre o espectador comum, não tão familiarizado com alguns conceitos, mas pertencente como objeto e parte importante da pesquisa desenvolvida.

Referências

AGÊNCIA BRASIL EBC - Consumo de vídeo online já é preferido por 71% dos internautas do país. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-07/consumo-de-video-online-ja-e-preferido-por-71-dos-internautas-do-pais> Acesso em 20 de novembro de 2018.

ALEXA - Topsites. Disponível em:<https://www.alexa.com/topsites/countries/BR> Acesso em 14 de abril de 2020.

BERNARDAZZI, Rafaela. Youtubers e as relações com a produção audiovisual. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom, 2016.

BUENO, Wilson Costa. Comunicação Científica e Divulgação Científica: Aproximações e Rupturas Conceituais. Londrina, 2010.Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/6585/6761>.

BURGESS, Jean. YouTube e a Revolução Digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade / Jean Burgess e Joshua Green; com textos de Henry Jenkins e John Hartley; tradução Ricardo Giassetti. – São Paulo: Aleph, 2009.

CANAL NOSTALGIA. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCH2VZQBLFTOp6I_qgnBJCuQ> Acesso em 20 de outubro de 2018.

COUTINHO, Iluska. O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: A análise da materialidade audiovisual como método possível. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom, 2016.

EVANGELISTA CUNHA, Simone. Novos Tempos, Novos Ídolos: Microcelebridades e Práticas de Construção de Audiência no

YouTube. XXXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom, 2017.
MCLUHAN & FIORE, Quentin. Guerra e paz na aldeia global. Rio de Janeiro: Record, 1971.
MONTAÑO, Sonia. A construção do usuário na cultura audiovisual do YouTube. Revista Famecosmídia, cultura e tecnologia, 2017.
NAÇÕES UNIDAS. Org- Artigo 27: Direito à vida cultural, artística e científica. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-27-direito-a-vida-cultural-artistica-e-cientifica/>Acesso em 12 de maio de 2020.
NJA- NÚCLEO DE JORNALISMO E AUDIOVISUAL. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLrdgC-nfIfaM-xBwcGdFgypNbwFRpbHh7>Acesso em 13 de maio de 2020.
PORTO, C. M., Difusão e cultura científica: alguns recortes. Salvador: EDUFBA, 2009, Available from SciELO Books<http://books.scielo.org>.
PROVOKER SITE. Disponível em: <http://provokersite.com/>Acesso em 23 de novembro de 2018.
REALE, Manuella Vieira. Divulgação Científica no Youtube: a construção de sentido de pesquisadores nerds comunicando ciência. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom, 2016.
SOCIAL BLADE. Youtube, country, Br,mostsubscribed, (Youtube, país, Brasil, mais inscritos). Disponível em: <https://socialblade.com/youtube/top/country/br/mostsubscribed> Acesso em: 14 de abril de 2020.

Notas
1 YouTube e a Revolução Digital de Jean Burguess, Joshua Green, 2009.
2 Disponível em: https://nacoesunidas.org/artigo-27-direito-a-vida-cultural-artistica-e-cientifica/.
3 Dados retirados do site internacional Social Blade, que copila dados das principais plataformas da internet, incluindo o Youtube, para através de gráficos acompanhar o crescimento dos perfis encontrados nos mesmo.
https://socialblade.com/youtube/top/country/br/mostsubscribed. Os dados variam muitos no início dessa pesquisa o canal estava em décimo primeiro e posteriormente na décima quarta posição.
4 Conceito estabelecido por Marshall McLuhan no livro Guerra e paz na aldeia global em parceria com Quentin Fiore.

5 Informações encontradas no site da Agência Brasil http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-07/consumo-de-video-online-ja-e-preferido-por-71-dos-internautas-do-pais
6 Informação retirada do site Alexa dia 14 de abril de 2020 (os números são atualizadas a cada 3 meses) https://www.alexa.com/topsites/countries/BR.
7 Termo usado para se referir quando um conteúdo é disponibilizado em diversas mídias. De acordo com a pesquisadora Monique de Haas "comunicação cross-mídia é a comunicação onde a narrativa direciona o receptor de um meio para o próximo" (apud CORREIA E FILGUEIRAS, 2008, p. 4). Isso é recorrente quanto ao conteúdo disponibilizados no Youtube por que grandes empresas de comunicação, que normalmente apenas reproduzem o que transmitem em seus canais de TV aberta.
8 Instituto Provokers empresa que integra países da América Latina incluindo o Brasil com foco em marcas, mercados e negócios
9 Disponível em: https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/nova/1578367457451684-10-maiores-influenciadores-do-brasil#foto-1578367457545345.
10 Dados retirados do site internacional Social Blade, empresa que analisa e compila dados das principais plataformas e mídias da internet, incluindo o YouTube, para através de gráficos acompanhar o crescimento dos perfis encontrados nos mesmo. https://socialblade.com/youtube/top/country/br/mostsubscribed.
11 Matéria que explica o que são thumbnails e a origem do termo- https://marketingdeconteudo.com/thumbnail/.
12 Card: funcionalidade que permite adicionar anotações de forma mais intuitiva nos vídeos publicados, aparecem normalmente no canto direito da tela. Eles podem aparecer como pequenos quadros na tela ou de modo mais discreto se tornando visíveis apenas ao se clicar no ícone "i".
13 Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41261724.
14 Disponível em: https://www.youtube.com/user/coisadenerd.
15 Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCKHhA5hN2UohhFDfNXB_cvQ.
16 Recurso de edição que promove o aumento ou diminuição gradual do nível de um sinal de áudio.
17 Fala de Felipe Castanhari em seu vídeo "ADOLF HITLER / HISTÓRIA".

Mídia e alimento: uma reflexão sobre a crítica necessária

Simone Martins

Com o objetivo de despertar a consciência crítica e informar como os hábitos alimentares podem tornar-se mecanismos de atitude política, o trabalho aborda a alimentação adequada como direito humano, apreendida por meio da informação.
O capítulo produzido por Tânia Bicalho e Jhonatan Mata é um convite à reflexão sobre alimentação adequada e saudável, questionando os vários tipos de comida ofertados, seja de forma herdada (por meio de crenças e costumes, por exemplo) ou produzida (a forma como os alimentos são "vendidos" pela mídia e oferecidos aos consumidores, dentre outros).
No texto, os autores abordam os processos de ensino formal/escolar e informal, desenvolvido a partir da convivência humana, envolvendo a memória, a emoção e o comportamento para explicarem o porquê de dever-se apresentar os alimentos de forma adequada a cada público e em cada idade, e ainda atender aos princípios de aprendizagem dentro de cada realidade, incluindo a socioeconômica.
Bicalho e Mata ainda ressaltam ser a infância decisiva no desenvolvimento dos indivíduos e destacam que, por esse motivo, as crianças requerem uma alimentação equilibrada e variada para obter um desenvolvimento apropriado. Contudo, estão sendo constantemente alimentadas por conteúdos disponibilizados na internet e acabam por definir seus comportamentos alimentares, além de construir suas identidades, a partir do que seus ídolos divulgam. Nesse sentido, os autores questionam a eficácia – para uma alimentação e vida saudáveis – de vídeos publicados por youtubers, como Luccas Neto que, ao assumir papel de recreador, acaba por padronizar e legitimar hábitos, inclusive alimentares, que nem sempre – ou quase nunca – oferecem o produto conveniente àquela faixa etária.
Os autores explicam que todos os indivíduos são fruto do meio em que vivem e das escolhas que fazem. Dessa forma, destacam que todos nos tornamos cidadãos a partir das nossas prioridades e costumes, formados a partir de nossa concordância com a cultura que nos cerca, composta por crenças, mitos, tradições, tabus e ritos. Como consequência de todo esse processo, pode-se identificar a alimentação também como definidora de uma identidade social e

cultural. Nesse sentido, promovem aos indivíduos o reconhecimento de si mesmos, do mesmo modo como se sentem reconhecidos por outros grupos ou em outros contextos, formando grupos distintos.
Tânia Bicalho e Jhonatan Mata também destacam que a comida serve para reconhecer, assim como para estigmatizar, uma vez que o valor que se dá ao alimento interfere na aceitação social dos indivíduos. No artigo, fica explícito que a alimentação é uma fonte de informação cultural, assim como está clara a importância da educação alimentar na formação das pessoas, que deve ser entendida como direito humano.
Esse é, portanto, um trabalho para ser apreciado, apreendido e deliciado, como as coisas boas da vida devem ser.

Alimentação e informação como direitos humanos: uma análise de cardápios alimentares e comunicacionais infantis

Tânia Bicalho e Jhonatan Mata

Comunicação: educação alimentar e nutricional

"Quién cocina la televisión que comemos"? (quem cozinha a televisão que comemos?) A pesquisadora espanhola Mariola Cubbels soube, com muito bom humor, transformar esta questão no título de seu livro publicado em 2006. Em 2020, revisitamos a pergunta com os avanços e retrocessos que a contemporaneidade comporta: "O que cozinham as telas que comemos?". E, para sermos mais específicos, "Que alimentação as múltiplas telas ofertam à nossas crianças"? A dieta por nós observada no recorte não deixa de trazer novos temperos, em diversas produções midiatizadas sobre o tema. Entretanto, nossos esforços se pautam em analisar quem está no comando das receitas ofertadas para/com o público infantil que permanece nas mãos dos youtubers, tendo-se em vista a pouca oferta de "espaço na cozinha" para propostas diversificadas, abafadas pelo domínio das curtidas e compartilhadas de conteúdo na plataforma. A Educação Alimentar e Nutricional e seu caráter social, histórico e cultural, assim como a alimentação adequada como direito humano, necessitam ser consideradas não somente por profissionais da saúde e/ou nutricionistas, mas também por profissionais que se dedicam à Comunicação e à Educação. Despertar a consciência crítica em crianças e informar, através da Comunicação e da Educação, sobre como hábitos alimentares podem ser instrumentos de posicionamento político, em um mundo conectado e midiatizado, contribui para a construção da identidade dos sujeitos. A expressão "alimentação adequada e saudável"

tem sido frequentemente utilizada no âmbito das políticas públicas e, sobre ela, destacamos a seguinte explicação:

> No âmbito das políticas públicas brasileiras para alimentação e nutrição e para segurança alimentar e nutricional, a partir da virada do século XXI, observa-se que a alimentação deixou de ser adjetivada somente como "saudável" e passou também a ser referida como "adequada". Assim, nas diversas publicações científicas e institucionais a expressão "alimentação saudável" foi gradativamente substituída por "alimentação adequada e saudável"(...) A alimentação adequada e saudável é um direito humano básico que envolve a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo e que deve estar em acordo com as necessidades alimentares especiais; ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer; e baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis. (PAIVA *et al*; 2019, p. 1).

A Educação Alimentar e Nutricional parte dos mesmos princípios da educação formal, pois utiliza a didática e os métodos pedagógicos da mesma, porém com objeto específico que é o ensino e aprendizagem na área da alimentação. Alimentação é condição essencial para nossa sobrevivência. De acordo com Cascudo (2004, p. 340), "(...) depois da respiração, a primeira determinante vital é o alimento". Isto é tão óbvio que podemos deixar de perceber a importância desse fato na vida de cada um: simplesmente, a alimentação, além de sustentar a vida, cria valores culturais, modifica e define valores econômicos, divide e une os povos, permeia e transforma toda a história da humanidade. Maciel (2005, p. 49) afirma que "na alimentação humana, natureza e cultura se encontram, pois se comer é uma necessidade vital, o quê, quando e com quem comer são aspectos que fazem parte de um sistema que implica atribuição de significados ao ato alimentar". Neste sentido, acreditamos que informar sobre alimentação adequada e saudável como direito

humano e incluir a Educação Alimentar Nutricional na vida dos indivíduos é essencial.

Para que a conscientização sobre alimentação adequada como direito humano seja realmente efetiva, precisamos entendê-la como um processo de ensino-aprendizagem realizado através da informação. Para isso, é preciso verificar primeiro quais são os seus objetivos. Segundo Linden (2005, p. 15), os objetivos da educação alimentar e nutricional são: "ajudar as pessoas a descobrirem os princípios, padrões e valores que melhor se adaptem às suas próprias necessidades, visando à qualidade de vida individual e coletiva". Sendo assim, a educação nutricional pode envolver um processo de ensino formal ou informal.

Como processo de ensino formal, entendemos o ensino desenvolvido em instituições escolares e de ensino propriamente ditas, como uma disciplina que constitui o quadro pedagógico de determinado curso ou série. Quanto ao processo de ensino informal, podemos entendê-lo como aquele que se desenvolve a partir da convivência humana, ou seja, pode se efetivar em qualquer lugar, com qualquer grupo, em qualquer faixa etária. Esse ensino envolve a memória - como, por exemplo, as comidas que as pessoas lembram porque são tradicionais em suas famílias -; a emoção - as pessoas podem gostar ou não de um determinado alimento dependendo de quem o preparou e ofereceu -; e o comportamento - que diz respeito ao comportamento das pessoas frente à alimentação, o que caracteriza, por exemplo, as populações de acordo com o lugar de origem a partir da análise do alimento que consomem. Há diversas formas de comunicar sobre alimentação adequada como direito humano, através de educação informal. Neste sentido, destacamos:

> O papel da educação alimentar e nutricional está vinculado à produção de informações que sirvam como subsídios para auxiliar a tomada de decisões dos indivíduos que outrora foram culpabilizados pela sua ignorância, sendo posteriormente vítimas da organização social capitalista, e se tornam agora providos de direitos e são convocados a ampliar o seu poder de escolha e decisão (SANTOS, 2005, p. 688).

De acordo com Santos (2005), os recursos didáticos para informar sobre alimentação adequada e saudável como direito humano merecem especial atenção, pois são os responsáveis por orientações que podem interferir na qualidade de vida dos indivíduos, especialmente crianças. Como recursos didáticos, podemos citar:

> a) Materiais impressos: livros, revistas, painéis, jogos impressos etc.
> b) Materiais de audiovisual: *podcasts*, canais de plataformas na internet, CDs, sites especializados, instrumentos musicais etc.
> c) Materiais para atividades determinadas: palestras, dinâmicas de grupo, oficinas etc. Segundo Santos (2005) não podemos confundir essas atividades com aulas, pois estas descritas aqui se desenvolvem por um tempo determinado e menor que um curso regular, semestral ou anual.

É importante destacar que as três dimensões de materiais utilizados no ensino informal, citados neste artigo podem ser complementares e ser utilizadas juntos. A linguagem escolhida pelo comunicador/educador é o seu instrumento para que os conceitos e valores sobre alimentação não apenas cheguem ao seu objeto, mas também consigam vender qualquer produto.

No caso deste estudo, destacamos as palestras-show realizadas em escolas por um dos autores desse trabalho no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Nestes eventos, foram utilizadas músicas de sua autoria e paródias sobre alimentos, desenvolvendo o Projeto MPN - Música Popular Nutritiva, como ferramenta para informar sobre alimentação adequada e saudável como direito humano. Assim sendo, não podemos afirmar que qualquer música e qualquer estrutura de letra possam atingir as pessoas. Portanto, é importante apresentar os alimentos de forma adequada à faixa etária do público alvo para atender aos princípios de aprendizagem dentro de cada realidade, incluindo a realidade socioeconômica. Quando o público alvo são crianças, imediatamente pensamos em brincadeiras e recursos didáticos

divertidos, por isto quanto mais lúdico o ensino sobre alimentação, maior a possibilidade de que os objetivos específicos sejam atingidos.

Infância e alimentação

A infância é etapa decisiva no desenvolvimento do ser humano. Nela se consolida toda a base para as aprendizagens posteriores, já que o crescimento e desenvolvimento cerebral, resultantes da sinergia entre um código genético e as experiências de interação com o ambiente permitirão aprendizagem e desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais, cognitivas, sensoriais e motoras que serão base de toda uma vida. Os primeiros anos de vida são essenciais para o ser humano já que as primeiras experiências perfilam a arquitetura do cérebro e desenham o futuro comportamento. Nessa etapa, o cérebro experimenta mudanças fenomenais: cresce, desenvolve-se e passa por períodos sensíveis para algumas aprendizagens, e, por esta razão, necessita de um entorno com experiências significativas, estímulos multissensoriais, recursos físicos adequados; mas, principalmente, necessita de um ambiente intensificado pela responsabilidade e pelo afeto de adultos comprometidos em oferecer possibilidades para que a inteligência seja estimulada.

Nesta empreitada, uma comunicação assertiva e acesso à informação de qualidade por parte do adulto é de suma importância para que se tenha uma noção daquilo que será repassado à criança, de alimentos a conteúdo informativo. O cérebro passa por grandes transformações durante a primeira infância e seu crescimento e desenvolvimento são o resultado da interação harmoniosa entre genética e experiências com o entorno. As experiências vividas na primeira infância, ou a privação das mesmas, qualificarão o processo de desenvolvimento cerebral, já que nesta etapa pode-se identificar períodos sensíveis para determinadas aprendizagens, como a linguagem. A primeira infância é plataforma de decolagem de nosso universo sensorial e perceptivo. Ela nos aproxima

ou distancia de um estímulo, mas também será o veículo para a condução de informação cognitiva, motora e emocional.

Crianças necessitam de alimentação variada e equilibrada para que tenham desenvolvimento adequado. É preciso que obtenham, através dos alimentos, acesso a vários nutrientes, como ferro, cálcio, vitaminas hidrossolúveis e lipossolúveis. Limitar a alimentação infantil ao ato de beber refrigerantes, desembalar pacotes com salgados, balas, bolachas e outros alimentos ultraprocessados é associá-las à desnutrição, à desidratação e ao adoecimento. Por outro lado, vilanizar estes últimos alimentos com interdição total pode trazer, na tenra idade, uma ideia incorreta de que a ingestão de alimentos saudáveis é um sacrifício, um ato ilhado e distante do prazer de comer - algo que refutamos.

O aumento da prevalência da obesidade infantil é preocupante, pois interfere na saúde e na qualidade de vida das crianças com repercussões na vida adulta em razão das morbidades causadas em consequência do excesso de peso.

> A obesidade vem sendo pautada como objeto de intervenção governamental no Brasil desde a primeira Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), quando já despontava como questão de saúde pública, em virtude de avanços em sua prevalência. Nesse cenário, a obesidade infantil assume particular relevância por sua crescente magnitude no contexto nacional e internacional. No Brasil o excesso de peso e a obesidade vêm sendo registrados a partir dos cinco anos de idade, em todos os grupos de renda e regiões, sendo mais prevalentes na área urbana do que na rural. A infância é uma fase particularmente preocupante porque, para além das doenças associadas com a obesidade, o risco aumenta na idade adulta gerando consequências econômicas e de saúde, para o indivíduo e para a sociedade. Além disso, o estigma e a depressão podem prejudicar o desenvolvimento da criança, especialmente nas atividades escolares e de lazer (HENRIQUES, 2018 p. 1).

A obesidade é fator de risco para o desenvolvimento de hipertensão arterial, dislipidemias, doenças coronarianas, diabetes tipo 2 e alguns tipos de câncer. A falta de exercícios físicos contribui para este quadro.

Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (2008, p. 4) “a atividade física é o comportamento que juntamente com a genética, nutrição e o ambiente, contribuem para que o indivíduo atinja seu potencial de crescimento, desenvolva plenamente a aptidão física e tenha como resultante um bom nível de saúde”.

A maioria das crianças não tem estímulo à prática de atividades físicas em espaços públicos, em função da preocupação dos pais com a violência urbana. Em 2020, vivenciamos a pandemia do COVID 19[1]. O fator limita ainda mais estas atividades, pois a maioria das crianças se encontra em confinamento. Neste sentido, o tempo que ficam em casa, conectadas a vários tipos de mídias, é crescente. Quando um bebê ou criança chora, o que se vê, com frequência, é a oferta de celulares com vídeos, que não poupam estímulos lúdicos.

De acordo com Jenkins (2009, p.141) “uma história transmídia desenrola-se através de múltiplas plataformas de mídia, com cada novo texto contribuindo de maneira distinta e valiosa para o todo”. Neste sentido os meios são utilizados, cada um com sua peculiaridade, a fim de que uma história possa ser expandida, desdobrando-se em filme, programa de televisão, quadrinhos, games etc. O consumo é, por conseguinte, gerado a partir da compreensão obtida através de diversas mídias, afinal mídias diferentes atraem nichos de mercado e públicos diferentes.

Internet e infância: modus operandi

É frequente o uso da internet para divulgação de profissionais, assim como de empresas que trabalham com alimentos. Sobre as corporações, Castells (2015, p.30) afirma que elas têm todo interesse em fomentar o uso da internet, tentando moldá-la para maximizar seus lucros. Encontramos vários tipos de informações sobre comidas, com respaldo científico, assim como encontramos (des)informações, ancoradas e inspiradas em senso comum. Embora informações estejam mais acessíveis e a ciência em constante evolução, persiste uma visão restrita

e dicotômica do “saudável e não saudável”, dos alimentos categorizados pelos seus nutrientes e como sendo “bons ou ruins”, na qual o prazer em comer é por vezes desprezado ou associado à culpa. Percebemos indivíduos, sem qualquer formação em Nutrição ou outro curso na área da Saúde, enaltecendo a importância de determinados hábitos alimentares como isca para fisgar seguidores, entre eles crianças.

O número de “curtidas” têm poder de fazer com que influenciadores digitais decolem ou não em suas carreiras, como por exemplo os *youtubers*, que lucram de acordo com a quantidade de seguidores que possuem. De acordo com Byung-Chul, (2018, p.67) “hoje tudo é tornado numerável, a fim de poder ser convertido na linguagem do desempenho e da eficiência”. Sabemos que crianças têm crescente acesso a variadas plataformas da internet, através de celulares e *tablets*. Percebemos o bombardeio de informações direcionadas a elas - e seus respectivos valores simbólicos - sobre diferentes temas, entre eles, alimentação. Neste sentido crianças e adolescentes seguem construindo suas identidades, delineando e definindo comportamentos alimentares em meio a estas “guerrilhas” de informação, onde nem sempre é ofertado o melhor cardápio.

Quando Marcel Proust publicou em 1913 “No Caminho de Swann” (no original, *“Du côté de chez Swann”*) a inovação viria da elevação do tempo e sua volatilidade a elemento estruturador de um romance. Na obra, toda a concepção arquitetônica é construída sobre “o edifício imenso da lembrança”. O tempo, nesse caso, está bem além da simples memória voluntária da inteligência. Está associado à necessidade de uma memória particular e restritiva, que reagrupa e ressuscita impressões, sensações e ideias ligadas à experiência. Para que ocorra a recuperação do passado, o narrador reflete, no capítulo inicial, Combray, que “todos os esforços de nossa inteligência são inúteis. O tempo está escondido em algum objeto material, na sensação que este nos daria, de que não suspeitamos” (PROUST, 2003, p. 125). Uma das cenas mais citadas da literatura, que materializa essa espécie de retomada histórica, (e que

muito nos importa por tratar de alimentação e informação) é aquela onde o narrador come uma "*madeleine*"- pequeno biscoito francês embebida no chá e vê sua consciência mergulhar no passado. "As pessoas do vilarejo e seus pequenos negócios e a igreja e toda Combray e suas redondezas, tudo o que adquire forma e solidez saiu, cidade e jardins, de minha xícara de chá" (PROUST, 2003, p. 119).

A manifestação humana é contextual, o que explica a influência de tudo que compõe o cenário no desenvolvimento do sujeito. Ruídos de panelas, tilintar de copos e talheres podem compor uma música e um arranjo que funcionem como máquina do tempo, remetendo o sujeito a momentos passados como momentos da infância. Imagens podem saltar da memória fazendo reviver sabores e sensações. Locais podem ser mentalmente revisitados, como mercados, onde comidas eram adquiridas. Sons e aromas exercem poder de fazer lembrar de quando e onde se cozinhava, de quem preparava as refeições, de conversas, de tons de vozes, de personalidades, de momentos que deixaram saudades ou não. Segundo Mattos (1991, p. 19), a conversa quotidiana existe para transformar relações entre as pessoas, conhecidas ou desconhecidas, familiares, clientes etc. Ela não acontece em vão e sustenta as relações interpessoais. Orlandi (2009, p. 15) compreende que "o trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana". Simultaneamente, a alimentação é base para que a vida do ser humano se mantenha. De acordo com a experiência de um dos autores - tanto por frequentar o ambiente quanto por estudá-lo em profundidade em sua graduação, é possível traçar uma analogia interessante: pode-se dizer que, numa cozinha, muitos afetos e desafetos são triturados, fatiados, conservados, congelados, postos em banho-maria ou esquecidos, deixados para estragar ou descartados num lixo. O reaproveitamento de alimentos tem capacidade para inspirar reciclagens, inclusive mentais – mudanças e (re) aproveitamento de ideias e ideais.

Além de local onde acontece o preparo de alimentos que visam a manutenção da vida a cozinha pode ser interpretada como um laboratório onde o cérebro humano pode testar possibilidades, estimulando sua neuroplasticidade. Acompanhar uma receita ou reinventá-la, com uma pitada a mais ou a menos, com acréscimo ou retirada de algum ingrediente, muito pode revelar sobre a personalidade e sobre as emoções de quem prepara alimentos. De acordo com Barcellos (2017, p. 23), "...cultivar a alma é cozinhar o cru de nossas experiências de vida". Acreditamos que o ato de cozinhar implica em ação coletiva com múltiplas atividades e sensações que possibilitam o desenvolvimento de processos sociais que promovem trocas de experiências, informações, culturas, tradições, sentidos e emoções.

Neste sentido supomos que quando crianças não têm acesso a estas atividades e a este cenário, apenas consumindo alimentos empacotados e industrializados - com seus respectivos sabores padronizados, impessoais e que podem ser encontrados em qualquer parte do mundo - perdem a oportunidade e o direito de experienciar sensações que as levem ao encontro de suas raízes culturais.

A falta de tempo, impaciência e preocupações de alguns pais costuma abrir espaço para entrada de novos personagens na história e construção da personalidade de crianças, normatizando e institucionalizando hábitos, entre eles hábitos alimentares. Neste sentido, observamos e destacamos o *youtuber* Luccas Neto. Seu público alvo são crianças com faixa etária entre 2 e 11 anos. A TV aberta não esculpiu, recentemente, nenhum ídolo infantil - como Xuxa, por exemplo. Usufruindo dessa tendência e dessa lacuna presentes no mercado de entretenimento infantil, Luccas Neto produz vídeos ambiciosos, direcionados - segundo ele - à educação de crianças. Sabemos que não há como negar fortes motivações econômicas por trás da narrativa transmídia. Percebemos, neste sentido, *youtubers* criando robustas ligações emocionais e usando estas ligações para aumentar vendas de vários produtos, como brinquedos e outros pertencentes à indústria de alimentos. Em outras

palavras, a afetividade se torna ferramenta para vender. Sobre "economia afetiva", Jenkins (2009, p. 97) nos define o termo como uma nova configuração da teoria de marketing que vem ocupando grande espaço na indústria das mídias.

Neste panorama, a "economia afetiva procura entender os fundamentos emocionais da tomada de decisão do consumidor como uma força motriz por trás das decisões de audiência e de compra". Este novo discurso de marketing procura moldar os desejos dos consumidores para direcionar as decisões sobre o que vão adquirir, o que vão comprar. É necessidade de quantificar o desejo e transformar emoções em *commodities*.

O *youtuber* Luccas Neto tem massiva atuação em várias plataformas e redes sociais, personificando jogos e bonecos e com filme em exibição no canal de transmissão Netflix. Também lançou revistas infantis, recheadas de quadrinhos e brincadeiras. Possui sua imagem estampada em camisas, roupas infantis, brinquedos, jogos, toalhas e outros utensílios. Com a agenda cheia, para apresentações em teatros por todo o Brasil, Luccas Neto multiplica, a cada dia, o número de seguidores em seu canal, na plataforma YouTube. De acordo com seu canal oficial[2], Luccas estimula a criatividade e imaginação de suas "foquinhas"[3], maneira com a qual apelida seus fãs. O objetivo, segundo informações contidas no mesmo site, é transmitir mensagens socioeducativas para crianças e familiares, sendo enfatizada a participação de psicólogos, pedagogos e psicopedagogos encarregados de supervisionar os conteúdos dos vídeos postados diariamente.

Luccas Netto[4] começou a produzir vídeos voltados para o público infantil em 2016 e em meados de 2018 reformulou todo o conteúdo de seus vídeos quando definiu as crianças como seu público alvo. Para tanto, modificou todo o seu discurso, anteriormente agressivo, crítico e irônico. Segundo Felitti (FOLHA UOL, 2019).

O *youtuber* costumava chamar seus seguidores, em seus primeiros vídeos postados na plataforma YouTube, de crianças "burras" e

"retardadas". No entanto, atualmente é uma das maiores estrelas infantis da internet e utiliza fábulas e contos clássicos infantis como bases para suas criações e adaptações, tendo concebido aproximadamente 39 personagens. De acordo com seu site oficial, Luccas e os supervisores de conteúdo dos vídeos auxiliam os pais na educação das crianças desta geração. Em 28/04/2020, às 15:10h, observamos que o canal de Luccas, na plataforma *YouTube*, denominado Luccas Neto – LUCCAS TOON, contava com 30.100.000 inscritos. Luccas Neto encabeça a lista de livros infanto-juvenis mais vendidos do Brasil e em breve deve estar com programação em TV e longa metragem nas telas de cinemas. Sua presença também pode ser notada em lojas especializadas em produtos infantis, onde é possível encontrá-lo em forma de bonecos, assim como tema para materiais escolares, jogos etc. Em seus vídeos ele também costuma registrar exageradas compras de brinquedos, de balas e de doces, nos Estados Unidos. "Eu amo fazer compras, ainda mais nos Estados Unidos, que é tudo baratinho" é frase repetida, exaustivamente, em quase todo conteúdo postado em seu canal.

Entre 2016 e 2018 Luccas Neto postou excessivo material com temática voltada para consumo alimentar, onde faz misturas insólitas (figs 1,2 e 3), como macarrão instantâneo com chocolate, recheio de cem biscoitos para formar um só etc. Luccas Netto deletou cerca de 96 vídeos que continham palavrões e conteúdos que não seguiam o formato de sua nova linha editorial. Neste sentido, dois bilhões de visualizações foram excluídas e a guinada na carreira vem da época em que fundou nova empresa, pois é sócio da Take4Content, com João Pedro Paes Leme e Cassiano Scarambone, ambos veteranos do mercado audiovisual, com passagem pela TV Globo. Em um vídeo, Luccas mergulhou numa banheira coberta de creme de avelã, lambuzando-se todo.

Em outro aparece sobre uma cama de casal, coberta do mesmo creme - da mesma marca - contorcendo-se e imitando uma foca (fig. 1). A publicidade vem se transformando, se adaptando e se parecendo menos

um comercial e mais um conteúdo que ao mimetizar-se pode ser transmitido em 30 minutos, uma hora ou até mais. No entanto permanece, em seu íntimo, sendo pura propaganda.

Figura 1: Luccas Neto em ação no youtube em três diferentes momentos.
Fonte: acervo audiovisual dos autores (2020)

Questionamos e refletimos sobre as narrativas de Luccas Neto, pois acreditamos que as mesmas não são somente formas de entreter, mas também produzem sentidos com potencial para interferir em processos simbólicos pertencentes à socialização e construção da identidade cultural das crianças que o seguem. É o que analisamos a seguir.

Sobre alimentação e aprendizagens

Todos somos frutos do meio em que vivemos e das escolhas que fazemos. Para embasar essa afirmação, podemos citar o estudo de Silvia Lane (1981) que, apesar de ter sido publicado em 1981, ainda é referência de vários estudos e teóricos. De acordo com a autora, o homem tem duas formas principais de socialização: a socialização primária e a socialização secundária.

> a) Socialização Primária: resumidamente, pode ser compreendida como a socialização que ocorre nos primeiros tempos de vida, onde os valores apreendidos são oriundos daqueles que convivem com a criança. Nesse momento, a criança aprende o que é certo, o que é errado, o que pode e o que não pode fazer, o que é considerado bom ou ruim de acordo com o núcleo familiar, ou seja, os valores que a criança recebe são os valores de quem cuida dela, inclusive os valores alimentares.
> b) Socialização Secundária: refere-se à que ocorre quando a criança começa a se relacionar com outros grupos como vizinhos,

> escola etc., além da família. Nesse momento, a criança começa a assimilar os valores externos ao seu primeiro grupo de convivência, podendo, inclusive, questionar os valores recebidos anteriormente. Quanto à alimentação, a criança poderá conhecer alimentos e formas de preparo que o seu primeiro grupo desconhece. Em muitos casos a criança inaugura novos costumes na família em função das experiências vividas a partir dessa fase. A fase de socialização secundária, para a autora, dura toda a vida humana.

As crianças, no início da vida, aprendem por imitação. Então, se alguém faz uma expressão de asco ao comer algo, a criança provavelmente repetirá esta reação. Mesmo que o alimento em questão nunca seja provado pela criança, pode ser algo que ela rejeite. Não são raras vezes em que um adulto se pergunta por que nunca comeu determinado alimento antes e quanto perdeu com essa rejeição.

Segundo Linden (2005), a aprendizagem no ensino informal se dá, principalmente, pela tentativa e erro e imitação, e se transmite dos pais para os filhos, o que é pertinente com o estudo de Lane (1981). Linden (2005, p. 15) também afirma que "(...) adquirimos os hábitos de saúde fazendo uma identidade alimentar através de uma cultura que se compõe de crenças, mitos, tradição, tabus e ritos". Abaixo, descreveremos o que a autora destaca nos conceitos de crenças, mitos, tradição, tabus e ritos:

> a) Crenças: sentimentos de aceitação de valores que atingem um número maior de indivíduos, como por exemplo dizer que "cenoura faz bem à vista". Esta é uma crença porque as pessoas acreditam nessa afirmação sem questionar a sua veracidade científica. Nesse caso, a afirmação é verdadeira, pois a cenoura é fonte de provitamina A, que contribui para a saúde ocular. No entanto, existem crenças que podem prejudicar a saúde, como a recomendação de "gemada com vinho do Porto", considerada por muitos como um fortificante da alimentação infantil que, no entanto, pode significar a introdução de bebida alcoólica na alimentação da criança.
>
> b) Mitos: não correspondem ao pensamento lógico; remontam às origens. Como exemplo, Linden (2005) descreve o valor que se

> dá ao mel, que geralmente é relacionado ao fato de ser produzido por abelhas. Simboliza trabalho árduo e coletivo, honesto e promissor. Sendo assim, o mel passou a ser considerado um alimento símbolo de pureza e força. Na realidade o mel é um alimento puro e natural, mas de baixo valor nutritivo e altamente calórico. Essa informação não é aceita facilmente pelas pessoas, pois o mito persiste.
> c) Tradição: é transmitida oralmente ou por hábitos, memória ou costume. Como exemplo, a autora cita o chimarrão gaúcho ou o churrasco. Ainda pode se referir a um alimento próprio de algum segmento da sociedade ou relacionado à profissão e/ou caráter. Segundo Cascudo (2004), há mais de quatrocentos anos o pavão só poderia ser servido aos homens bravos. O vilão não poderia comê-lo. Os homens bravos, ao se alimentarem da carne do pavão, prometiam realizar um ato heroico.
> d) Tabus: são restrições ou permissões alimentares, definitivas ou temporárias, esporádicas ou não. Como exemplo temos "manga com leite faz mal". Os tabus também podem prejudicar o equilíbrio alimentar, caso restrinjam ou recomendem alimentos de forma equivocada.
> e) Ritos: segundo Lindem (2005, p. 16), ritos são um "(...) conjunto de procedimentos considerados sagrados em relação aos alimentos e à alimentação". Por exemplo: Semana Santa e mês do Ramadã - cultura judaica - com os jejuns de acordo com a religião.

Dessa forma, percebemos que a alimentação é um marcador de identidade social e cultural.

Construção da identidade social e cultural sob a influência da alimentação

A construção da identidade social e cultural de um povo é constante e dinâmica, mas tem origens bem fundamentadas, ou seja, valores que identificam esses povos, tais como vestuário, tipo de construções, relações e valores familiares, idioma, dialetos, alimentação, dentre outros aspectos. Assim, tomando como referência a alimentação, podemos dizer, por exemplo, que os italianos preferem massa, os japoneses adoram peixe cru, os americanos se deliciam com

hambúrgueres etc. Temos alimentos que especificam ainda mais os povos, como por exemplo, no Brasil, onde (ao menos discursivamente) os gaúchos se alimentam de muito churrasco, enquanto os baianos comem uma comida condimentada - vatapá, acarajé, dentre outras comidas típicas da Bahia. Levamos em conta aqui que se tratam de panoramas alimentares generalistas, preferências presumidas, já que as limitações de geografia e território não demarcam identidades imutáveis e muito menos hábitos alimentares em uníssono. Que descredenciariam, por exemplo, um gaúcho vegano, um baiano que odeie pimenta ou um mineiro que renegue o pão de queijo, metáfora nacional do Estado de Minas Gerais que é, simultaneamente, uma das metáforas internacionais do próprio Brasil.

O processo de construção da identidade social e cultural vai proporcionar às pessoas um reconhecimento de si mesmas, assim como elas se sentem reconhecidas por outros grupos. Isso é ter uma identidade social e cultural, em termos gerais. Dessa forma, pessoas formam grupos distintos, ou seja, grupos que não se confundem com outros e são reconhecidos e denominados, tendo, portanto, uma identidade. De acordo com Maciel (2005, p. 49), "(...) a alimentação humana como um ato social e cultural faz com que sejam produzidos diversos sistemas alimentares". E esses sistemas, ao se constituírem, são influenciados por fatores ecológicos, históricos, culturais, sociais e econômicos, o que gera representações e imaginários sociais, com suas escolhas e variações quanto à importância. Um exemplo é que em uma determinada sociedade pode ser mais importante todos sentarem à mesa para se alimentarem do que em outra sociedade. Os alimentos, então, são mais do que elementos constituídos de vitaminas, proteínas, carboidratos, lipídeos etc. Eles são sistemas simbólicos.

> Dize-me o que comes e te direi qual deus adoras, sob qual latitude vives, de qual cultura nascestes e em qual grupo social te incluis. A leitura da cozinha é uma fabulosa viagem na consciência que as sociedades têm delas mesmas, na visão que elas têm de sua identidade (MACIEL, 2005, p. 50).

Antes da expansão da globalização por meio da internet, facilidade de locomoção, crescimento populacional no mundo, dentre outros fatores, os ingredientes das comidas típicas dos países eram muito restritos a esses países de origem. Era difícil encontrar, ou muito dispendioso para comprar, por exemplo, um condimento específico da China ou Mediterrâneo ou ainda uma fruta do nordeste e norte brasileiros. Atualmente, encontramos uma variedade considerável desses produtos regionais em inúmeros lugares do mundo. Com isso, também ficou muito mais fácil para as pessoas reproduzirem as comidas de onde vieram a partir do momento em que estão longe da terra natal, assim como pessoas que nunca saíram de onde nasceram conhecerem comidas típicas de lugares onde nunca estiveram. Mas, mesmo que a realidade atual permita esse trânsito cultural, as identidades permanecem: as pessoas podem comer tutu5 com couve e carne de porco no Ceará/Nordeste - Brasil, mas este prato continuará como um dos pratos típicos, representantes da identidade de Minas Gerais/Sudeste - Brasil.

A comida serve para reconhecer, assim como para estigmatizar. Para reconhecer, podemos citar a diferença entre a comida baiana e a comida nortista, no Brasil. Segundo DaMatta, a comida baiana representa a junção dos povos que deram origem ao brasileiro: o povo português - farinha de trigo no pão - o africano - azeite de dendê - e o índio - amendoim e castanha-de-caju. A comida do norte do Brasil, principalmente dos estados do Pará e Amazonas, representa a cultura indígena, nativa do país, portanto uma comida genuinamente brasileira. Quando a comida serve para estigmatizar, podemos verificar valores simbólicos tais como uma comida ser referência de pobreza, como é descrito por DaMatta (1984) em relação ao chibé - mistura rala de farinha com água - proveniente do norte do Brasil, onde significa uma comida daqueles que não têm recursos materiais, ou seja, daqueles que são pobres.

A comensalidade - conceito recorrente e importante na área de nutrição, que envolve o ato de comer junto, com outras pessoas - comensais, que são, consequentemente, as pessoas que se alimentam juntas - é um conceito que explica o valor simbólico que a alimentação possui, pois, o ato de comer junto com outras pessoas representa uma dimensão cultural. Sobre estes valores simbólicos que permeiam o ato de alimentar-se, encontramos no texto de Junbla Maria Pimentel Daniel e Veraluz Zicarelli Cravo, *"Valor Social e Cultural da Alimentação"* (2005), alguns exemplos e situações muito interessantes de comensalidade, que servem para ilustrar e enriquecer:

> a) Índios Guaiaquis: habitam florestas da América do Sul. Esses índios não consomem o que eles mesmos caçam. O que um índio caça deve ser ofertado a outro índio da tribo, e assim sucessivamente. Eles acreditam que se comerem o produto da própria caça, se tornarão *panema*, que significa *azarados na caça*. Dessa forma, cada membro da tribo depende da caça que outro caçador obteve. Este costume garante a solidariedade do grupo e permite que todos fiquem alimentados;
> b) Relações de amizade: é comum recepcionar os amigos com alimentos e bebidas;
> c) Relações de vizinhança: em algumas regiões do Brasil, é comum os vizinhos levarem comida para aquele que acabou de chegar, de se mudar para perto;
> d) Festas: casamentos, aniversários, comemorações, datas festivas etc.
> e) Ocasiões fúnebres: em algumas regiões do País, ainda é costume recepcionar as pessoas que vão a um velório com alimentos e bebidas;
> f) Ritos religiosos: em qualquer religião, podemos encontrar ritos que envolvem alimentos e/ou bebidas, dentre outros exemplos, tais como a alimentação do dia-a-dia, em família ou outro grupo ao qual a pessoa pode pertencer.

O valor que se dá ao alimento também tem relação com aceitação social. Quando formamos grupos, buscamos identidade e aceitação social; o que é reforçado positivamente pelo grupo tende a se tornar um comportamento efetivo, pois quem age da forma aceitável, é valorizado.

Este é um componente do processo de socialização, descrito anteriormente neste texto, ou seja, quando o grupo reconhece e valoriza um comportamento, as pessoas podem assimilar e repetir tal comportamento. Do contrário, quando o grupo tem uma reação negativa frente a algum comportamento, as pessoas tendem a não repetir o mesmo. Considerando este fato, os meios de comunicação se tornam essenciais quando é preciso passar informações confiáveis e imparciais.

A intenção de destacar os alimentos naturais em sua importância e buscar a sua valorização social e consequentemente ampliar as possibilidades de consumo com a aceitação e valorização social, responde também a uma necessidade de valorizar todo o ato de alimentar-se. No texto "A 'McDonaldização' dos costumes", de Claude Fischler (1998), há uma análise da alimentação *fast food*, termo em inglês que significa "comida rápida". O *fast food* representa toda uma cultura capitalista, tendo sua origem na América do Norte, mais especificadamente nos Estados Unidos, onde as pessoas, em geral, não param para almoçar ou jantar. Elas saem rapidamente de seus locais de trabalho e comem um lanche rapidamente para que possam voltar à produção do trabalho. Fischler (1998) descreve como esse modelo de comércio alimentício é representado pela indústria de alimentos McDonald's, sendo que, na Europa - principalmente na França, Itália e Espanha - o senso comum associa a imagem de *fast food* à imagem de hambúrguer, refrigerante e batata frita e à imagem do McDonald's, o que cria uma rejeição até muito tempo depois do McDonald's ter sido implementado na Europa na década de 1970; rejeição que ainda se estende até os dias atuais, mesmo que menos pronunciada. É bom lembrar que o texto de Fischler data de 1996 e está contido em um livro de 1998.

Com o advento das novas tecnologias, as transformações mundiais, econômicas, sociais, culturais, históricas, dentre outras, ocorrem de uma forma muito mais dinâmica. O autor comenta que o movimento que

nasceu na Europa devido ao temor de que o *fast food* acabasse com a relação entre a alimentação e o prazer, a comensalidade e a comunicação entre as pessoas, tomou forma e, hoje, é chamado de *slow food*, o que significa comer com calma, devagar, ou seja, apreciando a alimentação, fazendo da hora de alimentar-se uma hora de cuidado consigo mesmo. A partir do ano 2000, esse movimento ganhou força gradativamente. Pessoas têm procurado alimentos orgânicos, estão se condicionando a lerem as tabelas nutricionais dos alimentos, observarem o prazo de validade e outras particularidades dos alimentos que passavam totalmente incógnitas pela percepção humana. O panorama atual ainda não é o de consciência plena da importância da alimentação e da prevenção, mas mesmo com uma análise não científica do dia-a-dia podemos observar que caminhamos nesse sentido.

No texto, Fischler destaca também o advento e sucesso dos alimentos congelados - sucesso apoiado pelas mesmas razões sociais que o sucesso do McDonald's, tais como concorrência muito acirrada no mercado de trabalho, necessidade de produção em níveis altíssimos, falta de tempo das pessoas para elaborarem a própria alimentação etc. e diz da dominação cultural feita por meio da alimentação. O exemplo mais claro é o próprio McDonald's, pois as críticas europeias a esta empresa tinham essa fundamentação, a de a empresa ser um instrumento de dominação política, uma vez que invade os lugares do mundo com o seu alimento, a sua ideologia e os seus valores. Para os franceses, italianos e espanhóis - década de 1970 e início de 1980 - a dominação política, social e cultural era o verdadeiro objetivo dos Estados Unidos. O instrumento de dominação era o McDonald's com suas instalações estratégicas politicamente, pelo mundo afora.

O autor questiona esse fato, pois diz que se avaliarmos o McDonald's desta forma, precisamos também dizer que a Itália invadiu o mundo todo, pois pizza encontra-se em quase todas as cidades do mundo. Mas, a comparação parece equivocada, pois a pizza se adapta à cultura em que for inserida, o hambúrguer do McDonald's não. O hambúrguer do

McDonald's sempre será o mesmo, produzido pela própria empresa. Um lanche do McDonald's na China tem alguns ingredientes que não vemos nos lanches do McDonald's no Brasil, mas, ainda assim, o pão, o hambúrguer, a batata frita e toda a estrutura e modo de preparo são iguais no mundo todo, o que, inclusive, confere ao McDonald's um padrão de qualidade significativo. A pizza é um prato que depende de cada pessoa que o prepara: o gosto, a textura da massa, a aparência, os recheios, tudo vai mudar de acordo com a cultura desta pessoa.

Esse é um assunto muito complexo, que poderá ser desenvolvido em outro trabalho. No momento, a análise pertinente a essa observação é que, invariavelmente, as culturas se comunicam e a alimentação é uma das principais fontes de troca de informação cultural.Informações confiáveis produzidas sobre alimentos e a Educação Alimentar e Nutricional são os melhores exemplos de ações para que cada vez mais pessoas sejam conscientes sobre a importância da alimentação adequada e saudável como direito humano. É preciso apresentar às crianças sabores e saberes que ainda não experimentam, divulgando alimentos naturais e suas formas de preparo, pois muitos pratos e ingredientes estão desvalorizados e esquecidos devido a toda uma dinâmica da vida moderna.

Considerações finais

Uma alimentação adequada e saudável é desafio para a maioria da população por diversos motivos, tais como falta de informações confiáveis, falta de recursos materiais, conhecimento insuficiente sobre funções de determinados grupos alimentares, hábitos mal elaborados, histórico alimentar mal estruturado além de inúmeros motivos pessoais e subjetivos. Portanto, a alimentação é um fator social que transcende fatores biológicos e fisiológicos. A alimentação infantil não necessita ser polarizada. Acreditamos ser possível que políticas públicas, relacionadas ao consumo de alimentos, possam ser democráticas e promovam a diversidade alimentar. Incontáveis tipos de temperos, de doces, de

petiscos, de legumes, de verduras e de frutas podem ocupar lugar no cardápio de nossas crianças, convivendo com produtos alimentícios industrializados. Pensamos na saúde destas crianças para melhoria de sua qualidade de vida, mas também refletimos sobre o direito que elas têm de conhecer a cultura alimentar brasileira, alimentos naturais, frescos e livres de agrotóxicos.

É relativamente novo, no Brasil, o papel civilizador de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. E, para haver segurança alimentar e nutricional, é necessário realizar e garantir a todos o direito à adequação, ou seja, alimentos de qualidade, em quantidades suficientes, promovendo práticas alimentares que também respeitem e valorizem a diversidade cultural.

O Guia Alimentar para População Brasileira, em 2014, enfatiza a necessidade de ações intersetoriais que repercutam positivamente sobre os diversos determinantes da saúde e nutrição dos indivíduos. Por conseguinte, percebemos a relevância de fazermos um recorte para estudos referentes à massiva promoção de alimentos industrializados que surfam em ondas transmidiáticas, sendo produzidas em audiovisual e que influenciam milhões de crianças/seguidores mirins.

Observamos que a maioria dos alimentos que o *youtuber* Luccas Neto promove, como alimentos industrializados, trazem consigo intensa monotonia, pois não oferecem pluralidade de nutrientes, de sabores e seus respectivos saberes. A alimentação, além de sustentar a vida, cria valores culturais, modifica e define valores econômicos, cria hábitos e vícios, divide e une os povos, permeia, transforma e retrata toda a história da humanidade. Alimentação adequada e saudável é direito humano, assim sendo, ter consciência de sua relevância contribui para exercício de cidadania e práticas emancipatórias visando soberania nacional. Portanto, informar sobre alimentação adequada e saudável não é apenas um ato educacional; é também um ato político. Em 2020, com a pandemia de COVID 19, percebemos a importância que a mídia tem dado à alimentação adequada e saudável como fonte para

fortalecer o sistema imunológico e prevenir doenças. Ao mesmo passo, somos bombardeados por *fake news* que incluem mixes alimentares milagrosos para a cura do vírus, ainda desconhecida pela comunidade científica internacional.

Os falsos vídeos e áudios com as dicas nutricionais e curativas são mapeados e denunciados em área do site do Ministério da Saúde criada exclusivamente para alertar à população sobre o perigo dessas "receitas". Nestas produções falaciosas, a cura, vem, dentre outras promessas, por meio do consumo de café, de erva doce, de limão e de água quente. Enquanto isso, acreditamos- e esse é o principal motivo de futuros desdobramentos das reflexões aqui tecidas- que a cura, ou ao menos a adoção de uma dieta mais saudável- nas redes sociais, nas múltiplas telas e na própria cozinha, venha de um acesso mais consciente destes ambientes. E, nesses espaços, as crianças figuram não apenas como consumidoras-de alimentos e de informação – mas como clientes a serem priorizados e bem servidos.

Referências

BARCELLOS, Gustavo; O banquete de Psique – Imaginação, cultura e psicologia da alimentação. Petrópolis: Vozes, 2017.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade – tratado de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Guia alimentar para a população brasileira. 2ª ed. Brasília, 2014.

BRASIL, Ministério da Saúde. Coronavírus: linha do tempo. Disponível em: https://coronavirus.saude.gov.br/linha-do-tempo/#fev2020.

BYUNG-CHUL, Han. No enxame: perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes, 2018.

CARDOSO, M. A. (Coord.). Nutrição humana. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

CASCUDO, Luis da Câmara. História da alimentação no Brasil. 3 ed. São Paulo: Global, 2004.
CASTELLS, Manuel. O poder da comunicação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
COOP, Portal. Suplemento Nutricional Nutren Senior. Disponível em: https://www.portalcoop.com.br/suplemento-nutricional-nutren-senior-370g/p.
CUBBELS, Mariola. Quién cocina la televisión que comemos? La dieta televisiva y sus cocineros. Carrogio, S.A. de Ediciones. Barcelona, 2006.
DAMATTA, Roberto. O que faz o brasil, Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
DANIEL, Junbla Maria Pimentel & CRAVO, Veraluz Zicarelli. Valor Social e Cultural da Alimentação. In: CANESQUI, A. M.& GARCIA, R. W. D (Org.). Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.
FELITTI, Chico. Como Luccas Neto, que ofendia crianças, virou a Xuxa da internet. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/.
FLANDRIN, J.L. & MONTANARI, M. (Dir.). História da alimentação. Tradução de Luciana Vieira Machado e Guilherme J.F. Teixeiral – São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 12. ed. Rio de Janeiro. Lamparina: 2015.
HENRIQUES, Patricia; O'DWYER, Gisele; DIAS, Patricia Camacho; BARBOSA, Roseane Moreira Sampaio; BURLANDY, Luciene. Políticas de Saúde e de Segurança Alimentar e Nutricional: desafios para o controle da obesidade infantil, de dezembro de 2018. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018001204143&lng=pt&tlng=pt.
HOUZEL, Suzana Herculano. Sexo, drogas, rock´n´roll & chocolate: o cérebro e os prazeres da vida cotidiana. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2012.
JENKINS, Henry. Cultura da Convergência. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.
LANE, Silvia T. Maurer. O que é psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1981.
LINDEN, Sônia. Educação Nutricional: algumas ferramentas de ensino. São Paulo: Livraria Varela, 2005.

MACIEL, Maria Eunice. Identidade Cultural e Alimentação. In: CANESQUI, A. M.& GARCIA, R. W. D (Org.). Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.
MATTOS, Maria Augusta Bastos de, Dispersão e memória no quotidiano. (Tese em Doutorado). UNICAMP, Campinas, 1991.
NETO, Luccas. Banheira de Nutella, de 10 de fevereiro de 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BlnmecAwz1s.
NETO, Luccas. Luccas abrindo 50 Kinder ovos: mostrando os brinquedinhos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0aTU1arOtN0&t=484s.
NETO, Luccas. Pizza de chocolate de 250 reais: Kinder ovo com Nutella. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dgzBMYk3fsQ.
PAIVA, Janaína *et al*. A confluência entre o "adequado" e o "saudável": análise da instituição da noção de alimentação adequada e saudável nas políticas públicas do Brasil. v. 35, nº 8, Cadernos de Saúde Pública: Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/837/a-confluncia-entre-o-adequado-e-o-saudvel-anlise-da-instituio-da-noo-de-alimentao-adequada-e-saudvel-nas-polticas-pblicas-do-brasil.
PHILIPPI, Sonia Tucunduva. Pirâmide dos Alimentos: fundamentos básicos da nutrição. Barueri, SP: Manole, 2008.
PROUST, Marcel. No caminho de Swann. Tradução: Fernando Py. Rio de Janeiro, Ediouro, 2003.
ROURE, Glacy Queirós de. Criança-objeto – entre desejo e o gozo. (Tese em Doutorado). Campinas: UNICAMP, 2002.
SANTOS, Ligia Amparo da Silva. Educação Alimentar e Nutricional no Contexto da Promoção de Práticas Alimentares Saudáveis. Revista de Nutrição, Campinas, v. 18, n. 5, p. 681-692, set-out. 2005.

Notas

1 De acordo com o Ministério da Saúde (2020) "coronavírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. O novo agente do coronavírus foi descoberto em 31/12/19 após casos registrados na China". A doença causada pelo coronavírus recebeu o nome de COVID 19. Segundo o Ministério da Saúde (2020), no Brasil, o primeiro caso de suspeita de infecção por coronavírus foi registrado em 27 de janeiro de 2020 enquanto o primeiro caso confirmado foi registrado em São Paulo, no dia 26 de fevereiro de 2020.

2 Canal Luccas Neto no Youtube: https://www.youtube.com/user/luccasneto.

3 Foca também é o termo utilizado para o jornalista recém-formado ou ainda em formação que inicia suas atividades na área.

4 Nascido no Rio de Janeiro, em 08 de fevereiro de 1992, no bairro Engenho de Dentro.
5 Iguaria da culinária mineira - feijão temperado, engrossado com farinha de mandioca ou de milho.

Seção 3
Fora do ar: direito à comunicação e informação como utopia

Política e informação como drama noticioso

Simone Martins

Tomando como base o Método da Análise da Materialidade Audiovisual, e utilizando-se de referenciais bibliográficos que discutem a Dramaturgia e a Epistemologia do Telejornalismo, o trabalho propõe-se a discutir a postura de Jair Bolsonaro em três situações distintas, denominadas atos, pelos autores: nas entrevistas de primeiro e segundo turnos, e na terceira, já como candidato eleito e futuro presidente do Brasil.

Além de Bolsonaro, Coutinho, Schuschter e Ribeiro também analisaram – por meio do Método da Análise da Materialidade Audiovisual – a postura dos entrevistadores/apresentadores do JN, apresentando um cenário em que os atores disputavam seus lugares de fala e de visibilidade. Ademais, destacaram todo o contexto em que se apresentavam os debates: a organização das perguntas, o cenário da interação, os sentidos produzidos sobre Bolsonaro e ainda as discussões que permeavam os Direitos Humanos e o próprio Jornalismo.

Já a Dramaturgia do Telejornalismo protagoniza, no texto, não apenas a forma de composição da notícia televisiva, mas ainda aquilo que Coutinho (2012) ressalta – além de apresentar o mundo por meio da representação da ação, frequentemente somada a uma lição moral – constituir-se em um dever ser no mundo por meio de questões que se sustentam em processos sócio-históricos e simbólicos de objetivação e subjetivação por meio da linguagem. Nesse sentido, somando-se à dramaturgia a epistemologia do jornalismo e a análise da materialidade audiovisual, os autores revelam como o maior noticiário da TV brasileira constrói o candidato Jair Bolsonaro e ainda como o JN descreve o lugar e o papel do Jornalismo e dos jornalistas naquela disputa eleitoral.

Em um texto leve, agradável e de fácil leitura, Iluska Coutinho, Ana Schuchter e Gustavo Ribeiro enfatizam a relevância do telejornal de maior audiência do país, destacando a TV como um importante ator social, especialmente no que diz respeito ao seu papel informativo em

um país pouco alfabetizado. Os autores ressaltam, sobretudo, a influência dos noticiários televisivos – e respectivamente das emissoras televisivas – em local de jogo político e disputa pela hegemonia, naquilo que nomeiam “Democracia eletrônica”.

Dessa forma, os autores cumprem com a promessa proposta, apresentando o atual presidente do Brasil em três atos distintos: como candidato ao segundo turno das eleições de 2018 – presente na bancada do Jornal Nacional, recebido como as visitas são recebidas em nossas casas, mas com perguntas consistentes dos entrevistadores e respostas evasivas de Bolsonaro, que vez por outra assume o papel de entrevistador em uma disputa de visibilidade e lugar de fala; como favorito no segundo turno das eleições, evidenciando a mídia como espaço de disputa por poder e visibilidade, com a mudança da cena da entrevista da bancada do JN para a residência do presidenciável, em uma apropriação do cenário dramatúrgico e de protagonismo a favor do candidato, visto que este se recuperava do atentado sofrido e não poderia se deslocar para a sede da Rede Globo; e já eleito, em que o último ato se dá também na entrevista em casa, ambiente seguro, mas com a interlocução apresentando os mesmos questionamentos das entrevistas anteriores, retomando temas polêmicos, como a liberdade de imprensa, o exercício do jornalismo, e preconceito, dentre outros, que marcaram toda a campanha de Bolsonaro.

O trabalho de Coutinho, Schuchter e Ribeiro mostra-se imprescindível para demonstrar os papeis desempenhados por cada um dos atores dentro das cenas de disputa por poder analisadas e, ainda, reforçam a necessidade de discussão sobre temas caros à sociedade, como os direitos humanos, a liberdade de imprensa, o jornalismo e a própria democracia.

A construção de um personagem em três atos e algumas perspectivas: os sentidos produzidos sobre jornalismo e direitos humanos nas entrevistas de Jair Bolsonaro no Jornal Nacional

Iluska Coutinho, Ana Schuchter e Gustavo Luiz Ribeiro

O texto tem como foco, e ponto de partida, a realização de entrevistas ao vivo com o então candidato Jair Bolsonaro no telejornal de maior audiência e longevidade da televisão brasileira, o Jornal Nacional, veiculado pela Rede Globo. Considera-se que a TV é um importante ator social, especialmente levando em conta seu papel como principal meio de informação de um país em que a escrita ainda é uma forma de exclusão social. Os dados da Pesquisa de Mídia 2016, última aferição pública divulgada, indicam que a televisão permanece como o meio mais importante para obtenção de informações para 56% dos brasileiros. Para além dessa hegemonia sob o ponto de vista da oferta informativa, é em torno da TV como mídia, e não apenas como aparelho, que se organizam também os espaços de lazer, de troca, e mesmo de discussão e debate no Brasil. Considera-se nessa perspectiva o consumo de audiovisual em outras telas e dispositivos como uma ampliação da experiência televisiva, ainda que com variações quanto ao tipo de fluxo, síncrono e/ou sob demanda.

Poderíamos considerar para os propósitos da investigação proposta nesse artigo que a televisão brasileira, e o telejornalismo em particular, ocupam o espaço de uma "esfera pública mediatizada", tal como formulou Dominique Wolton (1996). Nesse sentido é relevante considerar que algumas vezes o papel de muitas emissoras, e tomamos

aqui como referência simbólica central o caso da Rede Globo de Televisão, vai além da representação e/ou funcionamento de um fórum de debate de ideias, convertendo-se também em espaço do jogo político efetivo, de disputa pela hegemonia, em uma "Democracia eletrônica", uma conceituação que carrega traços de ironia que pretendemos tensionar ao longo do texto a partir da leitura e interpretação de duas entrevistas ao vivo com o então candidato Jair Bolsonaro, realizadas no primeiro e segundo turnos e outra em que ele é entrevistado já como presidente eleito.

A partir do método da análise da materialidade audiovisual pretende-se avaliar as entrevistas exibidas no Jornal Nacional como expressão da uma disputa por poder de fala, de visibilidade. Nesse jogo político que se constitui através das falas de apresentadores e entrevistados haveria dimensões que estariam "latentes", como a ordem de organização das perguntas, o cenário da interação, e os sentidos produzidos, sobre o personagem Jair Bolsonaro, mas também sobre Direitos Humanos e sobre o próprio Jornalismo. O referencial teórico ancora-se na epistemologia e na dramaturgia do telejornalismo (EMERIM; FINGER; COUTINHO, 2018 e COUTINHO, 2012).

Dramaturgia do Telejornalismo e Análise da Materialidade Audiovisual: Um método para observar a janela para o mundo

Elaborada inicialmente como proposta teórica para compreender as lógicas de produção da notícia em TV (COUTINHO, 2012), a dramaturgia do telejornalismo diz respeito não apenas ao modo da organização da notícia em televisão. Ao apresentar o mundo por meio da representação da ação, à qual com frequência soma-se uma lição moral, os noticiários de televisão apresentam também um dever ser no mundo por meio de tramas que se ancoram em processos sócio-históricos e simbólicos de objetivação e subjetivação por meio da linguagem.

Assim, ao olhar sobre a estrutura narrativa, sobre as formas como os telejornais enunciam o mundo para além da técnica de redação e edição da notícia, importa perceber nos vídeos exibidos em rede nacional de TV ou acessados via redes sociais a existência de aspectos que implicam promessas, sentidos produzidos e compartilhados. Nesse sentido, a dramaturgia do telejornalismo se apresenta também como moldura para as interpretações do fazer jornalístico, e os sentidos ali (re) produzidos. Essa abordagem teórico-metodológica constitui-se na reflexão aqui apresentada em um dos eixos de observação e, de forma particular, com ênfase nos personagens apresentados durante as entrevistas ao vivo de Jair Bolsonaro exibidas no Jornal Nacional no segundo semestre de 2018. Busca-se compreender a partir dos diálogos e da colocação em cena, da materialidade audiovisual apresentada, como o JN constrói o candidato do PSL como personagem da disputa eleitoral, mas também como enuncia ao fazer isso o lugar e o papel do Jornalismo e dos jornalistas naquela campanha.

E se a Dramaturgia oferece um recorte para a avaliação do telejornalismo, é por meio da análise da materialidade audiovisual que sistematizamos a observação das edições do Jornal Nacional, tomadas como objeto empírico nesse texto. Desenvolvida no âmbito das pesquisas realizadas no Núcleo de Jornalismo Audiovisual (NJA-UFJF) a Análise da Materialidade Audiovisual como método de investigação busca dar conta da complexidade do produto e experiência audiovisual, considerando os limites de outras abordagens nas quais a dimensão verbal adquire um protagonismo que se distancia do fazer sentir, e perceber os telejornais, entre outros gêneros televisivos.

Assim, a análise da materialidade audiovisual parte do composto texto+imagem+edição+tempo; unidade a partir da qual são levantados os dados e realizadas inferências. É a partir do contato com essa unidade, de produção, experiência e interpretação que se propõe realizar a "entrevista" do objeto, considerando aqui a dimensão dialógica da abordagem conforme conceituou Cremilda Medina (1986). A aplicação

do método envolveria três momentos: 1) Promessas e para-textos (pesquisa documental, bibliográfica, reconhecimento dos eixos); 2) experiência audiovisual e resposta aos eixos; 3) interpretação.

No momento inicial é importante reconhecer as marcas de anunciação apresentadas pelo próprio objeto a ser analisado, em vinhetas e chamadas veiculadas, e ainda por sua inscrição da grade de programação de cada emissora em particular. Além do que o programa diz sobre si, nessa fase preliminar é importante buscar os sentidos produzidos sobre ele, pela crítica especializada, pelos seus fãs ou seguidores, por outros atores sociais relevantes, considerando a questão de pesquisa formulada. Na contemporaneidade o jornalismo, entendido como quarto poder, tem sido confrontado por mensagens e circulações do chamado quinto estado ou poder, as mensagens, curtidas e compartilhamentos que movimentam as redes sociais digitais. No caso da análise proposta nesse texto, trata-se de evidenciar o que esperar das entrevistas do Jornal Nacional durante o processo eleitoral para a presidência da república em 2018.

Entrevistas no JN: o que esperar

Telejornal mais longevo da TV brasileira o JN é por si um personagem, e simultaneamente um ator do campo da política. Sob o ponto de vista de sua estrutura, o programa é também um dos espaços mais estáveis, ou engessados, do jornalismo audiovisual brasileiro. Exibido em rede nacional entre duas telenovelas, a cobertura do Jornal Nacional tem um forte caráter factual, e se concretiza por meio da exibição de reportagens em externa produzidas pelas praças da própria TV Globo ou por suas emissoras afiliadas. Nesse cardápio noticioso há predominância dos vídeos como modo informativo preferencial, evidenciando a presença da própria emissora em todo o território nacional, um dos diferenciais em relação aos canais concorrentes.

Se a história do Jornal Nacional na cobertura das eleições presidenciais foi marcada pela edição controversa do debate Collor-Lula (1989), a

realização de entrevistas ao vivo com os candidatos, na bancada do telejornal, é uma estratégia utilizada pela emissora desde 2002 para reforçar a credibilidade do JN e mesmo seu papel também como ator do campo político, "representando" a população na busca pelas respostas dos (as) candidatos (as) ao executivo federal. Uma mudança introduzida em 2002 no formato do programa, as entrevistas ao vivo marcam um momento cerimonial no telejornal. Além dos candidatos à presidência da república, outros entrevistados a ocuparem lugar na bancada do Jornal Nacional são "Ronaldo Fenômeno", entrevistado pouco antes da Copa do Mundo de 2002; repórteres, cinegrafistas e apresentadores que celebraram em rede nacional o aniversário do JN.

Assim como os debates, muitas vezes transmitidos em horário no qual boa parte dos televisores já se encontram desligados, as entrevistas no telejornal são um momento de destaque na campanha eleitoral. Se constituem em si como acontecimento híbrido jornalístico e político, sobretudo considerando a visibilidade do JN, telejornal de maior audiência na televisão aberta brasileira, e também seu papel de referência na sociedade brasileira, ou ainda a função pedagógica do telejornalismo, como propõe Laerte Cerqueira (2018).

É a partir desse lugar de referência do Jornal Nacional, e especialmente das entrevistas ao vivo com os candidatos à presidência realizadas durante o período eleitoral que se propõe compreender os papéis que cabem ao Jornalismo, ao JN e à Jair Bolsonaro a partir de três momentos, as entrevistas realizadas durante o primeiro e segundo turnos e após sua eleição como presidente da república. A partir do método da análise da materialidade audiovisual buscamos compreender os sentidos produzidos sobre a personagem Jair Bolsonaro, os Direitos Humanos e o Jornalismo, e as narrativas que são colocadas em cena em três atos, cujos resultados apresentamos a seguir.

1º ato: candidato ao segundo turno

A realização de entrevistas com os candidatos à presidência no Jornal Nacional ganha, na cobertura eleitoral de 2018, um protocolo particular. Na perspectiva da dramaturgia do telejornalismo as promessas de enunciação podem ser associadas ao cenário onde se desenvolvem as tramas, os diálogos com os (as) presidenciáveis e suas visões de mundo. As cinco entrevistas realizadas no primeiro turno se organizaram em torno das seguintes promessas: tempo de 27 minutos para todos presidenciáveis; recorte de entrevistas ao vivo com os cinco candidatos melhor classificados na pesquisa do Datafolha; ordem de entrevistas definida por sorteio com a presença da assessoria dos candidatos; abordagem de temáticas que dialoguem com os assuntos que marcam a campanha dos (as) entrevistados (as). Ao final das perguntas, os presidenciáveis teriam ainda mais um minuto para participar do quadro "O Brasil que eu quero", enunciando seu ideal de nação.

Junto a essa definição de regras preliminares, enunciada e repetida a cada nova entrevista realizada, era também sempre feita a ressalva sobre a impossibilidade de entrevistar o ex-presidente Lula: "Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT, aparece em primeiro lugar nas pesquisas. Mas o ex-presidente não pode dar entrevistas por determinação da justiça. Ele está preso em Curitiba, condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro". Ao enunciar esse texto a emissora, por meio de seus apresentadores, reforçava sua (auto) imagem como um ator social que se submete às leis, que denuncia as violações e anuncia a punição dos culpados, ainda que pela justiça e não pela população, considerando a posição de Lula nas pesquisas de intenção de voto.

Segundo candidato à presidência entrevistado pelo JN em 2018, Jair Bolsonaro é recebido no estúdio do telejornal no dia 08 de outubro, conduzido à bancada por Renata Vasconcellos e William Bonner. Primeiro ato analisado, essa entrevista tem duração de 32 minutos, cinco além dos 27 enunciados como regra. Realizadas as leituras e interpretações por meio dos diálogos teórico-metodológicos entre

dramaturgia do telejornalismo e análise da materialidade audiovisual, os resultados serão apresentados por meio da descrição das cenas experimentadas no consumo dessa peça informativa.

A cena 01 é intitulada “Encontro com o JN” e é realizada em cerca de dois minutos (1’51’’, mais precisamente). Na perspectiva de familiaridade, a produção de sentidos do JN começa ao evocar um ambiente de visita. Os entrevistadores Renata Vasconcellos e William Bonner caminham até o fundo do cenário para recepção do presidenciável, o que remete à tradicional cultura anfitriã para receber convidados. Nesse momento, Bolsonaro presta continência para os jornalistas, que não possuem patentes militares. É uma primeira marcação, entre teatral e de quebra de protocolo, mas em que a atuação do candidato já aciona uma série de sentidos socialmente atribuídos à relação entre as forças armadas e a sociedade brasileira.

Editor chefe do Jornal Nacional, William Bonner conduz o grupo - além dele, o candidato e a também jornalista Renata Vasconcelos até a mesa de entrevista. Ao sentar-se, o candidato diz, entre risos: “isso aqui está parecendo uma plataforma de tiro de artilharia, estou confortável aqui”. Bonner responde entre irônico e firme: “estou certo de que não é”. A disputa se inicia, e há na sequência a cena 2. Intitulada “Vinhos e Odres” vai de 01’52’’ a 03’24’’ da materialidade audiovisual analisada, e se relaciona a uma parábola contada por Cristo, segundo o Evangelho de São Mateus[1] que, na exegese católica, remete à incompatibilidade entre uma mesma pessoa manter o estilo "velho" de vida após assumir para si a espiritualidade nova, a espiritualidade cristã. Nessa cena da entrevista, Bonner questiona Bolsonaro sobre o que é ser novo na "velha" política. A incompatibilidade, na perspectiva do entrevistador, refere-se fundamentalmente aos 27 anos de “casa” (sete mandatos como deputado federal) e aos familiares também políticos.

O candidato usa jargão religioso “baixo clero” para definir a sua posição enquanto deputado. O sentido observado a partir dessa resposta aponta para o desejo de possuir uma posição melhor privilegiada - característica

dos seres da “velha política” na visão do mesmo. A resposta não parece estar distante dos “velhos moldes” para as outras personagens, Vasconcellos e Bonner. Em seguida, Bolsonaro acrescenta o que seria a sua diferença em relação aos outros personagens do campo da política (velha política, adjetivada): 17 anos de serviço militar e uma conduta autointitulada como não corrupta, explicitando que essa questão é uma obrigação e não valor. Observa-se a ambiguidade no discurso da personagem nesta cena do seguinte modo: o diferencial alegado pelo presidenciável para apresentar-se como um novo político é a sua manutenção no poder legislativo adotando uma conduta não corrupta, que ele mesmo salienta ser algo básico, e não uma qualidade diferencial. Esse tom de autoelogio serve de inspiração para o título da cena 3, que vai dos 03’25’’ - 06’20’’ de entrevista: “honra ao mérito”.

A partir da terceira cena observa-se uma peculiaridade na atuação do entrevistado, que passa a também de certa forma a inquerir os entrevistadores. Para afirmar-se como personagem/ candidato diferente, Bolsonaro a partir dali questiona os jornalistas como personagens, como estratégia de construção de suas respostas, e mesmo de sua candidatura. Questionado sobre seus 2 milhões de reais em patrimônio, Bolsonaro se considera como "reconhecido pelo popular com um trabalho muito bom".

Ainda na avaliação do então candidato, a baixa produtividade em relação à apresentação e aprovação de projetos de sua autoria não seria problema, pois a rejeição de "péssimos projetos" também deveria ser levada em conta na sua visão. Nota-se uma postura de aversão às propostas apresentadas pela oposição e a relativização da própria capacidade em desenvolver projetos políticos. Bonner e Vasconcellos aproveitaram o gancho para retomar a cena 2. Novamente o candidato assimila "práticas novas" com uma conduta não corrupta e complementa sua resposta dizendo que não faria nenhuma prática ilegal no seu mandato, após uma tensão relacionando a forma de pagamento dos jornalistas como pessoas jurídicas.

O corte ríspido de um assunto para outro potencialmente passaria ao telespectador a sensação que ambos, entrevistado e entrevistadores, estão sem argumentos. Assim é possível compreender os discursos pós entrevista nas redes sociais em que opositores e apoiadores manifestam-se como "vitoriosos" após o embate raso (entrevista?). O esclarecimento das propostas fica nos bastidores, parece demandar informações adicionais não compartilhadas em rede nacional.

A busca por blindagem, associada a tons morais, marca a quarta cena, com duração de mais de quatro minutos (06’21’’a 10’35’’). Na análise da materialidade audiovisual realizada essa cena é intitulada como a trilha sonora do caso Guedes, e trata da relação entre o candidato e seu homem forte da Economia, Paulo Guedes. Além de se blindar, o então candidato responde alguns questionamentos com ataques, direcionados: Lula desconheceria Economia, enquanto Dilma Rousseff seria uma “entendedora que levou o país ao caos”.

Em seguida ele age de maneira a excluir a jornalista Renata Vasconcellos da conversa. Como resposta à explanação inicial de Bonner sobre a “contratação de um ministro”, um subordinado - "ninguém contrata alguém que não possa ser demitido" - Jair Bolsonaro relaciona a "relação de subordinação" àquela de um casamento hétero normativo: “Bonner, quando casamos, não pensamos em uma mulher reserva”[2]. Se nas produções ficcionais televisivas as relações humanas são associadas com trechos de músicas, a partir da dramaturgia do telejornalismo poderíamos interpretar a partir de música três relações: Bolsonaro/Guedes; Bonner/Bolsonaro; Público/ conjuntura do presidenciável.

A primeira relação (Bolsonaro e Guedes) parece ser guiada pela música de Tom Jobim e Vinicius de Moraes: "eu sei que vou te amar, por toda minha vida eu vou te amar, em cada despedida eu vou te amar". Tensionada por Bonner quanto ao nível de incertezas implicado no fato de que Bolsonaro não evidencia seu projeto econômico, poderia ser embalada por música de Tim Maia: "me dê motivos, vai ser agora, estou

indo embora, o que fazer? Estou indo embora, não faz sentido ficar contigo, melhor assim". A indicação de Paulo Guedes sem argumentação mais clara, e a ausência de um plano reserva, poderiam gerar no público que o tom de um possível governo Bolsonaro se associe a outra música, agora de Caetano Veloso: "vou me perdendo, buscando em outros braços seus abraços, perdido no vazio de outros passos, do abismo em que você se retirou, e me atirou e me deixou aqui sozinho. E agora? O que faço eu da vida sem você?". Esse momento da entrevista se encerra com a resposta de Bolsonaro à insistência do apresentador do JN quanto a um eventual "divórcio"; somente ele não seria substituível, todo o ministério poderia ser trocado.

A quinta cena identificada na interpretação do primeiro ato/ entrevista com Jair Bolsonaro no JN trata das relações entre público-privado; ela transcorre entre os 10'36'' e 14'21'' da conversa, e pode ser compreendida a partir da relação com a peça: "Entre quatro paredes" de Jean-Paul Sartre (1945). A entrevista do JN começa a partir da estrutura de três personagens interagindo durante uma quantidade definida de tempo. O enredo da obra do filósofo francês conduz o público até a assertiva pronunciada pela personagem Garcin: "o inferno são os outros!". Considerando a produção de sentidos para apoiadores e opositores do então candidato, há distintas leituras da interlocução em clima de confronto entre Bolsonaro, Bonner e Vasconcellos. Entre os temas abordados estão: diferença salarial entre gêneros; educação sexual na infância; pautas implícitas sobre as distintas noções de público e privado para os jornalistas e para o candidato. Vasconcellos questiona o candidato sobre a desigualdade salarial entre gêneros. Bolsonaro responde: "é só as mulheres denunciarem para o ministério público"; Renata insiste; o candidato diz que deverá agir, mas não explicita como e parte para o ataque pessoal-institucional. Com entendimento difuso dos limites público-privado, associa à verba pública o dinheiro da propaganda do governo federal, a concessão pública da TV Globo e o salário de jornalistas. Avança "denunciando" diferenciação salarial entre

Bonner e Vasconcellos; a jornalista ressalta o caráter privado da empresa em que trabalha e afirma que jamais aceitaria que um homem com as mesmas funções que ela recebesse um valor maior. Percebe-se o deslocamento da âncora para os papéis sociais de cidadã e mulher para a defesa e afirmação da igualdade salarial que exerce na emissora. Há ainda nessa cena a busca da emissora por evidenciar seu lugar como instituição que respeita os direitos humanos e orientação sexual, evidenciada por meio da correção feita por Bonner do uso de ''homossexualismo'', considerado preconceituoso; o jornalista transforma o erro discursivo de Vasconcellos em narrativa literal do presidente brasileiro[3].

Por meio da análise da materialidade audiovisual corta-se para a cena 6, ganhar e/ou perder (14'22'' - 19'10''), que tem como foco a questão trabalhista. A posição de Bolsonaro apresenta três variações quanto aos direitos do trabalhador: favorável às demandas do que ele chamou de "classe empregadora"; omissão de responsabilidade enquanto deputado e um revisionismo das regulamentações de trabalho enquanto possível presidente. Bonner pede ao candidato maior clareza quanto a prioridades: "todos os direitos e menos emprego" ou "menos direitos e mais empregos", expressões enunciadas na entrevista por Bolsonaro. Nesse debate percebe-se o tom preconceituoso no uso da palavra "doméstica" por todas as personagens que participam da cena. O "pernoite e o café da manhã na casa dos patrões", suposta vantagem para os profissionais do lar, indica ainda uma desvalorização da vivência de trabalho das pessoas nessa profissão. O alerta ao desrespeito ao primeiro artigo da DUDH parece servir de transição para a sétima cena, humanos à margem (19'11'' - 26'33''). Nesse período da entrevista há trechos de disputa de produção de sentidos entre os participantes acerca de temáticas como crianças e adolescentes, homo afetividade e periferias. As narrativas das personagens, construídas a partir da oralidade e do silenciamento, reforçam arquétipos do senso comum brasileiro, a exemplo: homofobia, ao "naturalizar as caneladas" na

suposta defesa da integridade moral infantil; política punitivista, ao entender a violência como danosa aos inocentes e relativa aos "criminosos" e a invisibilização dos aspectos raciais presentes no contexto das guerras às drogas. As personagens contribuem para uma visão cartesiana no tratamento da educação e segurança pública. A entrevista evidencia tratamento superficial e carente de pluralidade e diversidade sobre a temática dessa cena.

No último momento, cena final, há uma pergunta sobre o candidato a vice-presidente, General Hamilton Mourão, e a participação de Bolsonaro, ao vivo, no quadro Brasil que eu quero. A pergunta realizada é retomada no segundo ato, a entrevista no segundo turno. "O Brasil que eu quero de Bolsonaro" retoma a ideia de aversão a projetos da oposição, e retoma as três primeiras cenas da entrevista. Segundo Bolsonaro, a necessidade de superação de uma crise "ética, moral e econômica" exclusiva dos últimos 20 anos, moldá-lo-iam como candidato ideal, com honestidade (requisito básico para a personagem na cena 1 e 2); patriotismo, "que respeita a criança em sala de aula, que jogue pesado no tocante à insegurança no nosso Brasil"; capaz de unir o povo, com liberdade para indicar seus ministros, com Deus no coração e defesa da família. O discurso do candidato não é debatido; ele se auto legitima; não há debate sobre a religião em si, mas sim sobre grupos autointitulados religiosos, o que é semanticamente sedutor em um país de maioria cristã.

Em uma síntese preliminar é possível observar que neste primeiro ato as personagens jornalísticas têm papéis distintos. O espaço de fala de Renata Vasconcellos é reduzido comparado ao colega de bancada, ao mesmo tempo em que suas falas e expressão corporal se mostram menos receptivas ao entrevistado - também tomando como referência comparativa a postura de William Bonner. O momento de maior participação da jornalista ocorre na cena 5 desse primeiro momento analítico. Essa produção de sentidos entre jornalistas de gêneros distintos volta a ser observada nos atos seguintes.

2º ato: a entrevista do favorito no segundo turno

Tal como evidência da proposta de Dominique Wolton ao considerar que o telejornalismo ocupa um espaço de ''esfera pública midiatizada'' (1996), logo no princípio da segunda entrevista do presidenciável ao Jornal Nacional há um uso indicial e instrumental da mídia como um espaço efetivo de disputa por poder e visibilidade. Isso ocorre no vídeo-invocação de agradecimento à base eleitoral em rede nacional pela expressiva votação, que o conduz ao segundo turno das eleições.

No deslocamento do cenário da emissora para a casa de Jair Bolsonaro, a apropriação do cenário dramatúrgico e de protagonismo, agora inteiramente assumido pelo candidato, evidencia-se no controle imagético. É o candidato a presidente mais votado no primeiro turno que, em termos de enquadramento visual, ocupa toda a tela; esta é dividida com o editor chefe do JN apenas em determinados momentos-interrupção, quando são formuladas perguntas, o que corresponde a seguinte minutagem: 2'27" a 3'57"; 5'19" a 5'25"; 5'49" a 5'55".

Os personagens da narrativa são construídos a partir de valoração de caráter também político no discurso do candidato, que menciona os atores sociais de sua base aliada: lideranças evangélicas, agronegócio, Forças Armadas, Polícia Civil e Militares e "família brasileira''. Ao colocar esses pares em cena, para além do enquadramento do vídeo, Jair Bolsonaro parece em busca das vozes do coro, um dos componentes da dramaturgia, que nesse caso atuariam como elemento de legitimação do programa de governo do Partido Social Liberal (PSL) e os princípios políticos, ideológicos, e de fundo moral que o candidato representa.

Em tom incisivo, visualizado como, também, mecanismo de construção do personagem a partir do método da materialidade audiovisual, outras pautas conjunturais são acionadas. Jair Bolsonaro aborda não só o projeto "Escola Sem Partido'' a partir do comentário da "inocência das crianças nas escolas'', como também sinaliza em tom crítico a hegemonia do Partido dos Trabalhadores (PT) nos estados do Nordeste,

destacando como contrapartida a expressiva votação que obteve na região. Dessa forma o candidato buscou, por meio da associação com debates, personagens e localidades representativas, mobilizar eleitores via aparelho midiático.

Nota-se, ao longo de toda entrevista, como os posicionamentos de Jair Bolsonaro são traçados de forma contundente, uma vez que são representativos de seu alicerce ideológico e do que enuncia como prenúncio de políticas concretas que marcariam seu plano para o Estado brasileiro. Exemplos disso são os slogans acerca da segurança pública, abertura financeira do país e manutenção do Programa Bolsa Família que, segundo o candidato, estaria imerso em *fake news* e que são oportunamente esclarecidas - a menção às *fake news* cria uma intertextualidade com o próprio Jornalismo, enquanto instituição, então personificado na figura do JN.

O primeiro questionamento do âncora William Bonner, rompendo com o tom solícito empregado no início da entrevista, direciona-se à afirmação pública do vice à presidência, general Antônio Hamilton Martins Mourão, quanto à hipótese do autogolpe e de uma nova Constituinte sem participação popular. Em exercício exclusivamente jornalístico, sob a perspectiva da cena em curso, Bonner retifica Bolsonaro sobre a inconstitucionalidade da medida vislumbrada e indaga-o sobre a Democracia. Jair Bolsonaro, sob a expressão “eu sou capitão, mas também o presidente’’ deslegitima politicamente seu futuro vice, pontuando que o “desautoriza’’ e que seu governo será “escravo da condição’’, em referência à Democracia como forma de organização. Seja por despreparo ou desalinhamento interno na chapa, a narrativa do personagem Bolsonaro sobre seu vice coloca-o num diálogo direto com a população e eleitores que assistiam ao telejornal. Em cena, o candidato busca conferir o cenário em tom casual, familiar e de horizontalidade como marcas de sua comunicação, ainda que esta tenha marcas problemáticas na perspectiva de tensionamento político.

Ao fim do 2º ato, as últimas colocações do personagem na "Democracia eletrônica" via JN são a respeito do que o candidato entende ser a pacificação da sociedade brasileira, que seria reunida sob a bandeira verde amarela, distanciando-se do que este enuncia como uma problemática fragmentação da esquerda.

3º ato: a entrevista com o presidente eleito

O último ato em análise é marcado por alternância de enquadramentos e inserção da tela dual em que emergem em cena o cenário do JN e o cenário da casa de Jair Bolsonaro, cujo segundo plano em forma de tapadeira improvisada remete à estampa de selva, padronagem comumente associada ao universo militar. O tom de cordialidade e referência de William Bonner e Renata Vasconcellos, com congratulações pelo resultado eleitoral é brevemente interrompido e substituído pela retomada de temas polêmicos que marcaram o percurso da candidatura. Esses momentos de tensionamento também estiveram presentes nas entrevistas anteriores, e em outros espaços públicos, parlamentar e midiático nos quais se inseriu a figura política: o personagem Jair Bolsonaro.

Por meio de perguntas mais curtas, percebe-se dois papéis distintos desempenhados pelos jornalistas; enquanto Bonner sorri, defende a imprensa/ empresa livre e compromissada, Vasconcellos assume um ar e tom mais sério e apresenta questões mais incisivas. Por sua vez Jair Bolsonaro retoma a postura da primeira entrevista ao JN e reorganiza a cena colocando o Jornalismo em questionamento, como instituição social, agora ancorado em nova conjuntura social e política, na qual busca exercitar seu poder, também de fala, em rede nacional de TV.

Bonner inicia o ato agradecendo Jair Bolsanaro por "abrir as portas de sua casa para o JN'', sendo respondido por aquele que se autoproclama detentor de uma vitória fundamentada nos que "acreditaram na verdade'', em referência aos seus eleitores e à circulação de seus conteúdos durante a campanha. A entrevista inicia-se com uma

provocação por parte do entrevistador quanto à sua candidatura e posterior eleição ser interpretada pela oposição como um “risco para a democracia’’. Bolsonaro rapidamente situa-se na nova realidade brasileira de governo e pontua que irá “governar para todos’’, apesar de ainda responder como candidato. Notoriamente, o tom defensivo refere-se à tentativa de retratação pública por parte deste em relação à recorrência dos entrevistadores quanto aos seus discursos públicos e midiatizados: parte da opinião pública os repercutiu como de ordem preconceituosa, distanciados da realidade objetiva brasileira.

Já a primeira pauta mobilizada por Vasconcellos traz à tona a questão de violência à população LGBT, contrapondo o discurso antiviolência da campanha de Bolsonaro aos recentes relatos que estariam circulando, segundo afirmação da jornalista, acerca de agressões verbais e físicas a pessoas homossexuais no pós-eleição. Remetendo a demais questões, como ter sido rotulado como ‘’homofóbico’’; ter anunciado falaciosos ‘’kit gay’’ e "9º Seminário LGBT no Congresso Nacional", Bolsonaro sentencia que violências a semelhantes devem ser punidas na forma de Lei, em suas palavras. Todavia, em tom um tanto quanto incrédulo, marcado nitidamente pela expressão “acreditem’’ antes de referenciar ao tal seminário, ele mobiliza a questão de educação sexual.

Em uma mudança de cena, o jogo político-narrativo desloca-se para a liberdade de imprensa e exercício do Jornalismo. Bonner tensiona a personagem sobre suas declarações de fechamento de um veículo midiático frente a outras falas acerca do direito à comunicação. Fugindo aos questionamentos propostos, Bolsonaro coloca que a “Folha de São Paulo’’, veículo ao qual referia-se, “já acabou por si só’’. Reforça ainda que o periódico teria apresentado supostas narrativas falaciosas sobre seu governo e que jamais apoiará iniciativas não dignas dentro do exercício jornalístico. O entrevistador, representando o Jornalismo como instituição, reafirma a defesa da importância da imprensa e da pluralidade de narrativas e veículos.

O terceiro ato se encerra com um apelo de Jair Bolsonaro diante da oposição e com tensionamento dos entrevistadores: fim da polarização da conjuntura política, por meio da vitória de seu projeto de conciliação nacional. Ele clama por uma saída de crise moral, ética e econômica da sociedade brasileira e diz que buscará evitar as divisões fundadas nos mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT): "nordestinos'' e "sulistas''; "brancos'' e "negros''; "ricos'' e "pobres''; "héteros'' e "homossexuais" a fim de que "a felicidade se faça presente''. As falas do então presidente eleito tem um tom conclusivo do ato, sem a explicitação de que há vivências e condições simbólicas e objetivas distintas entre os distintos personagens narrados. Como sintetizou Pedro Bial em vídeo jornalístico sobre a série Desejos do Brasil (2002), o que importa não é o país - este desigual - mas a nação, que cabe na tela da TV.

A (s) Personagem (ns) construída (s)

Encerrados os atos midiáticos, é interessante perceber as trajetórias construídas de cada uma das personagens colocadas em cena. Nesse sentido, na dramaturgia do telejornalismo, há que se reconhecer o protagonismo de Jair Bolsonaro, que cresce a cada um dos momentos analíticos em análise. Sua personagem, tomando-se o enquadramento de corrida de cavalos que muitas vezes marca a cobertura eleitoral, poderia ser associado à de um azarão, um candidato quase folclórico, que habita nossos imaginários político e televisivo. Mas ao longo de sua trajetória no JN percebemos um deslocamento, ainda que este se distancie do modelo consolidado por Joseph Campbell, ao caracterizar a jornada do herói. Antes disso, o presidente eleito pelos brasileiros em 2018 inicia seu percurso com uma retórica de confronto, e depois de eleito acena na tela dos telejornais, em rede nacional de televisão e/ou outros dispositivos, com uma promessa de união, desde que... as imagens de armas com a mão, os discursos em tom de ameaça não são apagados. Temos a naturalização das "caneladas" do mandatário do Brasil, eleito pelos brasileiros, com participação da mídia.

Por sua vez Bonner e Renata assumem posturas diferentes, ainda que com nuances tecidas a cada ato. O primeiro se apresenta como o jornalista-mediador, que respeita os governantes e o poder instituído, entre eles o da imprensa. É assim que ele assume o papel de defensor do Jornalismo, da liberdade de imprensa e também de empresa. Editor chefe do Jornal Nacional, ele é ainda o porta-voz da Rede Globo ao defender sua empresa, mas também outras organizações de mídia comercial brasileira, como o jornal Folha de S. Paulo. Renata Vasconcellos, por sua vez, ocupa um outro papel, colocando em cena o jornalismo cidadão, mais que personagem o (tele) jornalismo aqui é ação de defesa de segmentos menos favorecidos e/ou sem direito de voz. Por meio de suas perguntas entram em cena questões que atravessam mulheres, negros, homossexuais e comunidade LGBTQI+. A atuação da jornalista coloca em cena o 4o. poder televisivo como representante do público, exercício em tela e por representação das promessas do direito à comunicação como direito que daria acesso a outros direitos.

Mas, e quanto aos direitos humanos? O direito à comunicação surge como aquele mais defendido pelo telejornal. Nas falas de Bonner e em certa medida mesmo de Bolsonaro, o direito de empresa, também de comunicação, ganha destaque. Aos bons o direito de falar, segundo o presidente, embora os três atos deixem em aberto a quem caberá essa avaliação, pergunta inclusive silenciada.

Outro direito humano fundamental, e muito relacionado ao próprio exercício do jornalismo, a democracia emerge na análise da materialidade audiovisual empreendida como um valor quase moral, mas não é problematizada. Faltam perguntas e contrapontos, elementos que seriam característicos de um telejornalismo plural. Por outro lado, a Segurança aparece como pano de fundo em todos os três atos. Ainda que não seja enunciado em perguntas específicas, o tema da segurança pública esteve em cena tanto na agenda do noticiário televisivo mais longevo da TV brasileira, quanto nos discursos de campanha do candidato e em suas entrevistas. Seu predomínio pode ser considerado

a chave para interpretar o silenciamento de muitos direitos no telejornal analisado.

Referências

COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do telejornalismo**: a estrutura narrativa das notícias em rede e em emissoras de TV regionais. Rio de Janeiro: Mauad-X, 2012.
CRUZ, Maurício Stunitz. **Público e Privado:** O surgimento e a evolução dos conceitos. Disponível em http://www.pr.gov.br/batebyte/edicoes/1994/bb36/publico.htm.
CRUZ, Fábio Souza da. **Mídia e direitos humanos:** tensionamentos e problematizações em tempos de globalização neoliberal. Rev. katálysis [online]. 2011, vol.14, n.2, pp.182-190.
EKSTRÖM, Mats. **Epistemologies of TV journalism** – a theoretical framework. In Sage Publications, vol 3., 2002.
EMERIM, Carlida; FINGER, Cristiane & COUTINHO, Iluska. **Epistemologias do telejornalismo brasileiro.** Florianópolis: Insular, 2018.
WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público.** São Paulo: Ática, 1996.

Notas

1 "Ninguém põe um remendo de pano novo numa veste velha, porque arrancaria uma parte da veste e o rasgão ficaria pior. Não se coloca tampouco vinho novo em odres velhos; do contrário, os odres se rompem, o vinho se derrama e os odres se perdem. Coloca-se, porém, o vinho novo em odres novos, e assim tanto um como outro se conservam". MT 9, 16-17.

2 A situação evidencia a preocupação do telejornal e do jornalismo com o quinto poder, identificado com as mídias digitais. Se o erro da emissora não fosse corrigido no ar isso geraria repercussões nas redes sociais, que se constituiriam no quinto estado ou poder na contemporaneidade

3 A separação do casal de apresentadores Fátima Bernades e William Bonner foi tema nos últimos dois anos de notícias em publicações diversas e de circulações em redes sociais digitais, algumas no formato de memes. Em 2018 houve ainda matérias sobre o namoro de Bernardes com Túlio Gadelha, filiado ao PDT, o que pode sugerir que a fala de Bolsonaro tenha um tom de ironia com Bonner.

As políticas públicas na tela: enquadramentos do telejornalismo

Luiz Ademir Oliveira

A vitória de Jair Bolsonaro (sem partido) na eleição de 2018 e seu governo marcado por polêmicas e por uma pauta de costumes conservadora têm sido alvo de muitos debates acadêmicos e dos movimentos sociais. Destaca-se, neste âmbito, as discussões voltadas para a questão educacional. É sobre tal assunto que a pesquisadora e doutorando em Comunicação da UFJF, Simone Martins, se debruça no artigo "Escola Sem Partido: considerações sobre a (in) visibilidade do movimento pelo Jornal Nacional", em que a autora analisa justamente o silenciamento do telejornal de maior audiência do país sobre um assunto tão polêmico do governo Bolsonaro – o projeto "Escola Sem Partido", que contraria princípios básicos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Simone Martins afirma que, a despeito do crescimento do consumo de internet e das redes sociais, a TV ainda mantém posição de destaque como produtora de significados sociais e culturais na sociedade brasileira. Os acontecimentos construídos pelas narrativas jornalísticas produzem grandes consequências no desenrolar dos fatos sociais, principalmente o caso dos telejornais da principal emissora do país, como o Jornal Nacional.

Em sua investigação, a autora surpreende-se com o fato de que o Projeto de Lei que institui o "Programa Escola Sem Partido". O projeto inicial foi arquivado em 2014 e defendia que o Estado deveria ser neutro nas questões ideológicas, políticas e ideológicas e que era preciso separar o educar do instruir. No início da Legislatura de 2019, a deputada federal Bia Kicis (PSL – partido que elegeu Bolsonaro) apresentou a proposta de um novo projeto com uma versão mais rigorosa que o anterior, como o direito concedido aos alunos de gravar aulas, por exemplo.

Baseando-se nos estudos de Martín-Barbero (1987), a partir do conceito do autor de mediações, Martins entende que "a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural são requisitos

fundamentais" na relação meios e público. Conforme explica a autora, os telejornais constituem em produtos fundamentais para ampliar debates na sociedade e estimularem para que os indivíduos produzam sentidos sobre tais assuntos. Nessa mesma linha, ela recorre ao trabalho da pesquisadora Beatriz Becker para explicar que o meio televisivo oferece conhecimento sobre a vida social cotidiana. Com as contribuições da professora Iluska Coutinho, o artigo ressalta o caráter socializador do jornalismo de TV, tendo em vista que as notícias que são divulgadas no telejornal criam um repertório comum entre os telespectadores.

Diante das questões apontadas no artigo sobre o silenciamento sobre a Escola Sem Partido e do debate acerca da importância da TV e do telejornalismo como fontes de informação e de estímulo ao confronto de ideias, Simone Martins finaliza o artigo defendendo que não somente o Jornal Nacional, mas que a grande mídia de uma forma geral dê visibilidade a uma temática tão relevante. Ela conclui que "o caminho a percorrer é longo. Mas precisamos continuar acreditando e lutando por uma sociedade mais justa, democrática e livre, e isso começa pela visibilidade de todos os assuntos, sejam eles quais forem, pelos diversos canais de comunicação".

Escola sem partido: considerações sobre a (in) visibilidade do movimento pelo Jornal Nacional

Simone Martins

A produção de significados sociais e culturais são os principais fatores a serem levados em consideração para qualificarmos os telejornais como veículo de destaque na sociedade contemporânea. Vemos o mundo de dentro de casa: a televisão pode, em tese, nos conectar a tudo o que acontece na nossa esquina ou do outro lado do planeta. Entretanto, não é apenas a TV que nos conecta ao mundo. A *world wide web* permitiu que expandíssemos o acesso à informação, consumindo-a muitas vezes mais rapidamente pela rede mundial de computadores que pelos jornais da TV.

A popularização da internet e a facilidade de acesso à informação em outros canais refletiu sobremaneira nos índices de audiência dos noticiários televisivos. Iluska Coutinho (2009) destaca que, a partir da queda no consumo dos produtos oferecidos pelo jornalismo de TV e de credibilidade dos noticiários das grandes redes de televisão, houve "a perspectiva de reflexão dos próprios profissionais envolvidos no fazer jornalístico sobre a questão do público, quer como destinatário da produção midiática, quer como essência, valor social jornalismo" (COUTINHO, 2009, p. 109). Partimos do pressuposto de que a ligação entre os telespectadores e o meio televisivo seja consequência da interação produzida a partir daquilo que é veiculado pela televisão, propiciando a constituição de um laço social tal como definido por Wolton (2004).

Por outro lado, Ana Carolina Temer (2015, p. 24) explica que "a dinâmica capitalista e a ampliação/profissionalização do jornalismo abriu espaço para o surgimento de diferentes veículos, direcionados para diferentes

públicos e múltiplas necessidades de informação". Nesse sentido, e diante do novo contexto de recepção de informações via *web*, estaria a TV sendo deixada em segundo plano? Beatriz Becker (2018, p. 145) aponta que "a habilidade e o poder de representar o mundo em áudios e vídeos deixaram de ser ações exclusivas das mídias tradicionais, especialmente a partir do uso dos smartphones e da experiência da segunda tela". Todavia, a autora também ressalta que, apesar da experiência da segunda tela, "os noticiários de TV ainda exercem centralidade como forma de conhecimento dos principais acontecimentos no Brasil e em diferentes países do mundo" (BECKER, 2018, p. 146).

Nessa perspectiva, entendemos que ainda hoje a TV seja responsável pela produção de significados sociais e culturais na sociedade brasileira, e por isso mantém sua posição como veículo de destaque. Fato é que os acontecimentos construídos pelas narrativas jornalísticas produzem grandes consequências em nossa sociedade. Silva (2018) pondera que a produção de sentidos se faz presente ao longo de toda prática de mediação, inclusive no telejornalismo. Isso porque tudo faz parte de uma "construção discursiva". Dessa forma, percebemos que as relações jornalísticas são estimuladas pelos movimentos sociais, e não apenas pelas etapas de produção dos noticiários.

> Atualmente, a produção de imagens cria novas formas de interação com o público e o telejornal, em especial, com o espaço das redes sociais e com as narrativas imersivas. Os relatos do cotidiano no telejornalismo são um exercício de compromisso com a cidadania e com um público cada vez mais conectado e acostumado a ver televisão em múltiplas plataformas (SILVA, 2018, p. 33).

De outro modo, apesar de corroborar com a tese dos autores até então citados de que o telejornalismo ainda seja essencial como veículo de informação e forma de conhecimento dos principais acontecimentos do Brasil e do mundo, e por esse mesmo motivo responsável pela produção de significados sociais e culturais na sociedade, alguns assuntos não são

abordados pelos noticiários de TV. Entendemos que essa invisibilidade seja nociva em muitos casos, principalmente quando se tratar de temas de fundamental importância para a compreensão dos indivíduos e que possa gerar mudanças irreversíveis para os cidadãos. Um exemplo claro da pouca (ou praticamente nenhuma) abordagem encontra-se nos polêmicos Projeto de Lei de nº 7180[1], de 2014, de autoria do deputado Erivelton Santana (PSC-BA), que altera o art. 3º da Lei nº 9394[2], de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e do substitutivo ao Projeto de Lei de nº 7180[3], de 2014, assinado pelo deputado Flavinho (PSC-SP), ambos arquivados no final da legislatura[4], em 2018, e no atual PL 246/2019, de autoria da deputada Bia Kicis (PSL), instituindo o "Programa Escola Sem Partido" – que dispõe sobre o direito dos alunos de aprender e a conduta dos professores na transmissão dos conteúdos – feita pelo Jornal Nacional[5], noticiário de maior relevância no país desde sua primeira transmissão até os dias atuais. Qual o motivo da invisibilidade desse tema pelos telejornais, principalmente por jornais veiculados em Rede Nacional, como é o caso do Jornal Nacional? E se esse assunto não é veiculado, como a população toma conhecimento – e gera sentido – a respeito de temas fundamentais como este para a educação nacional?

Sabemos da existência de outros canais de comunicação, como é o caso do debate promovido por alguns blogueiros, como Esmael Morais (do Blog do Esmael[6]), Elaine Assolini (responsável pelo Blog Educação Escolar, do Revide[7]), Cesar Callegari (videocolunista no blog do Fernando Moraes, o Nocaute[8]), Miguel Nagib (coordenador da página do Projeto Escola sem Partido na internet[9]) e até mesmo do canal colaborativo Mídia NINJA[10], que veiculam informação a respeito desses assuntos que são deixados à margem da sociedade. Mas seriam apenas esses os canais de informação? De que forma o telejornalismo consegue informar – e formar – cidadãos críticos e conscientes do seu papel na sociedade sem abordar temas tão fundamentais? Suspeitamos que o aumento do acesso das pessoas a outros canais de comunicação, como as redes

sociais, tenha se tornado outra via de conhecimento. Acreditamos que ali se encontra o lugar de fala dos cidadãos. Mas como ficam as pessoas que ainda hoje não têm acesso às informações veiculadas pela internet? De que forma os indivíduos que se informam pelos noticiários televisivos podem tomar conhecimento de um assunto tão importante para o futuro da educação no Brasil?

Um olhar sobre o projeto escola sem partido

Entendemos ser a discussão do Movimento Escola Sem Partido fundamental. Por um lado, vários favoráveis à aprovação do Projeto de Lei[11] inicial, como o criador e coordenador do movimento, Miguel Nagib, e Lucas Freire[12], defendem que o Estado deva ser neutro nas questões ideológicas, políticas e religiosas e que seja preciso separar o educar do instruir.

Como consequência do arquivamento do Projeto de Lei 7180/2014, já no início da atual legislatura – e também do governo de Jair Bolsonaro –, em 2019, a deputada federal filiada ao PSL (mesmo partido do presidente[13]) no Distrito Federal, Bia Kicis, apresentou a proposta de um novo Projeto de Lei sobre o assunto em seu primeiro dia de mandato, com uma versão ainda mais rigorosa que o anterior, como o direito concedido aos alunos de gravar aulas, viabilizando "o pleno exercício do direito dos pais ou responsáveis de ter ciência do processo pedagógico e avaliar a qualidade dos serviços prestados pela escola"[14], e a criação de um canal de comunicação destinado ao recebimento de reclamações relacionadas ao descumprimento da lei, dentre outros. O Projeto de Lei 246/2019 também torna obrigatória a afixação de um cartaz[15] em todas as salas de aula dos ensinos fundamental e médio explicitando os deveres do professor contra o abuso da liberdade de ensinar.

Ademais, julgamos importante destacar que o novo texto obriga os professores a apresentar equanimemente teorias e opiniões diversas (e controversas) sobre um mesmo assunto, sem determinar o rigor científico ou aceitação acadêmicos que a teoria ou opinião devam ter.

Nesse sentido, os contrários à aprovação do Projeto de Lei 246/2019 – que a autora, deputada federal Bia Kicis, acredita que vá ganhar impulso após a aprovação da Reforma da Previdência[16], na Câmara dos Deputados – defendem que ele representa uma contradição à própria democracia. Ao condenar o PL 7180/2014, as pedagogas Roberta Poltronieri e Elaine Assolini (2016) argumentam que o fazem "pelo fato de cercear a fala do professor e limitar o conhecimento, divergindo amplamente do que propõe a questão da 'pluralidade de ideias' e ameaçando o respeito às diferenças". Nesse sentido, destacam que o acesso à informação seja sinônimo de uma escola crítica. As pedagogas ainda ponderam ser "de fundamental importância que os assuntos e problemáticas gerados na sociedade possam ser questionados, discutidos e falados dentro do espaço escolar, a fim de que possamos contribuir para a construção de uma escola minimamente democrática" (POLTRONIERI; ASSOLINI, 2016). Segundo as autoras, as consequências negativas seriam diversas com a proibição da liberdade de ensino e da autonomia do professor, como

> a) censura da liberdade de expressão; b) torna inviável a circulação da diversidade de assuntos tratados nos espaços da sala de aula; c) o professor passaria a ser um mero instrutor do ensino; d) impossibilidade de mediação das aulas pelo professor de forma crítica e contextualizada, trazendo os conhecimentos prévios dos alunos para correlacionar com os conteúdos; e) transferência de conhecimento ao invés de construção de conhecimento; f) sepultamento da Escola Democrática e laica, fatos esses totalmente inconstitucionais, pois contrariam princípios assegurados pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). (POLTRONIERI; ASSOLINI, 2016).

Diante desse contexto, aqueles que se manifestam contrariamente à aprovação do Projeto de Lei favorável à Escola Sem Partido fazem-no ancorados na inconstitucionalidade do mesmo, visto que contraria Princípios assegurados pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. De acordo com a Mídia NINJA[16], a "lei da mordaça", apelido dado ao Projeto Escola Sem Partido, pretende expulsar e tornar crime o

pensamento crítico nas salas de aula. A rede colaborativa explica que o movimento encontra forte oposição de educadores e pesquisadores da Educação, visto que "pretende introduzir o pensamento único nas escolas, impedindo a reflexão e contextualização dos conhecimentos trocados nas salas de aula"[18].

Apesar de ainda não ter sido aprovado, o Movimento Escola Sem Partido tem suas ideias presentes no cotidiano brasileiro. Russel Dutra Rosa, pesquisadora do tema e uma das responsáveis por defender o direito de aprendizagem dos alunos, argumenta que – mesmo que o projeto tenha sido arquivado na Câmara dos Deputados – "o que preocupa, além do retorno da discussão em nível nacional, é pulverização de suas ideias em municípios brasileiros"[19] (FLECK, 2018). Isso porque vários estados e cidades estão discutindo e levando para aprovação em suas casas legislativas propostas seguindo as diretrizes do movimento. Belo Horizonte, por exemplo, foi a primeira capital brasileira a aprovar o Projeto de Lei 274/17, apelidado de "Escola Sem Partido", em primeiro turno, em outubro de 2019[20]. A tendência é de que a votação do projeto em segundo turno, cujo texto é de autoria da bancada cristã, aconteça em 2020. Se aprovado, dependerá apenas da sanção do prefeito da capital mineira, Alexandre Kalil (PSD), para entrar em vigor.

Nesse sentido, com tantas discussões e debates sobre o tema, percebemos que ainda há muito o que se discutir. Então, por qual motivo ele não é debatido amplamente? Por que os veículos de comunicação, em especial o telejornalismo, não abordam o assunto em seus noticiários? Não seria um tema relevante e de interesse público? Qual o motivo da invisibilidade desse tema pelos telejornais, principalmente por jornais veiculados em Rede Nacional, como é o caso do Jornal Nacional[21], nosso objeto de pesquisa? De que forma o telejornalismo consegue informar – e formar – cidadãos críticos e conscientes do seu papel na sociedade sem abordar temas tão fundamentais?

Beatriz Becker (2018) pondera que os "estudos de comunicação amparados pelo conceito de mediação buscam superar a dicotomia

entre as lógicas das ações da mídia e de seus usos" (BECKER, 2018, p.146). Nesse sentido, entendemos ser preciso perceber as evidências que são discutidas pelos telejornais e pela sociedade como um todo, como o Projeto Escola Sem Partido. De que forma o assunto é veiculado, quais são as informações que chegam aos telespectadores e como os meios reproduzem essa informação? Como ela aparece nos noticiários?

Sobre o Jornalismo produzido pelo Jornal Nacional

Primeiro telejornal do Brasil a ser transmitido em Rede Nacional e principal telejornal veiculado pela Rede Globo de Televisão, o Jornal Nacional conquistou a preferência do público[22] e é reconhecido como um dos mais respeitáveis do Brasil.

> Em seus mais de 50 anos de existência, o JN é considerado um telejornal de referência. E no que pese as transformações no jornalismo, nestas duas primeiras décadas do século XXI, o telejornalismo ainda ocupa um espaço central na sociedade brasileira no que diz respeito ao fator acesso massivo à informação. (ROSSY; MOURA, 2018, p. 67).

João Roberto Marinho (2019, p. 11), um dos filhos e herdeiro de Roberto Marinho, fundador da Rede Globo de Televisão, destaca que o Jornal Nacional tem compromisso com o povo brasileiro, que se relaciona com o noticiário todos os dias. Marinho acrescenta que o trabalho realizado pelos jornalistas para veicular o telejornal de maior audiência da televisão brasileira consiste em uma verdadeira missão.

Apresentado atualmente por William Bonner e Renata Vasconcellos, o JN veicula notícias do Brasil e do mundo, além de "matérias de denúncia e investigação e séries especiais"[23]. Quase meia década depois da sua primeira exibição (o JN teve sua estreia no dia 1º de setembro de 1969 e foi idealizado para competir com o *Repórter Esso,* então principal telejornal brasileiro, veiculado pela TV Tupi[24]), o Jornal Nacional "mantém sua centralidade enquanto produto midiático responsável pela obtenção de informação de significativa parcela de nossa população" (COUTINHO, 2008, p.1).

Apesar de a isenção ser um dos atributos necessários para uma informação de qualidade, elencada nos Princípios Editoriais do Grupo Globo[25], Elizena Rossy e Dione Moura (2018) destacam que a narrativa moralizante esteja presente no JN de forma recorrente e de maneira explícita, nos mais variados temas, extrapolando sua função de informar.

> Consideramos, sob a perspectiva da narrativa moralizante, que para além dos clássicos valores-notícia há uma agregação de valor adicional pelo telejornal. O valor-moral pode ser definido como o valor agregado que o telejornal adiciona à notícia de modo que o telespectador disponha de informações que possam auxiliá-lo não apenas na compreensão dos fatos, mas na percepção de comportamentos e atitudes que exercem influência nas relações interpessoais e no convívio social (ROSSY; MOURA, 2018, p. 74).

As autoras acrescentam que, atualmente, o jornalismo produzido pelas emissoras de TV procura se afirmar como uma instância de controle social, para além de sua função primária de noticiar fatos.

> Observa-se que esses veículos vêm extrapolando sua função precípua de mediadores sociais, transformando-se em reguladores sociais, imiscuindo-se, de certa forma, em arenas que antes cabiam às agências de socialização primária como a família, a igreja e a escola (ROSSY; MOURA, 2018, p. 74).

No artigo "Os saberes da Pedagogia da Autonomia no Telejornalismo", Laerte Cerqueira e Alfredo Vizeu (2018) refletem sobre a importância da escuta e do estímulo ao diálogo no fazer telejornalismo.

> Ao admitir a escuta e estimular o diálogo, educadores (e comunicadores) sabem que há riscos, que é preciso *aceitar o novo* ***e*** *rejeitar qualquer tipo de discriminação.* Esse é mais um dos saberes da prática educativa que podem ser aplicados ao fazer jornalístico. Como intervir na sociedade? Lutar por quem não tem voz? Fiscalizar e denunciar equívocos, transgressões aos direitos humanos, exploração de grupos dominadores? Como produzir conhecimento institucional, singular, que serve para socialização das pessoas, carregando as mensagens de preconceitos e atos discriminatórios? (CERQUEIRA: VIZEU, 2018, p.53).

Nesse sentido, julgamos pertinente destacar que a falta de informações veiculadas pelo JN a respeito de temas fundamentais para a educação brasileira, como é o caso do Projeto Escola Sem Partido, constitua-se não apenas em um ato político, mas também discriminatório. Isso porque o telejornal ainda não veiculou, até o presente momento, nenhuma matéria versando diretamente sobre o assunto. A nosso ver, esta é uma discussão urgente que vem sendo ocultada e precisa ser debatida pelos cidadãos brasileiros, mas até o momento não apresentou qualquer visibilidade pelo telejornal de maior audiência no país, indo de encontro à crença dos produtores do JN, visto que a equipe de profissionais acredita que eles façam, efetivamente, o melhor telejornal do Brasil, com dedicação extra de todos aqueles que dedicam à sua produção

> (...) para garantir a "supremacia". Produtores e editores do Jornal Nacional parecem certos de que uma desatenção em suas rotinas de trabalho poderia gerar reflexos em toda a sociedade brasileira, como salienta Bonner: "Um erro no Jornal Nacional pode ser catastrófico para a vida de uma pessoa, para a estrutura de uma empresa, para a estabilidade de um governo, para o bem-estar da sociedade". (COUTINHO, 2008, p.4).

Desse modo, resta-nos a questão: por qual motivo, então, um Projeto que tem por objetivo modificar Princípios assegurados pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional não merece destaque?

Telejornalismo x Jornalismo audiovisual: duas faces de uma mesma moeda?

Jésus Martín-Barbero (1987), ao estudar o meio televisivo a partir das mediações, sugere fazer a pesquisa partindo "das mediações, isto é, dos lugares dos quais provêm as construções que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural da televisão" (BARBERO, 1987, p. 163). Para que esse estudo a partir a mediação seja feito, o autor propõe a cotidianidade familiar[26], a temporalidade social[27] e a competência cultural[28] como requisitos fundamentais. Utilizando-nos

dos estudos de Barbero (1987), também julgamos válido deslocar o olhar dos meios para as mediações. Isso porque sabemos que os telejornais são importantes porque aumentam a discussão de determinados temas na sociedade, e também fazem com que os indivíduos produzam sentido para se sentirem representados.

Beatriz Becker (2018) também reflete sobre as mediações ao explicar que, por meio delas, o meio televisivo oferece conhecimentos sobre a vida social cotidiana dos indivíduos, permitindo a eles a produção de vínculos de pertencimento e partilha de experiências por cidadãos de múltiplos grupos sociais, não devendo mais ser compreendida apenas como um meio de massa.

> A televisão se reinventa no ambiente convergente como uma forma cultural híbrida que se expande de maneira ubíqua em múltiplas plataformas no ambiente midiático em interação com outras mídias, e seus modos de consumo se complexificam. Os usuários não estão exatamente se afastando da TV, mas da forma de assistir TV, acessando conteúdos distribuídos por provedores e por plataformas das próprias emissoras que organizam seus conteúdos on-line. (...) Mas a maior participação das audiências no ambiente convergente e a produção colaborativa não resultam em relatos mais diversos e contextualizados dos acontecimentos, pois servem mais como ilustração de matérias produzidas pelos jornalistas do que como conteúdos e formatos que agregam outros ângulos e pontos de vista na transformação dos fatos sociais em notícias (BECKER, 2018, p.159).

Ao estudar a natureza das notícias, Robert Park (1972) argumenta que elas têm como incumbência a construção da coesão social, na medida em que permitem às pessoas ficarem sabendo o que acontece em volta delas para tomarem atitudes e, através das suas atitudes, construírem uma identidade comum (PARK, 1972, p. 183 *apud* VIZEU, 2005, p.67). Em tese, quanto maior for a identificação do público no que diz respeito aos telejornais, maior será seu interesse em acompanhar as edições diárias, fortalecendo assim um laço social tal qual sugerido por Wolton (2004) no qual tanto emissora quanto público são beneficiados. Contudo,

quando as notícias não são veiculadas, não há como haver identificação entre espectadores e veículos de comunicação. Isso porque a identidade é construída a partir de representações simbólicas que buscam corresponder a uma identificação do produto veiculado com o seu público, para que este "responda" com audiência.

Beatriz Becker (2018) sustenta que os noticiários televisivos sejam vistos por "vários grupos sociais que buscam entender conflitos e problemas sociais organizados em narrativas familiares e pedagógicas que lhes servem de referência e tornam o mundo mais compreensível". Indo ao encontro dos estudos da autora, Iluska Coutinho (2009) ressalta o caráter socializador do jornalismo de TV "na medida em que as notícias compartilhadas via telejornal criaram uma espécie de repertório comum entre espectadores, e a partir dele a possibilidade de novas interações sociais" (COUTINHO, 2009, p. 119). Entretanto, reiteramos que muitas vezes esta interação não acontece, visto que os cidadãos não encontram nos noticiários televisivos seus lugares de fala.

Atualmente, existe uma conversa da sociedade com outras mídias. Fato é que o meio digital trouxe uma multiplicidade de novas possibilidades de formato e linguagem para o jornalismo. A internet constitui-se em uma mídia que oferece novas possibilidades de comunicação, e talvez por essa mesma razão o volume de informações disponível na internet seja enorme. Por esse motivo questionamos o fato de que, enquanto o jornalismo de TV, produzido pelo jornal de maior audiência no Brasil, o Jornal Nacional, mantém um tema de extrema importância e que precisa ser debatido - como o Projeto Escola Sem Partido - invisível, outros tantos, aqui representados pelos canais de informação via internet, oferecem um volume expressivo de informações.

Dominique Wolton (2004) defende que os indivíduos assimilam o que veem na TV e produzem sentido a partir de sua interação com o veículo, aprimorando conhecimento. E tornando-se cada vez mais críticos, uma vez que as relações entre emissores e receptores não podem ser consideradas passivas. Ao contrário, entende-se que podem contribuir

para transformar o indivíduo enquanto sujeito sociocultural. Nesse sentido, julgamos válido enfatizar a dimensão discursiva do telejornalismo enquanto meio de comunicação interventor na sociedade, em consonância com os conceitos formulados por Vizeu (2005).

Já Edna de Mello Silva (2018, p.31) explica que o telejornalismo, com o passar dos anos, "vem construindo sua identidade em torno de sua legitimidade e dos laços criados com o público", o que pode ter-se expandido com a possibilidade cada vez maior de interação dos espectadores com o produto veiculado. Em sua tese de doutorado, fruto do estudo sobre as articulações entre os valores jornalísticos e a linguagem televisiva, Juliana Gutmann (2012) defende a ideia de que conversação e participação sejam valores essenciais "para a interpretação do tipo de diálogo estabelecido com o público, que convoca diferentes níveis de participação do espectador quando posto no lugar de interlocutor dos sujeitos de fala" (GUTMANN, 2012, p. 15). A autora revela que a análise dos modos de pertencimento e de participação social seriam elementos obrigatórios para o processo de construção de sentidos sobre o mundo. Juliana Gutmann (2012) parte do pressuposto de que "o agenciamento de sentidos das formas do telejornal se relaciona não simplesmente aos dispositivos tecnológicos, mas aos usos e apropriações culturais que fazemos dele" (GUTMANN, 2012, p. 12).

Apesar dos controles explicitados acima que as emissoras de TV ainda exercem sobre a programação televisiva, é certo que a internet alterou a forma dos telespectadores de assistir televisão, visto que a conexão permanente e a popularização de dispositivos móveis aproximaram as duas mídias. Silva (2018) explica que o telejornalismo precisou se transformar para acompanhar as tendências migratórias do público.

Corroboramos com Becker (2018) ao afirmar que o telejornalismo não é um gênero televisivo anacrônico, mas que busca se reinventar na cultura digital. Ademais, a TV ainda se mantém como o meio de informação

preferido por 63% da população brasileira, de acordo com os resultados apresentados pela Pesquisa Brasileira de Mídia[29]. Nesse contexto, acreditamos que pesquisar o jornalismo audiovisual, analisando as notícias veiculadas (e a falta delas, inclusive) sobre o Projeto Escola Sem Partido pelo Jornal Nacional seja fundamental porque o noticiário é responsável por aumentar a discussão de determinados temas, visto que os acontecimentos construídos pelas narrativas jornalísticas produzem grande impacto em nossa sociedade.

Considerações finais

Diante de todo o contexto apresentado, acreditamos que as notícias relacionadas ao Movimento Escola Sem Partido devam ser amplamente divulgadas, e debatidas, principalmente pelos veículos de comunicação. Isso porque o que vivenciamos hoje no país são as "Escolas Com Partidos", responsáveis por formar cidadãos críticos. Portanto, se um Projeto como o Escola Sem Partido for aprovado, como ficaria a educação de tantas crianças e adolescentes? Como essa aprovação afetaria o Nordeste, região em que os alunos são destaque em olimpíadas de história[30] e matemática[31], com professores engajados e onde se encontram dez das melhores escolas públicas do Brasil[32]? Qual o impacto da aquiescência do novo Projeto de Lei, ainda mais rigoroso, para o aprendizado de História e a importância de os alunos discutirem política, sobretudo aquelas que envolveram a imigração no país, na Região Sul, repleta de descendentes de alemães, eslavos e italianos[33], por exemplo? Por que é de suma importância que a Região Norte se politize, tendo em vista que a Amazônia possui a maior extensão mundial de floresta tropical, impactando o mundo todo e que precisa ser discutida como uma questão política mundial[34]?

Nossa suposição é a de que, diante da importância de uma escola crítica como a que temos hoje, como a TV – especialmente o telejornalismo produzido pelo Jornal Nacional – tem contribuído no sentido de lançar luz sobre a discussão atual de que a escola deveria tornar-se "sem

partido”? Partindo da obviedade de que esta última é nociva, o jornalismo audiovisual tem alertado o cidadão sobre isso ou também se tornou um “canal de comunicação sem partido”, no pior sentido da expressão? O caminho a percorrer é longo. Mas precisamos continuar acreditando e lutando por uma sociedade mais justa, democrática e livre, e isso começa pela visibilidade de todos os assuntos, sejam eles quais forem, pelos diversos canais de comunicação.

Referências

BARBERO, J. M. Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1987.

BECKER, B. Tendências e desafios da produção noticiosa audiovisual: contribuições do Grupo de Pesquisa Mídia, Jornalismo Audiovisual e Educação – diálogos possíveis do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ. In: EMERIM, C.; COUTINHO, I.; FINGER, C. (orgs.). Epistemologias do telejornalismo brasileiro. Coleção Jornalismo Audiovisual. V7. Florianópolis: Insular, 2018.

CERQUEIRA, L.; VIZEU, A. Os saberes da Pedagogia da Autonomia no Telejornalismo. In: EMERIM, C.; COUTINHO, I.; FINGER, C. (orgs.). Epistemologias do telejornalismo brasileiro. Coleção Jornalismo Audiovisual. V7. Florianópolis: Insular, 2018.

COUTINHO, I. Lógicas de Produção do real no Telejornalismo. In: GOMES, I. M. M. (Org.). Televisão e Realidade. Salvador: EDUFBA, 2009.

_____. Programa e público brasileiros: a trajetória do Jornal Nacional nas vozes de seus personagens. Disponível em http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Programa%20e%20publico%20brasileiros.pdf. Acesso em 05/11/2008.

FLECK, Giovana. “O Escola Sem Partido não foi aprovado, mas suas ideias estão no cotidiano”. Disponível em https://www.brasildefato.com.br/2018/12/24/o-escola-sem-partido-nao-foi-aprovado-mas-suas-ideias-estao-no-cotidiano. Acesso em 13/04/2020.

GUTMANN, J. F. Formas do Telejornal: um estudo das articulações entre valores jornalísticos e linguagem televisiva. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012. Disponível em https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8806/1/Juliana%20Gutmann.pdf. Acesso em 30/10/2018.
MARINHO, J. R. Prefácio. In: ORGANIZAÇÃO MEMÓRIA GLOBO. Jornal Nacional: 50 anos de telejornalismo. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.
POLTRONIERI, R.; ASSOLINI, E.. Escola Sem Partido: porque somos contra. Disponível em https://www.revide.com.br/blog/elaine-assolini/escola-sem-partido-porque-somos-contra/. Acesso em 12/11/2018.
ROSSY, E. J. B.; MOURA, D. O.. A narrativa moralizante do Jornal Nacional: uma leitura em diálogo com as propostas de Robert Park. In: EMERIM, C.; COUTINHO, I.;
FINGER, C. (orgs.). Epistemologias do telejornalismo brasileiro. Coleção Jornalismo Audiovisual. V7. Florianópolis: Insular, 2018.
SILVA, E. M. Fases do Telejornalismo: uma proposta epistemológica. In: EMERIM, C.; COUTINHO, I.; FINGER, C. (orgs.). Epistemologias do telejornalismo brasileiro. Coleção Jornalismo Audiovisual. V7. Florianópolis: Insular, 2018.
TEMER, A. C. R. P. Fronteiras Híbridas: o jornalismo e suas múltiplas delimitações. In: TEMER, A. C. R. P.; SANTOS, Marli dos (orgs.). Fronteiras híbridas do jornalismo. Curitiba: Appris, 2015.
VIZEU, A. O lado oculto do telejornalismo. Florianópolis: Calandra, 2005.
WOLTON, D. Elogio do Grande Público. São Paulo: Ática, 2004.

Notas

1 Disponível em https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722.

2 Lei nº 9394/1996, Art. 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da

legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)". Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm.

3 Disponível em http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/documentos/outros-documentos/substitutivo-ao-pl-7180-14.

4 Apesar de o Projeto de Lei nº7180, de 2014, haver sido arquivado por falta de consenso entre os parlamentares e dever seguir uma regra regimental de arquivamento ao final da antiga legislatura, ambos os Ministros da Educação do Governo Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodriguez e Abraham Weintraub, defendem abertamente as teses sustentadas pelo movimento Escola Sem Partido e criticam a suposta "influência comunista" na educação brasileira. Disponíveis em https://www.extraclasse.org.br/exclusivoweb/2019/01/particulares-de-elite-criticam-ministro-da-educacao/ e https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/weintraub-manda-oficio-para-redes-de-ensino-que-retoma-diretrizes-do-escola-sem-partido.shtml.

5 O Jornal Nacional, veiculado pela Rede Globo, foi o primeiro programa a ser transmitido em rede nacional na televisão brasileira. Iluska Coutinho (2008) aponta que o noticiário "se constitui em um ator importante para a reflexão sobre as relações entre história, mídia e sociedade no Brasil". (COUTINHO, 2008, p.1)

6 Disponível em https://www.esmaelmorais.com.br/2018/11/comissao-da-camara-tentara-votar-hoje-projeto-escola-sem-partido/.

7 Disponível em https://www.revide.com.br/blog/elaine-assolini/escola-sem-partido-porque-somos-contra/.

8 Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=VQhp-ATn9zI.

9 Disponível em https://www.programaescolasempartido.org/.

10 Disponível em https://www.facebook.com/MidiaNINJA/posts/precisamos-falar-sobre-o-escola-sem-partido-que-na-verdade-%C3%A9-a-escola-de-um-part/706187809539367/.

11 Projeto arquivado em função do término da legislatura.

12 FREIRE, Lucas G. Condições favoráveis à doutrinação. Disponível em http://www.escolasempartido.org/artigos-top/199-condicoes-favoraveis-a-doutrinacao. Acesso em 09/11/2018.

13 Jair Bolsonaro saiu do PSL no começo de novembro. Disponível em https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/11/12/bolsonaro-anuncia-saida-do-psl-e-confirma-partido-alianca-pelo-brasil.htm.

14 Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037&filename=PL+246/2.

15 Disponível em https://www.programaescolasempartido.org/.

16 Disponível em https://congressoemfoco.uol.com.br/educacao/escola-sem-partido-deve-voltar-a-pauta-apos-reforma-da-previdencia/.

17 "(...) rede de comunicação livre que busca novas formas de produção e distribuição de informação a partir das novas tecnologias e de uma lógica colaborativa de trabalho". Disponível em http://midianinja.org/quem-somos/.

18 Mídia NINJA. Disponível em http://midianinja.org/news/camara-dos-deputados-vota-projeto-da-escola-sem-partido-nesta-quarta-feira/.
19 Disponível em https://www.brasildefato.com.br/2018/12/24/o-escola-sem-partido-nao-foi-aprovado-mas-suas-ideias-estao-no-cotidiano.
20 Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/10/14/interna_politica,1092707/escola-sem-partido-bh-e-a-primeira-capital-a-aprovar-projeto-na-camar.shtml.
21 O Jornal Nacional, veiculado pela Rede Globo, foi o primeiro programa a ser transmitido em rede nacional na televisão brasileira. Iluska Coutinho (2008) aponta que o noticiário "se constitui em um ator importante para a reflexão sobre as relações entre história, mídia e sociedade no Brasil". (COUTINHO, 2008, p.1)
22 Disponível em https://www.kantaribopemedia.com/conteudo/dados-rankings/audiencia-tv-15-mercados/.
23 Disponível em https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/p/819/.
24 Disponível em http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/jornal-nacional/evolucao.htm.
25 Disponível em http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html.
26 Barbero (1987, p. 163) entende a família como unidade básica de audiência porque representa, para a maioria das pessoas, a situação primordial de reconhecimento. "A mediação que a cotidianidade familiar cumpre na configuração da televisão não se limita ao que pode ser examinado do âmbito da recepção, pois inscreve suas marcas no próprio discurso televisivo". Segundo Barbero, o discurso da TV familiariza, traz proximidade e apresenta as imagens de forma transparente, de um jeito simples e claro. O autor pondera que aí se encontre a marca da hegemonia da TV, "na construção de uma interpelação que fala às pessoas a partir dos dispositivos que dão forma a uma cotidianidade familiar, que não é apenas subproduto da pobreza e das artimanhas da ideologia, mas também espaço de algumas formas de relação primordial" (1987, p.168)
27 Para Barbero (1987, p. 168), "enquanto em nossa sociedade o tempo produtivo, valorizado pelo capital, é o tempo que 'transcorre' e é medido, o outro, constituinte da cotidianidade, é um tempo repetitivo, que começa e acaba para recomeçar, um tempo feito não de unidades contáveis, mas sim de fragmentos", assim como a programação televisiva.
28 "(...) a dinâmica cultural da televisão atua pelos seus gêneros. A partir deles, ela ativa a competência cultural e a seu modo dá conta das diferenças sociais que a atravessam. Os gêneros, que articulam narrativamente as serialidades, constituem uma mediação fundamental entre as lógicas do sistema produtivo e as do sistema de consumo, entre a do formato e a dos modos de ler, dos usos" (BARBERO, 1987, p.176).
29 Disponível em http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view.
30 Disponível em https://vestibular.brasilescola.uol.com.br/noticias/nordeste-ganha-medalhas-olimpiada-nacional-historia-onhb-2018/343407.html.
31 Disponível em http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-06/nordestinos-se-destacam-na-selecao-brasileira-de-matematica.
32 Disponível em http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4653:melho

res-escolas-publicas-do-brasil-estao-no-nordeste-cearenses-aparecem-no-topo-do-ranking&catid=44:sala-de-impressa&Itemid=183.
33 Disponível em https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/a-populacao-regiao-sul.htm.
34 Disponível em http://agencia.fapesp.br/conservar-a-amazonia-e-questao-ambiental-social-e-economica/28518/.

A presença das telenovelas nas pesquisas e no cotidiano

Carla Ramalho Procópio

Com o objetivo de entender como se dá o estudo de gênero nas telenovelas, o trabalho apresenta importantes reflexões sobre o aspecto cultural da telenovela, com foco em suas relações com a sociedade. Ao apresentar o contexto histórico da chegada da televisão no Brasil, a autora traz à tona a ascensão dos programas melodramáticos justamente em um momento de censura, imposto pela Ditadura Militar, que representavam, à época, um resgate e também um espaço à nacionalidade.

Assim, com a proposta de localizar a inserção das temáticas de gênero, e sobretudo sobre a afirmação feminina, o trabalho apresenta reflexões de autores sobre como as narrativas midiáticas e sobretudo as ficcionais têm relação com as movimentações sociais e as pautas que surgem e são discutidas pela sociedade. Com isso, traz como exemplo a telenovela "Orgulho e Paixão", que possui sua contextualização no início do século XX, época marcada por uma dominância masculina, patriarcal, em que é possível tensionar uma série de questões a respeito da ausência de direitos das mulheres.

Buscando identificar onde se localiza o estado da arte dos estudos que se dedicam a compreender as relações entre gênero e telenovela, a autora faz uma breve contextualização sobre a importância desses estudos para o contexto latino-americano, e dá início a sua fase de análise. Nela estão compreendidas observações sobre o aparecimento da temática "telenovela e gênero" nos grupos de pesquisa da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). No levantamento realizado pela autora, fica evidente que a telenovela sempre foi um objeto de estudo para os pesquisadores de comunicação, afinal, sua relação com o público e o cotidiano dos brasileiros é especialmente complexa, uma vez que sua presença na programação fazia, e ainda faz parte da dimensão afetiva das pessoas. No entanto, o aparecimento das

questões de gênero ainda parece viver uma fase de crescimento, ao analisarmos em termos comparativos.

Nesse sentido, destacamos que o trabalho também apresenta interessantes possibilidades de desenvolvimento e continuidade, uma vez que pode fazer ligações com acontecimentos midiáticos ou sociais que possam ter influenciado num aumento das análises nos Grupos de Pesquisa sobre os estudos de gênero nas telenovelas; inclusive, se o interesse na pesquisa do tema teve relação com alguma telenovela em específico.

Telenovelas, estudos de gênero e direitos da mulher: uma análise sobre os artigos publicados no Intercom Nacional de 2014 a 2019

Bárbara Torisu Lemos

Os programas de televisão são produtos da cultura midiática devido a sua grande inserção dentro dos lares brasileiros. Com a possibilidade de atingir diversos públicos, gêneros, faixas etárias e classes sociais, as telenovelas são transmitidas diariamente nas emissoras de televisão e estão no ar, há mais de 60 anos; como afirmam Cristina Brandão e Guilherme Moreira Fernandes (2010). Consideradas como possíveis formadoras do entendimento do outro, das demais regiões do país e das histórias nacionais, as telenovelas são chamadas por Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2009) de recurso comunicativo. Como as telenovelas se tornam uma fonte que apresenta a representação do que é o outro, as telenovelas se tornam possíveis objetos de pesquisa, nos quais buscamos entender quais os processos e discussões estão presentes em nossa sociedade.

Para a execução deste artigo, apresentamos uma breve história das telenovelas no Brasil, baseadas nos estudos da Esther Hamburger (2011) e Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2009). Para entender mais sobre essa relação entre as telenovelas como produto da indústria cultural e que fornece modelos de ação que orientam a sociedade, recorremos às reflexões sobre a cultura midiática de Douglas Kellner (2001). O objetivo é entender como as telenovelas contribuem para a promoção da representatividade e do direito da mulher no cenário brasileiro, pela perspectiva dos artigos acadêmicos.

A partir de tais objetivos, realizamos o estado da arte dos estudos da telenovela e de gênero no Congresso Brasileiro de Ciências da

Comunicação, Intercom Nacional. O período escolhido para fazer o levantamento foi de seis anos, especificamente de 2014 a 2019, nos Grupos de Pesquisa de Ficção Seriada, Estudos de Televisão e Televisualidades, e Televisão e Vídeo.

A pesquisa foi feita por meio da busca por seis palavras-chave nos anais eletrônicos dos grupos de pesquisa do evento. As expressões escolhidas foram: telenovela; feminino; feminismo; mulher; gênero e patriarcado. A primeira parte desta análise consiste no levantamento de dados quantitativos sobre o número de vezes que essas palavras apareciam nos títulos ou palavras-chave dos artigos. Na segunda etapa identificamos dos trabalhos que realizavam a interface entre telenovela e os estudos de gênero, para entender como esse assunto está sendo abordado na academia.

Ao final, pode-se perceber que os estudos da representação feminina nas telenovelas são recorrentes nos grupos de pesquisa do Intercom Nacional, e que o seu estudo em conjunto com os debates do feminismo se mostram mais recentes.

Telenovela e a sua participação dentro da sociedade

As telenovelas surgem no Brasil no início da década de 1950, quase em conjunto com a implantação da televisão, pela iniciativa de Assis Chateaubriand, empresário das comunicações da época. Segundo Esther Hamburger "a televisão se estabeleceu como meio capaz de falar a segmentos dos mais variados em termos sociais, etários e regionais" (HAMBURGER, 2011, p. 64 e 65). No entanto, a televisão demorou a ser implantada em todo o país, segundo a mesma autora:

> (...) embora introduzida relativamente cedo, a televisão demorou a se estabelecer como meio nacional. Em 1960, dez anos depois de inaugurada, ela podia ser vista em 4,6% do território nacional. Em 1991, a televisão já alcança 99% do território e 74% dos domicílios (HAMBURGER 2011, p. 64 *apud* HAMBURGER, 1998).

Esta passagem de Hamburger (2011) nos permite compreender que mesmo com a implantação das televisões, o aparelho demorou a se

inserir no cotidiano dos brasileiros e com isso, a programação acabou ficando restrita às transmissões locais: "até setembro de 1969 a TV brasileira era local. Quatro anos após o golpe (e dezenove anos após o início das transmissões televisivas), as primeiras transmissões em rede nacional foram ao ar" (HAMBURGER, 2011, p. 65).

Mesmo com esse cenário de Ditadura Militar, os canais de televisão não foram censurados, de forma que eles se tornaram meios para a divulgação dos comerciais que mostravam os novos produtos nacionais, como afirma Hamburger (2011). Essa situação de repressão social permitiu a promoção dos programas de melodrama.

> As telenovelas surpreendentemente ascendem à posição de programas líderes de audiência, carros-chefes da programação de uma indústria que se estabelece como uma das maiores do mundo, abrindo espaço em um emergente mercado global segmentado pela Guerra Fria (HAMBURGER, 2011, p. 66).

Esse contexto histórico permitiu que as telenovelas fossem consumidas por uma grande variedade de grupos no Brasil. Segundo Hamburger (2011, p. 67), no começo dos anos 1970, a TV Globo estava recém-inaugurada e os programas seriados, que eram diários, centrados em temas românticos e que seguiam o modelo melodramático eram destinados para as mulheres. As telenovelas eram feitas com base em roteiros de outros países da América Latina, principalmente das radionovelas cubanas. Segundo Modleski *apud* Hamburger (2011, p. 67), "a novela tem inspiração na *soap opera*, seriado que ocupa horários matinais ou de almoço, espaços que não são nobres na TV norte-americana, com cerca de 90% de audiência feminina" e teve seu estilo adaptado em cada país da América Latina, como comenta Jesus Martín-Barbero: "a produção da telenovela representou, por sua vez, uma certa apropriação do gênero em cada país: sua nacionalização" (MARTÍN-BARBERO, 2001, p.118).

As telenovelas brasileiras adquiriram um tom mais ligado à realidade nacional, elas se inspiram nas situações vividas dentro do país e acaba tomando um rumo diferente do que aconteceu em outros países.

> A oposição entre o "novelão mexicano", cuja estrutura seria melodramática, e a "novela brasileira", que seria realista, aberta ao diálogo coloquial, à filmagem em locação, às tensões sociais da vida contemporânea, se impõe no final dos anos 1960 como desdobramento de tensões em vigor desde o início da década (HAMBURGER, 2011, p. 68).

Segundo a mesma autora, nas décadas seguintes, este programa de televisão surpreendeu a população brasileira pela sua capacidade como um produto comercial, atraindo público de diversas classes sociais, idades, gênero e o público feminino e masculino. Seguindo nesta mesma perspectiva, conseguimos perceber que as telenovelas são construídas como um produto da cultura da mídia, como comenta Douglas Kellner (2001): "o rádio, a televisão, o cinema e os outros produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente" (KELLNER, 2001, p.9). Assim, a cultura midiática permite que as pessoas criem as suas próprias perspectivas relacionadas à classe, etnia, raça, a percepção de si e do outro. Os modelos seguidos dentro da sociedade são de certa forma pautados pela mídia e, da mesma forma que o que é veiculado por elas de certa forma é orientado pela visão de grupos dominantes.

> (...) em outras democracias capitalistas, foi só com o advento da televisão, no pós-guerra, que a mídia se transformou em força dominante na cultura, na socialização, na política e na vida social (Kellner, 1990ª). A partir de então, a TV a cabo e por satélite, o videocassete e outras tecnologias de entretenimento doméstico, além do computador pessoal – mais recentemente – aceleraram a disseminação e o aumento do poder da cultura veiculada pela mídia (KELLNER, 2001, p. 26).

Os programas televisivos participam da construção do que é o imaginário do outro. E para entender esse produto, Kellner (2001) define que os estudos culturais como a teoria crítica da Escola de Frankfurt criam modelos que relacionam a economia, a sociedade, a cultura, o Estado e a vida diária com base na teoria social contemporânea. Para o autor, é importante mencionar a massa e a população quando se fala de cultura e comunicação, pois para que a cultura se torne um produto social, ela precisa ser mediada pela comunicação para passar a ser um produto comunicacional. Contudo, existe uma questão de dualidade nessa relação entre cultura e comunicação, pois a comunicação também é mediada pela cultura, além de ser uma das formas pelas quais a cultura é disseminada.

A mídia está intimamente ligada ao poder, de forma que ela mostra para a cultura, as mudanças que ocorrem no campo da política e da sociedade. Assim, contribui para a formação da visão de mudança, comportamento, opinião pública e um espaço de poder e luta social, como afirma Kellner (2001, p. 54). O autor ainda comenta que há a cultura da mídia que é criada pelos próprios meios de comunicação, dessa forma, os indivíduos passam a usar as referências que são assistidas nas próprias telas. Partindo dessa reflexão, o autor comenta que "a mídia fornece ambientes simbólicos, nos quais as pessoas vivem, e influenciam intensamente pensamentos, comportamentos e estilos dessas pessoas" (KELLNER, 2001, p. 203).

Essas reflexões propostas por Douglas Kellner nos permitem pensar sobre a situação da telenovela no Brasil. Segundo Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2009, p. 22), "(...) a telenovela conquistou reconhecimento público como produto estético e cultural, convertendo-se em figura central da cultura e da identidade do País". Como complementa Hamburger (2011), ao final do século XX, o nosso país passou por mudanças estruturais, como a queda no crescimento populacional, migração das áreas rurais para a urbana, a entrada das mulheres no mercado de trabalho, a regulamentação do sistema

nacional de saúde, e as telenovelas também acompanharam essas mudanças.

> A partir de conflitos de gênero, geração, classe e região, a novela fez crônicas do cotidiano que a levaram a se transformar em palco privilegiado para a problematização de interpretações do Brasil. O país, que se modernizava de acordo com uma noção de modernização centrada no consumo e não na afirmação da cidadania, se reconheceu na tela da TV em um universo branco e glamoroso (HAMBURGER, 2011 p. 84).

Ao visualizar estas representações na televisão, os telespectadores conseguem acessar as informações referentes ao outro, como afirma Lopes (2009, p. 23), "a novela dá visibilidade a certos assuntos, comportamento, produtos e não a outros; ela define uma certa pauta que regula as interseções entre a vida pública e a vida privada". Mesmo que haja uma oferta de opções a serem exploradas, as telenovelas são feitas com base em um enquadramento, escolhidos pelos diretores e produtores do programa. Como comenta Hamburger (1998), os modelos do que é ser homem, mulher, dos relacionamentos e da própria organização familiar são difundidos por todo o território nacional, por meio das telenovelas.

Ao estudar essa relação entre televisão, público e telenovela, podemos entender algumas discussões contemporâneas dentro da narrativa ficcional. Segundo Lopes (2009) é costumeiro que nas tramas ocorra a identificação entre personagens da ficção e figuras públicas, as situações ficcionais e na vida real, e há uma inclinação para a verossimilhança das histórias, que é uma demanda do próprio público.

> Há um consenso na literatura em denominar esse imaginário como «moderno», uma vez que as novelas movimentam os «imaginários modernos» da nação sobre alguns eixos temáticos recorrentes e que, em síntese, são: a mobilidade social, a nova família, a diversidade sexual, racial, étnica, a afirmação feminina, a renovação ética (LOPES, 2009, p. 31).

Temos como um exemplo a telenovela Orgulho e Paixão[1], na qual a sua contextualização se dá no início do século XX, um período em que o Brasil estava em processo de modernização. Inspirado no modelo europeu de sociedade, as pessoas que viviam neste período eram destinadas a espaços específicos, nos quais elas deveriam agir conforme esse espaço; nesse caso, as mulheres ficavam restritas ao espaço do lar e os homens aos locais públicos. Em entrevista sobre a telenovela, o diretor Marcos Bernstein[2] afirma que por ser uma telenovela de época, eles estão mais atentas ao que é vivido no início do século XX e com o cuidado de abordar os temas que tenham um sentido interessante tanto para o ano de 1910 e 2018.

Segundo Lilia Schwarcz "todas essas alterações [o processo de modernização] – sociais, culturais, tecnológicas e econômicas – levaram, por sua vez as mudanças aceleradas no comportamento da população local, que passou a transitar pelas ruas da cidade, deixando o ambiente exclusivo da casa patriarcal" (SCHWARCZ, 2012, P. 47). Nesse sentido, voltamos o nosso olhar para as produções de telenovelas dos últimos seis anos, com o objetivo de tentar perceber como as discussões contemporâneas, mais especificamente sobre o feminismo estão sendo abordadas nas telenovelas. Com base em Orgulho e Paixão, essas mudanças sofridas na sociedade nos ajudam a compreender algumas das atitudes tomadas pela personagem Elisabeta durante a trama. A personagem queria ser independente e fugir do que era determinado para as mulheres daquele século.

Sueli Carneiro (2011) comenta que com relação aos Direitos Humanos, se prevalece a "concepção de que certos humanos são mais ou menos humanos do que outros, o que consequentemente, leva à naturalização da desigualdade de direitos" (CARNEIRO, 2011, p.15). A autora afirma que está consolidado no imaginário social que existem pessoas que são portadoras de humanidade incompleta e não podem desfrutar dos direitos humanos.

Carneiro (2011) apresenta que a noção de diferença sustenta a ideia de desigualdade e também reforça que é necessário que a sociedade dê mais atenção às pessoas que estão em posições inferiores. A pesquisadora Ana Laura Lobato Pinheiro, no Documento sobre os Direitos Humanos das Mulheres, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Governo Federal, (2019) comenta que a luta das mulheres pelos direitos humanos tem passando por uma luta de reconhecimento e concretização. Para ela, uma das causas dessa busca por direitos vem do deslocamento no entendimento de para quem são os direitos humanos.

Já Pinheiro (2019) destaca que a igualdade de gênero foi tomada como um direito fundamental desde de 1945, com a Carta das Nações Unidas. Porém, foi necessário muitos anos e diversas estratégias para que houvesse a participação das mulheres na política, governo e organizações. A independência das mulheres, a luta pela igualdade e pelas suas próprias conquistas são temas que já vem sendo debatidos nos dias de hoje. No campo da educação, foi abordado no Relatório de Direitos Humanos das Mulheres[3] feito pela A Equipe das Nações Unidas no Brasil e publicado em julho de 2018, que no campo da educação, o ordenamento jurídico brasileiro é extenso.

> A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996); a Lei de Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais; bem como os Estatutos da Juventude e da Criança e do Adolescente, onde se garante o direito à educação de qualidade, livre de discriminação e com proteção (ONU, 2018, p. 4).

Nesta perspectiva, também é apresentado no relatório que as mulheres vêm ganhando mais notoriedade dentro do espaço socioeconômico nacional, e que a escolarização feminina é maior do que a masculina, sendo que elas estudam em média 8,2 anos a mais do que os homens - que estudam em média 7,8. De acordo com o mesmo relatório, essa é uma tendência mundial. Além disso, as matrículas das mulheres correspondem a 55,5% nas instituições de ensino superior e elas são

59,9% das pessoas que concluem o ensino, com base nos dados publicados pelo IBGE, entre os anos de 2010, 2013 e 2011[4].

Com essa mudança na forma de pensar os lugares que as mulheres devem ocupar, as telenovelas podem contribuir com essas discussões por meio do seu enquadramento nas tramas. Dessa forma, pensar nas telenovelas como uma representação da sociedade nos permite fazer reflexões acerca do que está sendo debatido naquele momento, e nesse sentido se tornam objetos de estudo para entender as discussões em uma sociedade.

O estado da arte e análise nos estudos da telenovela

No caso dos países da América Latina, é possível olhar para os programas veiculados na televisão para compreender os processos que acontecem dentro da sociedade, pois é a partir desses produtos que a cultura latino-americana é inserida no mercado mundial.

> Nessa perspectiva, a ficção televisiva é um elemento decisivo, pois diz respeito ao modo como as indústrias culturais estão reorganizando as identidades coletivas e as formas de diferenciação simbólica, ao produzir novas hibridações que fragilizam as demarcações entre o culto e o popular, o tradicional e o moderno, o próprio e o alheio (LOPES, 2010, p.8).

As telenovelas são inspiradas nas situações vividas no cotidiano da nossa sociedade, dessa forma, para entender a identidade e a cultura é preciso voltar o olhar para as manifestações culturais daquele lugar. Segundo Lopes (2010), a telenovela se torna um espaço de reflexão teórico sobre as relações entre o culto e o popular. É por meio deste programa que é possível identificar o lugar da ficção narrativa que contribui para a criação do imaginário social.

Para entender mais sobre essa questão das telenovelas e a relação com seus temas abordados, a proposta deste artigo é promover um estudo de Estado da Arte sobre os estudos da telenovela e representação feminina nos Grupos de Pesquisa da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, o Intercom. Essa entidade incentiva

o desenvolvimento da produção científica entre doutores, mestres, alunos e recém-graduados em Comunicação[5].

Com o objetivo de entender de que forma os temas relacionados ao feminismo estão sendo abordados nos estudos relacionados à telenovela, optamos por fazer o estado da arte dos artigos disponíveis nos anais eletrônicos do Intercom Nacional, entre os anos de 2014 e 2019, nos Grupos de Pesquisa de Ficção Seriada; Estudo de Televisão e Televisualidades; e Televisão e Vídeo. Esses grupos foram escolhidos pois fazem parte do eixo de Comunicação Audiovisual[6] da Intercom em que são estudados a comunicação audiovisual em suas múltiplas dimensões, veículos, aspectos teóricos e metodológicos da comunicação audiovisual. Nesses grupos, os autores realizam reflexões sobre produtos do audiovisual como o cinema, televisão, rádio, fotografia e as suas linguagens, técnicas, estéticas e questões éticas dessa forma de comunicação. Segundo Norma Sandra de Almeida Ferreira (2002), essas pesquisas de caráter bibliográfico têm como objetivo mapear e discutir temas relacionados à produção acadêmica nos campos de conhecimento. Assim, essas análises são feitas ~~e~~ com o objetivo de entender quais aspectos e dimensões têm sido destacadas, abordadas e privilegiados em diferentes períodos.

> Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002, p. 258).

Para identificar os artigos que contemplam os estudos de telenovela e os estudos de gênero, seis palavras foram escolhidas para serem pesquisadas nos anais dos grupos de pesquisa, foram elas: telenovelas, feminino, mulher, feminismo, gênero e patriarcado. Na primeira fase, identificamos quantas vezes essas palavras foram mencionadas nos títulos e nas palavra-chave e, a partir desses dados, uma tabela (Tabelas 1, 2 e 3) foi criada para a análise quantitativa dos dados. As tabelas

desenvolvidas são separadas por ano e grupo de pesquisa, e nelas estão detalhadas as somas das citações de cada palavra.

Intercom 2019			
GP Ficção Seriada		**GP Estudos de televisão e Televisualidades**	
Palavras-chave	Nº de vezes citados	Palavras-chave	Nº de vezes citados
Feminismo	2	Feminino	0
Feminino	0	Feminismo	0
Mulher	4	Mulher	0
Gênero	4	Gênero	1
Patriarcado	0	Patriarcado	0
Telenovela	12	Telenovela	2

Intercom 2018			
GP Ficção Seriada		**GP Estudos de televisão e Televisualidades**	
Palavras-chave	Nº de vezes citados	Palavras-chave	Nº de vezes citados
Feminismo	0	Feminino	1
Feminino	1	Feminismo	0
Mulher	1	Mulher	2
Gênero	3	Gênero	2
Patriarcado	0	Patriarcado	0
Telenovela	18	Telenovela	3

Tabela 1 - Publicações feitas no Intercom Nacional entre 2018 e 2019
Fonte: elaborado pela autora com base nas informações nos anais da Intercom de 2014 a 2019 (2020)

Intercom 2017			
GP Ficção Seriada		**GP Estudos de televisão e Televisualidades**	
Palavras-chave	Nº de vezes citados	Palavras-chave	Nº de vezes citados
Feminismo	2	Feminino	2
Feminino	1	Feminismo	0
Mulher	1	Mulher	2
Gênero	3	Gênero	4
Patriarcado	0	Patriarcado	0
Telenovela	13	Telenovela	5
Intercom 2016			
GP Ficção Seriada		**GP Estudos de televisão e Televisualidades**	
Palavras-chave	Nº de vezes citados	Palavras-chave	Nº de vezes citados
Feminismo	0	Feminino	4
Feminino	1	Feminismo	0
Mulher	2	Mulher	5
Gênero	2	Gênero	2
Patriarcado	0	Patriarcado	0
Telenovela	23	Telenovela	8

Tabela 2 - Publicações feitas no Intercom Nacional entre 2016 e 2017
Fonte: elaborado pela autora com base nas informações nos anais da Intercom de 2014 a 2019 (2020)

Intercom 2015			
GP Ficção Seriada		**GP Televisão e Vídeo**	
Palavras-chave	Nº de vezes citados	Palavras-chave	Nº de vezes citados
Feminismo	0	Feminino	0
Feminino	1	Feminismo	0
Mulher	1	Mulher	2
Gênero	8	Gênero	6
Patriarcado	0	Patriarcado	0
Telenovela	23	Telenovela	9
Intercom 2014			
GP Ficção Seriada		**GP Televisão e Vídeo**	
Palavras-chave	Nº de vezes citados	Palavras-chave	Nº de vezes citados
Feminismo	0	Feminino	0
Feminino	0	Feminismo	0
Mulher	0	Mulher	0
Gênero	0	Gênero	0
Patriarcado	0	Patriarcado	0
Telenovela	44	Telenovela	2

Tabela 3 - Publicações feitas no Intercom Nacional entre 2014 e 2015
Fonte: elaborado pela autora com base nas informações nos anais da Intercom de 2014 a 2019 (2020)

Com base na análise dessa tabela, podemos chegar a algumas considerações quanto ao estudo das telenovelas e das relações de gênero. A primeira delas é que o ano de 2014 encontramos a maior concentração da palavra-chave "telenovela", no GP Ficção Seriada, com 44 menções a este termo. Posteriormente, os anos de 2015 e 2016, registraram 23 referências a mesma palavra. Apesar da sua utilização variar ao longo dos congressos não houve nenhum evento no qual a telenovela não fosse foco de algum trabalho. Ao final, contamos que telenovela foi escrita 162 vezes.

Com relação à palavra “mulher”, percebe-se que não houve nenhuma menção em nenhum dos grupos de pesquisa em 2014, assim, a sua inserção começou em 2015. Já no ano de 2016, no GP de Estudos de Televisão e Televisualidades, esta palavra-chave foi citada sete vezes, alcançando a maior quantidade de vezes abordada. Ao todo, mulher foi utilizada 21 vezes durante esses anos.

A palavra “feminino” teve a sua primeira aparição em 2015, no GP Ficção Seriada, de forma que ela foi citada apenas uma vez. Já no ano de 2016, no GP Estudos de Televisão e Televisualidades, a palavra “feminino” foi citada cinco vezes, obtendo a maior aparição neste levantamento. Ao todo, essa expressão foi escrita nove vezes. É importante ressaltar, que consideramos as variações “femininas” e “femininos” nesta análise.

A palavra gênero teve a sua primeira aparição nos dois GPS de 2015 e foi uma palavra que apareceu em todos os anos seguintes. No entanto, é importante ressaltar que este gênero não se restringe apenas à “identidade de gênero”. Ela também aparece como formas de especificar gêneros televisivos. Ao todo, essa palavra foi utilizada 36 vezes, sendo que o seu maior uso foi em 2015, com 14 citações.

O termo “feminismo” é encontrado apenas duas vezes nos dois GPS do Intercom de 2017. Sendo que esse ano o tempo foi utilizado quatro vezes. O termo surge novamente em 2019, com duas menções. Ao todo, feminismo foi utilizado 6 vezes durante o período de análise. Já a palavra “patriarcado” não foi encontrada em nenhum título ou palavras-chave dos cinco anos de anais analisados.

Depois da análise de todas as palavras-chave e títulos pertencentes aos artigos publicados nos últimos seis anos de congresso, escolhemos ler os resumos dos 15 artigos publicados durante esse período. A seleção destes trabalhos se deu por meio dos trabalhos nos quais os autores realizaram estudos que relacionassem telenovela e pelo menos uma das outras palavras escolhidas.

Baseado nesta separação, identificamos que os seguintes artigos (tabela 4) que realizam a análise da relação entre telenovela e representação da mulher.

Título	Autor	Ano
As deusas e o animê: a manifestação do arquétipo de Atena em *My Hero Academia*.	COSTA, Leonardo José	2019
Transformações narrativas e representações: Carmen Sandiego e o protagonismo feminino na ficção.	DIAS, Mariana Castro; CABRAL, Thaís Dias.	2019
Tipologias da Mulher Popular em duas Telenovelas de João Emanuel Carneir.	MAURO, Rosana.	2017
De Ivana a Ivan. A transexualidade em A Força do Querer, os resultados de um estudo de recepção.	MELO, Anderson Luiz de.	2019
Um olhar sobre o funk carioca na telenovela Salve Jorge.	MENDES, Thaynan Brito.	2017
Representações do feminino em Lado a Lado: um estudo a partir da protagonista Laura Assunção Vieira.	MENDES, Thaynan Brito; REIS, Jarlene Rodrigues.	2017
A construção discursiva da personagem da mulher popular em duas telenovelas de João Emanuel Carneiro: aspectos de classe social e gênero.	MUNGIOLI, Maria Cristina Palma; MAURO, Rosana.	2016
Me too: violência contra a mulher sem disfarces na TV.	ORTEGA, Daniela Afonso.	2019
De representações a estereótipos: os círculos de ressignificação de sentidos sobre as mulheres negras em "Malhação: Viva a Diferença".	PILAR, Olívia.	2019
Quando um "pássaro" repousa no "ninho". O estilo televisivo na composição de enquadramentos sociais.	RESENDE, Olívia E. Alves.	2017
Os sentidos das telenovelas nas trajetórias sociais de mulheres das classes populares.	RONSINI, Veneza Mayora; DEPEXE, Sandra; DHEIN, Gustavo; CHAGAS Otávio.	2015
Mulheres e imagens de ostentação na narcocultura: uma análise da personagem Bibi Perigosa na telenovela "A Força do Querer"	SABOIA, Carolina.	2018
As novas heroínas: MMA e gênero feminino na Telenovela A Força do Querer.	SANTOS, Tarcyanie Cajueiro.	2018
A Luta de Classes entre Empregueles e Madames: Uma Análise da Representação do Serviço Doméstico em Cheias de Charme.	SILVA PINTO, Lícia Marta da; SICILIANO, Tatiana Oliveira.	2015
Gabriela: telenovela, políticas públicas, televisão privada e a disputa pela construção das identidades nacionais.	TILLMANN, Juliana.	2019
O espaço destinado às mulheres na telenovela Orgulho e Paixão.	TORISU LEMOS, Bárbara.	2019

Tabela 2 - Artigos que abordam a relação entre telenovela e gênero
Fonte: elaborado pela autora (2020)

Dessa forma, podemos concluir, que foi a partir do ano de 2015, que os trabalhos começaram a abordar as temáticas relacionadas ao gênero e a representação das mulheres, nas telenovelas. Assim, o ano de 2019 foi a ano que teve mais publicações com essa abordagem, com sete artigos ao todo. Outro ponto interessante de se destacar é que todos os 15 trabalhos que citamos nominalmente neste artigo buscam entender quais são as possibilidades de representações que as telenovelas permitem para as mulheres.

Um ponto relevante que constatamos com essa análise é de que 14 dos trabalhos selecionados para a realização deste trabalho são mulheres. E apenas dois deles foram escritos por pesquisadores e outro contou com a participação de dois homens na sua publicação.

Considerações finais

Com base nos dados encontrados neste levantamento, percebemos que a telenovela já era um objeto de estudo dos pesquisadores para a produção de artigos que foram publicados no Intercom. Isso é confirmado pela utilização da palavra-chave telenovela ao longo desses anos, sendo que ao todo este termo foi utilizado 162 vezes, entre títulos e palavras-chave.

Com relação aos demais termos, que se referem ao estudo de gênero dentro dos grupos de pesquisa, conseguimos constatar que no ano de 2014 não houve nenhum trabalho que estudasse esse tema nas telenovelas. Porém, foi a partir de 2015 que a interface entre gênero e telenovela se iniciou, com a publicação de quatro artigos sendo que dois artigos foram destinados para cada grupo de pesquisa analisado. A edição de 2019 foi a que teve mais publicação trabalhos sobre a representação feminina nas telenovelas, com sete artigos ao todo.

Apesar deste trabalho ter focado apenas nos estudos relacionados às telenovelas, podemos perceber que este tema também tem sido abordado em outros espaços, como nas séries. Porém, optou-se por analisar apenas os que se encaixavam nos estudos de telenovela, assim,

dos 16 artigos encontrados percebemos que os estudos focaram no entendimento de como as mulheres eram representadas nestes programas, para tentar entender que tipo de mulher está sendo apresentado para a sociedade. Além dessa perspectiva, podemos perceber as intersecções de temáticas como raça e classe dentro dos estudos de gênero nas telenovelas também foram abordadas. Esses estudos representam o que Sueli Carneiro (2011) aponta sobre a necessidade de dar visibilidade aos sujeitos que não possuem direito de representação iguais aos do grupo dominante.

Podemos perceber que a realização do estudo sobre a representatividade das mulheres pode contribuir com a inserção do tema dentro da esfera acadêmica. No relatório da ONU (2018) foi destacado a necessidade de promover uma educação mais inclusiva e equitativa e sem que haja desigualdade racial. Destacamos ainda que foi apresentado no relatório a necessidade de "incluir conteúdos sobre a igualdade de gênero e raça nos currículos escolares do sistema público de educação, a fim de prevenir a violência contra mulheres e meninas dentro e fora do ambiente escolar" (ONU, 2018, p.16).

Ao final da análise deste material, podemos perceber que o estudo de gênero nas telenovelas se iniciou há pouco tempo dentro dos artigos publicados no Intercom Nacional. Além disso, constatamos que as pesquisadoras são as mais interessadas em perceber como as mulheres têm sido representadas nas telenovelas brasileiras, que pode ser um efeito da presença das mulheres no ensino superior, conforme apontado pela ONU (2018) e da necessidade de estudar as representações femininas em objetos comunicacionais, como forma de trazer esse tema para as discussões dentro da sociedade e das instituições de ensino. Dessa forma, percebemos que o estudo dessa relação tem crescido ao longo dos anos e não se restringe apenas ao GP Ficção Seriada, sendo que ele também está presente no GP Estudos de Televisão e Televisualidades e, anteriormente, no GP Televisão e Vídeo.

Referências

BRANDÃO, Cristina; FERNANDES, Guilherme Moreira. Telenovela brasileira - formato que vem se impondo há seis décadas. In: BRANDÃO, Cristina; COUTINHO, Iluska; LEAL, Paulo Roberto Figueira (Org.). Televisão, Cinema e Mídias Digitais. 1ed. Florianópolis: Insular, 2012, v. 1, p. 183-204.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro 2011.

DUCATI, Ariane. Autor de 'Orgulho e Paixão', Marcos Bernstein, comemora capítulo 100 e adianta futuro de alguns personagens. 2018. Disponível em: https://gshow.globo.com/novelas/orgulho-e-paixao/noticia/autor-de-orgulho-e-paixao-marcos-bernstein-faz-balanco-da-novela-e-da-spoiler-sobre-luccino.ghtml.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. Educação & Sociedade, ano XXIII, n o 79, Agosto/2002.

HAMBURGER, Esther. Diluindo Fronteiras: As Telenovelas no Cotidiano. In: SCHWARCZ, Lilia (Org.). História da Vida Privada. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HAMBURGER, Esther. Telenovelas e Interpretações do Brasil. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, v. 82, p. 61-86, 2011.

KELLNER, Douglas. A Cultura da Mídia – Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. EDUSC: 2001.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. Ficção televisiva e identidade cultural da nação. ALCEU, Rio de Janeiro, v.10, n20, p. 5 a 15, 2010.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. Telenovela como recurso comunicativo. Matrizes, São Paulo, v.3, n.1, p. 21 a 47, 2009.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. Os exercícios do ver: hegemonia do audiovisual e ficção televisiva. São Paulo: Editora Senac, 2001.

ONU - Organização das Nações Unidas. Direitos Humanos das Mulheres. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Position-Paper-Direitos-Humanos-das-Mulheres.pdf.

PINHEIRO, Ana Laura Lobato. Direitos Humanos das Mulheres. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190327_tema_i_direitos_humanos_das_mulheres.pdf.
SCHWARCZ, Lília Moritz. População e sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). A Abertura para o Mundo 1889-1930. 1ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, v. 3, cap. 1, p. 35- 83.

Notas

1 Orgulho e Paixão foi uma telenovela das 18h exibida entre março e setembro de 2018 pela Rede Globo. O diretor da telenovela foi o Marcos Bernstein e foi escrita, também, pelo Marcos Bernstein e Victor Atherino. A obra é inspirada nas obras da escritora inglesa Jane Austen. Informações disponíveis em http://teledramaturgia.com.br/orgulho-e-paixao/.

2 Informações retiradas da entrevista do diretor ao Gshow. Disponível em https://gshow.globo.com/novelas/orgulho-e-paixao/noticia/autor-de-orgulho-e-paixao-marcos-bernstein-faz-balanco-da-novela-e-da-spoiler-sobre-luccino.ghtml.

3 Relatório disponível em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Position-Paper-Direitos-Humanos-das-Mulheres.pdf.

4 Dados retirados do Relatório de Direitos Humanos das Mulheres, publicado pela ONU Brasil, em 2018. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Position-Paper-Direitos-Humanos-das-Mulheres.pdf.

5 Informações retiradas do site da própria instituição. Disponível em: https://www.portalintercom.org.br/a-intercom.

6 Informações retiradas do site do Intercom. Disponíveis em https://www.portalintercom.org.br/eventos1/gps1/ementas-dtsgps.

Uma janela com grades: os presídios na tela da TV

Iluska Coutinho

A metáfora da janela para o mundo como simulacro das relações tecidas entre cidadãos e TV, ou ao menos das promessas da mídia ainda apontada como principal fonte de informação dos brasileiros, já foi muito utilizada por profissionais e estudiosos da televisão. Em uma visada construtivista ou de viés culturológicos alguns destes últimos propõem que ao exibir imagens selecionadas e editadas segundo suas matrizes estéticas e/ou econômica vemos pela TV o mundo por uma janela, cujos limites seriam aqueles alcançados pelas lentes das câmeras.

Inevitável, contudo, reconhecer a potencialidade dessa mídia, nela do telejornalismo, de ampliar o alcance da visão, permitindo conforme a tradução do seu nome, ver à distância, alcançar sons, imagens e informações que estão fisicamente distantes, mas que a tela aproxima, ainda que simbolicamente. Daí ser uma jornada instigante imaginar esse cruzar de fronteiras, se não físicas, pelo menos simbólicas, por aqueles que não tem acesso ao mundo, senão a partir de grades que (de) marcam seu distanciamento da sociedade.

Se a televisão é um artigo importante para a sobrevivência nos presídios, sendo o impedimento de seu uso castigo habitual, como surgem na tela os espaços da prisão? Essa é uma das questões motoras do texto de Carla Ramalho Procópio, resultado de pesquisa desenvolvido durante o mestrado, mas também de sua atuação como jornalista e cidadã em defesa de direitos, individuais e coletivos.

A autora considera os espaços do cárcere como estruturas que se constituem também para a criação de memórias perturbadoras, e que proporcionam uma experiência de castigo constante. Mesmo à distância, na tela, o presídio é um incômodo que tentamos distanciar, à despeito da promessa da televisão de aproximar o que está longe. Isso poderia justificar em certa medida uma dada invisibilidade na representação dos

presidiários, assim mesmo, no plural, considerando que nas celas há muitas vozes diferentes e histórias para contar.

Por outro lado, a crise de segurança pública e os tensionamentos constantes se impuseram como pauta jornalística e política, trazendo para a tela da TV realidades antes ocultas (ou ocultadas), à despeito de silenciamentos que persistem. O texto a seguir analisa os limites da cobertura da crise de violência no Ceará em 2018, e por meio dela eventuais fronteiras para a mediação televisiva.

Os espaços da prisão: uma análise sobre mídia, o cárcere e a crise da segurança pública

Carla Ramalho Procópio

O desenvolvimento das estruturas sociais, ao longo dos anos, esteve marcado por um forte tensionamento literal e subjetivo dos espaços. Seja no próprio corpo, em comunidade, a nível institucional e geográfico: estamos cercados por limites e espaços que modificam o modo como estamos no mundo e interagimos com ele. Interferindo constantemente nesses espaços, a tecnologia rompe limites e fronteiras, permitindo o estabelecimento de redes de comunicação; criando então, novos espaços, em diferentes plataformas, com novas linguagens e modos de funcionamento. Por meio da mídia, interpretamos esses espaços, também pelo modo como ela nos dá a conhecê-los, estabelecendo assim, vínculos, sensações e conhecimento.

É pensando nessa capacidade de interferir em nosso modo de nos relacionarmos com o mundo que consideramos o pensamento de autores como Martín-Barbero (1997) fundamentais ao apresentar a função de mediação exercida pela mídia, nos auxiliando a pensar sobre como são formadas/legitimadas as representações (e estruturas) sociais. Em outras palavras, o reconhecimento de lugares, instituições, atividades e pessoas é, em grande parte, determinado pela mediação dos meios de comunicação, presentes em nosso cotidiano como ferramentas para nossas ações e funções e, também, para nossa existência e interação sociais. Do mesmo modo, é possível pensar em como tais representações podem determinar o modo como interagimos, reagimos e interpretamos determinados espaços, sejam eles, geográficos, físicos ou subjetivos.

Para Mussey (2008), um dos grandes desafios em pensar sobre os espaços na vida social, é identificar como são estabelecidas as dinâmicas de tais elementos, e quais são as forças que atuam em sua abertura e fechamento. Para a autora, todo espaço está sendo altamente modificado a todo o tempo, mudando em sua construção e sendo renegociado.

> O espaço é tão desafiador quanto o tempo. Nem o espaço nem o lugar podem fornecer um refúgio em relação ao mundo. Se o tempo nos apresenta oportunidades de mudança e (como alguns perceberiam) o terror da morte, então o espaço nos apresenta o social em seu mais amplo sentido: o desafio de nossa inter-relacionalidade constitutiva – e, assim, a nossa implicação coletiva nos resultados dessa inter-relacionalidade, a contemporaneidade radical de uma multiplicidade de outros, humanos e não-humanos, em processo, e o projeto sempre específico e em processo das práticas através das quais essa sociabilidade está sendo configurada (MUSSEY, 2008, p. 274).

Nesse sentido, ao identificar os espaços negociados socialmente, encontramos, na figura do presídio, um espaço sem lugar, ou seja, um espaço desprovido de uma relação de pertencimento. Ainda de acordo com a autora, "lugar é o espaço para qual foi dado significado" (MUSSEY, 2008, p. 259) e nesse sentido, os presídios se mantém como espaços de isolamento, de transição, uma vez que possuem a função de isolar indivíduos que não podem mais gozar dos direitos dos livres cidadãos. No entanto, essa perspectiva de um lugar punitivo, gera um conflito complexo entre o modo como a sociedade encara esses espaços por meio das representações que dele são feitas, no sentido de esperarem uma punição e também ser capaz de reinserir esses cidadãos ao convívio social.

Se pensarmos por um estante no surgimento do conceito de moral, chegaremos ao momento em que nos tornamos reflexivos sobre nossas ações e somos levados a produção de um relato sobre nós mesmo. É depois que certos danos são infligidos que tomamos consciência de nós. Para Butler, em seu livro "Relatar a si mesmo: crítica da violência ética",

chegamos a Nietsche (1967), dizendo que a criação de uma memória é a primeira noção de castigo com a qual temos contato. Nesse sentido, o que seriam os espaços dos presídios senão uma estrutura voltada para a criação de memórias perturbadoras afim de proporcionar uma experiência de castigo constante?

É nesse sentido que propomos uma investigação sobre como a representação desses espaços de isolamento provocam um agravamento ainda maior dos reais problemas sociais enfrentados pelo país. Sem um contexto ou a informação aprofundada sobre a situação da crise do sistema prisional brasileiro atual, é difícil chegar a uma compreensão dos indivíduos que dele fazem parte, que não seja por uma perspectiva igualmente punitiva.

Representação e realidade: o cárcere na mídia

Em convergência com as ideias de Peter L. Berger e Thomas Luckmann (2004), podemos admitir que em sociedade, os indivíduos atuam em vários "papeis", participando de uma cadeia de ações e somando sentido a funções pré-estabelecidas; e é também dessa forma que participam do mundo social. Ao interiorizar estes papeis, o mesmo mundo torna-se subjetivamente real para eles, assim, podemos concluir que cada papel compreende funções e significados específicos, e que auxiliam na "realidade" das instituições e das estruturas como um todo. E para garantir que essa realidade seja compartilhada por todos os indivíduos presentes na sociedade, as interações humanas entram em ação. Aqui neste trabalho, destacamos as interações midiáticas como ponto central na experiência de vida social e de compartilhamento da realidade, capazes de expressar as atividades humanas e também fornecer elementos para construí-las.

Tais elementos fazem parte da complexa estrutura que Bourdieu (1989) evidencia na trama dos poderes simbólicos, atuando também por meio de normas sociais, de padrões vigentes que circulam nas interações sociais, nas instituições e na mídia – instituindo determinada

ordem/padrão. Nesse sentido, tudo aquilo que se pode considerar participante da estrutura social, age como espinha dorsal para a construção do nosso pensamento. Dessa forma, até a divisão dos espaços, a arte e seus produtos artísticos, a academia como produtora de pensamento, também são afetadas por essa lógica de poder – ainda que tente, em determinados momentos, se colocar contra ele.

Uma contribuição interessante para pensar no modo como as mídias influenciam na concepção de realidade, está na definição de Hall (2003), quando identifica a compreensão pura da realidade como realidade, uma ideia não problemática do real. Por isso, para o autor, a realidade existe fora da linguagem, mas é constantemente mediada e/ou comunicada através dela. Nesse sentido, o que a mídia capta, já é um universo discursivo. Para Thompson (2009), o poder comunicacional – que o autor entende como instituições culturais detentoras de poder simbólico, desde igrejas, escolas, até a mídia - se envolvem ativamente na construção do mundo social. Ao tratar especificamente da mídia e o uso dos meios de comunicação, afirma que "ao levar imagens e as informações para indivíduos situados nos mais distantes contextos, a mídia modela e influencia o curso dos acontecimentos, cria acontecimentos que poderiam não ter existido em sua ausência" (THOMPSON, 2009, p. 106).

Assim, se em nossa língua "representação" significa, entre outras coisas, significar e simbolizar, o audiovisual representa um importante recurso para este entendimento, uma vez que pode transformar uma ideia em imagem. Dessa forma, as representações da mídia parecem funcionar como espelhos do mundo real, levando a todos os que tiverem acesso a ela, uma suposta verdade. Por isso, a maneira como as coisas são comunicadas e representadas é tão importante quanto o que se quer comunicar.

Cercado por estereótipos e preconceitos, o cárcere é um tema que se mantém distanciado da realidade da maioria da população. No ambiente audiovisual do jornalismo, na maioria das matérias, as penitenciárias e

prisões brasileiras são colocadas como o retrato de um lugar finalístico de punição que deve isolar aqueles que não podem mais conviver em sociedade. No entanto, esse lugar coloca a discussão sobre o sistema prisional e a segurança pública de uma forma geral, em um debate raso e unilateral. Se a maioria das fontes ouvidas correspondem à fontes oficiais como delegados, ministros e cargos ligados à essas instituições, o compromisso com a discussão relacionada aos meios e ferramentas necessárias para reinserir estes cidadãos à esfera social, fica em segundo plano. Nesse sentido, é importante considerar que para um enfrentamento dos desafios sociais relacionados à segurança pública, é necessário que tanto a população quanto os responsáveis governamentais envolvidos nas decisões possuam informações o suficiente para a condução de um debate plural, uma vez que as decisões impactam de uma forma brutal a vida de todos os brasileiros. E é justamente neste espaço da informação que faltam elementos para uma representação que vá além do acontecimento jornalístico, mas seja capaz de criar pontos de diálogo que dê conta de integrar as vozes dos agentes que se relacionam com este problema.

Presentes na maioria das matérias como um lugar para onde vão pessoas que praticaram crimes assustadores, os presídios se mantém como um lugar indesejado pela sociedade e desprovido do menor direito de investimentos básicos, afinal, nele estão as pessoas que precisam ser isoladas. No entanto, a invisibilidade midiática dos presídios parece não ter apenas uma razão jornalística para existir. Fechados atrás das grades de ferro, os presidiários ocupam um espaço na sociedade ligado a punição e a aplicação de uma justiça de exclusão, e a mídia, precisa relatar esse espaço como um lugar para onde não se deve ir. Assim como Hughes (2010) identifica interesses políticos na abordagem de determinados assuntos na mídia, os presídios são alvo de controle de interesses políticos e institucionais e por isso, participam do jogo de forças que impedem uma discussão amis aprofundada sobre sua real situação.

No entanto, o que explicaria a falta de perspectivas diversas com relação ao potencial desses espaços? Na prática, os presídios (que não são os de pena de morte) foram criados para permitirem que pessoas que praticaram crimes estabelecidos pela ordem social, fiquem sob a guarda do Estado para que, após um período em privação de liberdade estabelecido por lei, possa voltar ao convívio social. No entanto, a prática sugere algumas dificuldades físicas e subjetivas para o cumprimento dessa máxima, afinal, a medida da justiça pode parecer difícil de compreender de um indivíduo para o outro, problema que agrava a perspectiva do merecimento da punição, de modo a gerar uma compreensão cultural de que não existem sofrimentos exagerados àqueles que cometeram crimes.

Assim, toda a perspectiva que precisaria ser trabalhada sobre como estes indivíduos retornam a sociedade, e quais são as garantias sobre a qualidade do trabalho que é feito dentro desses espaços para que essa saída seja definitiva e realmente integrante de um processo de aprendizagem maior? Ao observarmos o principal presídio modelo de prisão humanizada no mundo, em Halden, na Noruega, é possível perceber um grande investimento na autonomia dos indivíduos e um cuidadoso trabalho com relação a mudança de suas perspectivas sobre suas formas de atuação no mundo. É claro que aqui nossa intenção não é estabelecer um parâmetro comparativo de como os dois países conduzem seus sistemas prisionais, no entanto, questionar porque os espaços relacionados aos presídios e aos seus personagens não podem ser ocupados por uma perspectiva que visa a discussão dos problemas e a transformação desses espaços ao invés de uma representação que reforça sua finalidade punitiva?

Política em cena: realidades ocultas e o silenciamento da falência do sistema prisional

Ainda que esteja claro que a política que está presente na mídia não é apenas aquela ligada aos partidos políticos, mas sim a um conjunto de

esquemas de poder e forças que movimentam e mobilizam os cidadãos nas mais diversas esferas sociais, há que se considerar a força e a presença das coberturas político partidárias na mídia brasileira, que acabam assumindo os espaços das editorias políticas dos telejornais. E se por um lado, a população vive uma fase de descrença em relação ao poder público, as matérias parecem colaborar com a ideia de que corrupção e política estão ligadas ao universo partidário.

Nesse sentido, por muitas vezes a relação entre a mídia e a política passa despercebida pelas matérias diárias nos telejornais. No entanto, essas duas esferas da sociedade atuam em uma parceria complexa e interdependente. Para Kovach e Rosenstiel (2003), quando os jornalistas assumiram, no final do século 20, a função de homens de negócios, tiveram a relação entre cidadãos e jornalistas enfraquecida. Essa conclusão reflete o universo da imprensa moderna, em que os jornalistas, influenciados pelas novas condições de trabalhos e pelo jogo de forças atuantes do exercício de suas funções, trocaram a premissa da primeira lealdade com os cidadãos, para um compromisso baseado em premissas frágeis, técnicas e cada vez mais inconstantes.

Dessa forma, participam do jogo político as matérias e conteúdos midiáticos, assim como esses mesmos conteúdos são influenciados pelo jogo político. Hughes (2010), em estudos sobre países latino-americanos, identifica o discurso midiático – internalizado tanto pela sociedade quando pela mídia em si – nos países da América do Sul como um elemento intermediário passivo. Em outras palavras, para a autora, é como se existisse uma naturalização da ideia de que a mídia não é politicamente determinante, quando na verdade, ela é. O grande problema é que as equipes de assessoria e marketing político perceberam essa força determinante muito antes do que nós (população) pudéssemos acompanhar.

Para a autora, prova disso é o uso cada vez mais forte da “comunicação estratégica”, que aciona líderes de opinião, pesquisas para moldar a mensagem a públicos específicos, também por meio da mídia, que acaba

sendo uma ponte direta para a execução dessas estratégias. Assim, o que acontece na prática é que as forças políticas passam a definir e controlar o quadro de notícias, ou como aparecem nesses quadros, por meio do relacionamento com os jornalistas e os veículos de comunicação.

Afim de compreender como a cobertura midiática apresenta as questões relacionadas à segurança pública e ao sistema prisional de forma geral, é preciso desvendar esse jogo de forças que atuam no modo como as situações são representadas e comunicadas. Se por um lado, temos um sistema prisional falido, que representa um desejo de vingança de uma população extorquida, por outro, temos indivíduos privados de liberdade por situações tão diversas quando as realidades existentes no território do país. De roubo de remédio a consumo e tráfico de drogas, a cobertura midiática parece não dar conta da diversidade de crimes, reduzindo o estereótipo da prisão e os presidiários, a pessoas perigosas e que precisão sofrer algum tipo de punição do Estado. Assim, quando a mídia cobre os assaltos, os furtos, e os crimes praticados com violência, mostrando como fechamento do caso a prisão dessas pessoas, é como se o que fosse representado em relação à Justiça e a criminalidade para a população, acabasse ali.

Para Hughes (2010), no caso das pautas políticas, o problema se agrava quando as questões relevantes nas matérias são silenciadas ou apagadas em detrimento de outros pontos de desvio de atenção. Ao falar do "ciclo de atenção da mídia", a autora pontua que, muitas vezes, o que acontece é que questões morais e escandalosas são tratadas de forma mais abrangente pela mídia, enquanto as discussões sobre os reais problemas sociais são silenciados.

A crise da segurança pública e a cobertura televisiva da onda de violência no Ceará (2019)

A marca de terceiro país com a maior população carcerária do mundo acentua a percepção de que, no Brasil, muitas vezes a prisão representaria uma tentativa de combate à violência. No entanto, o

mesmo número comprova que, por aqui, prender tem pouca relação com a diminuição da prática de crimes. Enquanto a violência continua a acontecer nas casas e nas ruas, o sistema que estrutura e coordena os mecanismos de punição enfrenta uma série de problemas para gerenciar os efeitos que as estratégias de diminuição da criminalidade pautadas no encarceramento são capazes de produzir. Uma delas tem relação com o que é considerado crime e, portanto, o que é passível de punição (e também de erro). Uma iniciativa do portal de notícias G1[1], *Motor da Violência*[2] revelou por meio de dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que o país possui 41,5% de sua população carcerária sem condenação. O dado reflete um outro problema grave no país: o encarceramento em massa. Com a desigualdade social estruturada, a prisão acaba sendo sinônimo de justiça rápida, enquanto o processo jurídico como um todo (desde a fase de investigação até o julgamento), caminha à passos lentos. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019)[3], 37% das pessoas presas provisoriamente não são condenadas à pena de prisão ao final do processo.

Diante da necessidade de prender chegamos à marca que parece ser a mais grave de nosso sistema prisional: a superlotação. Com um déficit de 288,4 mil vagas, o país possui superlotação em praticamente todos os estados da Federação: segundo o CNJ, o país possui hoje (2019) 812.564 pessoas em condição de privação de liberdade.

Apesar de não ser o objetivo deste trabalho apontar a origem desses problemas, ou ainda, a sua gravidade perante às estratégias do combate à criminalidade, julgamos importante pontuar que para compreender os problemas pelos quais passa o nosso sistema hoje, é preciso que seja feito olhar histórico sobre o nosso passado, que vai desde nossa formação enquanto República considerando a escravização dos povos indígenas e africanos, formando um país de extrema desigualdade social que ainda observa o seu reflexo de forma nítida, ao encarar espaços como o cárcere e também, as ondas de violência que acontecem em várias regiões Brasil, e que estão, neste estudo, representadas pelos conflitos registrados em 2019, no Ceará.

No dia 02 de janeiro de 2019, aconteceram uma série de manifestações no Ceará com a queimada de ônibus e outras agressões ao patrimônio público, que, de acordo com as reportagens analisadas (e detalhadas mais à frente), teria começado após o governo do Ceará implantar a Secretaria de Administração Penitenciária para colocar em prática medidas de endurecimento contra os detentos. No dia 13 de janeiro, o Fantástico (TV Globo) produziu uma matéria especial sobre o caso, analisada neste trabalho.

Com o objetivo de compreender como o presídio é representado na televisão, utilizamos o método da materialidade audiovisual para identificarmos de que forma a temática da segurança pública e da crise no sistema prisional aparecem em uma reportagem crucial para o imaginário do cárcere no país. Para a análise que este trabalho pretende executar, é preciso considerar que ele faz parte de um amplo estudo sobre a representação midiática dos presidiários, em que outros produtos audiovisuais foram e serão analisados. Como metodologia, consideramos os estudos realizados por Coutinho (2016) em conjunto com o Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais (CNPq-UFJF), a Análise da Materialidade Audiovisual, que toma como objeto de avaliação a unidade "texto+som+imagem+tempo+edição".

Ao trabalharmos com tal método, destacamos a dificuldade de análise de produtos audiovisuais utilizando outros métodos isolados, que não permitem uma análise que considere todos os efeitos que um frame possa produzir combinando som, imagem, discurso (verbal e não verbal) e diversos outros elementos, por privilegiarem a narrativa científica junto ao desmembramento de seu conteúdo. Nesse sentido, em busca de solucionar a dificuldade de reconstruir estes momentos em uma narrativa científica (textual), o método proporciona novos eixos de avaliação e recursos de escrita que torna mais coesa a experiência de análise, sobretudo por não exigir uma estrutura analítica de descolamento dos itens audiovisuais. Numa perspectiva de análise do telejornalismo, a autora aponta que:

> [...] diferente do processo de produção e experimentação no telejornalismo, nessas narrativas que se tecem sobre ele, sons e imagens são apresentados em sequência, ao longo de frases e eventualmente parágrafos que buscam reconstruir/ narrar uma simultaneidade que é articulada no quadro/ frame no jornalismo audiovisual e seus espaços-tempos, agora objetos de análises. Esse (s) momento (s) não pode (m) ser recompostos na narrativa científica, tal como a conhecemos. Seria essa "tradução" uma "traição" ao texto televisivo? [...] (COUTINHO, 2016, p. 10).

Além disso, a proposta da Materialidade Audiovisual inclui também o estabelecimento de eixos e itens de avaliação tendo em vista as questões de pesquisa, o referencial teórico utilizado e os elementos para-textuais. Nesse sentido, nós, pesquisadores, ao trabalharmos a análise audiovisual destacamos nossa postura como um “telespectador privilegiado”, capaz de compreender estratégias, as intenções de produção de sentidos e significados, nas narrativas audiovisuais que analisamos. Seguindo os eixos de avaliação propostos na pesquisa, convidamos o leitor a compreender e se inteirar sobre os caminhos da análise e qual é a perspectiva que esta oferece sobre o objeto - já que “traduzir” o conteúdo deste objeto audiovisual em uma análise, exatamente como ele é, seria tarefa impossível apenas na estrutura textual.

Com duração de 6 minutos e 14 segundos, a matéria vai ao ar precedida da chamada da apresentadora Poliana Abritta, que inicia a reportagem com a disciplina rigorosa nos presídios como estopim dos ataques na cidade. Na fala da apresentadora, encontramos o discurso de que o Fantástico promete mostrar o que mudou na rotina dos presos e porque as facções se sentiram incomodadas a ponto de reagir.

Com imagens dos ataques a ônibus e ao patrimônio público, a matéria começa mostrando imagens do que chega a ser a maior onda de violência do Ceará. No início da matéria, são intercalados vídeos das pessoas que participaram dos ataques, com o tom de violência e de prazer pelo que está sendo feito. De acordo com a reportagem e a fala

das fontes oficiais, como de Camilo Santana, governador do Ceará, o que vem sendo feito nos presídios não é nada diferente do que a legislação já prevê, que é a retirada da comunicação entre os presidiários e a sociedade. No entanto, também são intercalados vídeos em que os presos aparecem em um pátio sendo pressionados sobre o poder do Estado. A matéria parece ser construída por três perspectivas, a dos que são favoráveis ao endurecimento das leis, aquelas que acham que há abuso do Estado, e a população, que sofre com a onda de violência.

Imagem 1 – Presidiários no Ceará são pressionados por agentes penitenciários
Fonte: Globoplay (2020)

Áudios em que integrantes da facção criminosa ameaçam continuar os ataques caso o Secretário de Administração Penitenciária do Ceará, Luís Mauro Albuquerque, não seja desligado de sua função. O secretário, aparece na matéria como um profissional que possui fama de linha dura, é uma referência na atuação em presídios e há 2 anos assumiu o comando das cadeias do Rio Grande do Norte, em meio a massacres e rebeliões em Alcaçuz, implementou rotinas de disciplinas separando facções, e foi convidado a fazer o mesmo trabalho no Ceará.

Imagem 2 – Secretário de Administração Penitenciária do Ceará é apresentado na reportagem
Fonte: Globoplay (2020)

De acordo com a matéria, o Secretário aprovou ações que visam acabar com determinadas regalias que os presos tinham acesso, nas palavras do presidente do Sindicato de Agentes Penitenciários do Ceará, objetos como celulares, televisões, ventiladores e *grill*, entravam nas unidades. Na matéria, são evidenciados os dados de homicídios no estado, que ultrapassam a média nacional. Em relação aos ataques, a matéria mostra como a população está temerosa com a situação, e triste pela destruição da sede de um projeto ambiental, que trabalha para a recuperação de mangues da região.

No entanto, no fim da matéria, os jovens das comunidades são citados como os grandes prejudicados dos ataques, uma vez que a cada 347 suspeitos presos, 115 são adolescentes, correspondendo a 1/3 dos suspeitos. Com entrevista anônima, um homem diz que esses adolescentes estão sendo vítimas de abusos institucionais e por parte do crime organizado. Ao final, um sociólogo fala rapidamente sobre a necessidade de se ter uma estratégia para atuar nestes casos. Por último, um instrutor de autoescola que teve a pele queimada durante do

atentado, fala sobre seu medo e revolta enquanto um vídeo é exibido em que os criminosos dizem “nós vamos tacar fogo nos ônibus com vocês dentro”.

Na matéria analisada é possível perceber que a cobertura dos ataques no Ceará não se aprofunda nos elementos que estruturam a crise do sistema prisional no Brasil, como o encarceramento em massa, a lentidão no julgamento de crimes e a falta de uma estrutura nas cadeias que possibilite o rompimento do ciclo da violência. Ao mesmo tempo em que o endurecimento das leis evidencia um problema de abuso institucional nas cadeias brasileiras, alimenta o estereótipo punitivo presente na maioria das coberturas relacionadas à criminalidade e seus espaços.

Considerações Finais

No Brasil, a relação do que é ofertado na programação televisiva possui consequências muitas vezes difíceis de serem mensuradas na vida cotidiana. Nessa rede invisível, os conteúdos se transformam no imaginário popular, se colando e descolando de preconceitos culturais, além de reforçarem e modificarem determinadas práticas culturais. Nesse desafio, é papel dos jornalistas entenderem de que forma é possível colaborar para uma sociedade livre, que preze pelos preceitos da igualdade e da justiça para todos. Uma das formas de lutar por esses preceitos, é com a produção de matérias que levem em conta os desafios sociais enfrentados nas cinco regiões do país.

Ao pensarmos na proposta da TV enquanto mediadora – assumindo de fato um papel de troca e colaborando para o enfretamento dos desafios sociais, não é possível admitir uma mediação que não esteja disposta a revelar os verdadeiros problemas e responsabilizar os verdadeiros agentes. E para isso, é necessário que os jornalistas estejam dispostos a construir uma comunicação mais ligada a realidade da população, reorientada para uma valorização do universo cultural e do cotidiano dos

sujeitos como mediadores dos sentidos produzidos pelos meios de comunicação.

É nesse sentido que destacamos a necessidade de uma contribuição midiática que não apenas apresente as informações, mas esteja pronta para discuti-las em suas especificidades e em profundidade. Assim, a relação do que é ofertado na televisão e a formação reflexiva da sociedade deve ser cuidadosamente estudada. Se partirmos do ponto que a televisão, um dos mais relevantes meios de comunicação do país, desconsidera determinado assunto, de que forma um cidadão pode lhe considerar importante? É claro que essa relação não é exatamente direta, mas, de acordo com estudos anteriores acerca do papel do jornalismo na TV, a omissão de determinados assuntos pode gerar à longo prazo o efeito de desinteresse por parte do público.

Referências

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

COUTINHO, Iluska. Dramaturgia do telejornalismo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

G1. Disciplina mais rigorosa nos presídios do Ceará foi o estopim para ataques. https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/01/13/disciplina-mais-rigorosa-nos-presidios-do-ceara-foi-o-estopim-para-ataques.ghtml.

HUGHES, Sallie. The Latin American News Media and the Policymaking Process. In: How democracy Works. Harvard University, 2010.

KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom.Os elementos do jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir. Ed Geração editorial, 2003.

LIMA, Venício de A. Comunicação e Cultura: as ideias de Paulo Freire. Brasília: Unb, 1996.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. La Comunicación Plural: alteridad y socialidad. Lima: Felafaces, n.40, 1994.

MARTIN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Os exercícios do ver. Hegemonia audiovisual e ficção televisiva. São Paulo: Senac, 2004.

MASSEY, Doreen. B.: Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Trad. Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.
NEXO. Qual o perfil da população carcerária brasileira. Disponível em https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/01/18/Qual-o-perfil-da-popula%C3%A7%C3%A3o-carcer%C3%A1ria-brasileira.
THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Editora vozes, 1998.

Telejornalismos e as disputas narrativas

Carla Ramalho Procópio

O objetivo deste capítulo é trazer versões totalmente distintas de um mesmo caso envolvendo o presidente Jair Bolsonaro, com a diferenciação apenas da posição tomada pela Rede Globo e pela TV Record, que assumem o papel de apoiador e opositor do presidente, refletindo também nos discursos apresentados em seus telejornais.

Dessa forma, os pesquisadores Veruska Yasmim Paião Rocha, Bruna Assis Domingos e Gustavo Pereira partem da pergunta "Quem mandou matar Marielle" para articularem o texto em 3 atos: expectativa, resolução e desfecho, que revelam a diferenciação da cobertura dos principais telejornais de duas emissoras de TV aberta que assumem narrativas completamente distintas em todo o processo jornalístico, de acordo com seu posicionamento em relação ao presidente Jair Bolsonaro.

Através da Dramaturgia do Telejornalismo (Coutinho 2012) e da Análise da Materialidade Audiovisual (2016), busca-se compreender de que maneira as narrativas são construídas e repercutidas de maneiras distintas, sendo que o mesmo caso está em questão, que é a morte de Marielle Franco.

Para isso são observados os discursos que permeiam Jair Bolsonaro e os possíveis envolvidos na morte de Marielle, até então vereadora do Rio de Janeiro, e de seu motorista, bem como a angulação e espaço que o caso teve no Jornal Nacional (Rede Globo) e Jornal da Record (TV Record).

Narrativas da mesma história: crime, política e repercussões de um depoimento na TV Aberta

Veruska Yasmim Paião Rocha, Bruna Assis Domingos e Gustavo Pereira

Em telas: os dois lados da mesma história

A primeira cena, imagem desse texto, é da edição do telejornal de maior audiência no Brasil veiculada no dia 29 de outubro de 2019. William Bonner anuncia, ainda na escalada do Jornal Nacional (JN), uma matéria exclusiva que relaciona o nome do Presidente da República com os suspeitos do assassinato de Marielle Franco. O telejornal apresenta informações acerca de depoimento de testemunha do caso, ainda não concluído. O depoimento gerador da controvérsia a ser analisada é do porteiro do condomínio de luxo no Rio de Janeiro onde o presidente residia, dando conta de que um dos principais acusados de matar a vereadora do PSOL, o ex-Policial Militar Elcio de Queiroz, teria interfonado à casa de Bolsonaro no próprio dia do crime, o que foi repercutido em edição do Jornal Nacional.

Na mesma noite e durante uma viagem à Arábia Saudita, Bolsonaro foi às suas redes sociais para se defender e acusar à Rede Globo, que noticiou o depoimento como calunioso. Ao tomar conhecimento da matéria veiculada pelo JN, Bolsonaro, a partir de uma *live* em seu Facebook, convocou seus seguidores para a entrevista exclusiva à TV Record. O presidente usa a entrevista com o intuito de refutar as acusações que o relacionam ao caso e cujas investigações ainda estavam em andamento no momento. O acontecimento ganhou repercussão, e os dois telejornais noticiaram seus desdobramentos, mas de formas distintas.

O objetivo deste texto é identificar como as produções audiovisuais são construídas e podem contribuir para a formação da opinião pública sobre diferentes atores sociais, atuando dessa maneira como meios de exercício do direito humano e social à informação.

Nesse panorama, destaca-se a busca por compreender se as narrativas veiculadas nos telejornais contribuem para o conhecimento amplo do tema, com pluralismo e diversidade. Os telejornais analisados apresentam perspectivas distintas, com construções discordantes em alguns momentos sobre um mesmo fato? Uma das promessas do (tele) jornalismo é a de atender o interesse público; será que isso de fato ocorre?

O presente estudo não avalia apenas os elementos objetivos — elementos visuais, coerência das fontes ouvidas e presença do contraditório. Busca-se lançar um olhar mais atento também ao que é dito, como é dito e por quem é dito. É importante observarmos, ainda, que pesa muito o modo como as informações/notícias são organizadas e apresentadas para os telespectadores.

Para isso, serão abordados os conceitos de telejornalismo, audiovisual, pluralismo, diversidade e dramaturgia do telejornalismo que servirão de suporte para o percurso metodológico do estudo, que foi construído a partir de pesquisa bibliográfica, tendo como principais textos as contribuições de Coutinho (2012) acerca da Dramaturgia do Telejornalismo, que analisa a estrutura das notícias em televisão como um drama cotidiano, e da Análise da Materialidade Audiovisual, utilizada para compreensão dos elementos textuais e para-textuais presentes no objeto empírico. Mas antes é preciso conhecer o caso.

A origem de uma pergunta: quem mandou matar Marielle?

No dia 14 de março de 2018, a até então vereadora pelo PSOL, Marielle Franco foi assassinada ao voltar para casa, no Rio de Janeiro. Depois de participar de um debate com jovens negras, ela e seu motorista, Anderson Gomes, foram alvejados dentro do carro em que estavam.

Marielle foi atingida por quatro disparos na cabeça e o motorista por três tiros nas costas, segundo um relatório policial.

Por se tratar de uma figura pública, a maior dúvida era qual a principal motivação para o assassinato. A investigação buscava saber se o crime tinha relação com o cargo que ela ocupava e se os mandantes teriam ligação com as denúncias que ela fez em vida. Os suspeitos dos assassinatos, Ronnie Lessa e Elcio de Queiroz, foram presos por meio de uma denúncia anônima, sete meses após o início da investigação, no dia 12 de março de 2019.

Contudo, mesmo com a prisão dos dois suspeitos, a polícia continuou em busca do mandante do crime, conhecido como "autor intelectual". O presente estudo tem o caso como ponto de partida. O objetivo do presente trabalho é compreender de que forma as narrativas audiovisuais são construídas a partir da denúncia feita pela Rede Globo, que se desdobrou na repercussão do caso na TV Record, espaço televisivo em que o presidente Jair Bolsonaro ganhou voz e "direito de resposta".

(Tele) jornalismo, pluralismo, diversidade e direito à informação

O papel central do jornalismo numa democracia é de informar o público, contar histórias e traduzir realidades sem censura. A busca pela liberdade em transmitir para a população tudo aquilo que não está ao seu alcance, tal como aponta Traquina (2005), tem raízes no século XIX, com a criação da imprensa cujo objetivo era fornecer informação e não propaganda.

Nesse sentido, a crescente popularidade da TV e do (tele) jornalismo na contemporaneidade se relaciona com a garantia de um acesso mais universal ao conhecimento dos fatos, nas notícias, sem limitações de grau de escolaridade (Coutinho 2012) e com o seu poder de transformação e incorporação tanto diante de mídias antigas como de novas (Miller 2009).

A partir da perspectiva do espaço público mediatizado (Wolton 1995), o (tele) jornalismo se consolida como importante ator social para a formação da opinião e espaço público, tanto do ponto de vista do acesso, já que a TV ainda é a principal tela em que a população consome para obter informações, sejam elas de âmbito local a global (COUTINHO e*t al*, 2018) como também pela capacidade de identificação e de representação que as narrativas telejornalísticas tem para com o público, diante de uma encruzilhada de possibilidades no campo do político e do social.

A específica linguagem (tele) jornalística contém um caráter dual: pode ser um fator de desestabilização de ordens dominantes, chamando para o espaço público elementos de avaliação que permaneciam obscuros aos olhos do público como também pode reproduzir compromissos estabelecidos, impedindo a problematização crítica da realidade (Correia, 2007). Apesar da controvérsia da objetividade, as narrativas noticiosas pressupõem o poder crítico do público como ator para discernir a construção da realidade disseminada.

> É impossível negar a importância do jornalismo na formação de uma concepção de mundo adequada aos grandes consensos e na construção dos sistemas de relevância dos atores sociais. Porém, simultaneamente não é possível deixar de abandonar os pressupostos clássicos de alguma teoria crítica para ter em conta uma visão mais complexa das situações de interesse, de conflitos e de poderes nas sociedades capitalistas avançadas. [...] Reconhece-se simultaneamente que novos agentes podem tomar a palavra para impor outras visões do mundo, dar a conhecer os problemas de "mundos da vida" que já não se apresentam tão homogéneos e unificadores, participar de forma conflitual na formulação da agenda, ou na visão que se constrói sobre a realidade que se visa representar" (CORREIA, 2007, p, 13).

Wolton (1995) esclarece que a generalização do vocabulário mínimo, consequência da ampliação do espaço público, pode ser diferenciada da linguagem comum, necessária à comunicação política. A dimensão

comunicacional indispensável ao confronto político com o consenso da aceitação, portanto, se difere de um código de comum de comunicação quando se entende que falar a mesma língua, não quer dizer, de modo algum, estar de acordo.

A ampliação de telas e possibilidades de construção de narrativas que oriundas da evolução tecnológica (smartphones, computadores, Internet, entre outros) confere um espaço de credibilidade e de veracidade de informações ao jornalismo audiovisual. Por conta dessa ressignificação que o telejornalismo tem passado, questões relacionadas ao pluralismo e a diversidade também ganham espaço nas discussões relacionadas à representação do cidadão pelos telejornais, já que parte do conteúdo produzido atualmente na Internet busca ampliar narrativas a partir de uma não identificação de pluralismo e diversidade nos conteúdos telejornalísticos.

Dois conceitos ainda pouco trabalhados em termos teórico-conceituais no campo da Comunicação, mas de extrema relevância, pluralismo e diversidade são dois aspectos que têm relevância em questões relacionadas ao jornalismo, na medida em que ser plural implica na ampliação de espaço de fala e de expressão dos cidadãos e ser diverso implica em expandir a representação de manifestações culturais, sociais, regionais e minoritárias, e que busquem ser representativas para a sociedade.

Ao trabalhar a temática aplicada ao jornalismo e ao audiovisual, Coutinho (2012) defende que a pluralidade de vozes e a diversidade nas fontes nas narrativas audiovisuais, não consiste apenas em escutar os dois ou mais lados da questão, mas sim se constrói a partir da promoção de conteúdos diferenciados, tanto do ponto de vista da linguagem, como também do formato, e que tem como objetivo gerar identificação para a sociedade efetivamente cidadã, respeitando as diferenças de várias ordens e buscando sempre se pautar na inclusão daqueles que normalmente são excluídos das narrativas.

Ainda no âmbito da pluralidade, Siqueira e Vizeu (2014) acreditam que os jornalistas, ao escolherem o formato, determinam quais assuntos terão um aprofundamento maior e quais serão abordados de forma mais abrangente. Nessa perspectiva, entende-se que a promoção de telejornalismos mais plurais e diversos não só contribui para a garantia de direitos humanos que perpassam pelo acesso à informação, presente no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 e no artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), bem como sustenta a importância do jornalismo. Na medida em que a sociedade democrática se estabelece a partir dos três poderes: executivo, legislativo e judiciário, Sodré (1999) destaca que o jornalismo é credenciado ao status de quarto poder ou quarto estado. Surge e se consolida com o compromisso de servir como fiscal do que vem sendo desempenhado pelos órgãos de poder do Estado, bem como passa ser o principal tradutor da realidade das sociedades democráticas.

A história por trás das emissoras

Telejornal mais longevo da TV Brasileira, o Jornal Nacional é referência em jornalismo audiovisual e líder em audiência no país. Segundo os Princípios Editoriais do Grupo Globo, o JN seria independente e apartidário e busca ser isento e defende o exercício da democracia e dos direitos humanos como valores fundamentais para o desenvolvimento pleno da sociedade.

A liberdade de informar é intitulada pelo programa como direito que nunca deve ser considerado excessivo, se o noticiário estiver de acordo com as leis do país. O veículo argumenta que sua postura vigilante gera acusações de partidarismo, porém, justifica que esmiuçar toda e qualquer ação, de qualquer grupo, em especial de governos, capaz de ameaçar valores da Constituição é um imperativo do jornalismo ao qual não se pode abrir mão.

> [...] Não se trata de ser contra sempre (nem a favor), mas de cobrir tudo aquilo que possa pôr em perigo os valores sem os quais o homem, em síntese, fica tolhido na sua busca por

> felicidade. Essa postura está absolutamente em linha com o que rege as ações do Grupo Globo. No documento "Visão, Princípios e Valores", de 1997, está dito logo na abertura: "Queremos ser o ambiente onde todos se encontram. Entendemos mídia como instrumento de uma organização social que viabilize a felicidade (GLOBO, 2011, p. 30).

A procura por assuntos exclusivos com pluralidade de abordagens e presença do contraditório é outra promessa. O Jornal Nacional entende que, dessa forma, o público pode se posicionar diante dos fatos apresentados conforme seu entendimento. O Editorial do Globo também defende que os veículos devem ser transparentes na produção e veiculação da notícia. Isso significa que o público será contextualizado, informado sobre as condições em que forem feitas reportagens que fujam ao padrão.

Já o Jornal da Record, segundo seu editorial, surgiu como uma alternativa de jornalismo para o público que busca assuntos atuais e diversificados e que procura um jornalismo sério, ágil, moderno e imparcial. Seu principal diferencial são notícias cada vez mais perto do telespectador. "Nossos repórteres, cinegrafistas, editores e toda a equipe técnica estão empenhados para fazer um telejornal em que o público possa confiar. Sem máscaras e imparcial" (Jornal da Record, 2020).

Com uma construção e definição bem sucinta e definida, o jornal parece não deixar claro, ou até mesmo não se importar, com sua preocupação com a perpetuação da pluralidade em suas matérias, bem como não deixam claro seu cuidado com a diversidade em seus materiais jornalísticos.

Por se tratar de um jornal que integra o quadro de programação de uma emissora cristã, em que o seu acionista majoritário é Edir Macedo, bispo e líder da Igreja Universal do Reino de Deus, podemos entender que tais preocupações com diversidade podem ser secundárias ou inexistente uma vez que o público da emissora é bem definido apesar de o Editorial

deixar claro que se trata de um jornal para todos os brasileiros e brasileiras.

É a partir das questões apresentadas anteriormente, das promessas dos dois telejornais analisados e dos espaços ocupados por eles, que se propõe analisar o desenrolar dos fatos sob o ponto de vista de cada um dos veículos expostos. Busca-se também compreender o papel do jornalismo como agente fiscalizador e representante do público na garantia do direito à comunicação, como direito que daria acesso a outros direitos. O estudo será divido em três atos principais: A matéria veiculada pelo JN que liga o presidente ao assassinato de Marielle Franco; A *live* feita por Bolsonaro em sua página no Facebook em que convoca seus seguidores para assistir a uma entrevista exclusiva que concederia à TV Record; e a entrevista exclusiva veiculada no Jornal da Record. A utilização da nomenclatura Ato se dá pelo entendimento de Coutinho (2007) de que as notícias em televisão são construídas e roteirizadas seguindo a lógica da dramaturgia formulada por Aristóteles.

> [...] A narrativa se organiza através da criação de uma expectativa, seguida pelo surgimento ou explicitação de um conflito, tentativas de solução do problema e desfecho, positivo ou negativo. Os chamados percursos narrativos seriam organizados a partir das ações de um personagem com um objetivo a cumprir, meta a alcançar (COUTINHO, 2012, p. 107).

Nesse sentido, assumiremos que os telejornais possuem uma estrutura de notícia que em alguns pontos se assemelham às dramaturgias e uma cópia quase que fidedigna ao que temos com a realidade, o que cria uma proximidade com o telespectador:

> Em um primeiro momento a aproximação entre o universo da dramaturgia e uma gramática de produção de notícias, ou de forma mais específica de sua organização como discurso informativo, seria analisada a partir da identificação da existência do conflito narrativo como núcleo fundamental das matérias exibidas nos dois telejornais. A estruturação do noticiário televisivo em torno de problemas, ações e disputas guardaria semelhanças com o que classificamos de um drama cotidiano (COUTINHO, 2012, p.115-116).

A partir disso, precisamos criar uma análise do decorrer dos fatos. À medida em que as situações acontecem, que as notícias vêm à tona e que os personagens são construídos. Sendo assim, foi preciso, em média, uma análise de dez dias de cada telejornal para que tivéssemos uma visão macro do acontecido e da narrativa em si. Baseado na teoria a seguir:

> É a partir dessa expectativa, desse conflito narrativo quase sempre evidenciado pelos apresentadores, que o texto e a edição de matérias se estruturam e organizam, no tempo. Para conhecer o final ou desfecho dessa estória, drama cotidiano, o telespectador deveria acompanhar o desenrolar dessa trama ao longo do tempo, telejornal, deixando gravado em pontos medidos pelos institutos de audiência seus planos, sua aprovação (COUTINHO, 2012, p. 134).

Retomando o conceito de dramaturgia do telejornalismo (COUTINHO, 2012), que partiria do pressuposto que toda história tem início (prótase), meio (epítase) e fim (catástrofe), observa-se o mesmo comportamento e construção na matéria exclusiva da Rede Globo (29), na live feita pelo Facebook de Bolsonaro (29) e na entrevista exclusiva cedida pelo Presidente em seguida na Record (29), além do desenrolar dos fatos (30/10 a 8/11) nos dois telejornais, que podem ser categorizados na narrativa como três atos: expectativa, resolução e desfecho.

Para o desenvolvimento desses atos, utilizaremos como metodologia a Análise da Materialidade Audiovisual (COUTINHO, 2016), que propõe inicialmente uma pesquisa bibliográfica, a construção de eixos de análise baseados no referencial teórico e divididos em atos: expectativa, resolução e desfecho, e em seguida a "entrevista do objeto" a partir de uma investigação dos conteúdos audiovisuais tomados como uma unidade, sem que ocorra a decomposição dos elementos textuais e para-textuais (imagem + artes + texto + elementos visuais que compõem as cenas) que devem ser analisadas de forma unitária, observando-se a complexidade da linguagem audiovisual. A partir de Siqueira e Vizeu

(2014), será identificado o formato jornalístico empregado, como reportagem, nota seca, nota coberta ou vivo. O tempo do videoteipe (VT) inclui a cabeça (fala do apresentador) e nota pés (comentários depois da reportagem).

1º ato: expectativa

No dia 29 de outubro de 2019, o Jornal Nacional, produto jornalístico de maior alcance e relevância no Brasil, apresenta uma notícia inédita: a suposta ligação do nome Bolsonaro ao assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. Por meio da dramaturgia do telejornalismo, é possível relacionar as falas, personagens e cenários da trama às promessas de enunciação do noticiário descritas anteriormente. O JN não só apresenta a denúncia de interesse público como também demonstra preocupação com a verificação dos fatos. Para contar história com credibilidade, utiliza uma série de mecanismos objetivantes epistemológicos que podem ter também um caráter ambíguo (CORREIA, 2007).

Bonner introduz o caso ao dizer que o condomínio onde mora Roney Lessa, um dos suspeitos de assassinato no caso Marielle, é o mesmo que o presidente Bolsonaro tem casa. E que a polícia investiga o caderno da portaria depois do porteiro dizer que “horas antes do crime, o outro suspeito do assassinato, Elcio Queiroz, entrou no condomínio e disse que iria para a casa de Bolsonaro”. O JN enfatiza que há contradição na declaração já que os registros de presença da Câmara dos Deputados mostram que Jair Bolsonaro estava em Brasília nesse dia. Porém ressalta que, como houve citação do nome do presidente, a lei obriga que o Supremo Tribunal Federal analise a situação.

O caráter simbólico e linguístico do telejornal já o garante a posição de um importante ator fiscalizador (Sodré 1999) e político no espaço público mediatizado (Wolton 1995). Os papéis de arauto e herói são protagonizados pelos JN à medida que se posiciona como máquina produtora de sentido, na busca pela “verdade”, contextualização dos

fatos e seus desdobramentos. O repórter Paulo Renato Soares é o único "personagem" com voz direta no VT e encontra na linguagem comum, necessária à comunicação política (Wolton 1995), uma forma de explicar a história controversa à população quando interpretar a fala do porteiro que: "após Élcio se identificar e falar que iria para casa 58, ele ligou para a mesma para confirmar se o visitante tinha autorização para entrar e que identificou a voz de quem atendeu como de seu Jair".

A isenção e hegemonia do JN no espaço simbólico como um ator democrático se dá a partir da apresentação do paradoxo entre a acusação do porteiro e os registros de presença da Câmara que mostram que Bolsonaro estava em Brasília, não no Rio(anunciado e reforçado do início ao fim da edição); a obrigação do Supremo Tribunal Federal (STF) analisar o caso por apresentar nome do presidente por se tratar de um assunto da esfera pública importante num regime democrático; confirmação dos dois depoimentos do porteiro; a busca do JN por provas para comprovação dos fatos (a casa 58 é de Bolsonaro) e novas descobertas provenientes dessas investigações: "o presidente também é dono da casa 36, onde vive um dos filhos dele, o vereador do Rio, Carlos Bolsonaro; Checagem de informações que colocam em xeque o fato apresentado pelo porteiro que depois que Élcio entrou, ele acompanhou o carro pelas câmeras de segurança e viu que o carro tinha ido para casa 66 do condomínio, casa de Roney Lessa. "Ele ligou de novo para casa 58 e o homem, identificado por ele como seu Jair, teria dito que sabia para onde Élcio estava indo".

O "furo" ganha ao todo 6' 25' no último bloco: um VT de 4' 44'' explicando a controvérsia e uma sonora do advogado de Bolsonaro de 1' 41'' com as reações de diferentes setores da sociedade civil. A partir do entendimento de (Coutinho 2012) e (Siqueira e Vizeu 2014), a reportagem não foi, necessariamente, plural e diversa. Não há clareza como a Globo obteve acesso ao depoimento do porteiro e ao caderno da portaria; além de que a voz de outros atores sociais é apenas mimetizada durante a reportagem.

Como uma espécie de narrador e fiscalizador, Soares não somente revisita a legitimidade do JN como também convida ao público para acompanhar o caso durante as próximas edições quando diz "que o Jornal Nacional apurou que a guarita do condomínio tem equipamentos que gravam as conversas pelo interfone e de que os investigadores estão recuperando os arquivos de áudio para saber com quem, de fato, o porteiro conversou naquele dia e quem estava na casa 58".

Apesar das limitações apresentadas, pode-se dizer que o JN tentou promover um diálogo entre diferentes atores sociais; já que foram apresentados os dois lados da história; as reações do Ministério Público do Rio; a falta de resposta de Dias Toffoli e a sonora de Frederick Wassef, defesa de Bolsonaro. Os apresentadores reforçam que entraram em contato com as defesas dos dois suspeitos, mas não obtiveram resposta; como também com a assessoria do ministro Dias Toffoli que não havia se pronunciado até o momento.

2º ato: resolução

Acreditamos que visado pela audiência alcançada em suas *lives* - único meio frequente do qual Bolsonaro utilizada para se comunicar com seus eleitores - a Rede Record vislumbrou daí uma forma de abraçar para si o público que até então só poderia acompanhar o presidente da República de forma online. Sendo assim, no dia 29 de outubro, logo após o fim do Jornal Nacional, Jair Messias Bolsonaro foi ao Facebook refutar as acusações de sua ligação com os suspeitos do assassinato de Marielle Franco e aproveitou para convocar seus fãs para uma entrevista ao vivo no Jornal da Record.

O Presidente se defendeu por meio de uma live no Facebook intitulada "Mais uma matéria porca da Globo. Caso Marielle". A gravação ao vivo de aproximadamente vinte e três minutos encontra-se na página de Bolsonaro na rede social e conta com 320 mil reações (a maioria a favor), 220 mil comentários e 135.920 compartilhamentos. Bolsonaro diz que está na Arábia Saudita e começa seu discurso informando a data, 30 de

outubro, e o horário, às 3h50 da manhã, dia 29 no Brasil. Em seguida, contextualiza seus seguidores sobre a matéria veiculada pela Rede Globo que liga seu nome ao assassinato de Marielle, devido ao depoimento do porteiro. Afirma que há gravações que comprovam que ele não estava no Rio durante o episódio reportado pelo porteiro, mas sim na Câmara, em Brasília. Um dos seus questionamentos é que o processo está em segredo de justiça e como a Globo teria poder para acessá-lo. Bolsonaro afirma que, segundo a revista Veja, o governador do Rio de Janeiro Witzel seria o responsável pelas informações terem se tornado públicas. Acrescenta o governador deve explicações e acredita que há somente duas alternativas: o porteiro deu falso testemunho ou foi enganado. Jair se posiciona como vítima e acusa a Globo de perseguição que, segundo as palavras do próprio presidente, constrói narrativas que o acusam de ser um dos mentores do assassinato de Marielle. Bolsonaro ressalta que, apesar da Globo citar suas digitais em Brasília, sempre fica a suspeita contra sua imagem quando seu nome é relacionado ao crime. Bolsonaro pede desculpas pelo nervosismo alegando o estresse ao seu lado humano e faz uma convocatória para que seus eleitores e qualquer pessoa que estivesse assistindo à *live* ou tivesse interesse em ouvir o seu lado da história, sobre a acusação feita na Rede Globo no mesmo dia horas antes, assistissem ao Jornal da Record.

A estratégia utilizada pela Rede Record em parceria com Bolsonaro pode ser explicada por (WOLTON, 1995), como sendo a demanda que regula a oferta e o conhecimento sobre os gostos do público, o que acaba sendo uma condição única a ser levada em conta pela produção. Vislumbrando um nicho de público que passaria a ser telespectador assíduo não só das já conhecidas novelas da emissora, agora o público conservador brasileiro passaria a se informar através do Jornal da Record, que anteriormente esperava o Jornal Nacional chegar ao fim para dar início.

O que se sucedeu foi uma entrevista não anunciada durante o jornal, que aconteceu apenas no fim da programação, ao vivo, diretamente da Arábia Saudita. Como forma de não iniciar a conversar com o assunto

que causou todo o *buss* do dia, a âncora Adriana Araújo chamou o repórter Thiago Nolasco que está ao vivo da Arábia Saudita para supostamente comentar o acordo viabilizado com o Oriente Médio pelo Brasil. Às 3h30 da manhã em horário local, por volta de 10 da noite, horário de Brasília, o repórter está no hotel de Jair Bolsonaro para uma entrevista exclusiva.

Uma entrada ao vivo direto da Arábia Saudita para refutar uma acusação sem investigação concluída, para nós tem muito a dizer sobre a concorrência entre emissoras e até em relação a um possível posicionamento político, segundo (WOLTON, 1995) o ato de transformar a emissão de um jornal em um espetáculo tem a finalidade de agradar a demanda de um público. Questão que podemos observar na narrativa em análise, uma vez que é de interesse da Record o alcance de novos telespectadores que se interessam por assuntos relacionados ao Presidente da República em uma narrativa em que o coloca como inocente.

A primeira pergunta da entrevista é justamente sobre o anúncio de investimento por parte da Arábia Saudita no Brasil. Repórter e entrevistado posicionados em plano americano no que parece ser a antessala de um quarto de hotel, ambos em posição três quartos para a tela, com semblantes sérios.

Logo em seguida, Thiago já aborda a questão da Rede Globo ter divulgado horas antes uma reportagem afirmando que Bolsonaro havia autorizado a entrada de um dos suspeitos do assassinato de Marielle Franco ao condomínio em que o Presidente reside com sua família no Rio de Janeiro no dia da morte da Ex-Vereadora. A partir desse momento, a expressão do Presidente se torna um pouco mais séria e franzida e a câmera passa a focar no rosto do entrevistado em plano próximo. Bolsonaro afirma que segundo a reportagem, o fato ocorreu no dia 14 de março de 2018, por volta das 17h10, sendo assim, ele afirma ter provas digitais de que estava em Brasília, e por isso, não estava em sua residência, sempre com presteza na resposta e semblante sério e

rígido, ao confrontar os horários, encarava a câmera. Além disso, ainda afirma que a reportagem conseguiu informações de forma incorreta, uma vez que o processo segue em segredo de justiça e atribui ao Governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel o vazamento das informações à emissora.

O repórter fez quatro perguntas relacionadas à acusação da Rede Globo, sendo uma questionando a opinião de Bolsonaro, o alvo da denúncia, quanto ao furo divulgado pela Jornal Nacional. Também perguntou sobre o interesse do Presidente quanto à vontade em ser ouvido no processo de investigação do Assassinato de Marielle Franco - questão que seria imprescindível caso a denúncia pela Globo fosse confirmada - e também sobre o interesse do Governador Witzel, apontado por Bolsonaro como o responsável por vazar as informações para o Jornal Nacional, em explanar para a mídia.

Baseado na Dramaturgia do Telejornalismo (COUTINHO, 2012), entendemos que a narrativa da entrevista buscou colocar os personagens presentes em papéis diferentes: a Globo como principal vilã que explanou acusações sem averiguação prévia e provas, o Governador Witzel como vilão implícito que teria interesse político em "acabar" com a família Bolsonaro a fim de concorrer a um cargo na Presidência, a Rede Record como mocinha/mediadora por utilizar seu espaço na TV aberta para "desmascarar" toda a situação para o povo brasileiro que merece saber a verdade, papel que é do jornalismo e Jair Bolsonaro como vítima de todo um esquema para derrubá-lo da presidência.

3º ato: desfecho

A promessa de ofertar um jornalismo de qualidade acompanha não só o discurso do Jornal Nacional contra as acusações de Bolsonaro, como se cumpre à medida que o telejornal apresenta novos desdobramentos do caso. Depois de informar sobre o depoimento contraditório do porteiro, o JN anuncia a inocência de Bolsonaro segundo a promotoria e o arquivamento do caso pelo Ministério Público. Por meio da Análise da

Materialidade, se destaca o vídeo em que o vereador Carlos Bolsonaro apresenta provas a favor do presidente e acusa a matéria da Globo de mentir. O JN contesta as afirmações ao dizer que as provas refutam, na verdade, o depoimento da polícia, não a matéria. O jogo de narrativas entre a acusação de Bolsonaro contra Witzel por manipular o depoimento do porteiro e interferir no processo bem como a defesa do governador incorporam mais peças ao quebra-cabeça que se forma diante do espaço público contemporâneo mediatizado (WOLTON, 1995). O Jornal Nacional apresenta novas informações do caso a cada edição. Na perspectiva da dramaturgia do telejornalismo, os novos conflitos funcionam como uma espécie de convite ao público para acompanhar os capítulos da narrativa e o desfecho da trama inicial. Nesse sentido, o JN reproduz uma denúncia da Folha de São Paulo sobre falha na perícia do Ministério Público do Rio. A matéria da Folha traz a divergência entre as Associações de Peritos Criminais e de Brasileira Criminalística contra o MP num VT de 4'26". No dia seguinte, o afastamento da promotora Carmen Eliza do caso, por ser apoiadora de Bolsonaro ganha VT de 5'26". O JN recorre ao site do MPRJ que emitiu uma nota sobre afastamento da promotora); ao registro câmara dos deputados; coletiva Carmen, Fotos e postagens da promotora publicadas pelo The Intercept e Folha de SP; nota defesa promotora; sonora com presidente da Associação Peritos criminais (coloca em dúvida), repórter. Declaração do MP foi dada em nota pé.

Ao longo dos dias, a história se mantém, com menor destaque, mas ainda se faz presente no JN por meio das notícias: Bolsonaro afirma ter pego a memória do interfone da portaria do condomínio; Líderes oposição senado e da câmara pedem nova perícia da portaria do condomínio no Rio; Polícia Federal abre inquérito depoimento porteiro; Polícia Civil ro RJ apreende equipamentos de interfone do condomínio (autorização da justiça) e Revista Veja traz reportagem sobre estilo de vida do porteiro. Num VT de 3' 26, o JN informa, de acordo com a Veja, a conduta honesta do porteiro do depoimento e a contradição de que

ele não estava presente no dia do crime. O JN acrescenta que o fato da voz do porteiro do depoimento não ser o mesmo da gravação já havia sido informada pelo colunista do Globo. Em seguida, o repórter Soares fala em nome da defensoria do Rio e uma sonora de Witzel que estimula investigação, deixando o caso em aberto. Dessa forma, o Jornal Nacional pode ser considerado um média que ajuda o público na compreensão da ordem social e na superação do caráter aleatório do mundo, por meio de convenções inerentes à linguagem jornalística (CORREIA, 2007) como também agente fiscalizador (SODRÉ, 1999) que coloca em diálogo diferentes atores.

No Jornal da Record, a promessa de dar ao público apenas o que ele busca, como explicado por (WOLTON, 1995) se mantém durante os poucos dias em que identificamos desdobramentos do caso, enquanto o Jornal Nacional buscou noticiar o desenrolar dos fatos até o dia oito de novembro, identificamos a última notícia no dia dois de novembro.

Considerações finais

A partir da proposta inicial, foi possível observar que os telejornais apresentam abordagens distintas. Enquanto o Jornal Nacional se aprofunda nos desdobramentos da história e promove o diálogo entre diferentes atores sociais, o Jornal da Record está mais interessado em manter no ar os interesses de sua audiência, se limitando a informar o mínimo sobre o acontecido e a partir de uma única perspectiva.

A escolha por apresentar mais matérias sob diferentes pontos de vista, fontes e formatos possibilita uma maior diversidade e pluralismo no Jornal Nacional, apesar de não ser integral, já que o noticiário “omite” algumas informações. Contudo, mesmo com os interesses pré-existentes em uma emissora privada, o JN se legitima como agente fiscalizador à serviço da sociedade pelas perspectivas das abordagens que confere ao caso, se colocando com guardião do direito ao acesso à informação, um dos direitos humanos. A partir do entendimento que o público é inteligente e interpreta as notícias de acordo com sua

percepção, o telejornal da Rede Globo se legitima como veículo que garante acesso à informação.

Por outro lado, o Jornal da Record oferece a uma variedade de formatos, não sendo observado, contudo, o pluralismo de vozes nas narrativas, que em geral possuem apenas um ponto de vista, considerado "chapa branca", por não apresentar pontos de vistas conflituosos, principalmente em relação ao presidente Jair Bolsonaro, possível fonte do caso Marielle Franco.

O direcionamento se mantém no que diz respeito à diversidade em relação às fontes, opiniões e pontos de vista. Assim como no Jornal Nacional, a Rede Record também possui o papel de agente fiscalizador, porém movida por seus interesses privados e ideológicos. Se limita a atender os interesses do seu público ao invés de promover o interesse público, assegurado no processo de concessão assegurado aos canais de comunicação.

A partir de então, pode-se entender que as narrativas audiovisuais dos dois telejornais se aproximam na diversidade dos formatos apresentados na construção da história e se distinguem na abordagem do caso.

Isso porque tanto a Rede Globo como a Record TV diversificam seus materiais jornalísticos, mas se distinguem no tratamento da temática em questão.

Quanto às abordagens do Jornal Nacional, observa-se uma maior exploração do caso e utilização de diferentes formatos para a construção de narrativas pautadas em opinião de especialistas e de explicação do possível envolvimento de Jair Bolsonaro com o caso em questão, diferentemente do que foi identificado no Jornal da Record, que prioriza muito mais dar a versão "oficial" do caso, pautada pelo próprio Governo e produzindo uma espécie de "jornalismo chapa branca", em que apenas um lado é ouvido e não há espaço para o pluralismo de vozes e para a diversidade de posicionamentos e de personagens/fontes.

Por fim, destaca-se que a televisão ainda é o principal canal de acesso à informação da população brasileira, estando presente em 97,2% dos domicílios brasileiros segundo dados da PNAD Contínua TIC 2017 (IBGE, 2017), e com isso, o (tele) jornalismo se torna um importante instrumento de formação da opinião pública num regime democrático, ainda que a Internet tem crescido consideravelmente seu alcance. Nesse panorama, lançar um olhar para a forma com que os veículos de comunicação abordaram o caso é uma forma de garantir tanto a vigência do direito à informação, como também o acesso a outros direitos.

Referências

BRASIL. Constituição Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

CORREIA, João Carlos. O poder do jornalismo e a mediatização do espaço público. Biblioteca on-line de ciências da comunicação, 2007. Disponível em http://www.bocc.ubi.pt.

COUTINHO, Iluska; MARTINS, Simone. Identidade no Telejornalismo Local: A Construção de Laços de Pertencimento entre a TV Alterosa Juiz de Fora e o seu Público. In: Colóquio Internacional Televisão e Realidade, 2008, Salvador, BA. Anais [...] Salvador: UFBA, 2008. Disponível em: www.tverealidade.ufba.br.

COUTINHO, Iluska. Dramaturgia do telejornalismo: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-MG. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

COUTINHO, Iluska. O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: A análise da materialidade audiovisual como método possível. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 39., 2016, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: USP, 2016. Disponível em http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3118-1.pdf.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Unic: Rio de Janeiro, 2005. https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf.

GLOBO. Princípios editoriais das Organizações Globo. Disponível em http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.pdf.

MILLER, Toby. A televisão acabou, a televisão virou coisa do passado, a televisão já era. In: FREIRE FILHO, João (org). A TV em transição. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 9-25.
RECORDTV R7. Conheça a Equipe que faz o Jornal da Record. 2020. Disponível em: https://recordtv.r7.com/jornal-da-record/conheca-a-equipe-que-faz-o-jornal-da-record-22062020.
SIQUEIRA, Fabiana; VIZEU, Alfredo. Jornalismo em transformação: as escolhas dos formatos das notícias na TV. In: VIZEU, Alfredo; MELLO, Edna; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Orgs.). Telejornalismo em questão, v.3. Florianópolis: Insular. 2014
SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999
TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo - Porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.
WOLTON, Dominique. As contradições do espaço público mediatizado. In Mesquita, Mário (org.). Revista de Comunicação e Linguagens nº 21-22. Lisboa: Cosmos, 1995.
ZAPANI, André. Tente, invente. Mas faça o telespectador ser da gente. Globo e Record: a disputa de quase duas décadas. In: XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 2010, Novo Hamburgo, RS. Anais [...] Novo Hamburgo, UFRS, 2010. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2010/resumos/R20-0034-1.pdf.

Qual o tamanho da (na) tela da TV?

Iluska Coutinho

Televisão engorda? Uma busca com essa pergunta em um buscador da rede mundial de computadores dá acesso a uma série de textos escritos sobre o tema. Há matérias em sites de curiosidade, em produtos de divulgação científica, em portais de fotografia que explicam a percepção do acúmulo de peso conforme a lente da câmera, em revistas de celebridades e em blogs de influenciadores. Na maioria deles a resposta confirma que sim, na tela da televisão a pessoa "ganharia" cinco quilos, aspas justificadas pela sensação negativa associada à natureza dessa percepção.

Para além de aspectos técnicos ou de fotografia, importa saber porque essa questão se impõe, e atrai tanta atenção. Em outras palavras, qual o peso dos corpos na tela da televisão? Essa medição, certamente mais simbólica que física, demarca exclusões para quem estaria "acima do peso", mesmo em espaços nos quais o valor mais relevante deveria ser a qualidade da informação, como o telejornalismo.

O texto de Clara Cabral Xisto, Hugo França e Luiz Felipe Falcão traz à tona esse debate, sobre as interdições estéticas no espaço do telejornalismo. Ainda que essas discussões outrora ocupassem apenas os bastidores das emissoras de TV, os autores apresentam no capítulo o caso de uma jornalista do interior de São Paulo. Após ser demitida e denunciar o excesso de peso como motivação para a perda de emprego após 16 anos de trabalho, ela se tornou notícia, nas redes sociais e em programas de debate televisivo.

Nas páginas seguintes, e por meio da análise da materialidade audiovisual, os autores tensionam o direito à informação e o direito ao próprio corpo considerando os enquadramentos televisivos, e sociais.

Caso Michelle Sampaio: a pressão estética nos bastidores do telejornalismo

Clara Cabral Xisto, Hugo França e Luiz Felipe Falcão

Em março de 2019 a jornalista Michelle Sampaio, até então um dos principais nomes da Rede Vanguarda (afiliada da Rede Globo, em São José dos Campos – SP) foi demitida. A alegação da apresentadora para a demissão foi a de ter sido desligada da empresa por estar acima do peso. A repercussão nas redes sociais foi intensa e o presente texto pretende colocar em discussão o tema em relação aos padrões estéticos impostos tanto pela sociedade quanto pelos veículos de comunicação.

A apresentadora ficou grávida em 2016 e, em consequência da gravidez, ganhou peso sem conseguir voltar ao seu peso habitual. Ao retomar a rotina de trabalho, a jornalista passou de âncora de telejornal para o trabalho nos bastidores da TV até ser demitida após dezesseis anos contratada da emissora.

O caso tomou uma grande proporção nas redes sociais, principalmente no *Instagram*[1], (rede social criada no ano de 2010 por Kevin Systrom e pelo brasileiro Mike Krieger e que tem, hoje, cerca de 800 milhões de usuários). Foi em um texto publicado, no dia 23 de março de 2019, no qual Michelle contou que, por estar acima do peso, ficou dois anos trabalhando nos bastidores do telejornal. Ela afirma que emagreceu um pouco e voltou para reportagem e apresentação do jornal, mas saiu do "vídeo" novamente por nunca ter voltado ao seu peso antes da gravidez.

A Rede Vanguarda e a TV Globo emitiram juntas uma nota à imprensa no dia seguinte. No conteúdo do documento a alegação de que o motivo da demissão que estava sendo divulgado era incompatível com a política de respeito adotada pela empresa. Alguns canais de influenciadores na

plataforma *Youtube* se dedicaram a repercutir o fato. Três deles vão ser analisados neste capítulo. A escolha dos canais foi realizada tomando como referência a relevância de cada um dos influenciadores em função da ligação com a temática da gordofobia e da repercussão do material audiovisual por eles produzido.

Nos conteúdos audiovisuais é possível perceber as narrativas acerca da pressão estética em nossa sociedade. Trata-se de uma construção histórica de identidades ancorada nas práticas discursivas da mídia hegemônica que exclui parcelas da população. Mariana Musse (2017) ao fazer referência a Castells descreve um pouco da relação das pessoas na contemporaneidade. A autora entende que as identidades estabelecidas nesses espaços midiáticos já cristalizados não abarcam a diversidade que existe para além dos limites dos produtos oferecidos pela mídia.

> O principal problema que apontamos é que em muitos casos o discurso hegemônico que é propagado pelos veículos de comunicação de massa não dá conta da diversidade de determinados povos que, enquanto não veem seus discursos veiculados, podem sentir em uma situação de exclusão, não representados, e se identificam como uma minoria no sentido de não serem vistos e nem ouvidos pelos veículos de comunicação tradicionais (MUSSE, 2017, p. 50).

No caso de nosso objeto de estudo, para além da não representação dos corpos gordos nos materiais veiculados, investigamos se há uma pressão para a não existência desses mesmos corpos na ancoragem dos telejornais.

Os relatos de diversos casos de jornalistas, atrizes e outras profissionais do audiovisual que perderam seus empregos por terem tido aumento de peso são muitos, o que leva a questionar: por que tanto ataque? Porque a gordura que uma pessoa exibiria na tela é levada mais em conta do que o talento e o tempo dedicado ao trabalho em uma empresa, principalmente quando está ligada ao audiovisual?

Os padrões estéticos vigentes por décadas dão conta de uma narrativa de que, por exemplo, cabelo liso, os olhos claros e o corpo magro são

mais atraentes e, caso você esteja fora desse padrão, automaticamente, você se distancia da beleza. Vivemos em uma sociedade em que corpos gordos são afastados ainda por valores sociais agregados: corpos gordos são tidos como indesejados por representar, por exemplo, um fracasso na medida em que o gordo não vence as suas vontades e compulsões por comida, que economicamente não detém os recursos para tratamentos estéticos, contratação de especialistas e produtos utilizados na eliminação da gordura e, por isso, longe das realizações impostas por uma hegemonia midiática.

> A mídia repete incessantemente que ser belo é ser magro e, implicitamente, ser belo, magro, é ser de boa condição social, pois o indivíduo pode pagar uma academia, fazer lipoaspiração, dieta e comprar cosméticos caros. Dessa forma, o padrão de beleza construído pela mídia pode ser resumido em magreza e riqueza (FLOR, 2009, p. 273).

A pesquisadora Maria Luisa Jimenez (2020) estabelece a gordofobia como "uma discriminação, preconceito que leva à exclusão social e nega acessibilidade às pessoas gordas. Este estigma é estrutural e cultural, transmitido em muitos e diversos espaços e contextos sociais na sociedade contemporânea" (JIMENEZ, M 2020 p.347). Quando lançamos olhares para os espaços televisivos e tomamos a mídia comercial como sendo determinada pelo capital, pelo lucro, a relação entre a imagem de uma mulher gorda apresentando um jornal reforça para além da forma física uma associação a não realização pessoal, ascensão social e superação de si própria. Dessa maneira esta imagem, ao ser associada ao telejornal como produto, pode representar uma "estética que não vende" ou que não seria um dos elementos garantidores da audiência. O culto ao corpo da sociedade contemporânea é, na verdade, um culto a certo tipo de corpo. [...] Somente esses corpos singularmente agraciados, além de sarados e malhados com cotidiano rigor, conseguem projetar seu brilho nos pódios da mídia e inspiram o arroubo de todos os demais (SIBILIA, 2010, p. 198).

Mas porque alimentar esta narrativa? Porque continuar nesse ciclo de exclusão que reforça preconceitos? Por que não colocar mulheres de todos os tipos no comando de telejornais? É preciso identificar em que níveis o problema está no profissional ou no esteticamente "perfeito".

Muito além de Michelle Sampaio: relação entre audiovisual, o telejornalismo e o corpo

Michelle Sampaio é mais uma pessoa que sofre por não se encaixar no chamado padrão de beleza. Entendemos aqui como sendo padrão de beleza a definição adotada por Gisele Flor (2009). A autora, já na introdução de seu texto "Corpo, Mídia e Status Social: reflexões sobre os padrões de beleza", ao acionar o histórico da relação de preocupação com as formas de corpos, reafirma o status e as narrativas atribuídos aos corpos que passam pela Grécia antiga com a valorização do nu, pelo renascimento com o corpo aristocrático, belo e socialmente construído para dançar. Gisele Flor pontua ainda o uso da construção dos padrões de beleza como camuflagens para ideologias políticas, elitistas e sociais. Ela utiliza o exemplo nazista de padrões estéticos-culturais de valorização das pessoas arianas em detrimento das demais. Flor reforça ainda o caráter de coerções sociais existentes na estética dos corpos e padrões de beleza. Ela aponta os corpos gordos como aqueles que passam por situações de desprezo e desprestígio em interações sociais, de procura por emprego, relacionamentos amorosos e por referencias e comentários maldosos na rua e na mídia.

> Atualmente, os meios de comunicação de massa têm sido um importante veículo na divulgação e construção dos padrões de beleza e de exclusão social, pois, enquanto dispositivo de poder a serviço de uma comunicação baseada nas fórmulas de mercado, atualiza constantemente as práticas coercitivas que atuam explicitamente sobre a materialidade do corpo. A mídia, por meio dos discursos publicitários e jornalísticos, mostra que para ser considerado belo é necessário ter um corpo perfeito (lê-se magro), e para obtê-lo qualquer sacrifício é válido (FLOR, 2009, p. 268).

Realidade que pode ser observada em casos como o de Renée Zellweger descrito por Naomi Wolf [2] (2020) em seu texto “O mito da beleza”. Na publicação há o relato de que atriz foi vítima dos padrões estéticos ao ser excluída da capa de uma das edições da revista Vogue. A informação, segundo Wolf, faz parte da coluna ‘Style’ do jornal norte americano *The New York Times.* Na publicação Kate Betts, editora da revista, confessou ter retirado a atriz Renée Zellweger da capa porque ela estava “gorda demais” depois de ter ganhado peso- ou seja, de ter adquirido o tamanho médio das mulheres”.

Outro exemplo é o do filme "O amor é cego"[3], de Peter Farrelly e Bobby Farrelly. Nele, o personagem principal se apaixona por uma mulher gorda, Rosemary, vivida por Gwyneth Paltrow. A justificativa inicial para esta paixão é uma alteração em sua visão, o protagonista, Hal Larson, vivido por Jack Black, não vê a mulher por quem se apaixona em sua forma física real, mas sim com o corpo magro, símbolo do estereótipo de beleza voltado para a ditadura da magreza.

No desfecho, o protagonista se recupera, e passa a ver sua amada assim como ela realmente é. Mesmo que inicialmente fique surpreso negativamente, percebe que está realmente apaixonado, independentemente da forma física. O filme traz consigo alguns pontos questionáveis: tudo começa pela tradução do seu título “O amor é cego”, fazendo com que entendamos não ser usual uma mulher gorda fazer parte de uma história de amor cinematográfica.

Realidade das obras cinematográficas e da produção noticiosa. Anelise Fruett e Luiz Felipe Zago, em seu texto “Onde estão os corpos gordos na Tevê? Uma Análise sobre a violência e o ódio no telejornalismo” levantam a questão de que os corpos gordos são, muitas vezes, esquecidos quando se tratam de âncoras e apresentadores de telejornais.

> A relevância do tema se torna mais enfática considerando a invisibilização de corpos obesos do escopo das lentes das câmeras no telejornalismo brasileiro. Verifica-se tal

> invisibilização pelo emagrecimento midiaticamente divulgado de vários de jornalistas da Rede Globo, como Fausto Silva, Jô Soares, Renata Capucci, Patrícia Poeta, Renata Ceribelli e Fernando Rocha (FRUETT, 2017).

No caso das narrativas do caso Michelle Sampaio, apesar de terem negado o motivo da demissão em nota[4], a TV Globo e a Rede Vanguarda não deixam claro o real motivo pelo encerramento do contrato com a profissional. A denúncia ganha ainda a chancela de um outro jornalista que sustenta terem sido a aparência física e a pressão estética as causas da demissão. O jornalista Marcelo Hespaña, também contrato da Rede Vanguarda, postou em suas redes a informação de que o motivo da demissão de Michelle Sampaio foi sim por ela estar acima do peso e o que o assunto corria pelos corredores da emissora antes mesmo de a jornalista ser de fato desligada.

A jornalista, ao decidir levar a conhecimento público as causas de sua demissão, publicou em seu Instagram e Facebook, no dia 23 de março de 2019, um vídeo que conta sua trajetória na emissora. Junto dele o texto onde conta que, por decisão da emissora, não compunha mais seu quadro de funcionários, exatamente por seu corpo não estar mais como no período anterior à gravidez.

63.362 curtidas
michellesampaio

Olá, Queridos!

Me desculpem o textão, mas estou aqui pra dividir uma notícia com vocês. A partir de hoje não faço parte mais do quadro de jornalistas da Rede Vanguarda, afiliada da Rede Globo no Vale do Paraíba. Foram 16 anos de trabalho na TV, mas hoje encerro esse ciclo.
A opção de desligamento foi da emissora.
Como muitos sabem e me acompanham, há 2 anos entrei numa briga com a balança depois de ter engordado muito na gravidez.
Foram 14 anos priorizando o trabalho, mas desde a chegada da minha filhinha, ela virou minha prioridade número um de vida, de tempo e de dedicação. Nesses últimos dois anos , por estar acima do peso, fiquei um bom tempo trabalhando nos bastidores, cheguei a emagrecer um pouco, voltar pra reportagem e apresentação do jornal, mas saí do "vídeo" novamente pq nunca de fato voltei ao peso antes da gravidez, que foi o pedido da emissora.
Respeito a posição da empresa e agradeço muito a oportunidade que me foi dada ao longo desses anos, obrigada !
Quero agradecer imensamente meus colegas de trabalho, que são extraordinários, sensacionais !! Sem exagero!! Eles sempre me deram uma super força nesse período e eu sempre dizia "Não se preocupem, eu estou bem, no momento mais feliz da minha vida". Jamais vou esquecer, as gargalhadas, o aprendizado e os projetos juntos. Amo vocês, meu amigos, obrigada!
Quero agradecer muito muito o apoio de vocês ao longo da minha trajetória na Rede Vanguarda, muito obrigada !! Fico impressionada com o carinho de tanta gente nas ruas e nas redes sociais. Obrigada mesmo, de coração!
Agora com a minha saída, vou me dedicar à empresa de comunicação que sou sócia e à minha gatinha linda e família.
A gente se encontra por aqui !
Muito obrigada !! Beijão grande ❤
visualizar todos os 8.468 comentários

Figura 1: Texto publicado nas redes sociais de Michelle Sampaio
Fonte: Instagram oficial Michelle Sampaio

Alguns colegas de profissão de Michelle, que tiveram passagem pela Rede Vanguarda, se manifestaram nos comentários[5], com histórias de demissões em que o peso havia sido a causa do desligamento.
Amanda Costa, que trabalhou na emissora por 10 anos, demonstrou apoio à colega. Ela expôs que optou por demissão quando voltou do período de licença-maternidade e só retornou dois anos mais tarde, período em que conseguiu recuperar a forma física anterior à gravidez. Camila Carvalho, que também fez parte dos jornalistas da Rede Vanguarda, afirmou que se demitiu "por essas e outras (porque existem muitas outras)", declarando que "a falta de espaço não é só para quem está acima do peso".
O vídeo, até início do mês de maio, ultrapassava os 8.400 comentários e aproximadamente 63,3 mil curtidas no *Instagram*, 951 mil visualizações, 11 mil comentários, 15 mil compartilhamentos e 38 mil reações no *Facebook*.

Em função da repercussão com o audiovisual, a jornalista foi convidada para o programa SuperPop[6], apresentado por Luciana Gimenez, na Rede TV. Mais uma vez o que pudemos observar foram situações de preconceito e expressões de gordofobia. A entrevista[7] que poderia ampliar a discussão sobre a gordofobia, demonstrando como casos como de Michelle são comuns nos bastidores da TV, começa com a apresentadora se dirigindo à Michelle com a frase "Eu achei você muito bonita, você falou que está acima do peso". Afirmações como essa reforçam a pressão estética já tão conhecida das pessoas que precisam lidar diariamente com o preconceito. É um tipo de comentário que acaba por materializar o pensamento cristalizado na sociedade de que mulheres gordas não poderiam ser bonitas. Além disso, Luciana pede para que Michelle se levante e assim todos vejam seu corpo de forma clara sem se preocupar com o sentimento ou constrangimento da jornalista diante dessa exposição. A plateia aplaude e as outras convidadas a elogiam, enquanto a jornalista afirma estar usando cinta modeladora.

Durante essa mesma entrevista, Michelle questiona a ausência de mulheres fora do padrão nas bancadas de telejornais. Para isso, ela diz: "Você não vê uma apresentadora, na bancada de jornal, gordinha, de cabelo branco"; nesta frase, a jornalista usa, com cuidado, o adjetivo "gorda", o que dentro do movimento *body positive*, muitas vezes é visto de maneira negativa, já que a forma diminutiva do adjetivo pode soar como ofensa.

Body positive e os vídeos de apoio no Youtube

Positividade do corpo em inglês, *body positive*[8] significa exatamente o que o termo afirma. Olhar para o próprio corpo, salientando o que há de positivo nele. Este corpo não tem forma definida, nem reafirma um padrão. Neste movimento não existe padrão. Todas as formas, jeitos, etnias, entre outras características, são bem-vindas.

O caso de Michelle trouxe à tona questões reiteradas frequentemente por mulheres integrantes do movimento body positive no Brasil, que se manifestaram, fazendo com que algumas delas produziram conteúdos audiovisuais para o Youtube, sendo elas Juliana Romano[9], do canal "Ju Romano", Alexandra Gurgel[10], do canal "Alexandrismos" e Thaís Carla[11], do canal que leva seu próprio nome.

Para compreender melhor a maneira como os vídeos abordam a temática elegemos a análise da materialidade audiovisual (COUTINHO; FALCÃO; MARTINS, 2019) como método. A observação dos vídeos se dá primordialmente na maneira como as influenciadoras se colocam diante da temática, os elementos que elas utilizam para tornar o audiovisual mais didático e as estratégias utilizadas para conseguir formar opiniões. Juliana, em seu vídeo "Gordofobia no trabalho Michelle Sampaio fala sobre demissão[12]" entrevistou Michelle na sede da rádio Jovem Pan, onde trabalhava em 27 de março de 2019, data em que disponibilizou o vídeo em seu canal. Nele, a youtuber apresenta o caso previamente e questiona a ex-apresentadora da Rede Vanguarda como lidou com o acontecido e como manteve a "serenidade mental" naquele momento. A resposta foi que mesmo estando acima do peso, segundo as regras da emissora, não estava impossibilitada de realizar seu trabalho.

Já Alexandra conta que a publicação da repórter chegou até ela pelo Instagram, já que seus seguidores perceberam a conexão existente entre os assuntos tratados por Alexandra e o caso em questão. O caso é introduzido e um questionamento pouco levantado anteriormente sobre o caso, vem à tona. Michelle sofreu gordofobia no trabalho, mesmo sendo uma "gorda menor". Ela trata também das justificativas utilizadas para que corpos gordos, fora do padrão, não sejam vistos com tanta frequência na televisão:

> O problema não é caber, é que não é bonito, não é atraente, não é interessante, é porque é feio, porque é isso que vendem para a gente: que ser gordo é ser feio, que ser você é ser feia, que se você não está dentro de um padrão você tem que ficar insatisfeita e nunca está bem! (GURGEL, 2020).

O vídeo[13] “Gordo Não Trabalha / Caso Michelle Sampaio - Gordofobia”, de Thaís Carla traz como pauta o machismo presente na cobrança sobre os corpos das mulheres, já que telejornais permitem que homens gordos os apresentem, e as mulheres sofrem pressão estética.

Thaís trata ainda de mulheres gordas que apresentaram telejornais, mas que com o tempo emagreceram, como é o caso de Fabíola Gadelha, jornalista de programas sensacionalistas da Record TV, que teve seu processo de emagrecimento acompanhado pelas produções da emissora (cabe destacar que é relativamente comum programas que incentivam o emagrecimento.)

Em aproximadamente cinco minutos Thaís trata de inúmeros assuntos ligados à temática como a redução de oportunidades de trabalho quando o cenário envolve um(a) trabalhador(a) gordo(a). Em determinado momento, a influenciadora conta que perde muitos trabalhos, simplesmente por sua forma física, tendo seu talento colocado em segundo plano. “As pessoas acham que o meu tamanho vai definir o que eu faço de melhor ou de pior. Nem no mundo plus size eu estou nele, porque eu sou gorda demais até para estar no mundo ‘Plus size’, porque eu sou gorda, não sou plus size!” (SANTOS, 2019).

Estar fora do padrão imposto pela sociedade faz com que grande parte das mulheres sofra com pressão estética. Entretanto, é importante diferenciá-la da gordofobia. A gordofobia é forma de preconceito vivenciada em inúmeros contextos, como em entrevistas de emprego, em que pessoas gordas são vistas como incapazes de realizar determinadas atividades, ou quando são julgados como inaptos de realizarem atividades físicas, ou até mesmo quando são diretamente julgados como “doentes”, pelo simples fato de serem gordos (as). As discussões sobre essa temática são evidenciadas por Natália Ferreira Lima quando ela se dedica a estudar o enfrentamento da gordofobia e o empoderamento de mulheres na sociedade contemporânea. Entre

muitas abordagens propostas ela destaca a resistência social na relação entre corpo gordo e saúde.

> Outra dificuldade ao enfrentar-se as discussões sobre gordofobia está na própria resistência social, que insiste em ver o corpo gordo como desleixado, mal-cuidado e doente, o que leva, consequentemente, ao discurso sobre a manutenção da saúde. Uma das discussões levantadas pelas pessoas que estudam e debatem sobre o preconceito e discriminação com pessoas gordas, é o uso do termo para fins de emancipação desses sujeitos, alvos desse olhar preconceituoso, como forma de combate à visão patológica atribuída ao corpo gordo (LIMA, 2020, p. 21).

Casos como o de Renée Zellweger, Michelle Sampaio, são mais comuns que possamos imaginar. Entretanto, mesmo que Renée tenha sofrido a privação de exercer seu papel, por "adquirir o tamanho médio das mulheres", seu caso retrata a pressão estética, tão comum no cotidiano feminino, mesmo que ainda corresponda ao padrão de beleza. Já Michelle, foi vítima de gordofobia, por ser impedida de realizar seu trabalho, já que este demandava grande exposição de sua figura e esta não correspondia mais ao que é considerado "bonito" para essa condição.

Considerações finais

Gorda
(gor.da)[ô]
Adjetivo

1:palavra descritiva.
não tem nenhum significado profundo.
não deve determinar
o valor
(ou falta de)
de um ser humano.
-o que sei agora que gostaria de saber então.

Amanda Lovelace, A Princesa salva a si mesma neste livro[14]

As ideias apresentadas neste estudo alertam para uma restrição de funções e vagas de trabalho para o corpo gordo na televisão. Em nossa análise foi possível identificar que as questões de visibilidade ganham sempre a discussão no momento de factuais como o de Michelle Sampaio e em seguida vão sendo silenciados. Os canais de influenciadoras podem representar este instrumento provocador das mudanças propondo a discussão, empoderando as pessoas vítimas de gordofobia e transformando as narrativas numa militância que pode imprimir mudanças na sociedade. Uma rápida zapeada pelos canais de televisão é capaz de revelar os poucos programas, sejam eles jornalísticos ou não, em que a pessoa gorda está sendo representada ou está em posição de protagonista do trabalho.

Quando há um gordo representado na televisão, vemos que em sua maioria são personas caricatas estereotipadas: são os engraçadões, os que só pensam em comida ou os lerdos e preguiçosos. Em casos ficcionais podemos observar também que os gordos são sempre os melhores amigos dos protagonistas. O que ainda leva esforço, desconstrução e coragem para que os próprios gordos sejam os protagonistas.

Muito tem se falado sobre representatividade e sua importância no meio audiovisual, em questões raciais podemos observar um avanço dessa representação em campanhas, comerciais, novelas e programas de televisão, mas quando se fala em questões de corpo ainda é um tabu.

Podemos observar que marcas e capas de revista começaram a tratar do assunto e expor corpos fora do padrão, mas ainda podemos ver muito o uso dos termos “gordinho” e “plus size”. Há na cultura uma carga equivocadamente pejorativa sobre a palavra “gordo”. Ela se configura para muitas pessoas como mais uma ofensa do que propriamente um adjetivo. Acreditamos que esse é o papel das influenciadoras em seus canais: propor a discussão sempre que casos como o de Michelle

Sampaio surgirem, trabalhar na desconstrução de preconceitos e tabus, efetivar o uso correto das formas de tratar e conseguir, pelo audiovisual, transformar as narrativas e os significados do corpo gordo na TV e em toda a sociedade.

O caso da jornalista Michelle Sampaio fez que a parte da sociedade discutisse muito sobre aceitação. É possível afirmar que as coisas estão tomando um rumo diferente. Hoje, embora longe do ideal, gordas e gordos também são referência. Isso já se mostra um grande diferencial. Mas reforçamos a afirmativa de que existe um longo caminho de desconstrução da gordofobia a ser percorrido. Em especial, no audiovisual.

É preciso que o debate antigordofobia avance fora do campo digital. Que corpos fora do padrão consigam apoio de diversos setores, inclusive da administração pública como a presença de medidas para a acessibilidade do corpo gordo. Que corpos fora do padrão ocupem cada vez mais lugares para que alcancem mais pessoas (gordas) podendo assim se impor socialmente e exigirem a efetivação de seus direitos.

Referências

COUTINHO, Iluska; FALCÃO, Luiz Felipe Novais; MARTINS, Simone. Dos eixos à análise da materialidade: o audiovisual observado, compreendido e experimentado em toda sua complexidade. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 42º, Belém-PA. Anais. Curitiba: Intercom. 2019. p. 1-15.

FLOR, Gisele. Corpo, mídia e status social: reflexões sobre os padrões de beleza. Revista de estudos da comunicação, v. 10, n. 23, 2009.

FRUETT, A. ZAGO, L.F. “onde estão os corpos gordos da tevê? Uma análise sobre violência e ódio no telejornalismo”. Rio Grande do Sul, 2017.

GURGEL, Alexandra. Jornalista Demitida Da Globo Por Ser Gorda (O Caso Michelle Sampaio). Youtube, 4 abr. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DLNWeQsysa. Acesso em 26 ago. 2020.

JIMENEZ, Maria Luisa Jimenez. Pd Prazeres dissidentes. CSOnline-REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, n. 31, p. 15-15, 2020.
LIMA, Natália Ferreira. Gordofobia-do seu enfrentamento ao empoderamento de mulheres em nossa sociedade. Estudo de caso da "liga transforma" e suas ações educativas. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em pedagogia) Universidade do Estado da Bahia, Salvador, p. 58 2020
NERY, J. de O. Gordofobia: discursos e estratégias de empoderamento de mulheres gordas ao preconceito.
VASCONCELOS, N. A. de; SUDO, I.; SUDO, N. Um peso na alma: o corpo gordo e a mídia. Fortaleza, 2004.
ROMANO. Juliana. Gordofobia No Trabalho michelle Sampaio Fala Sobre Demissão. Youtube. 23 mar. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aUY86rQlBis Acesso em: 26 ago. 2020.
SANTOS, Amanda; SANCHOTENE, Nicole. 'Gorda, Sim! Maravilhosa, Também!': Do Ressentimento à Autoestima em Testemunhos de Vítimas de Gordofobia no YouTube. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 40º, Curitiba. Anais. Curitiba: Intercom. 2017. p. 1-15.
SANTOS, Thais. Gordo Não Trabalha / Caso Michelle Sampaio - Gordofobia. Youtube. 23 mar. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=e3AnBb5lRWc&t. Acesso em: 26 ago. 2020.
WOLF, Naomi. O mito da beleza. Rosa dos Tempos, 2020.

Notas

1 Disponível em: https://canaltech.com.br/empresa/instagram/#:~:text=O%20Instagram%20foi%20criado%20por,mais%20promissores%20da%20App%20Store.&text=De%20acordo%20com%20a%20empresa,pessoas%20utilizam%20a%20rede%20social acesso em: 28/10/2020.

2 Naomi Wolf é americana de S. Francisco, nascida em 1962. Graduada em artes, pela Universidade de Yale. Feminista militante. Escreveu nove livros, todos sucessos no mercado feminino americano. No Brasil editou "O mito da Beleza", "Promiscuidades" e "O Fim das Américas". Por se tratar de militante do feminismo, justiça social e defesa das liberdades civis é pessoa muito conhecida na mídia americana e internacional. Tem inúmeros artigos publicados no Wall Street Journal, New York Times e The Sunday Times. Disponível em: http://www.livronautas.com.br/ver-autor/2052/naomi-wolf.

3 Filme de 2001, produzido pelos Irmãos Farrelly e dirigido por Bobby Farrelly, Peter Farrelly e protagonizado por Gwyneth Paltrow, Jack Black

4 Disponível em: https://hugogloss.uol.com.br/tv/globo-se-posiciona-apos-reporter-michelle-sampaio-afirmar-que-foi-demitida-por-estar-acima-do-peso-confira-o-comunicado. Acesso em: 25/08/2020.
5 Cabe destacar que as identidades estão presentes no trabalho por entendermos que é importante a visibilidade de cada um dos casos. Destacamos também que uma vez que os comentários foram postados em publicação pública e não restrita, automaticamente, podem ser reproduzidos e utilizados neste trabalho.
6 Programa de entretenimento da Rede TV, que teve como apresentadores Adriane Galisteu; Fabiana Saba; Otávio Mesquita e Luciana Gimenez, que iniciou em 2001 e apresenta o programa até os dias atuais.
7 A entrevista de Michelle Sampaio foi ao ar no dia 19 de agosto de 2019, intitulado por "Superpop debate aceitação do próprio corpo", disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=ss3_53_dP4M;
https://www.youtube.com/watch?v=BtnGU9ZAaMY
8 O Body Positive é um movimento feminista criado a partir de 1967, a partir de uma campanha contra a discriminação pública de pessoas obesas e a luta por seus direitos. Ele tem como principal objetivo convencer as pessoas de se aceitarem como são, independentemente de sua forma física, ou característica de sua aparência que destoe do que é visto como padrão.
9 Juliana Romano é jornalista, blogueira plus size e digital influencer, em suas redes sociais trata de temas como moda, body positive, autoestima, gordofobia em diversos espaços, entre outros.
10 Alexandra Gurgel é youtuber e influenciadora, jornalista e escritora. Em seu canal do YouTube aborda temas relevantes às pessoas gordas, além de ser criadora do Movimento Corpo Livre.
11 Thaís Carla é coreógrafa e dançarina plus size. Já se apresentou em inúmeros programas de TV, como "Domingão do Faustão", "Legendários", "Programa da Eliana", além de compor o corpo de ballet da cantora Anitta. Thaís também é youtuber e em seu canal trata do dia a dia de uma mulher gorda.
12 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aUY86rQlBis.
13 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=e3AnBb5lRWc&t=49s.
14 "A princesa salva a si mesma neste livro" foi escrito por Amanda Lovelace. "É um livro sobre resiliência e, sobretudo, sobre a possibilidade de escrevermos nossos próprios finais felizes. Não à toa A princesa salva a si mesma neste livro ganhou o prêmio Goodreads Choice Award, de melhor leitura do ano, escolha do público. Esta é uma obra sobre amor, perda, sofrimento, redenção, empoderamento e inspiração. Dividido em quatro partes ("A princesa", "A donzela", "A rainha" e "Você"), o livro combina o imaginário dos contos de fada à realidade feminina do século XXI com delicadeza, emoção e contundência. Amanda, aclamada como uma das principais vozes de sua geração, constrói uma narrativa poética de tons íntimos e cotidianos que acolhe o leitor a cada verso, tornando-o cúmplice e participante do que está sendo dito". Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/A_princesa_salva_a_si_mesma_neste_livro.html?id=FQVDDwAAQBAJ&source=kp_book_description&redir_esc=y.

Sobre os autores

Ana Luísa Schuchter – Graduanda em Jornalismo pela UFJF, integrante do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual. E-mail: luisas955@hotmail.com

Bárbara Torisu Lemos - Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa de Jornalismo e Audiovisual (NJA) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Formada em Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: barbaratorisulemos@gmail.com

Bruna Assis Domingos - Graduanda de Jornalismo pela UFJF. Bolsista no projeto "Diversidade e Jornalismo audiovisual: modos de produção, consumo e negociação de sentido público na contemporaneidade". Pesquisadora do NJA (Núcleo de Jornalismo e Audiovisual). E-mail: jornalismo.brunadomingos@gmail.com

Carla Ramalho Procópio – Doutoranda em Discursos Midiáticos e Práticas Sociais na Universidade Federal Fluminense (UFF), com bolsa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). carlaramalhop@gmail.com

Cézar Franco dos Santos Martins - Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF. E-mail: cezarfsmartins1997@gmail.com

Clara Cabral Xisto - Graduanda em Jornalismo pela UFJF, integrante do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual. E-mail: claraxisto12@gmail.com

Cristiane Turnes Montezano - Mestranda em Comunicação da UFJF, integrante do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual, email: c.turnes@hotmail.com

Guilherme Mattos – Graduando em Jornalismo pela UFJF, integrante do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual. E-mail: guilhermeaero7@gmail.com

Gustavo Luiz – Graduando em Jornalismo pela UFJF, integrante do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual. E-mail: gustavo777.gp@gmail.com

Gustavo Pereira - Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Jornalista e Mestre em Comunicação. Pesquisador do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual e da Rede Telejor. E-mail: gustavo_tfp@yahoo.com.br

Hugo França - Graduando em Jornalismo pela UFJF, integrante do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual. E-mail: hugofranbe@gmail.com

Iluska Coutinho - Doutora em Comunicação Social. Professora do curso de Jornalismo e do PPGCOM da Faculdade de Comunicação da UFJF. E-mail: iluskac@globo.com

Jemima Bispo - Jornalista, doutoranda em Comunicação Social pelo PPGCOM-UFJF. Pesquisadora do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual da UFJF. E-mail: jemimabispo0@gmail.com

Jhonatan Mata – Jornalista, TAE e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF. Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro- Ecopós UFRJ, com Doutorado Sanduíche-Capes realizado na Blanquerna School de Barcelona. E- mail: jhonatanmata@yahoo.com.br

Lara Linhalis Guimarães – Doutora em Comunicação e Cultura pela Eco-UFRJ. É gestora do Coletivo Avenida Independência – Música e Conteúdo e editora-chefe da revista digital Av. Independência. Pesquisadora do Núcleo de Jornalismo Audiovisual (Facom-UFJF) e da Rede Telejor. E-mail: laralinhalis@gmail.com

Luiz Felipe Novais Falcão – Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Jornalista e Mestre em

Comunicação. Pesquisador do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual e da Rede Telejor. E-mail: luizfelipefalcao@gmail.com

Nicolas Veiga - Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E- mail: nicolasveiga02@gmail.com

Robson Máximo - Bacharel em ciências humanas e graduando em filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: robsonluiz.m95@gmail.com

Simone Martins - Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Jornalista e Mestre em Comunicação. Pesquisadora do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual e da Rede Telejor. E-mail: sitema@gmail.com

Tânia Bicalho - Nutricionista pela Universidade Presidente Antônio Carlos- UNIPAC JF. Licenciada em Letras pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora com Pós-Graduação em Docência da Educação Ambiental para a Cidadania e a Sustentabilidade- Universidade Gama Filho RJ e em Musicoterapia Organizacional e Hospitalar- Faculdades Metropolitanas Unidas FMU-SP. Mestranda em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF. Autora do Livro e CD "MPN- Música Popular Nutritiva" (FUNALFA 2011) e membro do Núcleo de Jornalismo Audiovisual- UFJF. E-mail: taniabicalho1@gmail.com

Veruska Yasmin Paião Rocha - Graduanda de Jornalismo pela UFJF. Bolsista no projeto "Diversidade e Jornalismo audiovisual: modos de produção, consumo e negociação de sentido público na contemporaneidade". Pesquisadora do NJA (Núcleo de Jornalismo e Audiovisual). E-mail: yasmimadvir@gmail.com

Victor Faria - Mestrando em Comunicação da UFJF, integrante do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual. E-mail: victorfaria_p@outlook.com

No Brasil o poder fiscalizador atribuído ao Jornalismo se materializa sobretudo na televisão, mídia cuja centralidade foi confirmada na última pesquisa sobre hábitos de consumo de informação realizada pelo governo federal. Nesse contexto qual seria o papel do telejornalismo para a construção de uma sociedade de direitos humanos, individuais e coletivos? Nos capítulos desta obra as telas e audiovisuais são consideradas interfaces para uma sociedade que concretize a noção de comunidade, inscrita no ideal comum propagado pela DUDH, direitos cujo exercício caberia também ao Jornalismo informar e fiscalizar.

PPGCOM UFF

ONJA

EDITORA INSULAR